

V06 - N.01 - JANEIRO 2024

REVISTATERRITÓRIOS.COM.BR

REVISTA

# TERRITÓRIOS

ARTIGOS



INSTITUTO EDUCAR  
Evolução Funcional



ISSN 2596-3309  
ISSN 2596-3295  
DOI 10.53782

Revista Territórios [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Adriana Alves Farias  
vol.6, n.1 (jan. 2024) - São Paulo: Educar Rede, 2024.

244p: il. color.

Mensal

Modo de acesso: <<http://www.revistaterritorios.com.br/>>

ISSN 2596-3309 (Digital) – ISSN 2596-3295 (Impressa). –DOI 10.53782

1. Educação. 2. Educação – aspectos sociais. 3. Cidadania – Brasil. 4. Educação – Brasil  
5. Arte na educação 6. Nutrição. 7. Alimentação saudável. 8. Crianças desenvolvimento.  
9. Lactantes- desenvolvimento. 10. Geografia – estudo e ensino. 11. Assédio nas escolas.  
12. Inclusão escolar. 13. Ensino superior. 14. Pessoas com deficiência – educação  
superior . 15. Educação especial. 16. Pessoas com deficiência – educação.  
17. Psicologia educacional. 18. Psicologia da aprendizagem.  
19. Distúrbios da aprendizagem. 20. Educação inclusiva. 21. Educação e estado.  
22. Brincadeiras. 23. Crianças – recreação. 24. Aprendizagem. 25. Escravidão – Brasil  
26. Brasil – história – abolição da escravidão, 1888. 27. Afetividade.  
28. Relações humanas 29. Educação física para pessoas com deficiência.

CDD 370

Catalogação: Maria Inês Meinberg Perecin – Bibliotecária – CRB – 8/5598

# EDITORIAL

## SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR DO PROFESSOR

A saúde mental e bem-estar do professor é um tema crucial no contexto educacional, abordando as condições emocionais, psicológicas e sociais dos profissionais que desempenham um papel fundamental na formação de indivíduos..

O ambiente escolar muitas vezes apresenta desafios como carga de trabalho intensa, pressão por resultados, relações interpessoais complexas e mudanças constantes. Esses fatores podem impactar negativamente a saúde mental dos professores, levando a estresse, esgotamento e até mesmo problemas de saúde física..

É fundamental reconhecer a importância de promover práticas que visem ao bem-estar dos educadores, incluindo a oferta de suporte emocional, programas de gerenciamento de estresse e estratégias para lidar com conflitos. Além disso, a criação de ambientes de trabalho positivos, incentivo à autenticidade e à resiliência, e a valorização do papel do professor na sociedade são aspectos essenciais para cultivar uma cultura que promova a saúde mental e o bem-estar no contexto educacional.

O investimento na saúde mental dos professores não apenas beneficia os profissionais, mas também contribui para um ambiente escolar mais saudável e produtivo, refletindo positivamente no aprendizado dos estudantes.

**Profa. Dra. Adriana Alves Farias**

Editora-chefe - REVISTA TERRITÓRIOS

### Conselho Editorial

Prof.ª Adriana de Souza  
Prof.ª Alessandra Gonçalves  
Prof. Ms. Alexandre Bernardo da Silva  
Prof.ª Andrea Ramos Moreira  
Prof.ª Drª Daniela Oliveira Albertin de Amorin  
Prof.ª Debora Banhos  
Prof.ª Juliana Mota Fardini Gutierrez  
Prof.ª Juliana Petrasso  
Prof.ª Marina Oliveira Reis  
Prof.ª Priscilla de Toledo Almeida  
Prof. Dr. Rodrigo Leite da Silva

### Editora-Chefe

Prof.ª Dra. Adriana Alves Farias

### Revisão e Normalização de Textos

Prof.ª Dra. Daniela Oliveira Albertin de Amorin

### Programação Visual e Diagramação

Eliana Duarte de Souza

### Projeto Gráfico

Instituto Educar Rede

### COPYRIGHT

Revista Territórios, Educar Rede.  
Volume 06, Número 01 (Janeiro/2024) - SP  
ISSN 2596-3309 (Digital)  
ISSN 2596-3295 (Impressa)  
DOI 10.53782  
SITE: <http://www.revistaterritorios.com.br>  
Rua João Burjakian 203  
Lauzane Paulista - SP  
CEP: 02442150

Publicação Mensal e multidisciplinar vinculada ao Educar Rede. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

# SUMÁRIO

- 06 O LETRAMENTO E A CIDADANIA: UMA PRÁTICA EDUCACIONAL  
ANA CLAUDIA MARQUES

- 20 A IDENTIDADE DE MENINAS NEGRAS NA ESCOLA  
ANNE CAROLINE NARDI DOS SANTOS

- 39 ARTE: COMPONENTE CURRICULAR TRANSDISCIPLINAR QUE CORROBOROA COM APRENDIZAGEM DE OUTRAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PAULISTA  
CINTIA GABRIELA LESSA DE MEDEIROS

- 51 PEDAGOGIA E NUTRIÇÃO: A RELEVÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E INTELECTUAL DA CRIANÇA  
CLAUDIANE FERREIRA DOS SANTOS

- 66 A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS E CRIANÇAS  
DÉBORA MALTA NEVES SOARES

- 79 OS TEMAS TRANSVERSAIS E A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO DE GEOGRAFIA  
ELILMA MARQUES SILVA

- 90 DIVERSIDADE NA ESCOLA: DESENVOLVENDO ATITUDES DE RESPEITO A TODOS NA PREVENÇÃO AO BULLYING  
ERONILTE DOS SANTOS LOPES BARROS

- 101 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR  
INDIARA DE CASTRO PIACENTE

- 113 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS REGULARES: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR  
IVANILDE SOUZA FORTUNATO MIGUEL

- 122 NEUROPSICOPEDAGOGIA E A APRENDIZAGEM  
JACQUELINE DOMINGUES BACHEGA

- 131 POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À INCLUSÃO ESCOLAR  
MARCIA REZENDE

- 142 O LÚDICO, UMA FERRAMENTA EFICAZ NA EDUCAÇÃO  
MARLI APARECIDA GRANDO PEREIRA

- 150 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NO COMBATE AO BULLYING  
RENATA GABRIELA PINHEIRO

# SUMÁRIO

**163 ESTRATÉGIAS DE LEITURA, ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO**

SANDRA APARECIDA OLIVEIRA DO CARMO

**172 A HISTÓRIA DE REVOLTAS QUE A HISTÓRIA QUASE NUNCA CONTA**

SHIRLEI FERREIRA DO AMARAL

**184 BULLYING E AS DIFICULDADES NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

SIMONE LACERDA DE OLIVEIRA

**193 A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

TATIANA PAULA ROCHA OLIVEIRA

**201 AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS ESCOLAS**

THAIS MARTINS DE OLIVEIRA

**211 ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

TICIANE DE FREITAS MIYAGUI NARBOS

**222 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ADAPTADA COM FOCO NA INCLUSÃO**

WILTON CESAR FARIAS

**235 ARTE - EDUCAÇÃO A INFLUÊNCIA DA ARTE NA APRENDIZAGEM**

CELINA CANDIDA E SILVA KRASIMAR

# O LETRAMENTO E A CIDADANIA: UMA PRÁTICA EDUCACIONAL

## LITERACY AND CITIZENSHIP: AN EDUCATIONAL PRACTICE



### ANA CLAUDIA MARQUES

Graduação em LETRAS Port./Ingl. pela Faculdade Fundação Santo André (2007); Especialista em Ludopedagogia pela Faculdade Campos Elíseos (2017); Professora de Ensino Fundamental II - Inglês - na EMEF Fazenda da Juta.

### RESUMO

O presente estudo “o letramento e a cidadania: uma prática educacional” tem por objetivo apresentar e discutir algumas considerações sobre a formação integral do aluno, considerando a cidadania como princípio básico para compreensão e participação social. A questão que permeia este artigo é como se dá o processo de aprendizagem relativos aos direitos da criança e do adolescente que contemple a formação cidadã. Neste contexto, as aulas devem estar em conformidade com os aspectos políticos, econômicos e sociais, em uma dimensão ética. Esta pesquisa justifica-se dada a importância da formação integral do aluno, possibilitando sua inserção no mundo em que vive, desenvolvendo sua autonomia para atuar efetivamente na sociedade, uma cidadania crítica. Assim, é preciso que o professor planeje aulas partindo dos conhecimentos prévios dos alunos. A expectativa deste estudo é promover a reflexão sobre a importância da construção do conhecimento dentro da realidade em que o aluno está inserido. O trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização; Letramento; Aprendizagem; Cidadania.

## ABSTRACT

The aim of this study, "Literacy and citizenship: an educational practice", is to present and discuss some considerations on the integral formation of students, considering citizenship as a basic principle for social understanding and participation. The question that permeates this article is how the process of learning about the rights of children and adolescents takes place in a way that includes citizenship education. In this context, lessons must be in line with political, economic and social aspects, in an ethical dimension. This research is justified given the importance of the student's comprehensive education, enabling them to integrate into the world in which they live, developing their autonomy to act effectively in society, a critical citizenship. Therefore, teachers need to plan lessons based on students' prior knowledge. The expectation of this study is to promote reflection on the importance of building knowledge within the reality in which the student is inserted. The work will be developed through bibliographical research.

**KEYWORDS:** Literacy; Literacy; Learning; Citizenship.

## INTRODUÇÃO

O artigo “A educação para a cidadania” propõe uma reflexão sobre o pleno desenvolvimento do indivíduo, considerando a necessidade da inserção e participação social. Além do conhecimento sobre os direitos civis que rege a Lei. A questão que permeia este estudo é como se dá o processo de aprendizagem relativos aos direitos da criança e do adolescente que contemple a formação cidadã.

É preciso considerar a participação da família na comunidade escolar, lembrando que o objetivo da escola é mediar a educação para a vida, por isso o letramento vem ao encontro da participação dos feitos desenvolvidos socialmente. No entanto, em se tratando de educação para a vida, é preciso considerar o trabalho pedagógico como uma ponte para o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da participação efetiva na sociedade.

Este artigo traz a importância do conhecimento dos direitos humanos na formação integral do ser humano, possibilitando não só a reflexão de professores em seus planejamentos, como de toda a comunidade escolar.

É sabido que na educação, o estudante está iniciando a sua vida no mundo letrado e o professor deve possibilitar-lhe o acesso aos diversos tipos de aprendizagens que inclui a cidadania.

Ao planejar atividades que desenvolvam a alfabetização é importante que o professor acompanhe o desenvolvimento individual e respeite os limites de cada aluno. O embasamento teórico dessa pesquisa será por meio de revisão bibliográfica de autores especializados do tema analisado.

## O DIREITO AO CONHECIMENTO E AO DOMÍNIO DA LINGUAGEM

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – traz princípios os direitos fundamentais da criança e do adolescente, que são assegurados a toda pessoa humana, ou seja, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos plenos e devem ser respeitados. Crianças e adolescentes têm direitos específicos que têm que lhes assegurar o desenvolvimento, o crescimento, o cumprimento de suas potencialidades, para tornarem-se cidadãos adultos livres e dignos.

Nesse contexto, a escola é uma instituição poderosa, pois tanto pode “dar à luz ao conhecimento” e o prazer de aprender, quanto, ao contrário, pode estagnar a ignorância, obscurecendo a transformação que o conhecimento é capaz de possibilitar no ser humano.

No processo de aprendizagem do aluno é possível ensinar muitas coisas ou negar a ele o direito de aprender, trata-se de uma responsabilidade que o professor tem e que é preciso acreditar na capacidade e nas possibilidades, considerando que todo aluno é capaz e tem o direito ao conhecimento. Essa crença deve ser uma virtude em que o professor orienta suas ações.

Assim, se a escola não tem como objetivo orientar a todos, ou não crê que seus alunos sejam capazes de aprender, que tipo de cidadania se pode exercer? É uma superação em que a educação escolar tem de ensinar aos alunos, ou seja, além de alfabetizar, é preciso facilitar a aprendizagem que os tornem autônomos, ou seja, não basta saber tecnicamente decifrar e produzir escrita, mas ter conhecimentos que permitam entender os diversos textos, além de se expressar e participar do meio em que vive.

Quando a escola não consegue alfabetizar a todos, não presta serviço à sociedade, pois não cumpre com uma de suas finalidades e quando se ocupa somente com a alfabetização no sentido estrito, ou seja, a correspondência entre sons e letras, produz analfabetos funcionais, que são pessoas supostamente alfabetizadas, que na prática não são capazes de ler e escrever com proficiência e que, portanto, não são letrados e mal conseguem transformar a sociedade.

O direito ao conhecimento é para todos os alunos e a escola deve assumir o compromisso de formá-los, além de oferecer textos que são emanados pelo mundo, deve tornar o processo de aprendizagem uma prática que estimula a curiosidade e dá acesso à diversidade de mensagens que circulam socialmente e a todo tipo de informação que são veiculadas.

Dessa forma, o processo de aprendizagem deve caminhar junto com a reflexão sobre o funcionamento e veiculação social de textos que desafiam o pensar e agir.

## A ESCOLA CIDADÃ

A escola deve contribuir com a multiplicidade, riqueza, a variedade das perspectivas educacionais, pedagógicas e curriculares que estão em sintonia com temas atuais, urgentes e que estão no centro das revoluções epistemológicas.

Ferreiro (2001) explica que as evidências acumuladas sobre a importância das experiências de interpretação e de produção de textos realizadas pelas crianças, muito antes de seu ingresso numa instituição escolar, ou seja, os conhecimentos prévios fazem parte do aprendizado que não é institucional, mas que é para a vida. Mesmo as produções escritas das crianças, consideradas como garatujas, adquiriram um novo significado, pois é possível interpretá-las como escritas verdadeiras que não se assentam nos princípios básicos do sistema alfabético, mas de uma sistematização.

Dessa forma, as crianças podem usar letras comuns, e escrever “em outro sistema”, assim como, no início da aquisição da linguagem oral, podem utilizar palavras da linguagem ambiente, mas com diferentes regras de combinação.

Ainda para a autora, o sistema de escrita que a criança encontra no mundo não faz parte do seu esquema assimilatório, pois a criança comprehende o que faz, mas não pode compreender o que os outros fazem e nem comprehende a informação que recebe. Frente a essa situação perturbadora, a criança pode deixá-la de lado, compensá-la localmente, ou assimilá-la (através de modificações no esquema assimilatório, alcança um novo nível de equilíbrio).

Nesse contexto, o desenvolvimento da alfabetização ocorre em um ambiente social, sendo que as práticas sociais e as informações sociais não são recebidas passivamente pelas crianças, pois quando tentam comprehendê-las, acabam transformando o conteúdo recebido.

Já o letramento, de acordo com Kleiman (2002), é tido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnológico, em contextos específicos, para objetivos específicos, isto é, desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, determinando uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita.

Ainda para a autora, o fenômeno do letramento ultrapassa o mundo da escrita, como é concebido pelas instituições, pois as escolas, concebida como agências de letramento, não devem se preocupar somente com a alfabetização, ou seja, com o processo de aquisição de códigos (alfabético e numérico, mas com o letramento em práticas sociais).

Kleiman (2002) explica que as práticas de uso da escrita, que normalmente não estão relacionadas à concepção de letramento dominante na sociedade, sustenta-se num modelo de letramento considerado parcial ou equivocado, pois há apenas uma maneira de letramento ser desenvolvido, sendo que essa forma está associada ao progresso, a civilização e a mobilidade social. As práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas, e os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem do contexto e instituições em que ela foi adquirida.

A autora declara que o modelo ideológico que inclui todas as prática de letramento são aspectos não apenas da cultura mas também das estruturas de poder numa sociedade, isto é, nas diferentes práticas discursivas de grupos socioeconômicos distintos são consideradas devido às formas em que eles integram a escrita no seu cotidiano e têm avançado devido a estudos que adotam um pressuposto que poderia ser considerado básico no modelo ideológico, pois as práticas de letramento mudam segundo o contexto.

Ainda para Kleiman (2002), o modelo autônomo de letramento, que considera a aquisição da escrita como um processo neutro, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover atividades necessárias para desenvolver no aluno, a capacidade de interpretar e escrever textos diversos.

A leitura crítica da realidade constitui um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento dos cidadãos nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social.

A autora declara que o desenvolvimento da linguagem escrita ou do processo de letramento do aluno é dependente do grau de letramento das instituições sociais, como família, escola etc., em que está inserida, ou seja, da maior ou menor presença em seu cotidiano de práticas de leitura e de escrita.

O processo de letramento também é dependente dos diferentes modos de participação nas práticas discursivas orais que ganham sentido e significação.

No processo de construção da aprendizagem, é possível citar as práticas orais, como o jogo de faz-de-conta para o processo de letramento emergente. É na presença / ausência do brincar de ler para a criança (jogos de contar), no brincar de ler com a criança, no brincar de desenhar e escrever (jogos de faz-de-conta) que se reencontra o sentido social da escrita daquela subcultura letrada.

De acordo com Kleiman (2002), no Brasil, onde a hierarquização socioeconômica se reproduz nas desigualdades de acesso à escrita e à cultura letrada, o fator letramento tende a ser visto como uma credencial para o sucesso nas várias formas de ação na comunidade através da linguagem e nas várias formas de exercício de poder e de controle sobre situações e indivíduos.

Já para Frago (2012), a alfabetização pode ter um conceito adjetivo de “funcional”, mostrando um caráter específico, contextual e relativo, tanto em sua versão administrativa quanto acadêmica, ou seja, qualifica como alfabetizado aquele que domina a leitura e escrita no nível acima do exigido para tornar-se parte e envolver-se ou participar em todas as atividades em que essas habilidades, a alfabetização, em suma eram normalmente exigidas por sua cultura ou grupo.

Assim, Frago (2012) conceitua alfabetização funcional como um nível intermediário para além da mera capacidade de ler e compreender um texto simples e de escrever o próprio nome e algo mais.

Segundo Braggio (2002), as crianças têm mais sucesso na construção da aprendizagem, quando as fronteiras entre salas de aula e comunidades são “quebradas”, isto é, quando as escolas incorporam ao seu currículo o que as crianças já sabem (função) e como sabem (natureza) sobre a língua escrita, antes de vir para a escola.

Ainda para o autor, a alfabetização não pode ser vista somente como um processo individual, mas um fenômeno social complexo que é determinado pelo papel da língua escrita no funcionamento de uma comunidade. Dessa forma, alfabetização é mais que a habilidade técnica ou um conjunto de comportamentos isolados do contexto social e sim um fenômeno multidimensional complexo, no qual há habilidades funcionais para decodificar é somente o primeiro passo. O processo de alfabetização, então, passa a ser entendido quando colocado dentro de seu contexto social. A partir

deste momento, passa-se a considerar como as crianças adquirem a linguagem escrita, tendo como fundamentos interações sociais e interações com a escrita ambiental e situacional.

Barbosa (1994), afirma que o processo de alfabetização tinha por base a apresentação da língua como objeto exterior ao aluno. Estava implícito que, de posse de uma teoria sobre a língua escrita, a criança seria capaz de desenvolver uma prática: a leitura. O modelo de leitura dominante era resultante de uma análise da língua sobre a qual se realizava o ato de ler, ou seja, o leitor deveria aprender a decodificar cada elemento da escrita para reconstruir o oral codificado pelo autor.

Assim, a leitura se identificava com decodificação e o leitor como alfabetizado, criando um paralelismo entre a língua oral e a escrita, sendo que ao final do processo de alfabetização a criança estaria de posse de um mecanismo pouco confiável, que lhe permitia um acesso precário ao mundo da escrita. Na maior parte das vezes, pode escrever como fala e dizer tudo o que está escrito.

Moura (2012) afirma que a criança mesmo não alfabetizada pode ser inserida em processos de letramento, pois ela já faz a leitura eventual de rótulos, imagens, gestos, emoções, entre outros. Dessa forma, o contato com o mundo letrado acontece muito antes das letras. Nesse contexto, o autor cita Magda Soares que elucida o letramento como o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva as práticas sociais que usam a escrita. Já a alfabetização como a ação de ensinar/aprender a ler e escrever.

Nesta conjuntura, o letramento varia entre a abordagem das capacidades (alfabetismo) e as práticas sociais.

Segundo Street apud Moura (2012), os letramentos são múltiplos, variando no tempo, espaços, situações, e estritamente determinados por relações de poder.

Moura (2012) declara que o sentido e a palavra letramento tardaram a entrar no Brasil, pois é possível dizer que alfabetismo relaciona-se mais às capacidades individuais (codificar, decodificar, compreender, interpretar, replicar, intertextualizar etc.), ao passo que o letramento está ligado ao contexto social, sendo situado e presente em múltiplas práticas.

O autor ressalta que os elementos fundamentais para nortear o trabalho pedagógico são a ética, a estética e a crítica, cujos princípios devem ser observados no trabalho em sala de aula.

Moura (2012) esclarece que o “eu” não tem existência própria fora do seu ambiente social, necessitando da colaboração do outro para se constituir, para se definir e ser o autor de si mesmo. A escola deve ser o lugar privilegiado da formação desses sujeitos por meio do trabalho estético com a linguagem, sendo que um letramento crítico deve buscar exatamente isso: a constituição de sujeitos éticos, democráticos e críticos. Embora seja importante considerar as novas linguagens do mundo contemporâneo e as necessidades de um letramento crítico que o mundo pede aos alunos.

Nesta perspectiva, é possível trabalhar com diferentes gêneros e formas de manifestações culturais e artísticas, em diferentes mídias, meios e linguagens, a fim de promover a reflexão, investigação e até mesmo abertura para a formulação de possíveis subversões necessárias. É preciso um letramento verdadeiramente crítico para manter a relativa autonomia em fazer escolhas sobre o quê e em quem se acredita, com o que se identifica, o que se elogia, admira, critica ou odeia.

Portanto, torna-se indispensável um ensino que desenvolva um processo de leitura e escrita em que o aluno se coloque como leitor crítico e autônomo, um processo cujas atividades ultrapassem uma prática de decodificação verbal, que privilegiem a compreensão dos textos segundo o caráter responsivo da linguagem e do discurso.

## A APRENDIZAGEM ESCOLAR COM UM OLHAR PARA A CIDADANIA

O processo de ensino e aprendizagem inicial da leitura e escrita deve ocorrer simultaneamente desde que a criança entra na escola, da mesma maneira como ocorre na vida.

Neste sentido, o homem está no mundo e com o mundo, pois ele produz e transforma, preenchendo com sua cultura os espaços geográficos e os tempos históricos, identificando-se com sua própria ação.

Para Garcia (2001), as relações do homem com seu espaço são relações temporais, transcedentes e criativas, pois em seu cotidiano, o homem recria o seu espaço de viver. Assim, a educação desenvolvida para a prática da liberdade deve centrar-se na experiência vivida, ou seja, vivências de impressões, de conhecimento e de luta.

Ainda de acordo com Garcia (2001), aprender a ler e escrever começar partindo de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que o homem faz antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras.

Neste contexto, o autor declara que alfabetizar na perspectiva da leitura do mundo é respeitar esses saberes, é valorizar a sabedoria que resulta das experiências culturais locais da criança, possibilitando o avanço para além de crenças em torno de si-no-mundo e de si-com-o-mundo.

É importante refletir sobre as diversidades culturais presentes na sociedade, sendo necessário pensar em um ambiente alfabetizador que possa dar conta de qualquer criança, sem distinção de condição de classe, etnia, raça, religião, gênero ou território.

A escola deve favorecer o processo de construção dos saberes, possibilitando ambientes alfabetizadores favoráveis à aprendizagem das crianças de todas as classes, partindo da valorização das diferenças culturais, tomando como base a relação, leitura de mundo/leitura de palavra, procurando garantir que o processo de ensinar a ler e a escrever se torne um espaço democrático, onde os que foram silenciados e não usufruíram de benefícios socioculturais produzidos pela sociedade e em conjunto, também “possam ter a palavra”.

Barbosa (1994) ressalta que o domínio da escrita é associado ao desenvolvimento político-cultural e econômico de um povo. Uma vez que nos países mais desenvolvidos, o número de analfabetos é mínimo, pois a maior parte da população tem acesso à escrita. Ao contrário dos países com baixos desenvolvimentos, em que o índice de analfabetismo é grande entre as classes sociais menos favorecidas.

As práticas pedagógicas evoluíram em função de circunstâncias e necessidades sociais e econômicas e com essas mudanças sociais e econômicas, acabaram por provocar a criação de novas práticas culturais, que respondem às questões colocadas por essas novas circunstâncias.

Portanto, a escola atua como agência de socialização no processo de aprendizagem da leitura e escrita como um projeto político que é fundamentado em um fenômeno social e cultural, ou seja, uma grande onda de aculturação promovida por sociedades que optam pela modernização social que superam fronteiras das sociedades de tradição oral.

Ainda, o autor enfatiza que o analfabetismo vem acompanhado do subdesenvolvimento, da pobreza, da doença, da fome, da marginalização social, sendo que a escola, para esses casos, parece não atender ao universo da população e vai ao encontro da evasão e da repetência.

A partir dessa concepção, a questão da aprendizagem da leitura é uma discussão, na qual o indivíduo pode construir seu próprio conhecimento, uma vez que ao saber ler, ele torna-se capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e de conhecimento.

É necessário interpor, entre indivíduos e o ato de ler, um saber considerado pré-requisitos para que o indivíduo possa ler a língua escrita.

Neste contexto, a alfabetização funcional é orientada para o sistema produtivo e o processo de alfabetização visa proporcionar conhecimentos e desenvolver habilidades, tendo relação direta para a formação e capacitação profissional. Assim, pode-se dizer que a alfabetização funcional tem por objetivo proporcionar condições efetivas para que os indivíduos possam enfrentar com competência satisfatória as diversas situações que o mundo lhe propõe. Diante das questões do mundo físico, moral, efetivo, intelectual e social do indivíduo, o recurso ao texto escrito aparece como uma opção eficaz para a busca das respostas.

Nesse contexto, a motivação econômica cede espaço para preocupações psicológicas, sociais, e culturais, ressaltando a aspecto transformador da introdução do indivíduo no mundo letrado.

Contudo, Gumperz (1991) ressalta que o ingresso do aluno na escola marca transições sociais, linguísticas e cognitivas importantes, pois ao chegar à escola deve aprender a comunicar-se e a cooperar com os adultos e colegas.

As crianças acabam enfrentando as exigências de tornarem-se letrados, tendo em vista que é um foco da escolarização. Sendo que as habilidades de linguagem que as crianças desenvolvem no curso de sua aquisição inicial não são suficientes para a alfabetização. O contato com o texto escrito exige que estas crianças se tornem conscientes de sua linguagem falada e desenvolvam estratégias diferentes de processamento de discurso, pois novas estratégias de processamento são necessárias por causa das diferenças entre a linguagem escrita e a linguagem falada.

Portanto, cabe à escola mais do que alfabetizar e possibilitar a seus alunos o domínio de um código, mas terem o acesso às diversas mensagens que o mundo emana.

## A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

No processo de aprendizagem, deve-se considerar as situações de uso da leitura e da escrita e o valor em práticas sociais que configuram o ambiente alfabetizador, pois para que a aprendizagem seja significativa, o contexto de letramento se desenvolve em espaço de reflexão e visão de mundo da escrita, com materiais diversos que se lê, situações que se escreve, a forma como os adultos leem e escrevem, a direção da escrita e da leitura em nossa língua, como se escrevem os nomes, quantas e quais letras se coloca para escrever.

É importante que o professor valorize os conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, considere os saberes que os alunos trazem, fruto de sua experiência anterior, pois isso faz com que eles se sintam entrando em num mundo novo, mas partindo de suas vivências.

Respeitar e considerar as diferenças, cria um contexto escolar favorável a aprendizagem, tornando-se base de um trabalho pedagógico comprometido com o sucesso das aprendizagens de todos.

Para que o processo de aprendizagem seja prazeroso e significativo é possível planejar atividades que o aluno participe com autonomia.

Para Carvalho (1989), se a criança brincar de médico, de engenheiro ou de cientista, vai ajudá-la a vivenciar situações que poderão ser experimentadas mais tarde. Assim, a criança fantasia sobre os papéis que poderá desempenhar um dia e se preparar melhor para escolher aquele que mais lhe agrada.

Para o autor, a atuação dos professores é muito importante, pois dependendo de sua conduta, os alunos podem bloquear ou desenvolver toda a sua potencialidade, considerando que se o professor os humilham em classe, apontando sempre as suas dificuldades ou exigindo perfeição, contribuem para inibir suas aptidões, que sequer se manifestaram, mas se o professor demonstrar compreensão, apoio e aceitação, vai estabelecer um clima de permissividade na sala de aula, em que todos se sentirão estimulados a liberar suas emoções e sua criatividade, dando início a um processo de crescimento interior. Sem dúvida, é este o caminho para o desenvolvimento da capacidade cognitiva de um ser humano, o que equivale a dizer que é também o da realização pessoal.

Nesse contexto, o professor deve favorecer não só um ambiente alfabetizador, como principalmente, acolhedor e participativo.

Ainda para Carvalho (1989) acompanhar o desenvolvimento de uma criança e respeitar sua individualidade não é muito fácil para os pais, pois muitos têm a tentação de moldá-la à sua própria semelhança, de dominá-la à sua vontade ou ainda de projetar nela os seus sonhos e ambições, procurando resolver suas antigas frustrações através da criança, como uma extensão de si mesmos. Entretanto, quando os pais dão apoio, afeto, proteção, carinho, solidariedade etc., o resultado é o desabrochar de personalidades livres, autônomas e independentes, prontas para atuar no mundo e até modificá-lo, se for preciso, tornando-se pessoas atuantes, seguras e extremamente produtivas.

Carvalho (1989) ressalta que quando o professor recebe uma informação da realidade, ele a

processa e a transmite ao aluno que a recebe, mas a processa de uma outra maneira, sendo que é preciso respeitar sua forma de processamento, e tenha liberdade de manipular a informação para poder criar formas de conhecimentos. Por isso, caso não haja uma dinâmica de interação, deve-se permitir que a criatividade da criança desabroche, esse é o grande desafio do educador.

Assim, o professor deve observar que o desempenho de um a criança não pode ser comparada ao de outra, mas, todas devem ser incentivadas a participar.

Segundo Garcia (2001), a professora sabe a importância de todos os seus alunos aprenderem a ler e a escrever e sabe o destino dos iletrados em nossa sociedade. Também, em leituras às quais tem acesso, nas diferentes redes de convivência, de afinidade, de preocupações comuns de que participa.

Neste processo de busca e de descobertas, o senso comum e a ciência se aproximam, criando conhecimentos práticos, tornando-se mais esclarecidos científicos, passam a ser democráticos e mais bem distribuídos.

Para Barbosa (1994), a realidade social demonstra a desarticulação entre os fins da pedagogia da alfabetização e a diversidade de situações sociais impostas pelo mundo letrado, pois o texto escrito media o cidadão e sua atuação social.

Mesmo antes de ler com os adultos, o autor declara que as crianças leem, desenvolvendo concepções sobre o que é ler, e essas concepções evoluem em direção a uma prática de leitura fluente, num movimento gradativo de reajuste dos elementos constitutivos do ato de ler, que já devem estar presentes no comportamento inicial da criança.

Assim, a escola deve se organizar em função de um novo conceito de leitura, uma leitura de mundo, que supõe a adoção de um novo processo de aprendizagem.

## **A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

A escola não têm o poder de resolver os problemas sociais, mas é capaz de possibilitar melhores condições de vida para as crianças, pois pode favorecer as igualdades em uma pedagogia das relações, da escuta, da animação, socialização, participação, criatividade, autonomia, criticidade, a construção dos saberes de forma significativa e prazerosa e acima de tudo, o respeito aos direitos fundamentais das crianças, que são: vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, cultura e esporte e lazer. É verdade que nem todos os aspectos são favorecidos, mas, a escola, como instituição educacional e social, acolhe as crianças com o objetivo de formá-las integralmente para participar de maneira autônoma na sociedade.

Garcia (2001) assegura que no cotidiano das escolas há a busca permanente de soluções para os desafios que a realidade impõe, objetivando uma escola de qualidade. Sobretudo uma escola para todos, ou seja, um espaço de construção de direitos, de saberes, de subjetividade, uma escola cidadã. E escola cidadã, refere-se àquela em que a cidadania seja exercida hoje, e não a preparação para a cidadania, pois cidadania não significa apenas obedecer às normas criadas por

quem legisla, mas uma cidadania que inclua o direito ao conhecimento em seu sentido mais amplo, um bem valorizado nas sociedades contemporâneas e negado à maioria da população brasileira.

De acordo com Gumperz (1991), os primeiros meses de escolarização da criança são muito importantes, pois estes anos que procedem a escola, a criança engaja-se em atividades de muitas espécies que surgem dentro das rotinas da vida diária em casa ou que ocorrem naturalmente como eventos ou situações de seu interesse, tendo em vista que ela fala e aprende a partir de uma necessidade ativa e espontânea de extrair sentido de sua experiência.

A motivação para aprender, entretanto, vem, principalmente, da própria pessoa, e existem poucas tentativas sistemáticas de ensinar, exceto em questões como segurança e comportamento socialmente aceitável.

Nesse sentido quando a criança ingressa na escola, ela entra em uma instituição que foi planejada com a finalidade específica de entender seus conhecimentos e habilidades em direções pré-determinadas, e ela se descobre em um ambiente social onde é uma das muitas crianças a cargo de um único adulto, que tem a responsabilidade de assegurar que todas elas façam progressos em direção aos objetivos estabelecidos pela sociedade em geral.

A história da criação de uma sociedade baseada na escolarização como uma força legitimadora tem mostrado que a igualdade de oportunidades tem sido a principal preocupação dos teóricos educacionais modernos e que as habilidades de alfabetização têm sido seu principal instrumento.

Para Gumperz (1991) é importante reconhecer que o aprendizado não é uma simples transferência de conhecimentos do professor para o aluno, mas um processo de aprendizado mediado através de socializações interativas e desenvolvimentos interpretativos complexos.

De acordo com Braggio (2002), numa sala de aula, o contexto da linguagem se encontra em uma postura com relação à linguagem e sua aquisição e ao indivíduo e sua comunidade, consideradas como delimitações sociocognitivas, ou seja, um contexto da linguagem dentro da realidade da criança, em contextos de produção de linguagem significativas para que a criança se desenvolva a partir do meio social em que está inserida.

Ainda para o autor, enquanto o conhecimento for considerado como um produto não acabado, o homem e a sociedade estarem em constante movimento, desenvolvimento e transformação, motivados por contradições internas inerentes em todas as coisas, a aprendizagem também será constante.

Em relação à concepção de homem e de sociedade, o autor ressalta que o homem é real e concretamente concebido, não entendido isoladamente, mas inseparavelmente relacionado com seu contexto ativo, crítico, transformador; agente neste contexto, portanto passível de experimentar mudanças e contradições internas, capaz de mudar a si mesmo e à sociedade que o circunda através da linguagem e de sua práxis. Também, que a sociedade é real e concretamente concebida em permanente movimento e mudança, motivados pelas contradições inerentes de classes sociais antagônicas.

Conforme Moura (2012), formar cidadãos autônomos em uma sociedade cada vez mais

tecnologicamente complexa, é preciso valorizar a cultura local e global com as quais os sujeitos se relacionam e, sem dúvida, é papel da escola, sendo que para cumprir esse objetivo, o ensino deve mobilizar múltiplos letramentos, abordando diferentes significados, em contextos culturais diversos, ou seja, contextos relacionados com as ruas, manifestações culturais diversas, frequentemente consideradas como um incômodo ou até mesmo como violência para determinados grupos sociais, mas que compõem a rotina de todos aqueles que transitam no espaço urbano, em especial, os jovens. Dessa forma, olhar para a cultura local de uma escola é partir das ruas, das travessas, dos becos que estão em sua órbita.

Dessa forma, o autor, afirma a importância de uma manifestação da cultura local dos alunos e de sua relação com a tecnologia também mobilizadas e relacionadas. Um desafio vinculado às necessidades de a educação escolar formar o aluno para “dar conta das demandas da vida, da cidadania e do trabalho numa sociedade globalizada e de alta circulação de comunicação e informação, sem perda da ética plural e democrática.

Assim, a escola poderá propiciar aos alunos um modo autêntico de aprendizado da própria língua e de linguagens, para a cidadania e para o respeito e compreensão de diferentes modos de expressão e de agir que os circundam.

Diante dessa realidade, pensar em propostas de letramento que construam nos alunos capacidades para a formação da cidadania em mundo globalizado, sendo a escola, um espaço de mobilização de novas formas de produção, circulação e recepção de discursos na contemporaneidade, a fim de subsidiar propostas de práticas de ensino que integrem culturas locais e globais, almeja a formação cidadã voltada para o desenvolvimento crítico do aluno.

Dessa forma, a hipótese de que não apenas a escola exerce a função de formar o cidadão, mas as várias instituições sociais em que o indivíduo frequenta, como clube, igreja, familiares etc.

Portanto, a compreensão dos letramentos está articulada a outras designações que apontam para práticas sociais e de linguagem. Toda prática de linguagem pressupõe uma situação de comunicação específica que se constitui de acordo com a esfera de produção, circulação e recepção a que está ligada. Essas esferas são espaços sócio-históricos e ideológicos de recorte do mundo onde se dão as relações discursivas entre sujeitos.

Considerando as discussões articuladas às necessidades de ensino na contemporaneidade, em que se deseja a formação de sujeitos capazes do exercício crítico da cidadania, é estabelecido o objetivo despertar nos alunos a compreensão responsiva do lugar social amplo e imediato em que vivem.

Dessa forma, que é preciso ter um olhar para a educação, tendo em vista que é ela que formará os futuros participantes efetivamente da sociedade dinâmica e que a educação transforma o homem e ele transforma a o meio em que vive.

Assim, a escola poderá propiciar aos alunos um modo autêntico de aprendizado da própria língua e de linguagens, para a cidadania e para o respeito e compreensão de diferentes modos de expressão e de agir que os circundam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem da leitura e da escrita devem caminhar junto com a reflexão sobre o funcionamento e veiculação social desses textos, por meio de situações – problema que desafiam o pensar sobre a escrita e como se faz para ler e escrever.

Alfabetizar é o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, codificar e decodificar as palavras. Já, o letramento é o um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnológico, em contextos específicos, para objetivos específicos, isto é, desenvolver alguns tipos de habilidades determinando uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita.

É muito importante oferecer ao aluno um ambiente alfabetizador, onde ele possa desenvolver habilidades além da leitura e escrita, identificar finalidades e funções da leitura, manuseando diversos suportes; refletir, discutir, conhecer e identificar as distintas finalidades da leitura nos diferentes conceitos sociais, sendo capaz de ler o mundo, compreendendo o seu contexto, localizar-se no espaço social, partindo da relação linguagem-realidade.

O desenvolvimento da alfabetização ocorre em um ambiente educacional e social, sendo que as práticas e informações sociais devem ser mediadas pelo professor a fim de os alunos compreenderem e participarem em sua formação integral.

É objetivo da escola, formar cidadãos autônomos em uma sociedade cada vez mais tecnologicamente complexa, sendo preciso valorizar a cultura local e global com as quais os sujeitos se relacionam.

Dessa forma, as situações de uso da leitura e da escrita e o valor que se dá a essas práticas sociais configuram um ambiente alfabetizador, um contexto de letramento, e um espaço de reflexão.

Assim, a presente pesquisa não pretende findar com o tema, mas deixar um caminho aberto para que se compreenda a importância do letramento para as práticas sociais

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, J.J., **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRAGGIO, S.L.V., **Leitura e alfabetização: da concepção mecanista à sociopsicolinguística**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

**BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.**

CARVALHO, A.C.M.D., **Pedagogia do Cotidiano**. São Paulo: Edicon, 1989.

FERREIRO, E., **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRAGO, A.V., **Alfabetização na Sociedade e na história: Vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GARCIA, R.L., **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUMPERZ, J.C., **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KLEIMAN, A.B., **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas - SP: Mercado e Letras, 2012.

MOURA, R.R.E., **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

# A IDENTIDADE DE MENINAS NEGRAS NA ESCOLA

## THE IDENTITY OF BLACK GIRLS AT SCHOOL.



### ANNE CAROLINE NARDI DOS SANTOS

Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (ano de conclusão 2015); Especialista em Cultura Africana pela Faculdade Campos Elíseos (ano de conclusão 2017); Professora de Educação Infantil; Coordenadora Pedagógica no CEI Silvana Aparecida Tobias, Profª.

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo examinar como ocorre o processo de construção da identidade das meninas negras no cotidiano escolar e, identificar e compreender de que forma meninas negras constituem suas identidades, e como estas subjetividades, se manifestam na escola. A hipótese desse estudo apoia-se na percepção de que, apesar dos avanços em relação a conscientização e respeito pelas questões étnico-raciais, conduzidos, principalmente, pelos movimentos sociais, ainda prevalecem práticas racistas que não mencionam as Histórias da África, dos africanos e os afrodescendentes no Brasil, ou informa de maneira estereotipada, e por isso, acreditamos que a constituição da identidade de meninas negras é prejudicada neste processo escolar. O universo desta pesquisa sendo de cunho qualitativo, definiu-se pela análise e reflexão crítica de obras (teses, dissertações, artigos e livros) que versam sobre a temática de identidade étnico-racial e de gênero e, também sobre conscientização, assim como conscientização negra. Os sujeitos deste estudo serão mulheres negras, sendo este grupo composto por cinco mulheres negras na faixa etária acima dos 25 anos de idade, com diversos perfis para a obtenção do melhor resultado possível, cujo perfis selecionados foram: perfil intelectual, militante, pessoa comum, idosa e recém-formada. Essas depoentes retomaram momentos significativos da sua história relacionada com sua passagem pela escola. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, como dito anteriormente, e entrevista semiestruturada. O estudo se fundamentou nos seguintes autores: MUNANGA (1986 e 2004); referências para fundamentar questões raciais e de racismo. LOURO (2000), referências para

fundamentar gênero e raça. PAULO FREIRE (1983 e 1996); referências para a fundamentação das categorias de análise: Liberdade, opressão; autonomia; conscientização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade étnico-racial; Identidade de gênero; Menina negra; Racismo; Branqueamento.

## ABSTRACT

The aim of this study is to examine how black girls' identities are constructed in everyday school life and to identify and understand how black girls constitute their identities and how these subjectivities manifest themselves at school. The hypothesis of this study is based on the perception that, despite advances in awareness and respect for ethnic-racial issues, led mainly by social movements, racist practices still prevail that do not mention the histories of Africa, Africans and Afro-descendants in Brazil, or inform in a stereotyped way, and for this reason, we believe that the constitution of the identity of black girls is hindered in this school process. The universe of this qualitative research was defined by the analysis and critical reflection of works (theses, dissertations, articles and books) that deal with the theme of ethnic-racial and gender identity and also awareness, as well as black awareness. The subjects of this study will be black women, and this group is made up of five black women aged over 25, with different profiles in order to obtain the best possible result, whose profiles selected were: intellectual profile, militant, ordinary person, elderly and recently graduated. These interviewees recalled significant moments in their history related to their time at school. The methodology used was qualitative, as previously mentioned, and consisted of semi-structured interviews. The study was based on the following authors: MUNANGA (1986 and 2004); references to substantiate racial issues and racism. LOURO (2000), references to substantiate gender and race. PAULO FREIRE (1983 and 1996); references to underpin the categories of analysis: Freedom, oppression; autonomy; conscientization.

**KEYWORDS:** Ethnic-racial identity; Gender identity; Black girl; Racism; Whiteness.

## INTRODUÇÃO

Como se pode observar, a partir da apresentação deste trabalho, esta pesquisa, em sua origem, está particularmente relacionada tanto à biografia quanto à trajetória profissional desta pesquisadora. Ao tomar a preocupação da identidade das meninas negras na escola, comprehende-se a relevância desta investigação a partir de dois aspectos: o acadêmico e o social. O primeiro porque, embora seja um tema já estudado na academia, dada a sua amplitude, está longe de ser entendido e pedagogicamente equacionado. O segundo, pela relação direta do lócus escolar com a sociedade, considerando que a escola não apenas reproduz o social, mas, em grande medida, a cria e o recria em seus múltiplos espaços de interação.

Resguardadas as dimensões das questões étnico-raciais, o trabalho ora desenvolvido propõe-se a contribuir para os fazeres pedagógicos de professoras e professores, no que diz respeito à promoção da valorização da comunidade negra, em especial, as meninas e mulheres negras. Pretende também trazer subsídios para a construção de saberes e a valorização do legado cultural negro, no contexto da educação formal brasileira.

Para tanto, no âmbito das memórias e histórias de vida, refletir o campo da educação, a partir das experiências e os relatos de mulheres negras, discutindo a relação interligada das questões raciais e de gênero na escola e como elas repercutem na vida destas protagonistas.

Trata-se, também, numa perspectiva de denúncia e de anúncio, chamar a atenção de educadoras, educadores, e gestores escolares, para o fato de como a educação interfere na construção étnica e de gênero de crianças e adolescentes. Nessa mesma direção, há que se observar o quanto o contexto escolar vivenciado por mulheres negras contribui para a reprodução de preconceitos e discriminações racial e de gênero, isto é, o quanto este espaço interfere na constituição da identidade e na assunção da mulher negra em processo de emancipação.

## **UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA UMA PERSPECTIVA POSITIVA DA POPULAÇÃO NEGRA**

Neste artigo, serão apresentadas e discutidas as principais correntes teóricas e categorias de análise empregadas neste estudo acerca da identidade das meninas negras. Por isso, iniciamos a discussão pautando a importância da extinção do ponto de vista histórico que remete aos mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ou seja, a necessidade de reavaliar e reformular o imaginário social em relação as mulheres negras. Uma vez que, a partir deste imaginário social mal formulado e distorcido, incidem diversas formas de discriminações e preconceitos.

Diante disto, acreditamos fundamentalmente, que o mundo deva ser reposicionado para conhecer a história contada não somente pelo ponto de vista do colonizador, mas sim, da descendência das pessoas escravizadas, e assim, emancipar-se para a luta de humanização dos povos, como Steve Biko dizia, responder a um problema criado não pelo negro, mas sim, pelo branco. Ou seja, o problema é de todos nós, não exclusivamente da comunidade negra.

Questões como, por exemplo, “de onde viemos?” ou “de quem descendemos?”, servem principalmente, para nos identificar e definirmos. A abstenção que a escola proporciona com a educação formal colonizadora, nega as meninas e meninos negras e negros o direito de aprenderem e conhecerem sobre o povo brasileiro, aprender sua história, e assim prejudica que as contribuições desta parte da população contribuam para a formação das novas gerações.

E quais foram estas contribuições, são elas de três segmentos: econômica, demográfica e cultural. Conforme Munanga “Foi graças a esse trabalho gratuito do negro escravizado que foram produzidas as riquezas que ajudaram na construção do Brasil colonial e na construção da base econômica do país” (p. 20), ele segue mostrando que “No plano demográfico, os africanos nos ajudaram no povoamento do Brasil [...], mostra que até 1830, os negros constituíam 63% da população

total, os brancos 16% e os mestiços 21%" (p. 20). E como exemplo da contribuição cultural Munanga apresenta-nos "os africanos introduziram um vocabulário desconhecido no português original e que faz hoje parte do falar brasileiro, alguns exemplos: acarajé, fubá, ginga, Ilê, jiló, lengalenga, quitanda, sacana, umbanda, zumbi, etc." (p. 21). Este é um dos motivos pelo qual não falamos o português de Portugal, a influência de outros povos.

E quais são as mazelas da discriminação e do racismo em sociedade? Podemos destacar a negativação da figura do negro, exemplo disto, são as piadas racistas embutidas no cotidiano "tidas" como normais e inofensivas, geralmente estas piadas relacionam negras e negros a pobreza, sujeira e a marginalidade, por isso elas não são saudáveis, nem para a população negra e nem para a sociedade, já que estas ações acabam alimentando ainda mais o imaginário negativo em relação a comunidade negra.

Estudos apontam a relação entre a desigualdade social e racial, dizendo que quanto maior a proximidade da etnia negra mais provável seria encontrar o brasileiro nas camadas mais inferiores da sociedade, questionando a democracia racial.

Em meados dos anos 90, estudos sobre relações raciais, estatísticas oficiais e pesquisas sobre desigualdades raciais no Brasil realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação do Ministério do Planejamento e Gestão, comprovaram a existência do racismo em nossa sociedade e demonstraram como ele é um fator de agravamento da situação de exclusão e desigualdade vivida pelas camadas populares brasileiras. As pesquisas explicitaram o que o Movimento Negro já apontava há muitos anos: a pobreza, no Brasil, tem cor. (MUNANGA, 2016, p. 129).

Além disto, o racismo incutido na sociedade por séculos é demasiadamente cruel, ele consegue ditar o que eu não quero ser, mesmo quando eu sou. Ele faz com que negamos a nós mesmos. O imaginário social herdado do período escravagista alimenta um lugar naturalizado, o qual subentende-se que devemos estar.

Além de que, a mulher negra até os dias atuais, é vista como objeto sexual e determinada para certas funções. E como consequência disto, é mais facilmente exposta a diversas violências, tais como, violência sexual, doméstica, moral e entre outras. Mais facilmente exposta, do que outras mulheres de outras etnias.

Por isso, a necessidade de falarmos sobre este assunto, e desconstruir a imagem criada pelos colonizadores, mudar imaginário social em relação as negras e negros. "Aprender a conhecer o Brasil é aprender a conhecer a história e a cultura de cada um desses componentes para melhor captar sua contribuição na cultura e na história do país." (MUNANGA, p. 18). Em detrimento deste imaginário distorcido, surgem as discriminações e a violência física e psicológica direcionada a população negra, em geral a população negra em situação de vulnerabilidade social. Um exemplo disto, é a educação impregnada de pressupostos acerca do imaginário social, que acaba por reproduzir o estigma de inferioridade da população negra, e dentro disto, as mais atingidas são as mulheres negras.

A ausência de uma educação voltada para as relações raciais, impede a formação humana do indivíduo que tem como resquícios déficits de respeito e cidadania em sociedade.

Recontar a história da negra e do negro brasileiro, mostrando-o como sujeito ativo, e não como passivo diante da escravidão, é demasiadamente fundamental para a sociedade brasileira conhecer

os processos de lutas e a organização dos africanos escravizados. Isto influenciará a construção da autoestima e a identidade positiva das pessoas negras e brancas, valorizando a presença africana e posteriormente afrodescendentes no Brasil.

Não fomos ou somos passivos ou apáticos em relação ao regime de escravidão. Deve-se considerar as condições de luta e as organizações que nossos antepassados africanos dispunham naquele tipo de sociedade que não era sua naturalmente, e o que significava ser negro no Brasil naquele momento. Mas, sim havia e ainda há processos de resistência negra.

Exemplo de resistência negra, que serve também como inspiração é o movimento quilombola “reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política” (MUNANGA, p. 71, 2016). Além deste exemplo, Munanga nos apresenta alguns outros que contam a história deste país,

[...] podemos dizer que a escravidão sempre foi acompanhada de um forte movimento de resistência, e várias revoltas tiveram a presença negra como personagem central, na luta pelo fim deste regime desumano e cruel. Exemplos dessas ações e reações foram a revolta dos Alfaiates (Bahia, 1798), a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), conhecidas como revoltas urbanas. (MUNANGA, p. 98, 2016).

A discriminação se aprofunda mais, quando a partir dela gera o preconceito que o negro não produz conhecimento, como não, sendo que no continente africano, antes da chegada dos europeus, já havia a sociedade africana com suas funcionalidades. “Uma expedição punitiva enviada pelo rei da Inglaterra em 1897 tomou a capital [...]. Os soldados ingleses apoderaram-se de milhares de obras-primas da arte de Benin, que hoje podem ser vistas nos grandes museus e galerias de arte europeias.” (MUNANGA, p. 53, 2016). Além disso, “quando o descobridor português Diego Cão lançou a âncora no rio Congo, em 1842, o reino do Kongo, uma das civilizações mais prestigiosas da África Central, já tinha quase um século de existência. (MUNANGA, p. 57, 2016). E depois disto, sequestrados e escravizados, nossos ancestrais negros e negras construíram este país, não apenas com seus trabalhos forçados, mas também, com sua cultura, ancestralidade e religiosidade. E ainda depois disto, continuamos a sobreviver as margens da sociedade, seguimos produzindo conhecimento, e sobrevivemos com o mínimo oferecido pelo Estado, que pouco reparou as injustiças que o povo negro sofreu.

A discriminação assim como o racismo é igualmente cruel, ambos desumanizam mulheres e homens negras e negros, não os permitindo que se tornem cidadãs e cidadãos. A discriminação tem o intuito principal de legitimar e justificar a violência, a negação da humanidade e os trabalhos antes forçados e hoje subalternizados dos africanos e seus descendentes. As marcas o racismo está impregnado nos corpos negros, fazendo com que a discriminação seja contínua e perpetua, ocasionando em menores oportunidades de estudo, moradia, saúde e avanço de classe social.

É impossível pensar no enfrentamento da sociedade sem pensar o racismo e o sexismo. Na realidade brasileira, ainda há resistências para análises quanto ao racismo, gênero e classe. E deveria ser uma questão prioritária está, já que o Brasil existiu por mais tempo com a escravidão do que sem. Não tem como falar de gênero, sem falar de raça, ou falar de classe, sem falar de raça. Uma vez que, a maior parcela em situação de pobreza e extrema pobreza da sociedade brasileira, são pessoas negras, além disso os menores salários estão distribuídos para as mulheres negras,

ou seja, gênero, classe e raça, estão entrelaçados.

Davis expõe a opressão como forma de estruturar a sociedade, e diante disto, estas circunstâncias nos parecem opressoras o suficiente para a dominação de toda uma comunidade. Assim, como um dia a escravidão moderna foi uma forma de dominação, hoje a opressão para Angela Davis é ainda mais profunda do que discriminação racial, já que a opressão produz desemprego, habitação de má qualidade, educação inadequada e atendimento médico precário.

Além de ser uma maneira de controle social, a opressão é ao extremo agressiva. Atualmente, temos como um exemplo, o encarceramento em massa da população negra,

É nesse contexto que a ação da polícia assume um papel mais destacado, tendo que enfrentar diretamente a reação escrava, à medida que os senhores se viam cada vez mais importantes para controlar os movimentos de revolta. [...] muitos ainda acreditam que a questão racial é uma questão de polícia e não de políticas públicas. Esse é um terrível equívoco que não foi construído em nossos dias. Podemos considerá-lo uma marca de escravidão que ficou impregnada na visão que muitas pessoas em nossa sociedade ainda conservam em relação ao povo negro (MUNANGA, p. 101, 2016).

Mas escravidão moderna apresenta também outras formas de opressão, sendo uma delas demasiadamente cruel o estupro de mulheres negras, demonstrando as diversas facetas da opressão, e como está é eficaz ao algoz que dela se apropria. Como expôs Davis

Seria um erro interpretar o padrão de estupro instituídos durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (p. 36).

Assim como,

Se os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial. Esse fato sublinha mais a existência das necessidades físicas e os meios para satisfazê-las numa sociedade incontestavelmente dominada pelos europeus, tanto no plano econômico quanto no político. Vista dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não com um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. Embora o casamento com uma mulher de outra “raça” possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros (MUNANGA, 2008, p. 29).

Entendemos, que a busca pela emancipação da mulher negra, se inicia pelo processo de rompimento do silêncio e da invisibilidade que elas são impostas, é necessário pensar a sociedade a partir de seus olhares, e para isso é preciso que as mulheres negras tenham suas vozes consideradas, expondo a formulação de uma nova sociedade que atenda às suas necessidades também.

Nesta dinâmica, compreendemos este panorama como o direito de humanização da mulher negra, através do direito à voz. Queremos um mundo novo, no qual outras vozes possam participar dele, todas as vozes sendo consideradas igualmente, todas potente proporcionalmente. Romper a invisibilidade da mulher negra, questionando o porquê nós não temos os mesmos espaços que as, e os demais, e o não questionamento – a aceitação, pode significar que admitimos este tipo de violência contra a mulher negra, compactuando com a situação.

E a representatividade é relevante neste processo de visibilidade, Angela Davis diz que a população negra ainda em grande parte está fora dos espaços de poder. A norma da sociedade

brasileira é a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade, além, da estética ancestral confortável – a mulher branca e loira. Isto faz com que estes padrões tivessem por muito tempo o monopólio da beleza, da inteligência e da força. Talvez isto explique, o despreparo da educação em relação as crianças negras, gerando nestas a sensação de não pertencimento.

O ideal cultural nunca foi a mulher negra, mas sim, a mulher branca. Assim, o protagonismo deste ideal cultural, assim como dos homens, coloca as mulheres negras em lugares subalternizados e de exotização.

Para Steve Biko a consciência negra e as lutas das questões raciais estão para além da identidade, mas sim, em busca da verdadeira humanidade, porque para Biko as lutas de moradia, saúde, educação e vida, são lutas pertencentes a comunidade negra. Por isso, é necessário a emancipação, a emancipação como forma de pensar um novo modelo de sociedade, emancipação radical que não reforce nenhum tipo de opressão.

Para isso, é fundamental que o tema racial seja discutido e analisado, desde a formação do professor e da gestão da escola. A academia pauta a educação do ponto de vista do homem branco, e assim o professor chega na sala de aula com seus vícios da sociedade racista. O material didático sobre a história da África, precisa também ser revisto e analisado cuidadosamente pela gestão e pelos professores, a fim de não reforçar estigmas e estereótipos. O poder público precisa se responsabilizar pelas políticas públicas efetivas, com ações afirmativas, a fim de reparar as condições dadas à comunidade negra em anos de história.

O brasileiro de ascendência africana, ao contrário dos brasileiros de outras ascendências (europeia, asiática, árabe, judia etc.), ficou por muito tempo privado da memória de seus ancestrais. Por isso, a Lei nº 10.639, promulgada pelo Presidente da República Federativa do Brasil em 2003, depois de 115 anos da abolição da escravidão, veio justamente reparar essa injustiça feita não apenas aos negros, mas a todos os brasileiros, pois essa história esquecida ou deformada pertence a todos, sem discriminação de cor, idade, sexo, gênero, etnia e religião. (MUNANGA, p. 18).

É indispensável para a população negra reconhecer-se, e isto ocorre pelo processo de aceite dos valores, costumes e tradições, e pela reformulação da imagem do ser negro. A consciência é a chance da comunidade negra de ter orgulho de si e de sua cultura. Conforme Munanga

Seres livres em suas terras de origem, aqui foram despojados de sua humanidade através de um estatuto que fez deles apenas força animal de trabalho, coisas, mercadorias ou objetos que podiam ser comprados e vendidos; fontes de riqueza para os traficantes (vendedores) e investimentos em “máquinas animais” de trabalho para os compradores (senhores de engenhos). Foi esse regime escravista que fez do Brasil uma espécie de sociedade dividida e organizada em duas partes desiguais (como uma sociedade de castas): uma parte formada por homens livres que, por coincidência histórica, é branca, e a outra formada por homens e mulheres escravizados que, também por coincidência histórica, é negra. (p. 16).

O Brasil entre todos os outros países do mundo é um dos mais perigosos para o gênero feminino “As Nações Unidas denunciam que somos o quinto país em homicídios contra mulheres. Estamos à frente da Síria, em guerra desde 2011” (GELEDÉS, 2016)

Diante disto, e com base nos estudos para a construção deste projeto podemos concluir momentaneamente que, ser mulher negra no Brasil é sinônimo de correr perigo constantemente.

Esta violência está atrelada ao racismo, já que podemos observar as diferenças dos dados

estatísticos entre as mulheres brancas e as mulheres negras, conforme trecho: “O dado mais recente, de 2014, mostra que, enquanto a taxa de homicídios de brancas foi de 3,2 por 100 mil habitantes, a de negras ficou em 5,4 por 100 mil habitantes.” (GELEDÉS, 2016). E pensando nisso Munanga nos apresenta o seguinte quadro:

Sendo a mulher negra mais vulnerável à violência aos direitos humanos e por representar quase a metade da população feminina do Brasil, qualquer estratégia de promoção da mulher deve considerar as diferenças que existem entre as mulheres, adaptando as políticas públicas às necessidades reais das mulheres brancas, negras, indígenas, para que essa metade da população feminina, negra e indígena, chegue junto com a mulher branca ao poder. (MUNANGA, p. 135, 2016).

Com estas informações podemos imaginar a dificuldade de ser mulher, e negra, excluídas nas margens da sociedade brasileira. Enquanto as mulheres brancas combatem o machismo, sendo está também uma luta árdua, que progride em passos lentos e pequenos, as mulheres negras lutam contra o machismo, mas também contra o racismo e o preconceito. “Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista.” (MUNANGA, p. 133, 2016).

Mesmo com os avanços em relação a função da mulher no mundo e no Brasil, a mulher negra ainda continua relacionada às funções subalternizadas, e bem parecida com as funções que desempenhava no Brasil colonial. Diante disto, podemos observar em Munanga, 2016

[...] em 1990, existiam cerca de trinta mil altas executivas, as mulheres eram 62% dos profissionais de Medicina, 42% dos diplomados em Direito, 19% em Engenharia, 40% na Imprensa, ocupando 2.301 cargos de juízes no Judiciário. Basta, no entanto, percorrermos esses espaços de decisão ocupados pela mão de obra feminina para constatarmos que a maioria das mulheres negras não está lá, está ainda nas funções tradicionais, ou seja, limpando a sala da diretoria, da médica, da advogada, da redação dos jornais, dos tribunais, em resumo, limpando a sala das decisões. (p.134).

Não é nossa intenção desmerecer qualquer luta e nenhuma etnia, este comparativo exposto em nosso texto, é para retratar ao leitor que a luta feminina é constante e resistente, e desta luta abrem-se parênteses, que é a luta feminina concomitantemente articulada com a luta racial.

Dessa forma, devemos refletir quanto ao combate racista e machista que não é atual, o que é contemporâneo, são as vistas e à proporção que este movimento de feminicídio racial está alcançando.

Assim refletimos quanto as repercussões da discriminação na população brasileira, principalmente nas nossas crianças, que estão expostas a mídia transmitindo conteúdos que estão atrelados as relações de poder, concebendo ali uma massa de manobra.

Além dos órgãos do poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia – as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2017, p. 112).

Deste modo, sabemos que representatividade acontece, para as meninas brancas. Todas elas são brancas; as bonecas, as dançarinhas nos programas infantis e até as protagonistas nas novelas, desenhos, séries etc. Diante disto, podemos concluir momentaneamente que ser negro influencia

diretamente as experiências dos indivíduos. Precisamos nos preocupar com as experiências dos filhos da Diáspora, os afrodescendentes, quais são as consequências da ideia de supremacia de uma raça sobre a outra. Alimentar e incentivar referência positiva de pessoas negras para pessoas negras e brancas.

Afinal a Televisão não representa a população brasileira, na verdade, ela representa uma pequena parte desta população, a que ela acredita que é a mais bonita, mais inteligente, mais talentosa, enfim a melhor, em sua perspectiva. E quando as meninas negras e os meninos negros são representados, na maioria das vezes, ficamos constrangidos, somos domésticos, seguranças, bandidos, bobos da corte. Sempre parece nos remeter e relacionar com a desumanização imposta pela escravidão.

Entretanto, sempre há um espaço nas páginas policiais para negras/os, comprovando os estereótipos e os pré-conceitos, fortalecendo o imaginário social que o corpo negro ainda continua a ser a carne mais barata, sem importância, reproduzindo conceitos machistas, racistas e patriarcais. Ou seja, a muito tempo a TV e a literatura vem reforçando o papel social do/a negro/a no Brasil.

E é essa TV racista dominada e relacionada com a elite dominante que cria as narrativas que influenciam milhares de telespectadores conscientes ou não. Essas narrativas transmitem mensagens que não existe racismo no Brasil, um grande e forte “viva a democracia racial”, no Brasil não há cor, o fato de não vermos a cor não é um bom sinal. Mensagens distorcidas de que se o/a negro/a está naquelas condições, é apenas obra do acaso, mera coincidência, nada disso tem a ver com ofertas de oportunidades desiguais.

Pensando sobre isto, a mídia precisa deixar de perpetuar o imaginário racista, romper com esta prática e criar perspectivas, sendo elas, as questões raciais em primeiro-plano; a perspectiva que temos da mulher, em especial, a mulher negra e a hiper sexualização, a qual essa é consistentemente relacionada; a relação de pessoas pretas somente ao corpo e a sexualidade, dificilmente ao cognitivo e a inteligência. Contudo, felizmente as condições dos pretos/as estão em processo de mudança, porque a população negra está se organizando cada dia mais para nos proteger, ganhando maior visibilidade e consequentemente apoio, não significa que antes não nos organizávamos, havia sim organização, resistência e inteligência entre nós, mas atualmente ganhamos visibilidade para nossa causa, e apoio de outros grupos étnicos, como os brancos e os pardos, que estão se reconhecendo como filhos da Diáspora também.

A reflexão que irá alimentar este estudo será em relação ao sujeito, com o enfoque em uma de suas subjetividades, sendo está a identidade. Professores e professoras como atores e atrizes da educação devem estar atentos à complexidade que permeia este âmbito, e deve considerar acima de tudo que a educação não é um monólogo, isto é, não somos os únicos atores e atrizes deste campo, professores/as juntamente com os/as alunos/as, a escola e a comunidade, formamos um grande elenco, buscando representar a realidade de cada um destes, ou pelo menos deveríamos.

Este projeto busca um estudo aprofundado, crítico e reflexivo acerca dos campos feministas, culturais e étnicos, uma vez que, pode se entender que a opressão é o caminho para a manutenção das relações de poder, e por isso, cabe a escola ficar atenta a influência que estas relações procuram

exercem nos sujeitos já dentro da instituição escolar para repercutir nas dinâmicas sociais. “Por isso é que, na formação dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.43).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo manifestou-se, de um lado, pela intenção de demonstrar como a escola básica interfere na construção étnica das meninas negras que a frequentam; de outro como tentativa de anunciar possíveis caminhos apontados na própria pesquisa para enfrentar parte dos inúmeros problemas que tocam a questão da formação identitária dessas meninas.

Partiu-se da hipótese de que o contexto escolar, vivenciado por meninas negras, contribui para a reprodução de preconceitos e discriminações racial e de gênero, impactando de forma negativa no processo de assunção e emancipação das meninas/mulheres negras.

De um modo geral, os principais argumentos discutidos neste estudo mostraram que a escola, por muito tempo, não teve relação positiva com os processos de assunção de identidades de meninas negras. Pelo contrário, as referências bibliográficas e os estudos da área, demonstram que a vida escolar dificultou imensamente esse processo de descoberta e afirmação identitária, já que o cotidiano escolar dessas mulheres foi predominantemente marcado pela reprodução da cultura do branqueamento.

O artigo mostrou também que este processo de assunção da identidade negra que, para muitas, é uma descoberta da própria negritude, é um passo essencial para a autoafirmação e conscientização. Muitas das vezes observa-se que a assunção de suas identidades negras, ocorre sempre fora do ambiente da escola básica, e isso faz com que mulheres construam e constituam o processo de empoderamento – não só financeiramente, ou profissionalmente, tornando-se mais autônomas, mais fortalecidas, e mais resistentes, porém mais tarde.

A falta da conscientização racial e a identidade, faz com que o sentimento de não-pertencimento àquele lugar apareça mais fortemente na população preta, podendo ser um dos motivos de evasão escolar, por exemplo. A desconsideração escolar das questões relativas à identidade das meninas negras, frequentemente, incidiu na negação da prática educativa que as invisibilizavam.

Os marcadores sociais a que estão submetidas – gênero, etnia, sexo, classe social, dentre outros – configuraram um fardo imenso para essas meninas negras, hoje mulheres adultas. Pudemos refletir sobre a ausência de experiências escolares, a escassez de personagens negras nas disciplinas escolares, o que significa, por sua vez, a “naturalização” do branqueamento como fenômeno cultural e a consequente ausência da representatividade negra na escola. Ao lado disto, observamos que os traços étnicos, na visão de docentes, gestores e alunos, perpassaram, e ainda perpassam, por visões estereotipadas e discriminatórias.

Outro aspecto importante a ser destacado é a emergência das redes de apoio/proteção,

uma categoria social, evidenciadas nos relatos, de nossas participantes, condição que possibilitou o seu processo de conscientização, favorecendo de maneira notável a assunção das identidades de mulheres. Podemos concluir que essas redes de apoio e proteção, quando se configuram no ambiente escolar, são uma maneira de propiciar segurança, para, por exemplo, além da afirmação identitária, tornar o processo de aprendizado mais efetivo.

Para a pesquisadora, a realização deste artigo contribuiu, igualmente, para expressar as dificuldades de assumir a identidade negra, uma vez que revelou que as questões étnico-raciais são, em grande medida, desconsideradas pela educação básica, mesmo com a Lei nº 10,639/2003. Esse artigo também contribuiu para o reconhecimento da necessidade ao combate do racismo por um sistema de referência positiva, com vistas à construção identitária das meninas.

Visibilizamos as experiências de mulheres e meninas negras, fazendo-nos refletir o quanto ainda temos que aprender, acerca de nós, do outro, da sociedade, e o quanto temos a fazer. Esse trabalho nos oportuniza também a pensar uma reavaliação da escola e do professor/a da Educação Básica, sobre a constituição de identidades, de forma a refletir e a agir para uma prática educativa que contribuam para que as meninas negras cresçam mais autônomas e mais seguras, conscientes de suas potencialidades, e não aguadas e querendo mudar quem são para se adequar ao padrão.

A pesquisa nos revelou, de forma mais acurada, a crueldade do racismo na escola, especialmente sobre as meninas. Considerando a natureza do ambiente escolar, em que se espera constituir-se como um espaço de desvelamento e enfrentamento das opressões, a cultura do branqueamento ganha ainda mais legitimidade nesses lugares.

Quando uma professora ou um professor se omitem em sua função educativa ou, pior, agem favoravelmente às práticas discriminatórias ou racistas, fica difícil imaginar alguma saída para a sociedade. Nossas mães e nossos pais acreditam que a escola pode proteger e ensinar nossas crianças a se protegerem da discriminação. No entanto, na maioria das vezes, esse ambiente as vitimiza ainda mais, incutindo nas crianças negras e brancas a cultura da inferiorização racial que, por sua vez, configura-se de forma mais perversa nas mentes e nos corpos das meninas negras.

O que nos traz esperança é o fato de que a história e a cultura não são fenômenos acabados ou predeterminados, mas em processo, o que significa passíveis de mudança. Em nosso entendimento, para enfrentar uma das facetas das muitas desigualdades brasileiras, o racismo dentro da escola, não podemos renunciar à conscientização como único caminho possível.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas.** tradução Cristina Baum. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto.** Tradução Denisse Bottmann. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso 27 jul. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento: Justificando, 2018.

ARAÚJO, Vanda Aparecida de; COSTA, Thiago Batista; XAVIER, Sara Santos. **Mulheres negras e educação: (re)construção de uma história de vitimização e a possibilidade de empoderamento.** In: SILVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (Org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra.** São Paulo: Casa Flutuante, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Coord.). **Branqueamento e branquitude no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso 15 jul. 2018.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento: Justificando, 2018.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero – uma seleção dos principais textos do líder negro.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

BRASIL. Lei nº 10.639, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso 15 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PARECER N.º: CNE/CP 003/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso 15 jan. 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser com fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso 15 jul. 2018.

CAVALLEIRO, Eliane Dos Santos. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

**Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino, Danielle Valverde. [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/annen/Downloads/dossie\\_mulheres\\_negrasipea%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/annen/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea%20(2).pdf). Acesso 30 jun. 2018.**

**Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial / [coordenação geral Hélio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa Iá - Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11284- revistadeeducacao infantil-2012&category\\_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284- revistadeeducacao infantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso 30 mai. 2018.**

FAUSTINO, Carmen; SOUZA, Elizandra. **Pretextos de mulheres negras**. Programa VAI – Valorização de Iniciativas Culturais, Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.

. **Pedagogia da autonomia**. 35.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996b.

. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 57<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

. **Pedagogia do oprimido.** 66<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **O que temos feito para combater o racismo à brasileira?** 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-temos-feitopara-combater-o-racismo-brasileira/>>. Acesso 14 abr. 2018.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Precisamos da Lei do Feminicídio. E precisamos abalar as estruturas do machismo.** 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/precisamos-da-lei-do-feminicidio-e-precisamos-abalar-asestruturas-do-machismo/>>. Acesso 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **As escolas como reproduutoras do racismo e o machismo.** 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-escolas-comoreprodutoras-do-racismo-e-o-machismo/>>. Acesso: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE.** 2017.

\_\_\_\_\_. **Risco de jovem negra ser assassinada é duas vezes maior que de branca, aponta pesquisa.** 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/risco-de-jovem-negra-ser-assassina-da-e-duas-vezes-maior-que-debranca-aponta-pesquisa/>>. Acesso 14 abr. 2018.

GOES, Djalma Lopes. **Ações afirmativas e ação pedagógica na educação: a aplicação da lei 10.639/03 em sala de aula.** 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, n. 21, p. 40-51, set./dez., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso 15 jul. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: **Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso 15 mar. 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** / tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAFRA, Jason Ferreira; SANTOS, Régia Vidal dos; SANTOS; Anne Caroline Nardi dos. **Identidade de meninas negras: a força da história e do discurso.** In: SI LVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (Org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra.** São Paulo: Casa Flutuante, 2017.

MARTINS, Roseli Figueiredo. **Identidade de meninas negras: o mundo do faz de conta.** 2006. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus Presidente Prudente. 2006.

MARTINS, Telma Cezar da Silva. **O branqueamento no cotidiano escolar: Práticas pedagógicas nos espaços da creche.** 2017. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

MOURA, Glória. **O Direito à Diferença**. In: **Superando o Racismo na escola**. 2<sup>a</sup> edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso 15 mar. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2<sup>a</sup> edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso 15 mar. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/annen/Downloads/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf>. Acesso 10 mar. 2018.

RATTS, Alex. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010. (**Retratos do Brasil Negro/ coordenada por Vera Lúcia Benedito**).

REVISTA FÓRUM. **Pesquisa indica que negros ganham metade da renda dos brancos**. 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/pesquisa-indica-que-negros-ganham-metade-da-renda-dos-brancos/>. Acesso 10 mar. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017.

ROMÃO, Jeruse. **O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e Amílcar Cabral: **a descolonização das mentes.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, Lucilene Costa e. **Meninas negras na literatura infanto-juvenil: escritoras negras contam outra história.** 2012. 196 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. 2012.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha) da. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

SILVA JUNIOR, Hélio; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.). **Políticas públicas de promoção da igualdade racial.** São Paulo: CEERT, 2010.

SILVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (Org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra.** São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2017.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Negritude, letramento e uso social da oralidade.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

**Superando o Racismo na escola.** 2<sup>a</sup> edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso 15 mar. 2018.

YOUTUBE. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos da história única**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>>. Acesso 15 jul. 2018.

# **ARTE: COMPONENTE CURRICULAR TRANSDISCIPLINAR QUE CORROBORA COM APRENDIZAGEM DE OUTRAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PAULISTA**



## **ART: A TRANSDISCIPLINARY CURRICULAR COMPONENT THAT CORROBORATES THE LEARNING OF OTHER SUBJECTS IN THE SÃO PAULO CURRICULUM**

**CINTIA GABRIELA LESSA DE MEDEIROS**

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Guarulhos (1997); Professora de Ensino Fundamental II - Ciências da Natureza- na EMEF Adolpho Otto de Laet.

### **RESUMO**

As Artes são as denominações atribuídas, ao um conjunto de artes que representam o mundo real ou imaginário; e que tem a visão como principal forma de avaliação e apreensão. Nesta pesquisa foi abordado o tema Arte: componente curricular transdisciplinar que corrobora com aprendizagem de outras disciplinas do Currículo Paulista, que está relacionada às obras, como pintura escultura, grafite, colagens, gravuras, cinema fotografias, enfim, tudo que se possa ver ou tocar. A arte em si, pode ser apresentada ao educando, a este universo tão instigante, não basta apenas o encantamento, é preciso sentir, imaginar e desfrutar das sensações que essas manifestações produzem na alma humana. A visão de um trabalho diferenciado na disciplina de Arte com a inclusão de novas atividades e a busca pela multidisciplinaridade nas aulas tem sido um dos objetivos da escola contemporânea. A proposta de trabalhar qualquer disciplina, considerando a interdisciplinaridade, requer mudanças conceituais e um trabalho diferenciado com os alunos. O objetivo da pesquisa foi apresentar a importância de um trabalho contextualizado e diferenciado na disciplina de Arte, trazendo para sala de aula atividades como leitura de imagens, músicas, textos, obras de arte, entre outros. Para tanto utilizou-se da metodologia bibliográfica, mediante autores que discorrem sobre a proposta da interdisciplinaridade na escola. Aqui procurou-se introduzir a arte ao processo de ensino e aprendizagem, especialmente, o que trará maior compreensão de seus universos particulares e coletivos. De suas épocas e onde se fundem a arte como contribuição à educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte; Interdisciplinaridade Educação; Aprendizagens; Criticidade.

## ABSTRACT

The Arts are the names given to a set of arts that represent the real or imaginary world, with vision as the main form of evaluation and apprehension. This research looked at Art: a transdisciplinary curricular component that corroborates the learning of other subjects in the São Paulo Curriculum, which is related to works such as painting, sculpture, graffiti, collages, engravings, cinema, photographs, in short, everything that can be seen or touched. Art itself can be introduced to the student, to this universe that is so instigating, it is not enough just to be enchanted, it is necessary to feel, imagine and enjoy the sensations that these manifestations produce in the human soul. The vision of differentiated work in the Art subject with the inclusion of new activities and the search for multidisciplinarity in classes has been one of the objectives of contemporary schools. The proposal to work on any subject, considering interdisciplinarity, requires conceptual changes and differentiated work with students. The aim of the research was to present the importance of contextualized and differentiated work in the Art subject, bringing activities such as reading images, music, texts, works of art, among others, into the classroom. To do this, we used bibliographical methodology, using authors who discuss the proposal of interdisciplinarity in schools. The aim here was to introduce art to the teaching and learning process, in particular, which will bring a greater understanding of its particular and collective universes. Of their eras and where they merge art as a contribution to education.

**KEYWORDS:** Art; Interdisciplinarity Education; Learning; Criticality.

## INTRODUÇÃO

A arte está relacionada com a beleza estética e com a criatividade do ser humano, capaz de criar manifestações ou obras agradáveis aos olhos. O conceito de arte visual é muito amplo, envolvendo áreas como o teatro, dança, pinturas, colagens, gravuras, cinema, fotografia, escultura, arquitetura, moda, paisagismo, decoração etc.

As novas tecnologias também têm revolucionado o conceito de artes visuais, em áreas como a web design, que tem um grande impacto na sociedade atual. Os objetivos gerais desta pesquisa envolvem as percepções visuais, principalmente, dos educandos para que estes obtenham um olhar profundo e aguçado em ver, enxergar, e entenderam, pelo menos parcialmente, o que está diante deles

As artes podem ser criadas através de várias ferramentas ou instrumentos, como o papel, madeira, gesso, argila, programas informáticos, máquinas de captação e reprodução de imagens como filmadoras ou máquinas fotográficas.

No Brasil existem cursos de artes visuais, onde o aluno pode obter o bacharelado ou licenciatura.

Uma pessoa com esse tipo de formação pode atuar em direção de arte, cinema, televisão, vídeo. Pode também trabalhar na área do jornalismo, fazendo a edição de imagens para a mídia impressa ou online.

Justifica-se a necessidade deste estudo para que tanto a comunidade acadêmica e as demais pessoas da sociedade, tenham acesso ao que representa o belo, à estética, às formas, à criação, às percepções e incluindo que estas concepções agregam muitos saberes no momento de aquisição de vários saberes e auxilia no processo de ensino-aprendizagem.

Contando com os objetivos específicos, a Arte é uma ferramenta importantíssima, no âmbito da educação infantil, séries iniciais e até o ensino médio, representando um estímulo essencial em várias etapas do desenvolvimento do educando. Através das artes, eles trabalham a sua criatividade e imaginação, e conseguem adquirir novas habilidades e novas formas de olhar o mundo.

Muitos especialistas afirmam que o principal objetivo não é que se valorizem a vertente estética, mas, que compreendam que materiais diferentes podem ser transformados e utilizados várias vezes na criação de novos elementos.

Faz parte dos objetivos do ensino das artes visuais também, a mobilidade que a instituição deve organizar, em sua prática em torno da aprendizagem em arte, garantindo oportunidades para que as crianças sejam capazes de: ampliar o conhecimento de mundo que possuem.

Manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressão artística. Utilizar diversos materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação. Fazer uso da prática da exploração com materiais diferentes: texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo etc.; de meios, como tintas, água, areia, terra, argila etc. De variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras etc.

Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas. Cuidado com o próprio corpo e dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes. Cuidado com os materiais e com os trabalhos e objetos produzidos individualmente ou em grupo

A metodologia empregada neste estudo baseou-se na descrição e observação qualitativa, das revisões bibliográficas e releitura de opiniões de outros educadores e autores das Artes, numa perspectiva interacionista e com uma visão multidisciplinar.

## DESENVOLVIMENTO

### O QUE SE ENTENDE POR ARTE

Arte é uma atividade humana das mais antigas, sempre ligada a uma percepção, ideia ou

emoção, estimulando tanto a consciência do criador da obra quanto dos que a apreciam, podendo cada uma dessas obras ser considerada única e diferente.

Artistas, são pessoas com sensibilidade, de uma forma geral, que procuram manifestar suas emoções e ideias através de algum estilo ou meio de comunicação. Diante das considerações sobre a Educação, abaixo, um pouco das Diretrizes sobre como os docentes devem se comportar, ao ministrarem suas aulas e defenderem suas ideologias:

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos (BRASIL, 1998).

A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças as novas Diretriz, por isso a utilização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.

A necessidade da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais surgiu da constatação de que as várias modificações – como o Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade – deixaram as anteriores defasadas. Estas mudanças ampliaram consideravelmente os direitos à educação das nossas crianças e adolescentes e de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar quando estavam nessa fase da vida.

Diante dessa nova realidade e em busca de subsídios para a formulação de Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação promoveu uma série de estudos, debates e audiências públicas, com a anuência e participação das entidades representativas dos dirigentes estaduais e municipais, professores e demais profissionais da educação, instituições de formação de professores, mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores da área.

As Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, reunidas nesta publicação, são resultado desse amplo debate e buscam prover os sistemas educativos em seus vários níveis (municipal, estadual e federal).

De instrumentos para o ensino -aprendizagem para que crianças, adolescentes, jovens e adultos que ainda não tiveram a oportunidade, possam se desenvolver plenamente, recebendo uma formação de qualidade correspondente à sua idade e nível de aprendizagem, respeitando suas diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas (BRASIL, 2013).

Segundo a filosofia, a arte é uma intuição, é uma expressão do mundo imaterial projetada no material, com a inspiração adquirida do próprio mundo material e utilizando artefatos desse mesmo mundo para, como diz Aristóteles, criar uma imitação da realidade. A definição de arte para o filósofo Kant é a produção de uma satisfação desinteressada (MEIRA, 2017).

## HISTÓRIA DA ARTE

Data desde os mais primitivos tempos podemos encontrar a essência do pensamento humano expressa das mais diversas formas, desde pinturas rupestres e esculturas a construções arquitetônicas que extrapolavam as comuns. Arte, religião e ciência sempre andaram juntas através dos tempos, sendo ela o principal produto de ligação do homem com o intelecto (MEIRA, 2017).

A arte, em toda sua trajetória histórica, pode ser identificada, nas diversas manifestações de conhecimento; onde a humanidade utilizava o desenho para se comunicar, como forma de linguagem. Já na pré-história, nas cavernas, os primatas faziam desenhos de suas caçadas como, e a quantidade de pessoas que moravam nas cavernas.

Desde o seu início, o ser humano sempre foi um ser criativo, tendo nascido com essa habilidade, desenvolvida mediante seu habitat, independente da cultura e do desenvolvimento interno de seu ser, assim explorando e estimulando a criatividade em sua maneira de ser e de estar no mundo (PILLAR, 2013).

O homem ao nascer traz consigo especificidades culturais, psicológicas e sociais, o que permite fazer ligações com a natureza e com o mundo. Sendo a arte parte integrante desse movimento, possibilita a representação e interpretação do mundo, onde são desenvolvidas habilidades de seleção, classificação, identificação etc. indispensáveis para organização humana (PILLAR, 2013).

A prática em educar, também apresenta características genuínas em determinados períodos, tendo suas evoluções de acordo com as transformações socioculturais. Sendo assim, podemos mencionar algumas tendências; a escola tradicional.

Onde o desenho relacionava-se com a preparação do aluno para o trabalho, enfatizando a linha, o contorno e a reprodução de modelos propostos pelo professor. A escola nova, onde a arte defende a livre expressão e a expressão espontânea. A escola libertadora, onde a arte segue ações interdisciplinares (BRASIL, 1998, 1996).

A escola crítico-social dos conteúdos, onde o professor deve ter domínio sobre o assunto sabendo ensinar a arte ou ser professor de Arte. A escola construtivista, na qual a arte é obrigatória nas instituições de ensino (PILLAR, 2013).

Na área educacional, a arte é originada de uma longa trajetória, sendo amparada pela lei só depois da década de 70, através da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que a tornou obrigatória, disciplina de Educação Artística nos estabelecimentos de 1º e 2º graus. De acordo com o entendimento desta lei, a arte era apenas uma atividade educativa, não de fato, uma disciplina.

Mencionando Strickland (2019), este afirma, que importância da arte para a história humana está exatamente na sua relação direta com o momento histórico e cultural, refletindo aquilo que acontece em determinado momento e sendo trabalhada de forma artesanal, única e original.

Podemos, de uma forma geral, dividir a história da arte em grandes períodos: Arte Pré-Histórica (período anterior a 3000 a.C.), Arte Antiga (de 3000 a.C. até 1000 a.C.), Arte Clássica (de

1000 a.C. a 300 d.C.), Arte Medieval (de 300 a 1350), Arte Moderna (1350 a 1850) e, finalmente, Arte Contemporânea (de 1850 aos dias atuais) (MEIRA, 2017).

Estudar a história da arte, então, é estudar a história da evolução humana em nosso planeta, olhando através dos movimentos artísticos as modificações ocorridas em cada época. Em cada um dos períodos estudados podemos ter outras ciências nos auxiliando a entender o momento histórico, como a arqueologia, a paleografia, a própria literatura que também é uma manifestação artística, e diversas outras (STRICKLAND, 2019, p. 57).

Através dos tempos podemos dividir a história da arte tanto pela sua manifestação globalizada, como a arte primitiva ou arte pré-histórica, como também pela regionalização, como a arte grega, a arte romana, a arte moçambicana, a arte indiana, quando vamos entender o processo evolutivo e cultural de cada uma de suas ramificações (STRICKLAND, 2019).

## A DIVERSIDADE ARTÍSTICA

Duarte (2015) define, que há diversos tipos de Artes para classificar os diversos as artes costumamos visualizar, dividi-las em categorias, como artes visuais, por exemplo, que inclui a pintura e a escultura, ou também as dividir por técnicas, através dos materiais utilizados na expressão (quarela, óleo e guache são técnicas da pintura).

Ainda pode-se classificar por gêneros, na literatura, exemplificando, por comédia, romance, ficção científica, da mesma forma que no cinema. São temáticas e estilos inseridos na forma de arte apresentada. Para Duarte (2015), de uma forma mais ampla, costumou-se classificar as artes numa lista que se tornou comum nos dias de hoje.

Assim, a música como primeira arte; a dança e coreografia como segunda; a pintura como terceira; a escultura como quarta; o teatro como quinta; a literatura como sexta arte.

No final do século XIX começou a surgir o que é conhecido como sétima arte: o cinema. Mas a evolução tecnológica ainda nos apresenta mais quatro tipos de arte, que entraram na lista na seguinte ordem: oitava arte, fotografia; nona arte, histórias em quadrinhos; décima arte, jogos de computador e vídeo e, pelo menos até o momento, décima primeira arte, a arte digital, que possibilita uma gama imensa de variações, estilos e gêneros (STRICKLAND, 2019).

Arte Moderna foi surgindo de novas tendências e movimentos artísticos dos dois últimos séculos da história surgiram novas expressões da arte, caracterizando-se o que denominamos arte moderna, onde podemos perceber a influência da Revolução Industrial e de toda a tecnologia advinda dessas transformações (STRICKLAND, 2019).

## A ARTE DEMONSTRANDO FORMAS DE VIVER

Segundo Pillar (2013), os artistas, em vez de se limitar a copiar a natureza e a realidade como antes, criaram estilos, rompendo as regras na busca de uma melhor expressão da vida moderna. Assim, caracterizou-se que o objetivo da arte não era apenas a representação do visível, mas a

expressão emocional e sensível do que estava na mente do artista. Após essa introdução em busca de uma referência teórica sobre o ensino de Arte, resolveu-se procurar ajuda profissional. Utilizando os serviços da biblioteca das instituições, implementando outras pesquisas.

Suas variações encontraram, finalmente, até mesmo em designers e arquitetos, uma funcionalidade para o cotidiano. É comum hoje procurarmos móveis feitos por designers, que sejam mais adaptados ao nosso estilo e forma de ver a vida, ou mesmo de buscar nos arquitetos soluções artísticas que nos possam trazer o prazer de viver em um projeto original e único (PILLAR, 2013, p. 19).

De acordo com o pensamento e estilo. Os tipos, estilos e variações de arte hoje estão classificadas como arte contemporânea, quando novos desafios se impõem aos artistas para projetar suas ideias (PILLAR, 2013).

O eixo que norteia a contribuição das Artes Visuais na Educação é a investigação das práticas, realizações, teorias e metodologias da educação visual e suas tecnologias na sociedade contemporânea. As pesquisas realizadas ressaltam a movimentação, em relação aos conhecimentos adquiridos, nos questionamentos da arte atrelada à educação ao promover a interatividade de instituições, saberes e práticas da leitura das imagens e nas práticas visuais (PILLAR, 2013, p. 72).

Esta promoção se reflete na ampliação desta área de conhecimento, para uma grande variedade de contextualização de atividades, incluindo escolas, museus, instituições culturais, organizações comunitárias de base, e configurações alternativas.

A linha é um espaço de convergência que agrupa pesquisadores, professores e praticantes de campos interdisciplinares. A intenção de se aplicar as artes visuais nas aulas práticas, dentro das escolas e universidades se dá às necessidades de inspirar, engajar; provocando educadores em artes visuais a compreender e investigar grades curriculares e uma extensão de possibilidades pedagógicas, aprofundando envolvimento das artes visuais, na cultura, e na sociedade (BRASIL, 2015).

A Educação em Arte Visuais se propõe a: estimular e conduzir ações dentro de uma comunidade colaboradora, que foque em metodologias e conteúdos relevantes para as artes visuais (MEIRA, 2017).

De acordo com as concepções de Pillar (2013), proporcionar aos modelos e práticas de ensino em artes visuais socialmente sustentáveis e responsabilidade ecológica, consciente em vários contextos culturais; e proporcionar liderança e envolvimento com organizações culturais e profissionais das artes visuais locais, nacionais e internacionais.

Para Strickland (2019), as principais preocupações de instituições escolares e de educadores da linha são preparar os alunos para: ensinar em programas de Educação em Artes Visuais em instituições de ensino superior, as definições artísticas da educação voltada para a cultura das artes; realizando pesquisas e contribuindo para a literatura em Educação em Artes; apurando as informações sobre a preparação dos professores de maneira geral.

Não apenas de algumas modalidades do ensino Básico, teoricamente, na área da Educação em Artes Visuais, da atualidade e prática, e tornando o ensino da mesma, em algo personalizado, por meio de representações visuais e através das atividades realizadas pelos educandos, em seus diferentes momentos de aprendizagens (PILLAR, 2013).

## A ARTE COMO INSTRUMENTO TRANSDISCIPLINAR

Reafirmando o que já foi lido nos textos acima, desde o início da história a arte sempre esteve presente em praticamente todas as ações humana, religiosas e culturais. Sendo assim, Cunha (apud PILLAR, 2013) ressalta que:

A procura do novo, a ruptura com o passado, a busca da expressão e a experimentação, que são características modernas, e mais as descobertas tecnológicas, impulsionaram a diversidade da arte. E se a modernidade possibilitou a experimentação e a diversidade visual, a pós-modernidade buscou as imagens do passado para a constituição de uma nova narrativa visual. De uma maneira ou outra, os paradigmas históricos/visuais influenciaram as imagens destinadas as crianças. Além disso, o próprio conceito de criança é alterado: hoje, ilustrações e os textos visuais convocam as crianças a conhecê-los, a percorrê-los e racioná-los com uma realidade maior, imaginada ou real. (CUNHA, apud PILLAR, 2013, p. 164).

A cultura visual contemporânea atualmente desafia nosso próprio conceito de ensino e aprendizagem, assim como desafia também os sentidos e definições da própria arte.

Segundo Strieder (2014), ao mesclar técnicas e materiais inusitados à arte rompe com os cânones tradicionalmente adotados, que já não surge mais efeitos como as mídias e as imagens que nos afetam diariamente. Acredita-se que todo educador de cultura ou artes visuais encontram muitos desafios e obstáculos em suas jornadas de trabalho.

Principalmente, diante das culturas massificadas da indústria cultural, na qual a sociedade de forma geral está inserida; estas que valorizam o consumo exagerado e deturpam os valores e comportamentos. Assim, os estudantes não procuram se pautar na qualidade e na revolução que a arte provoca e sim, limitam-se a rebuscar paredes de escolas e muros da cidade, sem critério e sem mensagens.

Nunca desmerecendo os artistas informais de rua, ou grafiteiros das frases impactantes, para o despertar da população, mas, com o cuidado de entender o porquê da sujeira urbana espalhada como praga e sem critério de valores artísticos e culturais (MEIRA, 2017).

Por acreditarmos no que os autores acima mencionados, nos apontam, buscou-se aproximar as artes visuais do cotidiano escolar dos alunos. As atividades devem ser bem aceitas, justamente porque compreendemos que ilustrações e textos visuais convidam os alunos a apreenderem.

Os educandos revelaram que visualizar os conteúdos, que por sua vez quando visualizados tornam-se imagens, ao mesmo tempo observar as imagens de obras artísticas trouxeram compreensão mais concreta dos conteúdos ensinados. A visualidade também tem impacto sobre a aprendizagem (MEIRA, 2017).

Para Pimentel (2019), essas considerações são fundamentais, como pensar em artes visuais desatrelada do assunto primordial? Em relação a sua visibilidade dentro das escolas e nas ruas, onde os alunos procuram formas de expressões singulares, não desmerecedora da arte urbana, mas é necessário adquirir parâmetros de criação e divulgação, arte faz bem, lidar com arte evolui os ciclos de aprendizagem, em diversas áreas do conhecimento.

Meira (2017), afirma ser preocupante, o que algumas instituições escolares vêm fazendo em

cobrir suas paredes com imagens da cultura visual, sem critérios, só para os alunos não realizarem intervenções ao gosto juvenil.

Essa medida radical não melhora em nada o processo de aprendizagem, pois, os coíbe de fazer suas representações críticas, esses projetos são realizados à revelia, direcionados sem que se possam ser confrontados e avaliados, ocasionando um sistema cultural das artes visuais engessado, sem cor e sem alma.

A arte é uma ferramenta de apoio de uma nação em educar-se, em aprofundar-se em suas culturas e realizações, emoções aspirações e sentimentos coletivos, ou mesmo individuais, mas, que atingem um grande público, e daí beneficiá-lo de forma que a sociedade ou a escola não pode eleger imagens de cultura visual sem que haja uma aceitação por parte dos integrantes do processo.

Estes precisam se sentir pertencentes ao espaço para que possam interagir e apreciar, divulgar, julgar e redefinir a arte em seus cotidianos. Em termo educacionais, é preciso atenta-se aos estudantes, quando estes insistem em fazer intervenções artísticas na escola.

Pois, quando pretendem intervir estão deixando claro que participam das decisões coletivas e caso isso não ocorra, quando a gestão escolar define as imagens, esta de coloca contra o ideal de participação e de pertencimento. Sendo de variadas fontes, teatrais, musicais ou mesmo em face de realizar painéis com suas imagens prediletas que contornam suas adolescências e infâncias dentro do espaço escolar, é uma maneira de estar ali, de fazer a diferença estando ali (STRIEDER, 2014, p 19).

Para Strieder (2014), outro ponto perceptível que a arte vai muito além do que se pensa. Arte é vida em movimento e cor, esta se coloca diante das pessoas e instituições como uma couraça e da mesma maneira lhe abrem as portas para a liberdade de pensamento e não se deixa oprimir pelos sistemas culturais já ultrapassados ou de sistemas que não agregam valores algum ao currículo e à arte. Quando a arte não serve para educar e sim para manipular começam os conflitos, que nos fazem repensar qual o lugar que a cultura está ocupando na educação.

## AS COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS

A capacidade das crianças, jovens e adultos é diferenciada pelas suas vivências, mas, a cada visualização o ato de sentir uma imagem está se tornando mais presente e influente, na vida dessas pessoas, que antes não tinham contato, ou qualquer tipo de conhecimento ou conceito do assunto.

Não se pode mais dizer que a escola é o único lugar que os alunos apreendem. Então acreditamos que nós educadores devemos ensinar os conhecimentos artísticos culturais do passado, atrelado a contemporaneidade. Pimentel (2019), nos fortalece na compreensão quando nos diz que, a arte é atemporal e imortalizada na alma de que a deixa imprimir-se:

Artes visuais na escola: uma experiência de ensino e aprendizagem. O conhecimento da produção humana do tempo passado deve estar comprometido com a produção de um ensino contemporâneo, que leve em conta as manifestações da arte que estamos vivendo, do cotidiano social, cultural, individual de quem ensina e aprende (PIMENTEL, 2019, p. 165).

Pensando em oferecer aos alunos uma compreensão das principais rupturas da história da Arte, é preciso organizar conteúdos sobre os principais movimentos artísticos do século XX.

Teve-se como objetivo complementar, com intuito, desencadear pensamentos reflexivos dos alunos quando aos conhecimentos artísticos da arte. Buscamos apresentar esses conhecimentos o mais próximo possível da realidade cultural dos nossos educandos, que se contextualiza hoje como cultura visual (BRASIL, 1997, 1996).

Hernández (2017), lembra que, este é um dos principais desafios da educação atualmente. Uma educação para indivíduos em transição, que construam e participem de experiências vivenciadas de aprendizagem, pelas quais aprendam a resolver questões que possam dar sentido ao mundo em que vivem de suas relações com os outros e consigo mesmo.

O primeiro desafio se propõe como atividade em sala de aula, que foi uma releitura de imagens de obras de arte desse período artístico do século XX. Em relação às competências e habilidades, não há dúvidas que a Arte, na ramificação das artes visuais encontram longo percurso para se projetar e se estabelecer como movimento cultural de fixação de novos saberes.

Mesmo em relação as outras disciplinas. A educação atrelada a á arte deve vir de cunho significativo, existencial criando uma identidade cultural de um grupo que tende a se fixar, norteado em bases sólidas de seus contextos e referências culturais (HERNÀNDES, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos expostos neste trabalho de conclusão do Curso de Artes, focando em Artes, considera-se a importância de levar tal conhecimentos aos alunos. De acordo com os objetivos do estudo que devem ser expostas aos educandos de forma leve, interacionista, transdisciplinar e contextualizando, seus momentos, suas vivencias, suas bagagens. Através de processos que têm como caráter de análise e reflexão sobre todas as produções.

Seja então as primeiras fases de se aproximar do contexto das Artes, para os educandos de maneira geral, especificar suas conquistas e as etapas do seu processo criativo, diante das inovações do currículo Paulista em Educação. A proposta, carrega sim si, uma vivacidade em conquistar esse aluno para internalizar os conceitos artísticos, através de suas próprias concepções. Tendo que, buscar entender o processo individual de cada aluno, afastando os conceitos pré-existentes do que é feio ou bonito e correto ou errado.

De uma forma simples, procura-se concluir esta pesquisa, de forma a dar margens a muitas outras, pois, o assunto não se esgota, mas sim expande-se de forma a abrir-se a novos estudos, opiniões e novos conceitos, que assim sendo utilizados corretamente, contribuem em novos saberes e no processo de ensino-aprendizagem de forma geral.

Estes auxiliam no processo educacional, pois, os educandos devem ser observados constantemente, orientados e direcionados, mas, de maneira que criem suas conclusões e desenvolvam seus gostos pessoais, suas apropriações e partam de princípios subjetivos, de criatividade e de criticidade.

Assim, aqui terminamos estes estudos motivantes e permeados de experiências em observações,

leituras, registros pessoais, partindo das observações registradas em todos os momentos de estudo e pesquisas bibliográficas, onde os autores muito contribuíram para meu desenvolvimento docente de uma forma muito particular.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Resolução no 3 de 3 de agosto de 2015. **Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.** Diário Oficial da União. Brasília, n 151, p. 27, 08 ago. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação.** Introdução. MEC/SEF. Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** MEC/SEF. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação: Conhecimento de Mundo.** MEC/SEF. Brasília, 1998.

DUARTE JUNIOR., João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação.** Papirus, Campinas, 2015.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudanças educativas e projeto de trabalho.** Artmed. Porto Alegre, 2017.

\_\_\_\_\_. **Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional.** Mediação. Porto Alegre, 2017.

MEIRA, Marly Ribeiro. **Filosofia da criação: sobre o sentido da sensível.** Mediação. Porto Alegre, 2017.

PILLAR, Analice Dutra. **A educação do olhar no ensino das artes.** Mediação. Porto Alegre, 2013.

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. **Limites em expansão: licenciatura em artes visuais.** Belo / ARTE. Horizonte, 2019.

STRIEDER, Roque. Educação e Humanização: por uma vivência criativa. Habitus. Florianópolis, 2014.

STRICKLAND, Carol. **Arte comentada: da pré-história ao pós-moderno.** Ediouro. Rio de Janeiro, 2019.

# **PEDAGOGIA E NUTRIÇÃO: A RELEVÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E INTELECTUAL DA CRIANÇA**



## **PEDAGOGY AND NUTRITION: THE IMPORTANCE OF HEALTHY EATING FOR CHILDREN'S PHYSICAL AND INTELLECTUAL DEVELOPMENT**

**CLAUDIANE FERREIRA DOS SANTOS**

Graduação Pedagogia, pelo Instituto Superior de Educação de São Paulo, conclusão em 2008; Pós-graduação pela Faculdade Campos Elísios, conclusão em 2019; Professora de Educação Infantil.



### **RESUMO**

O objetivo desse estudo é de compreender os princípios de uma alimentação saudável para o desenvolvimento físico e intelectual da criança. O tema será introduzido com base na promoção da saúde na escola, tornando-se um eixo fundamental em nível nacional, deixando claro um olhar no qual a escola é um espaço de ensino-aprendizagem, convivência e crescimento fundamental, no qual se adquirem valores fundamentais. Durante o desenvolvimento desse artigo, faz-se algumas citações nas quais descrevem que a escola é o lugar ideal para se desenvolver programas da Promoção e Educação em Saúde de amplo alcance e repercussão, exercendo uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas. Nas considerações finais desse artigo deixa-se claro que a Alimentação Saudável é um eixo fundamental para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Físico e Intelectual; Alimentação Saudável; Etapas Formativas; Saúde.

## ABSTRACT

The aim of this study is to understand the principles of healthy eating for children's physical and intellectual development. The topic will be introduced on the basis of health promotion at school, which has become a fundamental axis at national level, making clear a view in which school is a space for teaching-learning, coexistence and fundamental growth, in which fundamental values are acquired. During the course of this article, some quotes are made in which it is described that the school is the ideal place to develop Health Promotion and Education programs with a wide reach and repercussion, exerting a great influence on its students in the formative and most important stages of their lives. The final considerations of this article make it clear that Healthy Eating is a fundamental axis for children's physical and intellectual development.

**KEYWORDS:** Physical and Intellectual Development; Healthy Eating; Formative stages; Health.

## INTRODUÇÃO

O tema do artigo é Pedagogia e nutrição: a relevância da alimentação saudável para o desenvolvimento físico e intelectual da criança. A escolha desse tema se deu devido à preocupação gerada entre os professores de escolas de Educação Infantil e Fundamental, aos quais procuram conhecimentos de como se trabalhar com as crianças para que elas tenham uma alimentação saudável nos períodos que permanecem na escola. Tem como objetivo principal compreender a necessidade da alimentação saudável para o desenvolvimento físico e intelectual da criança e os objetivos específicos como conhecer a alimentação saudável para o desenvolvimento infantil, apresentar os benefícios da alimentação saudável para o desenvolvimento físico e intelectual e compreender a necessidade da alimentação saudável para o pleno desenvolvimento.

O problema da pesquisa é: a alimentação saudável favorece o desenvolvimento físico e intelectual da criança? Essa questão é respondida no desenvolvimento do trabalho.

Esse tema é de suma importância para os profissionais da área da educação e da saúde por se tratar de um assunto relacionado ao desenvolvimento integral do ser humano.

## HISTÓRIA DA PEDAGOGIA

Falar em Pedagogia, não se trata de falar de um mero termo, nem mesmo, designá-la como apenas uma atividade, é mais do que isso. Pode-se assim, contemplar algumas definições que cabem para a pedagogia.

Percebe-se nas pesquisas realizadas nela, vertentes que existiram, as quais influenciaram e influenciam muito a educação no mundo e consequentemente no Brasil, com suas distintas tradições e culturas, essas relações deixaram um legado de recomendações e responsabilidades do que se

deve e não se deve aderir no processo educativo.

Segundo Ghiaraldelli (2010), esses influenciadores são: Johann Friedrich Herbart (1776-1841), que desenvolveu questões estritamente ligadas a educação, com sua corrente filosófica ligada ao realismo. O francês Émile Durkheim (1858-1917), onde sua preocupação inicial era a educação, com sua corrente: sociologia / positivista. E o Norte- americano John Dewey (1859-1952), o qual exerceu grande influência no movimento de renovação da educação em várias partes do mundo, funcionando como sinônimo de filosofia da educação.

Vê- se que Herbart , deixou um legado do qual, concebia a formação moral do caráter do aluno, como fim supremo da educação, por meio de uma instrução educativa que introduzisse ideias corretas na mente dos alunos.

Com Durkheim observa-se que, este, tratava à educação como uma socialização da geração jovem pela geração adulta, afirmando que quanto mais eficiente fosse esse processo, melhor seria o desenvolvimento da comunidade em que a escola estivesse inserida.

De acordo com Ghiardelli essa parte vivenciada pela educação é tratada como uma pedagogia que,

[...]essa pedagogia foi, durante bom tempo, a responsável pelo principal método didático na Europa e América. Ela chegou a rivalizar com a pedagogia dos religiosos católicos, por exemplo, a pedagogia dos jesuítas, que haviam sido bastante influentes no século anterior. [...] Ele, Herbart, fez sucesso não só na Alemanha, mas também nos Estados Unidos e na França. Nos Estados Unidos teve êxito ao menos até por volta de 1900. [...] Foi então que a literatura filosófica, psicológica e educacional de Dewey e outros, próximos da ideia do progressivíssimo, começou a tomar conta dos Estados Unidos, desbancando a influência de Herbart. [...] (GHIARALDELLI, 2010, p.16-17).

Constata-se que a educação dos jesuítas, baseava-se nas virtudes, isto é, nos valores cristãos. Deixaram: patrimônios de colégios organizados em rede, e como método pedagógico um currículo comum, porém, acredita-se que, eles contribuíram para o fortalecimento das estruturas de poder hierarquizados e de privilégios para um pequeno grupo. Repara-se com isso que, não havia uma igualdade de instrução em seu método de ensino. Presume-se que, por esse motivo, a corrente filosófica realista Herbart rivalizou com os Jesuítas, sendo tão influente e perdurando por longos períodos, por tratar da formação moral e do caráter do aluno, foi o fundador da pedagogia como disciplina acadêmica, sendo criticado como intelectualista e memorizador pelos seguidores do pragmático Dewey.

Percebe-se que com a chegada de Dewey, referência no campo da educação moderna e seu método pragmático, que nada mais é do que: a elaboração de hipóteses que podem ser testada assim, a educação vai seguindo uma outra vertente da qual cita Ghiaraldelli (2010, p.17-18):

Dewey atacou a noção de que a verdade é simplesmente a correspondência de que entre objeto representado e (em linguagem ou pensamento) e o objeto como ele estaria no mundo antes de fazermos a representação dele. Ele disse que para falar em verdade ou falsidade deveríamos ver o que faz a diferença na prática.

Identifica-se que, através dos estudos e concepções de Dewey a educação vai se transformando e obtendo grandes avanços percebe-se que ele pregava uma educação que propiciava à criança condições de resolver por si própria seus problemas, vê-se com isso que, para ele a experiência

pessoal era fundamental.

Segundo Ghiaraldelli (2010, p.18-19),

Dewey também se interessava pela educação partindo da ligação a democracia, e com a ampliação da possibilidade de todos nós virmos a ter experiências mais ricas, possível em uma sociedade democrática.

Percebe-se quão grandes contribuições foram trazidas para a nossa educação brasileira, que tem lutado para ser: libertadora, critica e autônoma. Opositores levantaram relatos que Dewey foi considerado: protetor de uma vaga utopia, cuja finalidade seria melhorias na sociedade liberal.

Dessa maneira, adentrando ao que aborda atualmente e historicamente a pedagogia no Brasil, pode-se dizer que, foi imprescindível o estudo e a experiência com esses influenciadores que tiveram os nossos intelectualistas brasileiros, trazendo como exemplo: Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, os quais, estiveram à frente do elaborado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, documento que se tornou um clássico da Pedagogia brasileira, que incorporou tantos princípios durkheimianos quanto deweyanos. Acredita-se que essas dualidades de conceitos trouxeram-nos maneiras assertivas. De acordo com que escreve Ghiaraldelli (2010, p.21-22),

Esse ecletismo foi, entre nós, não um erro, mas um grande acerto. Foi a maneira pela qual Fernando de Azevedo, durkheimiano, conviveu com Anísio Teixeira, deweyanos. Por essas trilhas aprendemos a tomar um conceito de dupla face.

Distingue-se com tudo isso, a origem do curso de Pedagogia no Brasil, nascido em 1939, dessa forma, foi elaborado com grande diligência a grade curricular do curso de Pedagogia, composto por matérias como: estrutura e organização do sistema educacional, psicologia da educação, sociologia da educação, gestão da educação, didática, alfabetização e letramento, ensino das matérias de educação básica, literatura infantil, filosofia da educação, e técnicas de avaliação e aprendizagem.

Trazendo por definição, a ciência que tem como o objetivo de estudo a educação, e o processo de aprendizagem e seu desenvolvimento como um todo.

## HISTÓRIA DA NUTRIÇÃO

Para melhor compreender a importância da Nutrição no mundo atual, é conveniente conhecer a origem desta área da saúde. A nutrição é um tema que atualmente tem grande destaque no nosso dia a dia, tanto no mundo do trabalho e profissional como dentro de cada uma das nossas casas.

As preocupações com a alimentação sempre estiveram presentes na história dos grupos humanos, unidos por razões diversas. Desde os primórdios dos tempos houve monastérios, hospitalares, asilos, orfanatos e forças armadas que exigiam a produção e distribuição de alimentos em grande quantidade. Mas foi somente no início do século XX que estes serviços de alimentação começaram a ser reconhecidos e oficializados. (Maynie, 1978, p. 73).

Desde os tempos antigos (escritos antigos na Babilônia, Grécia, Extremo Oriente), os alimentos e as plantas já eram falados como remédio natural contra doenças e preservação da saúde, ou seja, para recuperar e manter o equilíbrio do corpo.

No século V aC Hipócrates dava recomendações sobre alimentação, que não se referiam apenas à alimentação, mas às regras da vida em geral, e afirmava que quanto melhor a nutrição,

melhor a saúde.

Em 1785, Lavoisier descobriu os detalhes do metabolismo e posteriormente a importância das gorduras, proteínas, carboidratos, vitaminas e vários nutrientes inorgânicos para a saúde e foi assim até pouco mais de 200 anos atrás a ciência da nutrição.

Apesar dos grandes avanços nesta ciência, a desnutrição por deficiência (anemia) ou excesso de nutrientes (obesidade) ainda prevalece hoje, o que nos faz refletir que ainda há muito a ser feito no sentido de garantir o consumo e o uso adequado dos alimentos. Por isso a educação alimentar é importante e hoje existe um profissional (nutricionista) treinado e qualificado para prevenir, cuidar e manter tudo relacionado à área de alimentação e nutrição.

Para Santos:

O tema da alimentação, finalmente, começa a invadir a História impulsionando maior diálogo multi, inter e transdisciplinar, e fazendo com que as editoras invistam cada vez mais nessa área, transformando em best-sellers até mesmo simples manuais de receitas culinárias. As pesquisas acadêmicas – muitas que redundaram em dissertações e teses de pós-graduação – que abrangem processos históricos com enfoques social, cultural, econômico, político, tecnológico, nutricional ou antropológico, e mesmo como monografias sobre determinados alimentos, buscam recuperar os tempos da memória gustativa, possibilitando as desejáveis articulações entre a História e outras disciplinas. (2005, p, 165).

A necessidade de se alimentar fez com que o homem se desenvolvesse com seu meio ambiente, ou seja, mudou, alterou e estruturou a terra onde vive. Ele aperfeiçoou e diversificou ferramentas para arrancar raízes de plantas e caçar animais, e usou o fogo para assimilar produtos inadequados ao sistema digestivo. Ou seja, o homem tem desenvolvido métodos para obter vegetais mais palatáveis, da mesma forma que domesticou animais para garantir o suprimento de carne.

O ser humano tem a particularidade de selecionar e preparar os seus próprios pratos, o que é conhecido como arte culinária ou a cozinha que fazemos diariamente em casa. Com bons hábitos alimentares poderemos evitar doenças e seremos um exemplo para os menores. É nos lares e nas escolas que se deve buscar a prevenção de doenças e distúrbios alimentares (anorexia, bulimia, obesidade) das crianças.

Outra série de doenças que foram eliminadas graças ao avanço do conhecimento no campo da nutrição, são as doenças carenciais, causadas pela falta de alguma vitamina ou outro nutriente na dieta alimentar. Na segunda metade do século 20, as doenças infecciosas deixaram de ser a principal causa de mortalidade por doenças crônicas como o câncer. A dieta tem se mostrado estatisticamente um importante fator envolvido na causa dessas doenças e, nas últimas décadas, os cientistas enfrentaram o desafio de identificar os fatores dietéticos envolvidos nelas.

## **ALIMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

A disponibilidade de alimentos agradáveis, seguros e nutritivos, sustentados por um ambiente alimentar saudável, é fundamental para a promoção de melhores dietas nas escolas. A implementação de padrões e políticas, juntamente com o desenvolvimento das capacidades das comunidades escolares, é uma das principais prioridades na promoção de ambientes saudáveis de alimentação

escolar e refeições em todo o mundo.

O Ministério da Saúde e o da Educação são corresponsáveis por assegurar a implantação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e, consequentemente, de parte da Política Nacional de Promoção de Saúde nas escolas, em consonância com os critérios de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O programa deve atender, ainda, aos alunos da Educação Especial, que é oferecida a educandos portadores de necessidades especiais, que possuem, por direito, o acesso igualitário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular (BRASIL, 2003, p.13).

Este último, por sua vez, tem como objetivos atender as necessidades nutricionais do aluno no período escolar e, nesse contexto, promover hábitos alimentares saudáveis.

As diretrizes do PNAE focam o comprometimento do governo brasileiro em subsidiar o programa com recursos próprios e o estímulo à descentralização financeira, repassando os recursos da União para os estados e municípios, transferindo as diretrizes para quem os receber (AZEVEDO, 1999; DOMENE, 2008, p.37).

Ademais, a Alimentação Escolar disciplinada pela lei nº 11.947/2009 inclui a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Considerando-se a gestão descentralizada da educação, os municípios passam a elaborar planos e projetos governamentais para traduzir em ações as normatizações que ainda são centralizadas.

Nas últimas décadas é notável que as mudanças no perfil alimentar, estilo de vida e o padrão de saúde da população brasileira, tiveram impacto nos índices de obesidade do país (WENDLING, 2013).

A relação entre esses índices de prevalência não se firma apenas nessa questão. O excesso de peso está relacionado com o estilo de vida, o comportamento desequilibrado no consumo por alimentos calóricos e o sedentarismo. Posteriormente está associado às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que já alcançou um total de óbitos em 72% no Brasil (SCHIMIDT, 2011; DUNCAN, 2011).

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 2008-2009, a prevalência do excesso de peso e obesidade em crianças e adolescentes, tem aumentado de maneira significativa. A obesidade atingiu 16,6% do total de meninos e 11,8% das meninas de 05 a 09 anos. A pesquisa também relata que a prevalência é mais frequente no meio urbano do que no meio rural (IBGE, 2010). Diante desse contexto, a necessidade do controle e prevenção da obesidade infantil, está vinculada às políticas públicas e programas de promoção da saúde, que buscam adequar e melhorar os hábitos alimentares saudáveis e juntamente com a prática de atividades físicas (REIS, 2011; VASCONCELOS, 2011; BARROS, 2011).

Por observar que a escola é um espaço educativo e formador e com o objetivo formar cidadãos capazes de viver nesta sociedade repleta de novas tecnologias e consumismo exagerado, uma das metas a serem atingidas pela escola é a formação de valores e hábitos e entre eles está à consolidação dos hábitos de higiene e alimentação que propiciam uma qualidade na saúde física e mental.

A espécie humana necessita de uma dieta variada para garantir uma nutrição adequada. O consumo de uma variedade de alimentos em quantidades adequadas é essencial para a manutenção da saúde e do crescimento da criança. Para ingerir uma dieta variada, além da disponibilidade dos alimentos, é fundamental a formação dos hábitos alimentares. (BRASIL, PNE, 2003, p.36).

Dessa forma, os projetos das escolas deveriam propiciar a criança informações de forma lúdica, sobre os alimentos, a higiene com o corpo e com o ambiente, orientando os alunos sobre o exagero que a mídia transmite por meio de propagandas, desenhos e programas de televisão para aumentar o consumo de muitos alimentos que não são saudáveis e podem prejudicar a saúde.

O consumo alimentar na infância está intimamente associado ao perfil de saúde e nutrição, principalmente entre as crianças menores de dois anos de idade. A amamentação materna exclusiva até os seis meses e, a partir dessa idade, a inclusão na dieta de alimentos complementares disponíveis na unidade familiar é o esquema recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para as crianças de todo o mundo. Essa recomendação se pauta no conhecimento de que até os seis meses de vida o leite materno exclusivo é suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais da criança, além de favorecer a proteção contra doenças. Após essa idade, a inclusão dos alimentos complementares no esquema alimentar da criança tem o objetivo de elevar, principalmente, as quotas de energia e micronutrientes, mantendo-se o aleitamento ao peito até 12 ou 24 meses de idade da criança. (OLIVEIRA et al., 2005, p.460).

Percebe-se que a intervenção das escolas para uma alimentação saudável é fundamental, estimulando as crianças desde a Educação Infantil a alimentarem-se de forma adequada.

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006, p.17):

Na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprias das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado.

Para que a Educação possa intervir na alimentação saudável das crianças é necessário que se faça um trabalho significativo, como apresentação de vídeos explicativos sobre a importância das vitaminas para o crescimento saudável, a importância dos hábitos de higiene, na preparação dos alimentos para consumo. Hábitos de higiene corporal, como escovar os dentes, lavar as mãos antes das refeições, entre outros que fazem parte do nosso cotidiano.

## ROTINA DE ALIMENTAÇÃO

Para que a alimentação saudável seja significativa para a criança é fundamental que se realize atividades de acordo com a faixa etária do grupo de alunos. Essas atividades podem ser por meio de vídeos, leituras de histórias a respeito de alimentação, como o livro “Amanda no País das Vitaminas”, no qual a personagem principal se recusa a se alimentar saudável e só come salgadinhos e chocolates, mas ela começa a ter fraquezas e ao adormecer encontra em sonho com legumes e frutas falantes que a fazem perceber o quanto é importante comer as vitaminas que contém nas frutas e legumes.

Antes do almoço e do jantar, os professores podem cantar músicas, que contextualizam a importância de se alimentar bem em todas as refeições, incentivando as crianças que recusam determinados alimentos a comerem melhor.

Outra atividade que pode ser realizada é a leitura do livro “O pote vazio”, no qual o professor poderá realizar um plantio de feijão, com o objetivo da observação da germinação, a necessidade de água e luz para o desenvolvimento da planta, relacionando ao alimento para o crescimento saudável.

Vegetais, como verduras e frutas, costumam ser ótimas fontes de vitaminas. Devem ser consumidos, sempre que possíveis crus, já que a maior parte das vitaminas é sensível ao calor e acaba sendo destruída quando o alimento é cozido. (SILVA JÚNIOR, 2000, p.41).

Pode-se também construir um relógio com o horário médio de cada refeição, com objetivo de determinar a importância de estabelecer horário para as principais refeições. Com o relógio as crianças buscarão imagens de quais alimentos devem ser servidos em cada refeição.

Com objetivo de tornar a alimentação saudável como fundamental e significativa para as crianças o professor pode trabalhar também com aulas de culinária, como a preparação de uma salada de frutas, por exemplo, na qual oportunizará as crianças observarem diferentes frutas em conjunto e o sabor ao comerem juntos em a necessidade de incluir açúcar ou outro doce.

A alimentação inadequada na fase infantil, quando as crianças estão no início da vida escolar pode ocasionar déficits no desenvolvimento físico e cerebral.

Segundo Rotenberg e Vargas (2004, p. 86):

a seleção, o consumo, a produção da refeição, o modo de preparação, distribuição, ingestão, isto é, o que se planta, o que se compra, o que se come, como se come, onde se come, com quem se come, em que frequência, em que horário, em que combinação, tudo isso conjugado como parte integrante das práticas sociais.

As atividades direcionadas para as crianças da Educação Infantil são de fundamental importância para o crescimento saudável.

A Direção Geral de Saúde – DGS (2005, p. 48), afirma que a alimentação:

Assegura a sobrevivência do ser humano; fornece energia e nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo; contribui para a manutenção do nosso estado de saúde físico e mental; desempenha um papel fundamental na prevenção de certas doenças e contribui para o adequado crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Houve uma articulação do Ministério da Educação e Ministério da Saúde, na qual instaurou-se a Portaria Interministerial nº 1010/ 2006, estabelecendo diretrizes para a promoção de alimentação nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis nas escolas. Em seu Art. 3º a alimentação saudável nas escolas deve possuir os seguintes eixos:

- I - ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;
- II - estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;
- III - estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;
- IV - restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras;
- V - monitoramento da situação nutricional dos escolares. (BRASIL, 2007, p.16)

De acordo com Cassol e Schneider (2015, p.13),

O ato de se alimentar é um ato social capaz de provocar novos modos e valores de vida, visto que a relação entre as formas de produzir e comercializar e as formas de consumir e alimentar são essenciais para o desenvolvimento de práticas de produção e consumo sustentáveis.

Portanto, a criança deve possuir a capacidade e autonomia para escolher, além de possuir o espaço para se ambientar e conhecer a alimentação saudável, podendo praticá-la de acordo com suas preferências.

A escola é um ambiente propício para desenvolver ações sobre a promoção de hábitos saudáveis, incentivando o hábito nas crianças de ingerir alimentos saudáveis.

De acordo com Libâneo (2004):

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos correspondam estratégias adequadas e eficazes de organização e gestão. (LIBÂNEO, 2004, p.137).

Portanto, Libâneo (2004), destaca que a escola deve assegurar o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, sociais e morais, superando regras conservadoras e elaborando estratégias adequadas para formação dos educandos.

À medida que a criança cresce e se desenvolve cognitivamente, seus medos e preocupações passam do concreto para preocupações abstratas. Por isso é fundamental que a criança seja incentivada a ter uma alimentação saudável desde a Educação Infantil.

De acordo com Kuhlmann Jr (1998, p.31):

[...] considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc., reconhecê-las como produtoras da história.

Antes de chegar à escola para receber a educação formal a criança já passou por um processo educativo informal, que começou a desenvolver sua personalidade, e quando ela chega à escola encontra dificuldades de integração.

Com a diminuição do convívio familiar, provocada pela vida ocupada do mundo moderno, a boa educação escolar torna-se importante para o preparo da vida social da criança, e não mais apenas a educação como elemento fundamental para a pessoa humana.

## **DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**

O crescimento e desenvolvimento da criança é um processo contínuo, mas mais importante

durante os primeiros anos de vida e durante a puberdade e adolescência, que é quando ocorre o crescimento acelerado. Na puberdade e na adolescência é quando a taxa de crescimento faz com que uma dieta inadequada cause um atraso no crescimento devido à falta de fornecimento adequado de nutrientes.

A alimentação e nutrição adequadas constituem direitos fundamentais do ser humano. São condições básicas para que se alcance um desenvolvimento físico, emocional e intelectual satisfatório, fator determinante para a qualidade de vida e o exercício da cidadania. Se for verdade que, muitas vezes, a falta de recursos financeiros é o maior obstáculo a uma alimentação correta, também é fato que ações de orientação e educativas têm um papel importante no combate a males como a desnutrição e a obesidade. Ao chamar a atenção de crianças e adolescentes para os benefícios de uma alimentação equilibrada, a escola dá a sua contribuição para tornar mais saudável a comunidade em que se insere. (CONSEA, 2004, p. 81).

A alimentação saudável é o que permite que crianças e adolescentes cresçam, desenvolvam e mantenham uma ótima saúde, evitando doenças degenerativas relacionadas à alimentação na idade adulta.

A regra mais importante da alimentação saudável é que as contribuições nutricionais devem ser recebidas nas proporções adequadas, mantendo o equilíbrio dos macronutrientes.

## DESENVOLVIMENTO FÍSICO

Espera-se que os bebês tripliquem seu peso com um ano de idade, de acordo com a Academia de Nutrição e Dietética, tornando-o o período de crescimento mais rápido da vida humana. Além disso, a primeira infância é um período importante para o desenvolvimento cognitivo, comportamental e físico. Uma dieta saudável e nutritiva é um dos fatores mais importantes para garantir que uma criança atinja o desenvolvimento ideal.

A alimentação correta na infância é importante, pois o corpo da criança está crescendo e se formando, por isso está mais vulnerável a qualquer problema nutricional.

Uma alimentação saudável e balanceada é essencial para o estado de saúde das crianças, e um fator determinante para o bom funcionamento do corpo, bom crescimento, ótima capacidade de aprender, comunicar, pensar, socializar e se adaptar a novos ambientes e pessoas, bom desenvolvimento psicomotor e em última instância para a prevenção de fatores de risco que influenciam o aparecimento de algumas doenças.

Precisamos de alimentos porque neles encontramos tudo aquilo de que o nosso corpo necessita para a obtenção de energia, de nutrientes e de materiais de construção de novas células de reparo de componentes celulares para a regulação de funções e prevenção contra várias doenças. (GOWDAK, 2006, p.64).

A boa nutrição é a primeira linha de defesa contra muitas doenças infantis que podem deixar suas marcas nas crianças para o resto da vida.

Uma dieta saudável fornece ao corpo uma grande variedade de alimentos em quantidades suficientes para o crescimento, desenvolvimento e manutenção adequados. Para que esta dieta seja completa, todos os grupos de alimentos devem ser consumidos incluindo carboidratos, frutas e

vegetais, proteínas, laticínios, gorduras e açúcares. A chave é encontrar um equilíbrio no consumo de cada grupo de nutrientes.

As crianças estão em um período de crescimento importante, então seu corpo tem necessidades muito altas de energia e nutrientes. Cada grupo de alimentos tem funções específicas e essenciais, por isso é importante incentivar nossos filhos a manter uma alimentação variada.

Durante a primeira infância, o corpo está crescendo a um ritmo alarmante. Essa taxa diminui após 1 ano de idade e pode ocorrer em surtos durante a infância, adolescência e puberdade. Uma criança precisa de uma dieta adequada para fornecer nutrientes e energia suficientes para seu crescimento, sem reduzir a capacidade de seu corpo de se manter saudável. Além disso, quase metade da massa esquelética do adulto é formada durante a adolescência. Uma dieta saudável, rica em cálcio e outras vitaminas e minerais essenciais, permitirá um crescimento físico e esquelético ideal.

As disfunções cognitivas e emocionais são um fardo crescente em nossa sociedade. Os fatores exatos e os mecanismos subjacentes que precipitam esses distúrbios ainda não foram elucidados. Além de nossa composição genética, a interação entre desafios ambientais específicos que ocorrem durante períodos de desenvolvimento bem definidos parece desempenhar um papel importante.

Como ponto de partida, o leite materno é o primeiro alimento que marca o futuro da saúde de um bebê, estando diretamente relacionado a um maior desenvolvimento intelectual e psicomotor. Então, em crianças em idade pré-escolar e escolar, a necessidade de comer corretamente é a chave para um crescimento saudável e forte.

Nos primeiros anos de vida, é essencial para o crescimento e desenvolvimento da criança uma alimentação qualitativa e quantitativamente adequada, pois ela proporciona ao organismo a energia e os nutrientes necessários para o bom desempenho de suas funções e para a manutenção de um bom estado de saúde. (PHILIPPI, ET. AL, 2003, p. 79).

O conceito poderia ser resumido como “alimente-se bem para pensar melhor” e enfatiza a importância de oferecer às crianças um café da manhã rico em cereais, frutas e laticínios, concentrando-se em oferecer-lhes um almoço diário saudável para levar para a escola e ter um bom desempenho escolar.

Em crianças em idade pré-escolar e escolar, a necessidade de uma dieta correta é fundamental para que cresçam saudáveis e fortes.

Crianças pequenas, cujos cérebros estão se desenvolvendo rapidamente, precisam de uma dieta rica em nutrientes para ajudá-las enquanto processam o mundo ao seu redor. Sem os nutrientes certos, crianças pequenas e crianças em idade pré-escolar podem ter dificuldades para desenvolver as habilidades de manter a concentração, o que se torna cada vez mais importante à medida que envelhecem.

A alimentação afeta o crescimento físico e intelectual, daí a importância de uma alimentação saudável e equilibrada. Os alimentos desempenham um papel muito importante na saúde das pessoas. É fundamental que durante a infância as crianças tenham uma boa alimentação e aprendam a se alimentar corretamente.

É na infância que os hábitos alimentares são estabelecidos e, se não forem estabelecidos

corretamente, serão muito difíceis de mudar. Com rotinas alimentares adequadas e um estilo de vida saudável, reduziremos as chances de a criança sofrer determinadas patologias na idade adulta. Além disso, evitaremos distúrbios nutricionais, anemia, sobre peso ou obesidade. A infância é a fase da vida em que ocorrem mais mudanças, tanto físicas quanto intelectuais, e é nisso que reside a importância da alimentação infantil.

Em geral, recomenda-se que a alimentação dos mais pequenos seja rica em cereais, frutas e vegetais, e pobre em gorduras saturadas e sal. Embora em menor quantidade, você também deve consumir ovos, laticínios e peixes. Limitar a ingestão de carnes vermelhas e derivados e incorporar a água como bebida essencial nas refeições diárias são outras dicas para as crianças seguirem uma alimentação saudável e balanceada.

Alimentos com calorias vazias, como açúcar ou doces industriais, devem ser restritos. Eles fornecem muita energia, mas poucos nutrientes e podem ser prejudiciais se ingeridos em excesso. A curto prazo podem causar cáries e, em um futuro não muito distante, sobre peso ou obesidade.

É preciso ter em mente que cada criança é diferente e sua alimentação pode variar de acordo com suas necessidades. Cada vez mais crianças são alérgicas ou intolerantes a vários alimentos. Se nos encontrarmos nesta situação, o melhor é procurar um profissional de nutrição infantil. O especialista irá preparar um cardápio exclusivo, após ter estudado o caso, para que a criança possa ter uma alimentação saudável substituindo alguns alimentos por outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A nutrição é extremamente importante para todos os indivíduos. Uma dieta nutritiva é melhor para a saúde. Se não tivermos uma boa alimentação, a nossa saúde pode ser afetada negativamente e dependendo das diferentes fases da vida em que o ser humano se encontra, as necessidades nutricionais mudam. Além disso, existem outros fatores que intervêm nas necessidades nutricionais como: idade, sexo, altura, atividades realizadas, local onde moramos etc.

Falar de nutrição é falar de um tema muito extenso que vai desde alimentação, nutrientes, estado nutricional e claro, cuidados nutricionais. Por isso, diz que a nutrição é uma ciência, na qual todos têm de participar, incluindo os hábitos alimentares, a começar pela família e pelo nível de escolaridade de todos (pré-escolar, primário, secundário etc.) para que seja menos complexo. Quando crianças aprendemos a ter uma alimentação adequada.

A nutrição na infância constitui uma das principais tarefas que devemos cumprir, porque a infância constitui uma das primeiras etapas do desenvolvimento físico, psicológico e social do ser humano, e a nutrição é um dos dois fatores mais importantes que determinam o crescimento e desenvolvimento das crianças e, portanto, uma boa nutrição é necessária para que o cérebro se desenvolva adequadamente.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. **Educação, saúde e Qualidade do Alimento**. Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. **Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. PNAE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso 09 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Portaria Interministerial. MS/MEC nº 1010 de 08 de maio de 2006. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional**. Brasília: Ministério da Saúde e Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil** – Brasil:1998.

BRASIL. IEC/FIOCRUZ. Promoção da saúde. Declaração de Alma-Ata. Carta de Ottawa. **Declaração de Adelaide**. Declaração de Sundsvall. Declaração de Santafé de Bogotá. Declaração de Jacarta. Rede de Megapaíses. Declaração do México. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692**. Brasília, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**. Brasília, 1996b.

CONSEA. **Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches**. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR**, 2. ed., 2004, Olinda. Relatório final. Olinda, 2004. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/conferencia>. Acesso 14 jan. 2024.

GOWDAK, Demétrio; MARTINS, Eduardo. **Ciência: novo pensar**. Edição Renovada. 7<sup>a</sup> série/8<sup>o</sup> ano. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: FTP, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Teoria e Prática. 5<sup>a</sup> ed. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

JONES, I. **La imaginación, punto de partida de las escuelas**. Rev. Org. Mundial Salud, v.49, n.4, p.111-39, 1996.

LEONELLO, V. M.; L'ABBATE, S. **Educação em saúde na escola: uma abordagem do currículo e da percepção de alunos de graduação em Pedagogia**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.10, n.19, p.149-66, 2006.

LOUREIRO, I. **A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde**. Revista Portuguesa de Saúde Pública. v. 22, nº 2, p. 43- 55, jul./dez. 2004.

MAYNIE, R. **Historique de la restauration collective**. Cahiers de Nutrition et de Diététique, Paris, v. XII, f. 3, p. 189-190, 1978.

OLIVEIRA, Lucivalda Pereira Magalhães de et al. **Alimentação complementar nos primeiros dois anos de vida.** Revista Nutrição. [online]. 2005, vol.18, n.4, p. 459- 469. ISSN 1678-9865.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva; CRUZ, Ana Teresa Rodriguez & COLUCCI, Ana Carolina Almada. 2003. **Pirâmide alimentar para crianças de 2 a 3 anos.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732003000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso 14 jan. 2024.

ROTENBERG, S.; VARGAS, S. **Práticas alimentares e os cuidados da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil. n º 4. Recife: IMP, 2004.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa.** Revista da Academia Paranaense de Letras. Curitiba, n. 51, 2005.

SILVA JÚNIOR, César da. **Ciências: entendendo a natureza, o homem e o ambiente.** São Paulo: Saraiva, 2000. ISBN 85-02-02160-5.

# A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS E CRIANÇAS



## EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE DEVELOPMENT PROCESSES OF BABIES AND CHILDREN

**DÉBORA MALTA NEVES SOARES**

Magistério, conclusão em dezembro 2001 pela EMEFM Prof. Derville Allegretti. Licenciatura Plena em Pedagogia, conclusão em dezembro 2006, Universidade Guarulhos. Bacharel em Psicologia, conclusão em julho 2023, Universidade Nove de Julho.

### RESUMO

A educação nos primeiros três anos de vida apresenta-se como um desafio: ir além de uma abordagem assistencialista, que se centra na satisfação das necessidades básicas da infância. Para tanto, é necessária a elaboração de propostas de trabalho pedagógico que proporcionem aos bebês e crianças, possibilidades de ensino e aprendizagem de acordo com as suas necessidades e interesses. Pensa-se que as propostas oferecidas para o cuidado dos bebês, em sua trajetória histórica, foram centralizadas em um serviço de cuidado, ou seja, considerou-se que a satisfação das necessidades básicas. Percebe-se então, que, é fundamental gerar ações curriculares que contemplem todas as intenções pedagógicas para atender e satisfazer as necessidades essenciais dos bebês e crianças. O desenvolvimento humano é estimulado e potencializado no útero e, posteriormente, acompanhado por pessoas que medeiam esse desenvolvimento. Por este motivo, considera-se fundamental reconhecer a importância da fase dos 0 aos 3 anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Humano; Intenções Pedagógicas; Necessidades Básicas.

## ABSTRACT

Education in the first three years of life presents a challenge: to go beyond a welfare approach, which focuses on meeting the basic needs of childhood. To this end, it is necessary to develop proposals for pedagogical work that provide babies and children with teaching and learning opportunities in line with their needs and interests. It is thought that the proposals offered for the care of babies, in their historical trajectory, have been centered on a care service, that is, the satisfaction of basic needs has been considered. We therefore realize that it is essential to generate curricular actions that take into account all the pedagogical intentions to meet and satisfy the essential needs of babies and children. Human development is stimulated and enhanced in the womb and then accompanied by people who mediate this development. For this reason, it is essential to recognize the importance of the 0 to 3 age group.

**KEYWORDS:** Human Development; Pedagogical Intentions; Basic Needs.

## INTRODUÇÃO

Os primeiros anos de vida do ser humano constituem uma etapa com características próprias cujos problemas são analisados vinculados ao posterior desenvolvimento do sujeito. Este período é considerado o momento em que são lançadas as bases para o desenvolvimento físico e espiritual do homem. É na primeira infância que os conhecimentos, habilidades e hábitos são assimilados. Além disso, formam-se capacidades e qualidades volitivos-morais que no passado eram consideradas alcançáveis apenas em idades mais avançadas.

Siverio (2012) destaca que as condições de vida e educacionais da criança em geral desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma personalidade harmoniosamente desenvolvida; isto é, a forma como são educados, o sistema de ensino e educação desde os primeiros anos de vida e o seu contexto familiar e/ou instituição de ensino.

Os primeiros três anos de idade são de extrema importância, demonstrando que é nesta fase que se formam as funções cerebrais fundamentais relacionadas ao desenvolvimento sensorial e da linguagem.

Isto coincide com o apontado por López e Siverio (2005, p. 17) , que afirmam que:

Se as condições forem favoráveis e estimulantes, isso terá repercussões imediatas na aprendizagem e no desenvolvimento, se forem desfavoráveis ou limitadas, terão de agir de forma negativa, prejudicando esse desenvolvimento, às vezes de forma irreversível.

Da mesma forma, Martínez (2010, p. 29) afirma que “as condições externas, sociais, de vida e de educação são fatores determinantes do desenvolvimento humano”.

Por sua vez, Norrie e Mustard (2002) demonstraram que o mau desenvolvimento do cérebro durante a primeira infância pode levar a sérios problemas de saúde, desempenho escolar e

comportamento; quando há atraso no desenvolvimento neurológico, existe a possibilidade de diminuição da capacidade de aprendizagem, socialização e trabalho, além de dificultar a correta evolução intelectual e o desenvolvimento pessoal.

É necessário considerar o que foi proposto por López e Siverio (2005), que estabelecem que um dos requisitos para um processo educativo de qualidade na primeira infância é que o educador tenha conhecimento das particularidades do desenvolvimento alcançado pelas crianças, para a partir daí levá-lo a um nível superior, tendo sempre em conta o potencial de cada criança.

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao longo da história, a educação infantil tem sido um tema de interesse das famílias e da sociedade em geral. No entanto, as práticas parentais têm variado de acordo com as transformações sociais e as necessidades de cada época.

Na Grécia antiga, o objetivo principal era a formação de homens livres, partindo da premissa de desenvolver o homem de forma integral. Com os romanos, a educação centrava-se no embelezamento da alma por meio da retórica. No Cristianismo a ideia era formar a criança para servir a Deus, à Igreja e aos seus representantes, enquanto na Idade Média era formar mão de obra barata.

No Renascimento, as ideias clássicas sobre o desenvolvimento infantil ganharam maior importância com as contribuições de Comenius (1592-1670), Locke (1632-1704), Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852). Nessa época vislumbrou-se o início do estudo do desenvolvimento infantil com cunho científico, embora sem uma metodologia clara e precisa, utiliza-se o uso de registros de observação, deixando de lado o estudo da criança. Ele se concentrou apenas na visão filosófica.

No século XIX, o conceito de infância ainda não estava unificado, porém, a influência de Rousseau se espalhou por toda a Europa, destacando a bondade da criança de forma natural. O contrário acontecia na Inglaterra, onde, ao mesmo tempo, a ideia era educar a criança de forma autoritária, por meio de castigos físicos.

No final do século XIX, o interesse pelo estudo científico das crianças aumentou entre educadores e psicólogos graças aos trabalhos publicados por G. Stanley Hall, que afirmava que as crianças não são adultos em miniatura, como se pensava até então. Das contribuições de Stanley surgiram muitos estudos sobre o desenvolvimento infantil que transformaram a definição e o conceito de infância e, no caso particular, da primeira infância, o que sem dúvida teve um forte impacto nas práticas educativas.

Durante o século XX, surgiram inúmeras teorias que explicaram o desenvolvimento dos seres humanos a partir de várias perspectivas. É o caso da teoria psicogenética de Jean Piaget, da teoria sociocultural de LS Vygotsky, da teoria genética de H. Wallon, da psicanálise de S. Freud, da teoria psicossocial de E. Erickson, da teoria do apego e do vínculo emocional de John Bowlby e Mary Ainstworth, entre outros. Têm sido um pilar fundamental para a compreensão dos processos

biopsicossociais dos seres humanos e, portanto, a base de modelos e abordagens educacionais para a maioria dos países do mundo.

No final do século XX e início do XXI, surgiu uma nova abordagem que mudou a definição de primeira infância e, portanto, de educação inicial. Trata-se das neurociências, que na perspectiva de Piñeiro e Díaz (2017, p. 13) são:

Um conjunto de disciplinas científicas que estudam a estrutura, a função, a bioquímica, a farmacologia, as doenças do sistema nervoso e como seus diferentes elementos interagem, dando ascender às bases biológicas do comportamento.

Estas disciplinas demonstraram cientificamente inúmeras descobertas que revolucionaram e permitiram compreender os processos psicológicos, mas sobretudo prestar cuidados atempados e assim evitar possíveis complicações futuras.

Fraser Mustard (2007, p. 37) corrobora o exposto ao mencionar:

Atualmente, o crescimento exponencial do conhecimento nas neurociências e nas ciências biológicas tem mostrado como o desenvolvimento do cérebro nos primeiros anos pode definir trajetórias que afetam a saúde (física e mental), comportamento ao longo da vida.

O mesmo autor destaca que se o que se sabe sobre a neurociência for compreendido nos primeiros anos de vida, o impacto se refletirá em cada uma das iniciativas propostas com o propósito de melhorar o desenvolvimento humano.

## **POLÍTICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS PARA CUIDADOS ABRANGENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INICIAL**

Os resultados científicos têm sido um elemento fundamental para o pronunciamento de políticas internacionais a favor da promoção do cuidado e da educação na primeira infância. No contexto histórico internacional, a Declaração dos Direitos das Crianças foi enunciada em Genebra em 1924, reconhecendo que devem ser dotadas de proteção especial. Da mesma forma, em 1959 foi feita a Declaração dos Direitos da Criança, que foi adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro daquele ano e é reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança, composta por 54 artigos e dividida em três partes: provisão, proteção e participação. Isto deu início a uma consulta com diferentes países, culminando em 1990 em Jomtien, Tailândia, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos e no Quadro de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, onde representantes de 155 países, 200 organizações não-governamentais, Organizações Governamentais (ONGs), juntamente com agências especializadas da ONU, como a UNESCO e a UNICEF, bem como o Banco Mundial, aprovaram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Este evento reconhece que a educação pode contribuir para alcançar um mundo mais seguro, mais saudável, mais próspero e ambientalmente mais puro. Da mesma forma, leva-se em conta que a educação é um direito fundamental de todos os homens e mulheres, de todas as idades e em todo o mundo.

A partir desse momento, reconhece-se que a aprendizagem começa no nascimento, o que

requer cuidados e educação na primeira infância, aspecto que pode ser alcançado através de medidas dirigidas à família, à comunidade ou às instituições, conforme o caso.

No mesmo ano de 1990, tendo a cidade de Nova Iorque como sede, reuniram-se 71 chefes de estado e seus primeiros-ministros, 88 funcionários do mais alto nível, a UNICEF e outras organizações internacionais, com o único propósito de procurar garantir a proteção das crianças, aprovando assim a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Proteção e Desenvolvimento das Crianças, tudo isto juntamente com um plano de ação a ser implementado ao longo da década de noventa.

Em junho de 1993, a UNESCO convidou os ministros da educação, bem como os chefes da delegação da América Latina e do Caribe, para a V Reunião do Comitê Intergovernamental do Grande Projeto de Educação, realizada na cidade de Santiago do Chile, local onde a Declaração de Santiago foi aprovada. Isto ratifica a prioridade que a Educação Inicial deve ter, bem como a qualidade da aprendizagem nas primeiras séries do ensino básico, especialmente nas zonas urbanomarginais e rurais.

Para o ano 2000, a UNESCO realizou o Fórum Mundial sobre Educação no Quadro de Ação de Dakar - Educação para todos: cumprindo os nossos compromissos comuns -, onde foram avaliados os compromissos adquiridos em Jomtien 1990, e, sobretudo, foram assumidos novos compromissos, que garantam Educação para todos. Desta forma, foram propostos seis objetivos principais, nos quais se destaca o primeiro, que diz literalmente: “[...] ampliar e melhorar a proteção e a educação integral da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas” (2000, p. 15).

Em 2009, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) publicou as Metas Educacionais para 2021, geradas a partir do acordo entre os ministros da educação na XVIII Cúpula Ibero-Americana, onde se propõe:

Fortalecer as políticas educacionais e culturais, que visam garantir o direito à educação de qualidade desde a primeira infância, a cobertura universal e gratuita do ensino primário e secundário, e melhorar as condições de vida e oportunidades reais dos jovens, que permitam o seu crescimento integral para alcançar níveis mais elevados de inclusão e desenvolvimento social em nossos países e avançar na consolidação do Espaço Ibero-americano do Conhecimento, no âmbito dos Objetivos Educacionais 2021 (OEI, 2009, p. 88).

No mesmo documento, Álvaro Marchesi (2009), secretário-geral da OEI, propõe aumentar a oferta de formação inicial e valorizar o seu carácter educativo.

Destaca-se que a Cidade de São Paulo possui os maiores centros de Educação infantil do Brasil, aos quais prestam atendimento gratuito para crianças de zero a três anos nas creches e de quatro e cinco anos nas EMEIs.

Durante esse artigo pretende-se abordar um pouco da história da cidade de São Paulo e a Educação Infantil.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 29 declara que:

A educação infantil primeira etapa da educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade” (LDB, Nº 9394 de 1996).

Dessa forma, a Educação Infantil começou a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade pensar no desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos, passando a fazer parte do sistema de ensino.

A história da educação das crianças envolve os cuidados, a instrução e as mais diversas formas e lugares de produção e reprodução social e cultural. Isso possibilita olhar tanto a história da infância como impregnada pela educação, quanto a história da educação como indissociável do estudo da condição da infância.

Portanto, pode-se dizer que toda educação infantil é baseada em ações que visam maximizar o desenvolvimento integral das crianças da primeira infância, considerando que durante os primeiros seis anos de vida o cérebro humano está nas condições ideais para ser estimulado como em nenhuma outra etapa.

A palavra criança é entendida como falta de idade, maturidade ou de adequada integração social. Portanto essa definição está longe de ser apenas o fator da idade, pois está associada a determinados papéis e desempenhos específicos e esses papéis dependem estreitamente da classe social que a criança é inserida.

A infância, em dado momento histórico, revela-se como um problema social, cuja solução parecia fundamental para o país. O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação (UJII e PIETROBON, 2008, p.291).

Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade, as atividades cotidianas se diferenciam dependendo da posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Se essa inserção social é diferente, fica impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, ao invés de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização.

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches (KUHLMANN JR., 2000b, p.8)

Se adotarmos uma concepção abstrata da infância, está analisando a criança como “natureza infantil”, distanciando de suas condições objetivas de vida e como se estas fossem desvinculadas das relações de produção existente na realidade. Entender a criança em relação ao contexto social e não como natureza infantil, constitui o princípio central desta definição. No sentido de fundamentar esse referencial, desenvolve-se aqui três linhas básicas de reflexão, segundo Sonia Kramer (1987, p. 32):

A primeira tem o objetivo de apontar como o sentimento e a valorização atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como atualmente são conhecidos e defendidos, tendo sido determinados a partir de modificações econômicas e política da estrutura social.

A segunda trata especificamente da ideia de infância no pensamento pedagógico, mostrando o significado tanto da pedagogia “tradicional” quanto a “nova”. O objetivo é mostrar como essas concepções estão presente uma concepção de infância baseada na natureza infantil.

A terceira apresenta um estudo sobre a abordagem da privação cultural, base teórica da educação compensatória.

Sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, correspondendo à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que a criança seja considerada como um adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento.

Romanowski e Martins (2013, p, 12) apontam algumas dificuldades que o educador iniciante enfrenta ao atuar na Educação Infantil:

Entre as dificuldades que as professoras iniciantes enfrentam em sua prática docente podemos citar: 1) domínio de conhecimentos específicos; 2) relação professor e alunos; 3) relacionamento com a comunidade escolar: pais, pares, direção, alunos e 13 outros profissionais; 4) organização pedagógica das escolas que realizam mudanças de série a cada ano com os professores; 5) falta de material; 6) ausência da direção; 7) processo de ensino, especificamente a não aprendizagem dos alunos, a adequação do trabalho em sala à proposta da escola. Deste modo, observamos que as dificuldades advêm mais das condições de realização do trabalho pelo professor e do que geradas por uma formação inicial deficitária.

Quanto ao contexto social que determina o surgimento deste tipo de sentimento e dois aspectos precisam ser enfatizados, de acordo com o historiador Philippe Ariès:

Era muito alto o índice de mortalidade infantil que atingia as populações e quando sobrevivia, ela entrava diretamente no mundo dos adultos. É importante acentuar que essa mortalidade continua hoje a ser regra geral para os filhos de classes dominadas em países de economia dependente.

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é paparicada pelos adultos e outra surge junto com a primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da educação feita pelo adulto. (ARIÈS, 1981, p.50).

Este duplo sentimento é a nova função efetiva que a instituição familiar assume e começa na burguesia até chegarmos ao povo. É bom esclarecer que não é a família que é nova, mas o sentimento de família que surge no momento, inseparável do sentimento de infância. O reduto familiar, torna-se então cada vez mais privado e esta instituição vai assumindo funções antes destinadas para a comunidade.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2010):

Os jardins de infância tornaram-se uma jovem e poderosa expressão da ética feminina da cooperação, da criação (educação) e da comunidade, com mulheres ativistas em ambos os lados do Atlântico advogando conscientemente uma alternativa aos valores do patriarcaldo, como a competição e a agressão (p.110).

A concepção atual de infância, segundo Sonia Kramer (1987) é que o sentimento de infância resulta numa dupla atitude com relação à criança: preservá-la da corrupção do meio, mantendo sua inocência e fortalecê-la, desenvolvendo seu caráter e sua razão. As noções de inocência e de razão não se opõem, elas são elementos básicos que fundamentam o conceito de criança como essência ou natureza.

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma forma. Ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Este conceito de infância é determinado pela modificação das formas de organização da sociedade.

Esta forma de organização instituiu diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente. A ideia de uma infância universal foi divulgada pelas classes dominantes

baseada no seu modelo padrão de criança, a partir dos critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido no interior dessas classes.

A educação infantil na cidade de São Paulo deu início em 1933, sobre a Concepção de escola comunitária. Nesse mesmo ano foram criadas as instituições Peri e pós-escolares. Em 1935 o grande marco para educação infantil foi a criação dos primeiros parques infantis em São Paulo. Em 1937 Mário de Andrade saiu da Secretaria da Cultura e Educação. Em 1947 houve a Criação da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1951 houve a criação dos Recantos Infantis (Parques) em praças públicas do município de São Paulo. Em 1956 houve a criação do Grupo Municipal de Primeiro Grau e a ampliação do acesso para as crianças da classe trabalhadora. No ano de 1969 iniciou-se a implantação das Creches diretas no Município de São Paulo. Em 1970 criaram-se as classes de Ensino Pré-Primário nas unidades do Departamento de Educação e Recreio. (SME, 2015)

De acordo com a Secretaria Municipal da Educação (SME, 2015, p. 1), no ano de 1972 houve os seguintes marcos na Educação Infantil de São Paulo:

- Proposta Curricular para os Parques Infantis;
- Apresenta a criança como um ser com características bem definidas e rígidas de acordo com a idade cronológica;
- Enfatiza a prontidão em seus aspectos motores e neurológicos;
- Aprendizagem - maturidade dos órgãos dos sentidos acentua as diferenças entre os sexos;
- Componentes curriculares: Comunicação e Expressão (Linguagem, Artes, Música e Educação Física)
- Iniciação às Ciências Matemáticas, Ciências Naturais
- Integração Social

Em 1975 os Parques Infantis começaram a ser chamados de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). No ano de 1983 deu-se início a nova proposta curricular:

- Intenção de romper com a concepção assistencialista/preparatória;
- Princípio Metodológico: encoraja a criança a agir e pensar sobre sua ação;
- Valoriza o professor na aprendizagem: situações desafiadoras (forte influência Piagetiana);
- Criação do terceiro turno nas EMEIs para ampliação de atendimento (SME, 2015, p. 1)

Em 1976 (SME, 2015, p. 1): Instituição do PLANEDI (Plano de Educação Infantil), Programa pré-escolar de tipo emergencial, utilizando espaços de Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

Os seguintes anos foram considerados fundamentais para a Educação Infantil na cidade de São Paulo, tendo em vista que:

- 1980: Movimento de luta das mulheres por creches;
- A Secretaria Municipal da Assistência Social inaugura as primeiras creches diretas por reivindicação popular;
- Preocupação com a Educação Compensatória
- 1983: Nova proposta curricular;
- Intenção de romper com a concepção assistencialista/preparatória;
- Princípio Metodológico: encoraja a criança a agir e pensar sobre sua ação;
- Valoriza o professor na aprendizagem: situações desafiadoras (forte influência Piagetiana);
- Criação do terceiro turno nas EMEIs para ampliação de atendimento.
- 1984: Revista Escola Municipal.
- 1985: Revista Escola Municipal - Comemoração dos 50 anos da Educação Infantil Paulista

tana.

1986: Recolhimento da proposta curricular anterior e retorno à concepção de Educação Compensatória.

1987: Proposta curricular pressupõe embasamento teórico em Piaget;

Elege conhecimento lógico-matemático como principal Linguagem - é vista como decorrente da aquisição dos Conceitos;

Linguagem escrita é ignorada;

Registro das representações lógico matemáticas.

1988: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Garantia de Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 (seis) anos de idade. (SME, 2015, p. 1)

No ano de 1989 ocorreu a Reorientação Curricular das Escolas Municipais de Educação Infantil, da qual permeou até o ano de 1992, baseando em autores com linha gerais no sócio construtivismo, como Piaget, Vygotsky e Wallon. (SME, 2015).

Em 1990:

Estatuto da Criança e do Adolescente;

Garantia do direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

Tombamento de imóvel onde está localizada a EMEI Presidente Dutra. (SME, 2015, p.1)

De acordo com o Portal da Secretaria Municipal da Educação (SME, 2015, p.2) em 1993:

Projeto AEIOU + Proposta Pedagógica com tendência construtiva;

Transdisciplinaridade “Salas Ambientes”;

A resposta está no princípio - oficinas pedagógicas (propunha articular teoria e prática);

Organizadores de área - subsídios para o trabalho pedagógico com justificativas e características da criança manifestas nas áreas de atuação: - jogo simbólico; linguagem (oral, escrita, computadorizada, plástica, musical, desenho); matemática e ciências

No ano de 1995 ocorreu a publicação da primeira edição do documento e dos critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (MEC).

Em 1996 criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), na qual definiu-se a Educação Infantil, dividida em Creche de zero a três anos e Pré – Escola de quatro a seis anos, como a primeira etapa da Educação Básica. (SME, 2015).

Nos anos:

1998: Publicação do documento: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (MEC)

2001: Publicação das Diretrizes de Integração das Creches ao Sistema Municipal de Ensino de São Paulo.

2002: Transição da Estrutura Administrativo Pedagógica das Creches da Secretaria da Assistência Social (SAS) para a Secretaria Municipal de Educação (SME, 2015, p.2)

No ano de 2003 houve os seguintes marcos:

Início do Programa ADI Magistério;

Transferência dos CEIs conveniados da SAS para SME;

Criação dos CEUs - Centros Educacionais Unificados, que reúnem CEI, EMEI e EMEF, incluem ações de educação, cultura, esporte e lazer (SME, 2015, p.2)

Ainda, segundo a SME (2015, p.2), de 2004 a 2012:

Transformação do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) para Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI);  
Publicação da Orientação Normativa nº 01/2004: Construindo um regimento da infância;  
Publicação: Construindo a Pedagogia da Infância no Município de São Paulo z Criação dos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI) e Centros de Educação Infantil Indígena (CEII);  
Formatura das educadoras que participaram do Programa ADI Magistério.  
2006: Publicação dos documentos: y A Rede em rede: a formação continuada na Educação Infantil y São Paulo é uma escola - Manual de Brincadeiras.  
2007: Publicações: Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas - Educação Infantil. Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, Creches e EMEIs da cidade de São Paulo.  
2009: Documentos publicados pelo Ministério de Educação: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC) – autoavaliação participativa; Critérios para um atendimento em Creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (MEC) - 2ª edição; Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC)  
2010: Publicação do Almanaque 75 anos da Educação Infantil: conviver e aprender na cidade de São Paulo. Cadernos da Rede - Formação de Gestores; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (MEC); Transformação do cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI) para Professor de Educação Infantil (PEI).  
2011: Publicação Cadernos da rede: Formação de Professores;  
2012: Criação do Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI); Publicação das Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas: Educação Infantil Escolar Indígena.

Em 2013 e 2014 (SME, 2015, p. 2) destacam-se:

2013: Instituição do Programa Mais Educação São Paulo - Programa de Reorganização Curricular e Administrativa;  
Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo z Integração do Ensino Fundamental com a duração de 8 anos ao Ensino Fundamental com duração de 9 anos;  
Desenvolvimento do Programa SP Carinhosa para a promoção do desenvolvimento integral da 1ª infância;  
Publicação do documento: Orientação Normativa nº 01/2013: Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares, que destaca as concepções de criança/infância, currículo, projeto político-pedagógico, perfil de educador, participação das famílias e articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental  
2014: 441 Unidades Educacionais aplicaram os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC);  
Devolutiva das Unidades Educacionais que aplicaram os indicadores para a construção do documento paulistano com as singularidades da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - RMESP

Dessa forma encerra-se o ciclo de 80 anos da Educação Infantil na cidade de São Paulo. Nota-se então que a Educação Infantil na cidade de São Paulo vem sendo olhada como a base para o desenvolvimento integral da criança, destacando-se grandes marcos durante os 80 anos.

## NEURO DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Ao falar em neurodesenvolvimento na primeira infância, deve-se destacar que é a fase da vida onde se consolidam as estruturas neurofisiológicas que darão suporte aos processos psicológicos superiores.

Uma das grandes contribuições da neurociência para o campo da primeira infância e da educação inicial foram as pesquisas realizadas pelos médicos David H. Hubel e Torsten N. Wiesel, ganhadores do Prêmio Nobel de Medicina em 1981, que destacaram a importância do neurodesenvolvimento nos primeiros anos de vida.

Os resultados da investigação anterior levaram Hubel e Wiesel (1981), citados por Martínez (2010, p. 14), à conclusão de que: “Cinco anos de uma experiência visual anormal no início da vida têm consequências diferentes e muito mais graves do que esta mesma experiência anormal em idades mais avançadas”.

O que foi dito acima sugere que as primeiras experiências estimulantes às quais o sujeito e seu cérebro são expostos formam os mapas ou redes neurais que determinarão as diferentes funções psicológicas superiores. São os estímulos do meio ambiente que provocam uma rede mais complicada de células nervosas, bem como uma formação abundante de sinapses mais complexas e numerosas.

Sabe-se que as características do cérebro respondem à herança biológica e que ele está geneticamente predisposto a funcionar. No entanto, o contexto social é o que faz o cérebro humano funcionar como tal.

É evidente que a primeira infância é a fase de maior importância e significado para o desenvolvimento humano. É quando se consolida a estrutura e a base da personalidade harmoniosa e integral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As escolas de educação infantil são o local ideal que garantem a estimulação precoce, abrindo a possibilidade à criança de explorar, obter maiores experiências sensório-motoras, perceptivas, linguísticas e de socialização, permitindo assim a construção das primeiras noções básicas através do diálogo constante

O exposto permite compreender que o atendimento educacional integral prestado nas escolas de educação infantil influencia o desenvolvimento neurológico das crianças na primeira infância, mas ao mesmo tempo deve ser reconhecida a influência do contexto socioeconômico e cultural em que se desenvolvem.

Após a recente, mas não totalmente concluída, integração das creches ao sistemas de ensino, a formação de professores legalmente exigida, várias estratégias têm sido enfrentadas nesse desafio.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279.

BRASIL/Ministério da Educação e Cultura. **Propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1996.

KAPPEL, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. **Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches e pré-escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE**. Revista Brasileira de Educação, n. 16, p. 35-47, jan./abr. 2001.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JR. Moysés, M. **A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX**. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

PICCININ, Priscila Vanessa. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural**. 2012. 76 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

PIÑEIRO, R. E DÍAZ, T. **Fatores que influenciam o neurodesenvolvimento de 0 a 6 anos**. México. 2017.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **História da Educação Infantil Paulistana**. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/24988.pdf>. Acesso 20 nov. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia. **Desafios da formação de professores iniciantes**. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S168874682013000100005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S168874682013000100005&lng=es&nrm=iso). Acesso 20 nov. 2023.

SIVERIO, AM. **A experiência cubana na atenção integral ao desenvolvimento da primeira infância**. Cuba: UNICEF. 2012.

SME – Secretaria Municipal de Educação. **História da Educação Infantil Paulistana**. 2015. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/24988.pdf>. Acesso 20 nov. 2023.

UJIE, Nájela Tavares; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **O movimento a favor da infância no Brasil**. Cadernos do CEO – Memória, História e Educação. Chapecó, SC, ano 21, n. 28, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/166-497-1-PB.pdf>. Acesso 21 nov. 2023.

UNICEF. **Os primeiros anos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/mexico/spanish/ninos.html>. Acesso 20 nov. 2023.

# OS TEMAS TRANSVERSAIS E A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO DE GEOGRAFIA

## CROSS-CUTTING THEMES AND INTERDISCIPLINARITY IN GEOGRAPHY TEACHING



**ELILMA MARQUES SILVA**

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Universidade Nove de Julho (2013);  
Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

### RESUMO

Para suprir as exigências atuais para um cidadão viver em sociedade de forma atuante é preciso rever a organização do currículo de Geografia. A inclusão dos temas transversais nas disciplinas de história e geografia, apoiado em uma metodologia de ensino com projetos auxiliam na formação de um aluno crítico e analítico, auxiliando de maneira positiva também na construção de um currículo que permite o melhor desenvolvimento de suas competências. Pensar o ensino de História e Geografia atrelado a Educação é refletir acerca dos problemas socioambientais que estão postos frente à sociedade atual. Dessa forma, buscamos com essa possível ligação galgar o entendimento da História e Geografia enquanto área do conhecimento fazendo com que está se debruce sobre o seu ambiente escolar e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia; Temas; Transversais; Ensino; Desenvolvimento.

### ABSTRACT

In order to meet today's demands for citizens to live in society in an active way, it is necessary to review the organization of the Geography curriculum. The inclusion of cross-cutting themes in the

subjects of history and geography, supported by a teaching methodology based on projects, helps to train critical and analytical students, also positively helping to build a curriculum that allows them to better develop their skills. Thinking about teaching History and Geography linked to Education means reflecting on the socio-environmental problems facing today's society. Thus, with this possible link, we seek to build an understanding of History and Geography as an area of knowledge, making it look at its school and social environment.

**KEYWORDS:** Geography; Cross-cutting themes; Teaching; Development.

## INTRODUÇÃO

A história é a ciência que estuda o passado, analisando as transformações para tentar entender o presente. Neste sentido, ao resgatar o passado, permite conferir sentido para o presente, ajudando a transformar a realidade a partir de sua compreensão, guiando rumo ao futuro.

A geografia é a ciência que estuda a relação entre a terra e seus habitantes, analisando tanto características físicas como humanas. Portanto, ao estudar os aspectos físicos, observa a superfície do planeta, a distribuição espacial dos fenômenos da paisagem e a dinâmica de interação com a atmosfera e o universo. História e geografia estão intimamente relacionadas, uma área é diretamente dependente da outra, não por acaso uma é considerada ciência auxiliar da outra.

A História, considerada como campo de produção de conhecimento, já tem mais de um século de fortes relações interdisciplinares com a Geografia. À parte o fato de se ter o “homem” e as sociedades humanas como objeto de estudo em comum – por ser este o universo obrigatório de estudo partilhado entre a História e a Geografia Humana – pode-se dizer que o Espaço é o grande mediador das relações entre estas duas disciplinas irmãs. Em que pese que esta ‘consciência da espacialidade’ seja hoje bem compreendida pela maioria dos historiadores como fator fundamental para a definição da própria História, pode-se dizer, todavia, que está consciência, já plenamente desenvolvida, foi uma conquista da historiografia do último século.

É interessante lembrar que ambas pertenciam à filosofia até o século XVIII. Foi dentro do contexto da Revolução Francesa que, os iluministas, ao criarem a encyclopédia, iniciaram a subdivisão do conhecimento; depois, no início do século XX, levada ao extremo pelo fordismo. No entanto, apesar de diversos setores da geografia constituir pura história e de, inversamente, pressupostos teóricos e metodológicos da história depender da geografia; o trabalho do historiador e do geógrafo possui distinções marcantes. Aliás, no âmbito das Ciências Humanas, não só a história e a geografia deveriam fazer parte da formação do educando no ensino infantil e fundamental, mas também a filosofia e a sociologia.

Entretanto, em sala de aula, principalmente na educação básica, história e geografia deveriam ser abordadas de forma mais integrada, visando propiciar de fato a formação da cidadania, fortemente apregoada pela LDB.

Pensando na história e na geografia, no âmbito das Ciências Humanas, voltados para o ensino infantil e fundamental, este conhecimento torna-se essencial na formação de indivíduos críticos, contribuindo com a construção da cidadania.

## A IMPORTÂNCIA DOS TEMAS TRANSVERSAIS

Nosso país precisa repensar seus valores, aprender a lidar com as diferenças culturais, priorizar as questões da saúde, do meio ambiente, da sexualidade e do consumo, entre tantas outras áreas e ações. Escolhidos por um critério de necessidades comuns em todo o território nacional e por um critério de urgência diante dos fenômenos sociais do cotidiano que têm banalizado o humano e supervalorizado as guerras e os poderes, tais temas foram assim denominados: Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo, Orientação Sexual e Meio Ambiente.

Essa proposta de trabalho, se bem administrada no interior da escola e da sala de aula, pode dar um novo significado ao conhecimento da Linguagem, da Matemática, da História, da Geografia, da Física, da Arte, enfim, de todas as disciplinas que necessitam se adequar à realidade social.

A transversalidade é, na realidade, uma forma de abordar o conhecimento, concebendo-o como algo dinâmico, não acabado, passível de transformação e de ser relacionado às questões da vida, da sociedade. Apoiada numa visão interdisciplinar do conhecimento é uma abordagem da prática educativa que sistematiza o trabalho docente e discente, relacionando conhecimentos entre si e, principalmente, com a realidade.

Os “temas transversais” dizem respeito a conteúdos de caráter social, que devem ser incluídos no currículo do ensino fundamental, de forma “transversal”, ou seja: não como uma área de conhecimento específica, mas como conteúdo a ser ministrado no interior das várias áreas estabelecidas.

(...) por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São embatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões”. (Brasil, 1998 p.26).

Mesmo que um determinado tema possa ser mais pertinente a uma área do que a outra, o fator decisivo do seu grau de inserção em dada área de conhecimento poderá depender, pelo menos inicialmente, da afinidade e preparação que o professor tenha em relação ao mesmo.

Na verdade, os Temas Transversais são mais uma forma de incluir as questões sociais no currículo escolar. Embora isso não seja novidade, pois já vinham sendo tratados junto a algumas disciplinas específicas ou mesmo como uma nova disciplina, são trazidos de tal maneira que emprestam um novo movimento ao currículo escolar.

Os Temas Transversais a serem incluídos como a possibilidade de levar para a escola as questões sociais foram, num primeiro momento, temas ligados à ética, à diversidade cultural, ao

meio ambiente, à saúde, à sexualidade e ao consumo.

## O TRABALHO DO GEÓGRAFO

Este é um profissional que pode se dedicar a várias atividades, por exemplo, a elaboração de mapas, trabalhando com cartografia, ou realizar análise do impacto ambiental da interferência humana sobre a natureza, lidando com a ecologia, o homem e seu espaço.

Pode ainda interpretar questões de natureza política, econômica e cultural para ajudar no entendimento e mapeamento das relações estabelecidas entre regiões e/ou com o meio ambiente.

Portanto, o geógrafo possui um amplo mercado de trabalho fora da sala de aula, podendo atuar em agências públicas e privadas, em instituições de planejamento e gestão ambiental e territorial, além de empresas de engenharia, levantando dados essenciais para construção civil.

## O GEÓGRAFO-EDUCADOR

Desde bem pequenas, as crianças têm contato com o meio físico que habitam. Estão "lendo" o mundo à sua maneira. Aos poucos se familiarizam com o lugar onde vivem, vão desenvolvendo noções e demonstrando a percepção empírica que estão construindo sobre o território. A leitura geográfica do espaço vem acompanhada dos significados nascidos da percepção de um determinado lugar, e a relevante tarefa do geógrafo consiste na interferência reflexiva para a construção do conhecimento. A reflexão dialogada possibilita ao aluno a construção do conceito de território e territorialidade ao mesmo tempo em que valoriza os fatores culturais da vida cotidiana, permitindo compreender simultaneamente a singularidade e a pluralidade dos lugares do mundo.

Ao Geógrafo-educador cabe incluir propostas contextualizadas e de relevância social para que o aluno ultrapasse o campo da alfabetização cartográfica e torne-se realmente um mapeado consciente, leitor e usuário de mapas na busca da construção de novos significados no seu cotidiano. Para alcançar uma compreensão mais ampla do que seja um território, o aluno, com a ajuda do professor, deve aprofundar e construir conceitos de diferentes categorias, tais como: Estado, município, região metropolitana, campo e área rural, além de perceber as possibilidades de interferências e de mobilidade do ser humano.

O ensino de Geografia pode construir com os alunos uma reflexão crítica e consciente sobre a importância da Cultura Popular, na qual, experiências, vivências cotidianas, saberes e construções sociais realizadas pelo homem em seus conflitos e lutas ao longo de sua história sejam valorizados.

## O TRABALHO DO HISTORIADOR

Embora o professor de história possa ser também um historiador e vice-versa, exercem

funções distintas.

Enquanto o professor de história transmite o conhecimento acumulado, discutindo fatos previamente selecionados pelos historiadores; estes últimos são responsáveis pela construção das narrativas históricas.

Neste sentido, apesar da tentativa de imparcialidade, o trabalho do historiador é fabricar a história. É verdade que o historiador precisa fundamentar sua narrativa do passado através de pesquisa, carecendo de fontes que confirmem suas hipóteses; porém, enquanto sujeito histórico, não está isento de concepções políticas e ideológicas que interferem na seleção de fatos e na sua interpretação.

Diante de uma imensidão de dados, o historiador termina ignorando alguns, enfatizando outros, compondo uma visão do passado dentre inúmeras outras possíveis. O que constrói os fatos que serão incorporados aos livros didáticos.

Por isto, passa ser função do professor realizar uma crítica dos conteúdos, ao mesmo tempo em que transmite o saber acumulado pela humanidade.

## O HISTORIADOR-EDUCADOR

O educador-historiador traz consigo muitas responsabilidades diante de uma educação de qualidade, muito mais libertária e crítica, do que de conteúdo e disciplinadora. Um ensino que coloca os alunos diante de mestres mal preparados leva à submissão e à diminuição da liberdade de agir e pensar por si mesmo. Ou seja, a “grande arma” do educador-historiador é desenvolver nos estudantes o pensamento crítico e a capacidade de reagir diante das contradições da sociedade em que vivemos.

No entanto, essa proposta educativa não será possível se o professor de história não estiver imbuído do espírito da leitura e da escrita. Ele será hipócrita, enganando a si e ao corpo discente, exigindo que eles leiam e escrevam, sendo que ele próprio não os faz prática. O profissional da História precisa indicar e citar livros, autores, confeccionar textos transpostos didaticamente a partir de suas experiências próprias. Ação essa que certamente irá estimular os alunos alimentará a autoestima e a confiança do professor, além de tornar a atividade profissional dinâmica e empolgante.

## A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais esclarecem que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos do conhecimento - questiona a visão compartmentada disciplinar da realidade sobre a qual a escola tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se por tanto a uma relação entre disciplinas.

História e geografia, abordados de forma integrada, até mesmo devido a sua proximidade e

aos temas transversais que atravessam as duas áreas, devem ajudar a se situar no mundo.

Ajudam as pessoas a entenderem a si mesmas e o mundo em que vivem, criando consciência da necessidade de uma participação mais ativa na sociedade e na caminhada rumo a um futuro melhor.

Entretanto, para que isto aconteça, cabe ao professor abordar conteúdos de forma mais dinâmica, estimulando questionamentos ao invés de fornecer respostas prontas.

A transformação da prática do docente só acontece quando, no exercício de seu trabalho, ele coloca em discussão suas ações, explicita seus pressupostos, problematiza a prática, busca e experimenta alternativas de abordagens e de conteúdos, desenvolve atividades interdisciplinares, faz escolhas diversificadas de recursos didáticos, analisa dificuldades e conquistas, compartilha experiências e relaciona a prática com a teoria. (PCN,1998, p. 29).

Com esse enfoque metodológico torna-se então necessário repensar o ensino de História e da Geografia, baseado somente em aulas expositivas, limitando-se aos textos dos livros didáticos. Para que isso ocorra, é necessário não cometer o erro de tornar o ensino de fatos geográficos isolados e atomizados. Ou seja, estudar um clima, um relevo, as características de uma região, nada disso está isolado das pessoas que vivem ali e formam o complexo geográfico. O professor deve procurar as consequências, examinar as relações do ser humano no meio em que estão inseridas, as ações daqueles neste meio para um entendimento por parte dos alunos de que a geografia é o estudo da complexa rede que interliga humanidade e o espaço geográfico.

É função da escola formar não só sujeitos que conhecem e dominam conteúdos, como também indivíduos críticos, capazes de questionar e ajudar a reformular o conhecimento.

O professor, enquanto membro constituinte da instituição escolar deve planejar suas atividades de modo que, consiga estimular a participação dos alunos a serem coautores do seu processo de aprendizagem. Ainda deve ser enfatizada a importância de que o docente conheça a realidade dos seus educandos, para proporcionar aulas com conteúdo significativos a eles. Cabe destacar ainda, que para o funcionamento de uma gestão democrática, é importante que a escola possibilite a participação de todos nas decisões que são tomadas neste ambiente, uma vez que as determinações realizadas por uma pessoa ou por um grupo pequeno não abrangem o desejo e as necessidades da maioria.

Sendo assim, além dos conteúdos programáticos, “o professor também educa para a vida”. (CURY, 2003, p. 39). A construção de novas propostas pedagógicas para o ensino da história e da geografia deve, ao nosso ver, fundamentar-se nessa concepção de escola como instituição social, um lugar plural, onde se estabelecem relações sociais e políticas, espaço social de transmissão e produção de saberes e valores culturais. É o lugar onde se educa para a vida, onde se formam as gerações para o exercício pleno da cidadania. “Por isso, fundamentalmente, é um lugar de produção e socialização de saberes”. (FONSECA, 2003, p. 101 e 107).

## TEMAS TRANSVERSAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Os temas transversais dos Parâmetros Curriculares incluem Meio ambiente, Saúde, Pluralidade cultural, Ética e Orientação sexual. Eles expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade, presentes sob várias formas na vida cotidiana.

### MEIO AMBIENTE

O Meio Ambiente não se restringe ao ambiente físico e biológico, mas inclui também as relações sociais, econômicas e culturais. O objetivo é propor reflexões que levem o aluno ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental.

Entendemos que a Educação Ambiental surge como um paradigma educacional viável e, como processo permanente de formação de “sujeitos ecológicos” (CARVALHO: 2001,54) é um fundamental instrumento na promoção do desenvolvimento humano e comunitário, devendo estar presente na escola, na família, no bairro, nas políticas públicas e em todos os segmentos da rede de difusão das práticas de ensino.

[...] a educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida. O educador é por “natureza” um intérprete, não apenas porque todos humanos o são, mas também por ofício, uma vez que educar é ser mediador, tradutor, de mundos (CARVALHO: 2004, p.77).

### TRABALHO E CONSUMO

Fazemos parte de uma sociedade globalizada, cujos interesses giram em torno do consumo desenfreado de produtos. Somos induzidos de todas as formas possíveis ao desejo de querer e ter e incentivados a comprar e consumir coisas que são completamente supérfluas em nosso dia a dia. Dessa forma, a produção aumenta e, consequentemente, o uso irregular de matérias-primas e de fontes de energia. Quaisquer alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, essa atenção deve envolver tanto a teoria quanto a prática consciente.

O papel da escola nisso tudo consiste em reformar seu método de educação ambiental, trabalhando de forma conjunta e interdisciplinar, afinal, ela não aborda só questões ambientais, mas também aspectos relacionados à cidadania, direitos e deveres, que são primordiais para a formação cidadã.

A preparação dos jovens para a sua inserção no mundo do trabalho requer a discussão de temas como consumo, direitos, desemprego, entre outros, ao final do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O conhecimento das relações de trabalho em várias épocas é importante para compreender

sua dimensão histórica e comparar diferentes modalidades de trabalho, a qualidade de vida e as condições de trabalho e de saúde dos grupos populacionais, a influência da publicidade na vida das pessoas, Compreensão do desejo de consumo e da real necessidade de adquirir produtos e serviços.

## PLURALIDADE CULTURAL

Participação do homem e da mulher na vida doméstica, o papel das crianças, com ênfase no apoio mútuo e solidariedade que se constrói no cotidiano, com a divisão das responsabilidades familiares, valores de liberdade de escolha de vínculos socioafetivos, etnias e povos nativos, cultura, habitações e organizações espacial de diferentes sociedades, diferentes formas de interação com ambiente.

O Brasil é marcado como sendo um país com uma sociedade plural, onde são encontrados diferentes grupos étnicos possuindo diferentes culturas, com origem desde o início do processo de colonização, além dos posteriores movimentos migratórios, que foram responsáveis ao longo da história do país, por colocar em contato grupos diferenciados.

A temática da pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e a crítica às relações discriminatórias e excluidentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (GONÇALVES, 2004, p.72)

Assim, ao deixar claro a que se refere a temática da Pluralidade Cultural, vê-se como é fundamental o papel da escola como instituição formadora dos indivíduos que serão atuantes no cenário da sociedade, pois cabe a escola o papel desafiador de formar uma consciência baseada na existência da diferença entre pessoas e no respeito mútuo que deve existir e permeiar as relações sociais.

A partir disso, se espera que na escola aconteça a aprendizagem de que, no espaço público pode e deve ocorrer a coexistência dos diferentes, eliminando-se preconceitos e discriminações decorrentes de diferenças raciais, étnicas e culturais. Isso, entretanto, só ocorrerá a partir do trabalho com alunos, docentes e demais membros da escola e comunidade, tomando-se como base o contato com informações e discussões não somente durante um período pré-definido, mas sempre que necessário.

## ÉTICA

De acordo com Instituto Paulo Freire (2008), o tema Transversal Ética, deverá proporcionar ao aluno o entendimento do conceito de justiça baseado na equidade e ainda sensibilizá-lo para a necessidade de construção de uma sociedade justa, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais. Para tanto, deve-se discutir a moral vigente e tentar compreender os

valores presentes na sociedade analisando quando eles devem ou podem ser mudados, visto que eles são instrumentos de construção da sociedade.

O Trabalho pedagógico que envolve os temas transversais exige que o professor adeque sua ação, uma vez que esse projeto envolverá, além do conteúdo específico de sua área, as demais temáticas pertinentes aos temas transversais.

A ética e a moral são termos frequentemente usados como sinônimos, no entanto há uma distinção entre eles. A ética é uma das áreas da filosofia que investiga sobre o agir humano na convivência com os outros e a moral que surge dessa convivência.

## **MORAL**

A moral, segundo PCN (1998), é o conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades é no campo da moral que dominam os valores relacionados ao bem e ao mal, como aquilo que deve ser buscado ou de que se deve afastar.

Assim, as relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que elas convivem, pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. A sociedade é constituída pela diversidade, que tem como implicação uma multiplicidade de comportamentos e relações, o que guarda a possibilidade de enriquecimento das pessoas envolvidas. Entretanto, cada indivíduo possui sua particularidade, se diferenciam um dos outros. Verifica-se que nem sempre a diversidade e singularidade são reconhecidas, gerando o preconceito tal qual como conhecemos.

## **RESPEITO**

O respeito pode ser entendido como a valorização de cada indivíduo em sua particularidade. É uma atitude carregada de sentimento que podem ser confundidos de formas diferentes, como de submissão, medo, inferioridade ou pode estar associado à veneração ou consideração. Este deve deixar de ser apenas uma atitude baseada nas empatias das relações pessoais para tornar-se um princípio que norteie todas as condutas.

O princípio de que todas as pessoas devem ser respeitadas independentes de sua origem social, etnia, sexo, religião, opinião assim como as manifestações sociais culturais dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade, fundamenta o respeito.

## **JUSTIÇA**

O conceito de justiça remete ao respeito/cumprimento das leis. Mas essa dimensão legal de justiças deve ser contemplada pelos cidadãos. No entanto, a ética é insubstituível para avaliar de forma crítica, certas leis, permitindo perceber se há privilégio de alguns em detrimento de outros.

Fazer justiça é considerar a diversidade, pois só critério de equidade restabelece a igualdade respeitando as diferenças. Dentro da escola deve-se fazer da mesma maneira ao avaliar e julgar as atitudes dos alunos.

## **SOLIDARIEDADE**

Os gestos de solidariedade são demonstrações de respeito entre os indivíduos. Solidariedade está associada à doação, a ajuda, a tomar para si questões coletivas e se aplica também no exercício da cidadania. É importante que o aluno perceba a solidariedade ao ajudar um colega, assim como ao lutar por um ideal coletivo.

## **DIÁLOGO**

O diálogo é a expressão fundamental da relação entre os seres humanos, doação mútua da palavra. Ser humano é ser com os outros. Mas não deve ser confundidas com o passar ordens, impor visões de mundo. Na escola o diálogo ocorre constantemente, mas não deve se limitar a perguntas e respostas entre professor e aluno para avaliação, suas experiências devem ser integradas aos conteúdos trabalhados. Nas salas de aula pode ocorrer que alguns alunos monopolizam a fala, enquanto outros não se manifestam muitas vezes por medo ou insegurança, cabe ao educador assim como toda a sala encontrar o equilíbrio, para que assim as aulas tornem mais dinâmicas para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O profissional da História e da Geografia é desafiado a atuar criticamente na elaboração e execução dos projetos, na indicação do material pedagógico que é proposto ao aluno, e na decisão sobre a metodologia na busca da construção do conhecimento em sala de aula, bem como no uso de outras fontes. O professor precisa buscar, urgentemente, atualização e prosseguimento de estudos para poder fazer frente aos novos conhecimentos e interpretações.

A Interdisciplinaridade é a integração de dois ou mais componentes curriculares na construção do conhecimento. A interdisciplinaridade surge como uma das respostas à necessidade de uma reconciliação epistemológica, processo necessário devido à fragmentação dos conhecimentos ocorrido com a revolução industrial e a necessidade de mão de obra especializada. A interdisciplinaridade buscou conciliares os conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos ou mesmo novas subáreas.

Vivemos uma época de transição, de questionamentos, uma época em que nossos saberes e nossos poderes parecem estar desvinculados. Mais do que isso, o saber atual fragmentado dispersou-se pelos dez cantos do mundo, e o centro desta circunferência, outrora ocupado pelo homem, encontra-se, agora, vazio. O magnífico desenvolvimento científico e tecnológico que ora

assistimos também trouxe uma assustadora carência de sabedoria e introspecção. Ciência e tecnologia lançaram-se, "... numa correria cega sem prestarem atenção à paisagem de humanidade que as cerca, sem sonhar com o que deixaram atrás delas, para melhor obedecerem ao espírito frenético de conquista que as arrastam para um terrível futuro". (GUSDORF, 1976, p. 23).

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, AUGUSTO. **Pais Brilhantes Professores Fascinantes**. São Paulo - sextante, 20<sup>a</sup> edição, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **“Ver para compreender”**. Arte, livro didático e a história da nação, 2003.

GONÇALVES, L. R. D. A **Questão do Negro e Políticas Públicas de Educação Multicultural: Avanços e Limitações**. 2004.132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2004.

GUSDORF, G. Prefácio IN: JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – História e Geografia**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3<sup>a</sup> ed. Brasília, 1998.

Secretaria de Educação Fundamental (1997b). **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética (v. 8)**. Brasília: MEC/SEF.

# DIVERSIDADE NA ESCOLA: DESENVOLVENDO ATTITUDES DE RESPEITO A TODOS NA PREVENÇÃO AO BULLYING



## DIVERSITY AT SCHOOL: DEVELOPING ATTITUDES OF RESPECT FOR ALL TO PREVENT BULLYING

### ERONILTE DOS SANTOS LOPES BARROS

Graduação em Pedagogia pela Instituição UNIDERP – Centro de Ensino Superior de Campo Grande - CESUP (2013); Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Rede Municipal de São Paulo, na EMEI Antônio Raposo Tavares.

### RESUMO

Este estudo busca realizar uma abordagem sobre bullying, tema em destaque na atualidade, devido a frequência na qual presenciamos atos e práticas de bullying nas escolas, muitas vezes acompanhados de violência física, além de afrontas e agressões que é dito oralmente. Respeitar a diversidade é fundamental para que desenvolvemos em nossos alunos e sociedade um harmonioso convívio. Prezar as diferenças é algo que a escola, enquanto intermediário transformador, precisa priorizar, uma vez que é responsável pela formação cidadã e crítica de seus alunos. Para a realização deste estudo, a metodologia utilizada foi a do tipo bibliográfica, com referências em Ribeiro (2015), Antunes (2010) e Cuervo (2016). As leituras revelam que é preciso esclarecer aos nossos alunos que a prática do bullying pode trazer sequelas para si mesmos, para os que nos cercam e para a sua aprendizagem e todos somos responsáveis por buscar manter atitudes de respeito, permeando valores e hábitos de convivência que diminuem a violência e possam combater o bullying.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bullying; Diversidade; Respeito.

## ABSTRACT

This study seeks to address the issue of bullying, a topic that is currently in the spotlight due to the frequency with which we witness acts and practices of bullying in schools, often accompanied by physical violence, as well as verbal affronts and aggression. Respecting diversity is fundamental if we are to develop harmonious coexistence among our students and society. Cherishing differences is something that the school, as a transformative intermediary, needs to prioritize, since it is responsible for the citizen and critical education of its students. To carry out this study, the methodology used was bibliographical, with references in Ribeiro (2015), Antunes (2010) and Cuervo (2016). The readings reveal that it is necessary to make it clear to our students that bullying can have consequences for themselves, for those around them and for their learning, and that we are all responsible for seeking to maintain attitudes of respect, permeating values and habits of coexistence that reduce violence and can combat bullying.

**KEYWORDS:** Bullying; Diversity; Respect.

## INTRODUÇÃO

No cotidiano escolar, são muitas as relações construídas e vivenciadas pelos alunos. Buscando desenvolver atitudes de respeito nestas relações, a escola possui papel fundamental.

Na esfera educacional, observamos uma crescente incidência de questões relacionadas ao fenômeno do bullying, tornando-se cada vez mais comuns, essas condutas acarretam impactos negativos tanto no bem-estar dos alunos quanto no processo de ensino-aprendizagem, caracterizando a problemática deste estudo.

Diante de tamanha diversidade, o respeito torna-se fundamental em todos os aspectos. É imprescindível promover a conscientização sobre essa temática nas escolas, uma vez que pais, alunos e professores estão inseridos em interações permeadas por essas diferenças, as quais requerem abordagens para serem compreendidas e administradas de maneira adequada.

No intuito de compreender melhor como desenvolver o respeito nas relações escolares, surgiu o interesse pela presente pesquisa, cujo objetivo geral é o de caracterizar o que é o bullying na escola e o objetivo específico é o de observar como a escola exerce papel fundamental na formação de atitudes de respeito à diversidade e prevenção ao bullying.

Podemos observar o quanto é importante que as instituições escolares estejam continuamente vigilantes e capacitadas para enfrentar diversas formas de bullying. Além disso, é crucial que sejam proativas na prevenção dessas situações, implementando programas e iniciativas que envolvam os alunos, conscientizando-os sobre suas atitudes e contribuindo para o desenvolvimento de sua cidadania e valores éticos.

## DIVERSIDADE NA ESCOLA: DESENVOLVENDO ATITUDES DE RESPEITO A TODOS NA PREVENÇÃO AO BULLYING

Considerando as crianças que estão sob nossa responsabilidade, é importante reconhecer que cada uma é singular, possuindo desejos, personalidade, anseios, necessidades e histórias próprias. É necessário que honremos e valorizemos essa diversidade no ambiente escolar, e nossas atitudes devem refletir esse respeito.

As crianças absorvem os padrões de comportamento mediante os exemplos proporcionados pelas pessoas ao seu redor, tornando-nos espelhos para elas. A união entre família e escola, portanto, pode ser extremamente benéfica para o combate e prevenção ao bullying, conscientizando os alunos sobre a importância da tolerância, do respeito e da empatia.

Por meio das atividades diárias realizadas na rotina escolar, é essencial proporcionar às crianças o atendimento de suas diversas necessidades, abrangendo aspectos emocionais, sociais, físicos, intelectuais e motores. É fundamental considerar a diversidade e tratar cada criança como um indivíduo único e especial.

É evidente a importância da reflexão por parte de todos os profissionais das instituições escolares, visando obter uma formação adequada para lidar efetivamente com o respeito à diversidade. É essencial encarar essa diversidade com naturalidade, sem criar uma atmosfera assustadora, possibilitando que as diferenças se tornem um elemento que potencialize a aprendizagem, ao invés de serem vistas como obstáculos.

### DEFINIÇÃO DE BULLYING

O bullying consiste em um comportamento agressivo intencional, persistente ao longo do tempo e é marcado por uma disparidade de poder entre indivíduos que compartilham o mesmo ambiente social.

A palavra "bullying" tem origem inglesa e significa ameaçar, agredir ou intimidar alguém. Pode ser caracterizado como agressão - seja ela física, verbal, material, sexual, virtual ou psicológica - de maneira intencional e repetida.

Segundo Lopes (2011, p. 13), a palavra "bullying", derivada do inglês "bully" (valentão, brigão, tirano), é traduzida em português como "assédio escolar", descrevendo o comportamento agressivo entre estudantes.

Embora o termo tenha sido adotado globalmente por pesquisadores e incluído nos dicionários como uma designação específica que transcende simples agressões ou maus-tratos, ainda não há um equivalente em português que englobe plenamente sua abrangência.

O bullying é caracterizado por ações repetitivas e intencionais de opressão, humilhação, discriminação e agressão (RIBEIRO et al, 2015, p. 20).

Considera-se o bullying como uma forma particular de violência, composta por ações agressivas, persistentes e marcadas por desigualdade de poder entre os envolvidos. Isso acarreta consequências graves para a saúde dos adolescentes, os quais, além de enfrentarem mudanças intensas em suas vidas pessoais (tanto emocionais quanto fisiológicas), buscam aceitação diante de suas características singulares em meio a um contexto de discriminação entre seus pares.

O bullying pode ser caracterizado como uma categoria específica de violência, caracterizada por ações agressivas, repetitivas e que envolvem desequilíbrio de poder entre os envolvidos, acarretando consequências significativas para a saúde dos adolescentes. Ao lidar com as intensas transformações pessoais, tanto emocionais quanto fisiológicas, esses adolescentes buscam aceitação de suas singularidades em meio à discriminação entre seus pares.

A violência está presente nos ambientes de interação social dos adolescentes e pode se manifestar de diversas formas, sendo o bullying um exemplo desse fenômeno. Este é identificado como um desafio nas relações interpessoais, marcado por comportamentos agressivos entre crianças e adolescentes, especialmente no contexto escolar.

Estudiosos como Antunes (2010, p. 36) e Olweus (2014, p. 21) categorizaram os tipos e as possíveis formas de envolvimento dos adolescentes no bullying: direto, por meio de ações físicas (como bater, chutar, empurrar, abusar sexualmente, assediar, fazer gestos, danificar ou roubar pertences) e verbais (como apelidar, importunar, xingar); ou indireto, por meio de atos de exclusão, isolamento da vítima ou disseminação de boatos.

Acredita-se que o bullying possa ter origem em questões sociais, culturais, econômicas e históricas. O comportamento de crianças ou adolescentes que praticam bullying entre os colegas muitas vezes está associado a exemplos de violência e maus tratos familiares, à ausência de limites na educação recebida e à falta de exemplos familiares sobre como respeitar o próximo.

É necessário que alunos, suas famílias e toda a equipe escolar estejam conscientes da gravidade e das consequências relacionadas ao bullying. A compreensão dos danos causados por esse comportamento agressivo promove empatia, que, por sua vez, gera tolerância, contribuindo para uma convivência social mais positiva. Essa consciência pode ser desenvolvida por meio de abordagens socioemocionais.

O termo "bullying" é utilizado para descrever ações intencionais e repetidas de violência física ou moral, ocorrendo dentro de uma relação desigual de poder, resultando em dor e angústia para a vítima. Devido ao fato de ser um fenômeno que ganhou atenção recente, o assédio escolar ainda não possui um termo específico consensual, e o termo em inglês "bullying" é amplamente utilizado pela mídia.

A pesquisa sobre o bullying teve início há aproximadamente 10 a 20 anos na Europa, quando se identificou sua ligação com muitas tentativas de suicídio entre adolescentes. Por vezes, as ofensas eram desconsideradas pela escola ou pelos pais, sendo vistas como trivialidades, o que levava a criança a tomar iniciativas desesperadas. Atualmente, o tema tem despertado um interesse crescente entre profissionais da área da educação.

De acordo com Antunes (2010, p. 37) o bullying pode se manifestar em diversos contextos sociais, como universidades, escolas, ambientes familiares, vizinhanças e locais de trabalho. Mesmo um simples apelido aparentemente inofensivo pode causar danos emocionais e físicos ao alvo da ofensa.

O bullying pode adotar diversas formas, incluindo xingamentos, agressões físicas ou isolamento, e pode ser classificado em tipos principais:

- Bullying físico: caracterizado por violência física, como chutes, socos, empurrões, ou até bloqueio de passagem, muitas vezes relacionado à aparência da vítima, como uso de óculos, aparelho ou peso corporal. Esse tipo de bullying pode ser interpretado como brincadeira, o que dificulta a identificação.
- Bullying psicológico: envolve intimidações constantes, chantagens, calúnias, boatos e perseguições relacionadas à orientação sexual, religião ou peso. Pode levar a problemas como depressão e fobia social.
- Bullying verbal: o tipo mais comum nas escolas, começa com apelidos ofensivos e é caracterizado por xingamentos e humilhações frequentes, prejudicando a autoconfiança e as habilidades sociais da vítima.
- Bullying virtual: também conhecido como cyberbullying, consiste em ataques verbais e psicológicos por meio das redes sociais, disseminando fotos, vídeos ou comentários prejudiciais, causando constrangimento.
- Bullying social: envolve o constante isolamento da vítima das atividades e convívio diário.

Dentro dos vários tipos de bullying, seguem alguns exemplos de agressões:

- insultar a vítima;
- sistematicamente acusar a vítima de ser inútil;
- ataques físicos repetidos contra a pessoa ou sua propriedade;
- danificar pertences pessoais como livros, material escolar ou roupas;
- espalhar boatos negativos sobre a vítima;
- depreciar a vítima sem motivo aparente;
- coagir a vítima, ameaçando-a para que siga ordens;
- colocar a vítima em situações problemáticas com autoridades ou provocar ações disciplinares injustas;
- fazer comentários depreciativos sobre a família, aparência, orientação sexual, religião, etnia, situação financeira ou qualquer outra característica percebida como inferior pelo agressor. (CUERVO, 2016, p. 21).

Embora o bullying possa ocorrer em várias formas, suas manifestações variam de acordo com a faixa etária, ambiente e gênero dos agressores, sejam meninos ou meninas.

Diante disto, vemos a necessidade premente de desenvolvermos com nossos educandos atitudes de respeito à diversidade e prevenção ao racismo, preconceito e ao bullying.

Para que isso aconteça, algo importante que é papel da escola é promover o autoconhecimento, que leva o indivíduo a identificar suas emoções e falar sobre elas, buscando resolver situações de conflito de forma harmoniosa, minimizando práticas de bullying e violência.

## BULLYING NA ESCOLA

Frequentemente, o próprio profissional da educação enfrenta desafios para lidar de maneira eficaz com questões relacionadas à diversidade e encontra dificuldades ao mediar situações que envolvem preconceitos em relação a raça, cor, crenças, religião, cultura, classe social, necessidades educacionais especiais, e outros aspectos similares.

Observamos que o bullying nas escolas pode acarretar consequências imediatas, como o desinteresse pelo ambiente escolar, resultando na diminuição do desempenho acadêmico, bem como no isolamento social, ataques de pânico, ansiedade, comportamentos violentos e alterações físicas. Essas mudanças podem incluir dificuldades para dormir, distúrbios alimentares e até mesmo o consumo de substâncias como álcool e drogas ilícitas.

O déficit no desenvolvimento de habilidades sociais para lidar com comportamentos agressivos é um fator que aumenta a vulnerabilidade dos estudantes em relação à violência (CUERVO et al, 2016, p. 98).

Buscando desenvolver atitudes de respeito à diversidade e prevenção ao bullying, é responsabilidade do professor personalizar as situações de aprendizagem proporcionadas às crianças, levando em consideração suas habilidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas, assim como os conhecimentos que possuem em diversas áreas e suas origens socioculturais variadas. Isso implica no planejamento e na oferta de uma ampla gama de experiências que atendam às necessidades do grupo ao mesmo tempo em que consideram as características individuais de cada criança. Reconhecer as diferenças entre as crianças significa oferecer uma educação que respeite seus ritmos e necessidades individuais, com o objetivo de ampliar e enriquecer as habilidades de cada uma, considerando-as como indivíduos singulares com características próprias. É preciso reconhecer e valorizar suas singularidades como um aspecto enriquecedor tanto pessoal quanto culturalmente.

Uma abordagem educacional comprometida com a cidadania e a construção de uma sociedade democrática e inclusiva deve, inevitavelmente, fomentar a convivência com a diversidade, que constitui uma característica marcante da vida social no Brasil. Essa diversidade abarca não apenas as distintas culturas, costumes e tradições, mas também as habilidades e singularidades individuais de cada pessoa. Aprender a interagir e se relacionar com indivíduos que possuem habilidades diversas,

expressões culturais distintas e identidades sociais únicas é fundamental para cultivar valores éticos, como a valorização da dignidade humana, o respeito ao próximo, a promoção da igualdade, justiça e solidariedade.

A criança que convive com a diversidade em ambientes educativos tem a oportunidade de aprender e se enriquecer significativamente com essa convivência, adquirindo conhecimentos valiosos e desenvolvendo uma compreensão mais profunda e sensível do mundo ao seu redor.

A diversidade cultural, caracterizada pela multiplicidade de etnias, crenças, costumes e valores presentes na população brasileira, também está presente nas instituições de educação infantil. O trabalho com essa diversidade e o convívio com as diferenças oferecem oportunidades de expansão de perspectivas tanto para os professores quanto para as crianças. Isso se dá ao possibilitar a compreensão de que a realidade de cada indivíduo é apenas uma parte de um universo mais amplo, repleto de diversas possibilidades.

Adotar uma abordagem acolhedora em relação às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias é uma forma de valorizar e respeitar a diversidade, sem implicar em uma adesão irrestrita aos valores alheios. Cada família e suas crianças trazem consigo um vasto repertório que serve como um recurso valioso para o diálogo, aprendizado com as diferenças, combate à discriminação e adoção de atitudes não preconceituosas. Essas habilidades são fundamentais para o desenvolvimento de uma postura ética nas relações humanas.

Neste sentido, as instituições escolares, por meio de seus profissionais, devem cultivar a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias. Acolher as diversas culturas não se limita apenas a comemorações festivas, apresentações de danças típicas ou experimentação de pratos regionais. Embora essas iniciativas sejam enriquecedoras, não são suficientes para lidar com a ampla gama de valores e crenças.

Entender os contextos familiares, compreender seus valores relacionados à disciplina, hábitos de higiene, formas de interação social e outras práticas pode contribuir para a construção conjunta de ações educativas. Em suma, as instituições de educação devem oferecer um apoio genuíno e efetivo às crianças e suas famílias, atendendo às suas demandas e necessidades. Evitar julgamentos moralistas, pessoais ou baseados em preconceitos é fundamental para estabelecer uma base sólida para o diálogo e o entendimento mútuo.

Para combater o bullying de forma eficaz, sugere-se a adoção de práticas educativas participativas e constantes que envolvam profissionais de diferentes áreas. Essas práticas colaboram para promover melhorias significativas no comportamento de crianças e adolescentes. Propõe-se a implementação de programas que levem em conta as diferenças entre os gêneros, já que meninos e meninas tendem a expressar a agressividade de maneiras distintas, visando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas do bullying.

Além disso, é essencial investigar outras variáveis associadas aos adolescentes envolvidos no bullying. Isso inclui examinar estilos parentais, experiências de violência familiar, desempenho escolar, relacionamento com pais e professores, bem como outras questões do cotidiano. A análise desses aspectos busca proporcionar maior esclarecimento sobre esse tipo de violência entre estudantes,

permitindo abordagens mais completas e efetivas para prevenção e intervenção.

Compreendendo a escola como um ambiente propício para a aquisição e organização do conhecimento, em que a aprendizagem é contínua, analisamos as interações dentro de um contexto específico: o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, quando os alunos estão motivados, eles se engajam no "canal interativo", participando ativamente das discussões, sentindo-se estimulados e desejando contribuir. Esse engajamento é resultado de estratégias externas - recursos atrativos que o professor utiliza para estimular a participação da turma. Tais ferramentas externas podem ser instrumentos simples, não necessariamente sofisticados, mas que fazem parte da criatividade do docente.

Diante dos casos de bullying, os professores enfatizam aos alunos a necessidade de intervenção. Isso ocorre porque os alunos se sentem desamparados em meio a conflitos e buscam que os professores resolvam essas situações no ambiente escolar. Essa abordagem destaca a importância do "saber sobre" o bullying em vez do "saber como lidar com". Ou seja, ressalta a importância de compreender as características e a evolução do bullying, além de estratégias para lidar com essa problemática (ANTUNES, 2010, p. 13).

Assim, é vital que os professores enfrentem e resolvam efetivamente os casos de bullying, ao passo que as escolas aprimoram suas técnicas de intervenção e buscam colaboração com outras instituições. Certamente, individualmente, o professor não resolverá todos os problemas, mas uma prática pedagógica inclusiva pode desenvolver, na sala de aula, o respeito mútuo e proporcionar aos alunos a compreensão da importância dos direitos das pessoas com deficiência. O papel do professor é o de criar oportunidades para que os próprios estudantes reconheçam a importância de respeitar as diferenças.

Na abordagem preventiva, a escola concentra esforços na conscientização dos alunos e das famílias sobre o bullying, esclarecendo que se trata de uma prática negativa, moralmente incorreta e que acarreta consequências disciplinares para os agressores. Essa medida é crucial, uma vez que muitos estudantes não têm noção da seriedade do bullying e desconhecem a existência de leis que visam criminalizar tais comportamentos.

Um método eficaz para a prevenção do bullying é o desenvolvimento socioemocional dos estudantes. Essa abordagem visa formar alunos mais empáticos, habilidosos na comunicação e capazes de lidar melhor com conflitos em geral. Nas escolas que implementam programas socioemocionais, é observada uma tendência à redução no número de casos de bullying. Isso ocorre porque os alunos passam a respeitar mais as diferenças e o próximo, além de adquirirem habilidades para se comunicar de forma mais clara e menos ansiosa em situações de conflito. Isso os torna mais propensos a buscar ajuda junto à direção escolar quando necessário, proporcionando um ambiente em que se sentem mais confortáveis para pedir auxílio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, infelizmente, é uma realidade na vida de muitas crianças.

Apesar de o tema ser relativamente recente, a prática é bastante antiga, principalmente no espaço escolar, onde a convivência deve promover a interação entre os educandos de forma equilibrada e atenta, respeitando a diversidade, que os educadores possam trazer o debate para a mesa e juntar esforços para que esse cenário possa ser transformado.

As consequências do bullying podem ser sentidas de maneira imediata, mas também acompanham a criança ao longo de sua vida, podendo se tornar um trauma bastante sério, está presente no ambiente escolar. Para disseminar o bullying, é preciso que a escola promova propostas com intencionalidade, sequencial, ativo e consistente de desenvolvimento socioemocional, fortalecendo vínculos afetivos e buscando cada vez mais o respeito à diversidade, como base para a formação crítica e responsável dos alunos.

Conversas, respeito e solidariedade são fundamentais para proporcionar ações de combate ao bullying. Procurar soluções, para garantir que as escolas e todos os envolvidos no processo educativo (professores, gestão, alunos, famílias e comunidades) estejam compromissados com o cuidado diminuindo tais práticas, em busca de cidadãos mais equilibrados.

O papel da escola é transformar e firmar parcerias para que seja garantida uma formação ética aos alunos, no sentido de melhorar a convivência escolar e as situações de conflito.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES D. C. **Mas o que seria isso, o bullying?** In: Antunes DC. **Bullying: Razão Instrumental e Preconceito.** São Paulo: Casa do Psicólogo; 2010. p. 36.

ARAMIS, A. Lopes Neto. **Bullying – Comportamento agressivo entre estudantes.** Jornal de Pediatria. Artigo de Revisão, 2005. BANDEIRA, C. M.

CUERVO, A.A.V. et al. **Propiedades psicométricas de una escala para medir dificultades en habilidades sociales relacionadas con la victimización.** Pensam. psicol., Cáli, v.14, n. 2, 2016.

FERNANDES, L., & SEIXAS, S. **Plano Bullying: Como apagar o Bullying na Escola.** Lisboa: Plátano Editora, 2012.

GALDINO, J. **Bullying – Vamos Mudar de Atitude!** Editora Noovha América, 2005.

LOPES, NETO A. A. **Ações antibullying** In: Lopes Neto AA. **Bullying: saber identificar e como prevenir** São Paulo: Brasiliense; 2011. p. 62-100.

OLIVEIRA, W.A. et al. **Interfaces entre família e bullying escolar: uma revisão sistemática**. Psico - USF, v. 20, n. 1, Jan. /abr., 2015.

OLWEUS D. **Bullying at school. Long term outcomes for the victims end an effective school-Based Intervention program**. In: Huesmann LR, editor. **Aggressive Behavior: Current Perspectives** San Francisco: Plenum Press; 1994. p. 98.

PIGOZI, P.L.; MACHADO, A.L. **Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, n. 11, 2015.

POMPEO, D.A.; ROSSI; L.A.; GALVÃO, C.M. **Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem**. Acta Paul Enferm., v. 22, n. 4, 2009.

RAIMUNDO, R., & PINTO, A.M. **Conflito entre pares, estratégias de coping e agressividade nas crianças e adolescentes**. Psychologica, 44, 135-156, 2007.

RIBEIRO, I.M.P. et al. **Prevalência das várias formas de violência entre escolares**. Acta Paul. Enferm., São Paulo, v. 28, n. 1, jan./fev., 2015.

SANTOS, Carla Simone Rodrigues; BOCK, Vivien Rose. **Bullying: a face silenciosa da violência entre estudantes**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SERRATE, R. **Lidar com o Bullying na Escola. Guia para entender, prevenir e intervir no fenômeno da violência entre pares**. Lisboa: Bookout, 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying – Mentes Perigosas na Escola**. Editora Fontanar.

SILVA, M.A.I. et al. **O olhar de professores sobre o bullying e implicações para a atuação da enfermagem**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 48, n. 4, ago., 2014.

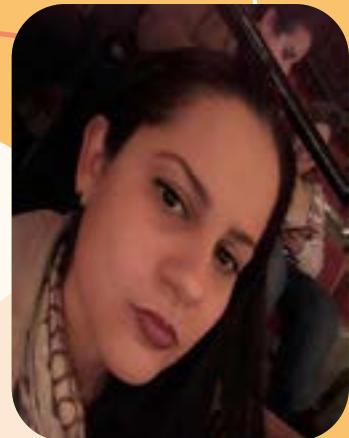
TAIUL, Leonardo C, Paula R. G. F. de C. Costa, Thaís Ferreira Rodrigues. **Bullying na escola e na sociedade moderna**. São Paulo: Instituto de Educação Boni Consilii, 2009.

TREVISOL, M.T.C.; CAMPOS, C.A. **Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, n. 2, mai./ago., 2016.

YGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

## INCLUSIVE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION



### INDIARA DE CASTRO PIACENTE

Graduação em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008) e em Letras pela Faculdade Braz Cubas (2019); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2016) e em Gestão escola pela faculdade Faveni; Professora de Ensino Infantil e fundamental I. Assistente de Direção no CEI Direto Dep. José Salvador Julianelli.

### RESUMO

Para este artigo foi realizada pesquisa bibliográfica, a fim de apresentar a luta e história traçada pela sociedade na busca por uma educação igualitária e acessível a todos. Analisando as dificuldades e importância do acesso a pessoas com deficiência no ensino superior, confrontando ideias, artigos, leis e acordos como: A LDB, Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca, enfatizando direitos e falhas do nosso sistema, que impedem a real educação inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Universidade; Ensino Superior.

### ABSTRACT

For this article, bibliographical research was carried out in order to present the struggle and history traced by society in the search for an equal and accessible education for all. We analyzed the difficulties and importance of access to higher education for people with disabilities, comparing ideas, articles, laws and agreements such as: the LDB, the 1988 Federal Constitution, the Salamanca Declaration, emphasizing the rights and failures of our system, which prevent real inclusive education.

**KEYWORDS:** Inclusion; University; Higher Education.

## INTRODUÇÃO

O maior objetivo dos sistemas educacionais é garantir a oportunidade de aprender e conhecer o mundo o qual o indivíduo está inserido, oferecendo-lhe condições de participar ativamente do processo de construção e andamento da sociedade e comunidade o qual participa.

Considerando os quatro pilares da educação: Aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver; utilizei como base deste artigo a importância da aplicação destes pilares nos processos do ensino superior, assim como compreender a importância de abrir caminhos para a inclusão e verdadeiro aprendizado às pessoas com deficiência neste contexto educativo.

Tenho como objetivo apresentar a importância de inserir este público no Ensino superior, assim como oferecer condições e recursos para este processo, entendendo as possibilidades, lutas e desafios para a real inclusão.

Para este artigo, foi utilizada pesquisa bibliográfica baseada em artigos, leis e acordos como: A LDB, Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca e autores como Mendes e Moantaoan, visando um melhor embasamento para confirmação da importância de permitir a inserção de pessoas portadoras de deficiência dentro do processo de aprendizado do ensino superior, garantindo a qualidade de ensino e recursos, para a real inclusão.

É clara então, pelo percurso de pesquisa a preocupação dos sistemas educacionais, tanto básico quanto superior, em apresentar propostas e recursos para que este público possa cada vez mais se inserir dentro do ensino superior. Contudo muitas são as dificuldades para garantir uma estrutura educacional, com os recursos necessários para um aprendizado real, e não desistência deles.

Contudo, pela sequência da pesquisa, muitas ainda serão os caminhos a trilhar para uma real aplicação da inclusão, o qual em um contexto de defasagem educacional para todos; a inclusão se torna ainda mais distante.

## BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Há séculos a educação inclusiva vem sendo discutida e aos poucos implementada no sistema de ensino brasileiro.

Compreender a educação inclusiva é permitir que uma parte da população antes desprivilegiada, seja entendida como capaz de não apenas seguir os mesmos passos do restante da sociedade, mas garantir seus direitos como cidadãos e possibilitar a participação deles na construção ativa de seu meio social.

Para isso muito se caminhou para a construção de uma sociedade inclusiva e a inserção de

pessoas com deficiência dentro do contexto educacional.

Segundo Mendes (2006), a história da educação inclusiva, não é recente, tendo seu início ainda no século XVI, quando médicos e pedagogos passaram a cogitar a possibilidade de se educar, pessoas antes compreendidas como “ineducáveis” em uma época em que a educação era para um público seletivo. Contudo nesta época, ainda apontada por Mendes (2006) os estudos não foram o bastante para uma evolução da inclusão, mantendo a institucionalização dos deficientes, centralizando os cuidados aos asilos e manicômios da época.

Já no século XIX, devido à incapacidade dos sistemas institucionais de garantir uma educação e escolarização efetiva a pessoas com deficiência, os sistemas governamentais passaram a repensar as possibilidades de inclusão, iniciando as classes especiais. Com isso:

[...] o acesso à educação para portadores de deficiências vai sendo muito lentamente conquistado, na medida em que se ampliaram as oportunidades educacionais para a população em geral. Entretanto, tanto as classes quanto as escolas especiais somente iriam proliferar como modalidade alternativa às instituições residenciais depois das duas guerras mundiais. (MENDES, 2006, p.387).

Durante o século XX, alguns avanços foram alcançados para a noção de inclusão escolar, com a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988, ainda vigente. Com um caráter mais humano e cidadão, a constituição trouxe uma nova visão para a educação especial e inclusiva, visando direitos básicos de cidadania aos deficientes. Promovendo, segundo a Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205, “... a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Contudo, mesmo com a constituição federal, falhas ainda aconteciam neste processo, já que muitos alunos mesmo sem diagnósticos eram colocados para salas especiais sempre que não acompanhavam o conteúdo escolar, mantendo uma educação seletiva e excludente, assim:

A segregação era baseada na crença de que eles seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados. Assim, a educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral [...] (MENDES, 2006. p. 387-388).

Neste contexto, vemos um andar contrário à própria noção de inclusão apresentada pela constituição, que:

[...] elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). (MANTOAN, 2003, p. 22).

Nesta perspectiva, percebesse a real função do sistema educacional, no processo de inclusão, garantindo um novo olhar ao deficiente, entendendo-o como um ser único, devendo ser avaliado e educado conforme suas próprias capacidades.

Em 1994, representantes governamentais, reuniram-se em Salamanca, para uma conferência organizada pelo governo da Espanha em parceria com a Unesco, a fim de discutirem possibilidades de inserção de pessoas com deficiência dentro do processo escolar. Nesta conferência foi elaborado

o documento “Declaração de Salamanca”, que apresentava diversas propostas e recomendações que viabilizariam uma educação inclusiva de qualidade.

A Declaração de Salamanca apresentou grande impacto no Brasil quanto a noções e possibilidades de enquadramento de práticas educacionais para alunos deficientes. Mesmo não sendo uma lei, norteou novas práticas e possibilidades de compreensão do cidadão com deficiência e suas capacidades e direitos dentro Direitos Humanos.

Segundo a própria Declaração de Salamanca (1994) reafirma

[...] o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais [...] (UNESCO, 1998, p.1).

Em 1996, com elaboração da Lei 9.394, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o Brasil passa a ter uma nova perspectiva quanto à educação e assim a inclusão, assegurando melhorias para a educação especial, através da exigência de capacitação dos professores, garantia de ensino especializado para alunos com deficiência que necessitarem de reforço no processo de ensino aprendizagem, assim como assegurar o pleno direito à educação de qualidade desde o ensino básico até o ensino superior.

Em seis de julho de 2015, uma nova lei sobre inclusão é criada e entra em vigor no dia 2 de janeiro de 2016, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), apresentando um novo avanço para as pessoas com deficiência. Garantindo no Capítulo IV, do Direito à Educação, Art. 27.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Neste contexto, a lei apresenta agora, não apenas a necessidade, mas a obrigação de garantir um ensino igualitário em todas as áreas educacionais, oferecendo as condições e adaptações julgadas pelo educando, imprescindíveis. Entendendo como fundamental um novo olhar para esse estudante, procurando compreendê-lo e não mais obrigar-lo a se adaptar ao contexto escolar, mas o contexto educacional adaptar-se a este estudante.

Para que haja essa oferta de educação igualitária o artigo apresentado ainda afirma a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015, parágrafo II), o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”.

Com a evolução das políticas e leis que protegem e garantem o direito da pessoa com deficiência de fazer parte da sociedade que a cerca de forma plena, garantindo para isso o direito à educação de qualidade e as adequações necessárias para tal, novas consciências e visões sobre esse educando passa a vigorar, dando-lhes a oportunidade de demonstrarem suas capacidades, assim como exercer uma função profissional.

O desafio que se impõe hoje à universidade brasileira é grande, pois precisa articular a democratização do acesso a um nível de ensino que exige processo seletivo e, ao mesmo tempo, a garantia da qualidade do ensino superior a todos os alunos, inclusive aos que apresentam condições sensoriais, físicas, intelectuais, comportamentais e motoras diferenciadas e que, de alguma forma, afetam o seu processo de ensino e de aprendizagem. (POKER, VALENTIM, GARLA, 2018, p.128).

Sendo assim é necessário e de suma importância para o indivíduo e para sociedade, a plena inserção deles no processo de ensino superior e garantindo a qualidade do mesmo para o aproveitamento real do aprendizado e uma formação de qualidade, para que esse novo profissional possa atuar com excelência na profissão escolhida.

## BREVE HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL

A inserção das universidades no Brasil é em suma, uma história recente, contrária da história das universidades na Europa.

Quando o País ainda era colônia de Portugal, pretendeu-se trazer a experiência da Universidade de Coimbra; no entanto, essa pretensão se deparou com uma população diferente da europeia, e, desde sua formação, as universidades brasileiras foram foco de constantes e importantes mudanças, que perduram até os dias atuais. (BERTTONI; SARDANO; FILHO, 2013, p. 19).

Desde esse momento, muitas foram às tentativas de inserir uma universidade no Brasil, a princípio para os próprios filhos e descendentes dos portugueses, já que eles saiam do Brasil para estudar na Universidade de Coimbra, essa que segundo Berttoni, Sardono e Filho (2013) controlava e opinava diretamente nos constantes pedidos dos jesuítas para a formação de uma universidade no Brasil.

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2000, p. 18-19 apud FÁVERO, 2006. p. 20).

Sendo assim, apenas com a transferência da colônia portuguesa ao Brasil, que foram permitidos a inserção de alguns cursos de ensino superior no Brasil, mesmo assim não havia um caráter universitário e sim uma visão apenas de profissionalização, ou seja, “o novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional” (CUNHA, 1980, p. 62 apud FÁVERO, 2006, p. 20).

Neste contexto de ensino superior, a partir de 1808 alguns cursos e academias passam a ser formados visando à formação de profissionais para o próprio estado. A princípio apenas os cursos de medicina, marinha e após alguns anos, engenharia e agricultura, pintura e escultura. Como afirma Martins:

Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura. (MARTINS, 2002, p.4).

Ainda segundo Martins (2002), poucos foram os avanços do ensino superior até 1889, com a Proclamação da República, os cursos eram de longa duração e tinham que seguir os modelos

e a quantidade de profissionais formados da universidade de Coimbra. Como apresenta Teixeira:

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou Universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência –, Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora. (TEIXEIRA, 1999. p. 297 apud BRITO; CUNHA, 2009, p. 47).

O Caráter não universitário limitava os cursos a uma visão apenas profissionalizante de profissionais liberais em faculdades isoladas, visando a atuação em um mercado restrito e a garantia em se manter os privilégios e a posição social. Martins (2202) ainda afirma que mesmo com a independência financeira em 1822, não houve mudanças no processo de ensino, já que a elite da época não via vantagens em implantar um processo educacional universitário. E assim, o sistema se manteve, com poucas mudanças até o final do século XIX, quando a iniciativa privada passou a criar seus próprios estabelecimentos de ensino, possível pela Constituição da República (1821) como afirma Martins:

As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920. (MARTINS, 2002, p. 4).

Após essa conquista das instituições privadas, muitas foram às lutas a fim de manter este modelo de ensino, já que em sua maioria, as universidades particulares carregavam uma base religiosa, e o estado considerava a importância de se manter um ensino laico.

Brito e Cunha (2009, p. 51) afirmam que com a Revolução de 1930, o Ministério da Educação foi fundado, e a partir daí, algumas medidas foram tomadas em diversos setores da educação – inclusive na Educação Superior.”

Com o decreto 19.851 (Estatuto das Universidades brasileiras) em 1931, padrões de organização foram estabelecidos para todas as instituições de ensino superior, de caráter universitário ou não.

Além das batalhas entre instituições públicas e privadas ainda houve lutas e reivindicações estudantis, o qual com a vinda de professores de outros países, estudantes e professores passaram a reivindicar um sistema de universidade pautado pela pesquisa e não apenas nas práticas profissionais, o qual o ensino e a atuação do professor baseavam-se apenas nas atividades em sala de aula, como coloca Martins:

O período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade. (MARTINS, 2002, p.5)

Em 1964, com o modelo militar, os movimentos estudantis foram destruídos, segundo Martins (2002, p. 5) “manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão, ocorrendo em consequência o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970”. Década de 70 que teve foco na expansão dos cursos de pós-graduação e na possibilidade de cursar pós-graduação no exterior, pensando na melhor formação do corpo docente brasileiro como apresenta Stallivieri (2007).

Como afirma Martins (2002), a lentidão nos processos de evolução do ensino superior, levando a desatualização do ensino em contrapartida com o mercado de trabalho, assim como o aumento da evasão escolar no ensino médio, levou a uma diminuição progressiva da demanda ao ensino superior no Brasil em 1980.

A partir dos anos 90, inicia uma quarta fase com a Constituição de 1988 e com a homologação de leis que passaram a regular a educação superior. Havia a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade. (STALLIVIERI, 2007, p.4).

Contudo, um dos maiores acontecimentos, quanto às mudanças do ensino superior no século XX, foi o ingresso das camadas populares nas universidades, não sendo mais uma possibilidade educacional apenas da elite como afirma Martins (2002).

Num dos estudos da década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que frequentam a instituição privada. (MARTINS, 2002, p.6).

Contudo o acesso ao ensino superior aos menos favorecidos ainda é restrito. Não apenas pelas faltas de condições financeiras, mas pela baixa qualidade do ensino básico que limita as possibilidades desses ingressantes, comparando-os as possibilidades em função da qualidade e base escolar obtida pela elite. Faz-se necessário uma real melhoria do ensino básico para que haja um real aumento das demandas populares dentro do ensino superior. Compreendendo:

As próprias restrições governamentais à reprovação no ensino fundamental (como a adotada no Estado de São Paulo), se bem compreendidas pelos professores dos respectivos níveis e percebidas como incremento de suas responsabilidades na recuperação dos alunos a que estão sujeitos, representam outra tentativa de implementar a escolaridade da população e de ampliar o número de egressos dos cursos secundários. (MARTINS, 2002, p.6).

## A INCLUSÃO E O ENSINO SUPERIOR

Durante os estudos e colocações aqui apresentadas, é evidente que a sociedade brasileira luta e vem lutando por uma melhor educação e liberdade de aprender neste país, desde o Brasil colônia.

Mesmo parecendo lutas isoladas, o avanço da estrutura do ensino superior, com a inserção das camadas populares, assim como o direito de uma formação e acesso à educação, quanto aos movimentos pró à inclusão de pessoas com deficiência dentro do sistema escolar, é na verdade um mesmo movimento, o qual comunidades excluídas, que procuram acesso ao processo educacional, vão à procura de tornar os seus ideais e conquistas.

Contudo durante este avanço, pouco se construiu para a inserção de pessoas com deficiência nas unidades de ensino superior, entendendo esse processo de inclusão em sua maioria, projetos que garantem direitos de igualdade racial e social, de suma importância, porém ainda excluindo uma parcela da sociedade, como afirma Ferrari e Sekkel:

Conforme os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas, [...] Somem de cena os estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais. Pobres e negros são alvos do preconceito em nossa sociedade, e, desse ponto de vista, tais ações são bem-vindas, pois podem contribuir efetivamente para a mudança social no sentido da construção de uma sociedade menos discriminatória. É importante, no entanto, não deixar de dar visibilidade aos outros alvos de preconceito e exclusão no nosso país. (FERRARI, SEKKEL, 2007, p. 642).

Oferecer a possibilidade do acesso ao ensino superior as pessoas com deficiência ou com necessidades de adequação pedagógica ou estrutural está além da simples permissão de inserção destas pessoas na universidade, significa desmistificar a concepção de incapacidade vinculada aos portadores de qualquer deficiência, que os afasta não apenas do sistema educacional, mas das decisões e ações dentro de sua sociedade.

Se entendermos o preconceito como manifestação individual cuja origem é social, podemos antever sua presença nas relações em sala de aula. Isso torna necessário um trabalho de conscientização dessas determinações presentes nas relações e de reflexão sobre as possíveis ações para sua superação. (FERRARI, SEKKEL, 2007, p. 642).

Ferrari e Sekkel (2007) ainda enfatizam a necessidade de que esse trabalho de conscientização deve ser iniciado com o professor, garantindo que aquele que é responsável pelo aprendizado, acredite na capacidade daquele aluno e esteja preparado para recebê-lo quanto à capacitação e formação educacional.

Andrade, Pacheco e Farias (2006) também enfatizam o papel da formação como elemento fundamental para a permanência de alunos com deficiência na graduação. Afirmam que a inclusão no ensino superior demanda adaptar o acesso ao conteúdo desenvolvido nas disciplinas e preparar os professores e funcionários para o atendimento às necessidades educacionais específicas desse aluno em sala de aula e nos demais setores e serviços da instituição. (POKER, VALENTIM, GARLA, 2018, p.131).

Para isso, faz-se necessário, que as instituições procurem organizar suas práticas docentes, assim como uma nova visão educacional, baseadas nas leis e normativas que apontam as necessidades e direitos das pessoas com deficiência, e assim possam promover um serviço de qualidade que vá além da simples inserção do indivíduo no ambiente, mas garanta uma real formação social e profissional.

a) Acesso ao ensino. 'O acesso aos estudos superiores será igual para todos; b) Responsabilidade do Estado. O Estado conserva uma função essencial no financiamento do ensino superior. O financiamento público da educação superior reflete o apoio que a sociedade lhe presta e dever-se-ia continuar reforçando, sempre mais, a fim de garantir o desenvolvimento deste tipo de ensino, de aumentar a sua eficiência e manter a qualidade e pertinência; c) Apoio à pesquisa. Promover, gerar e difundir conhecimento por meio da pesquisa [...] fomentar e desenvolver a pesquisa científica e tecnológica, ao mesmo tempo que a pesquisa no campo das ciências sociais, das ciências humanas e das artes; d) Responsabilidade social. A educação superior deve fazer prevalecer os valores e os ideais de uma cultura de paz, formar cidadãos que participem ativamente na sociedade [...] para consolidar, num contexto de justiça dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz'. (CASTELÕES, 2002, apud CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 97).

A partir dos apontamentos de Castelões, fica clara uma visão para além das adaptações estruturais e de recursos, mas na percepção da importância destas adaptações para o desenvolvimento do ensino superior e da inclusão, iniciando a necessidade do estado de assegurar os direitos fundamentais a essas pessoas, com a organização de políticas públicas que promovam o acesso ao conhecimento e o entendimento que essas ações são uma responsabilidade cidadã de garantir os direitos humanos.

Neste sentido, a universidade é essencial para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como também para o avanço da educação em todas as suas formas. Por tudo isso, a Educação Superior constitui importante meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico em uma sociedade. (CASTANHO; FREITAS, 2006, p. 94).

A universidade deve então, em parceria com o Estado, garantir tanto a vivência da educação, quanto as responsabilidades sociais, baseada em políticas públicas, quanto recursos de acesso que garantam o real aprendizado e a possibilidade de inserção do indivíduo não apenas na instituição, mas no exercício da carreira escolhida.

Neste contexto, as práticas reflexivas não podem limitar-se ao bom senso e experiência pessoal. O profissional precisa de saberes que não pode reinventar sozinho, e a reflexão deverá estar assentada de forma em que haja uma cultura no âmbito das ciências humanas. É necessário reconhecer o professor e valorizá-lo enquanto ser inacabado é necessário ressignificar os processos educativos, admitindo na tendência de formação reflexiva. (CASTANHO, FREITAS, 2006, p. 98).

Contudo, a inclusão principalmente no ensino superior ainda cresce com dificuldade, pois muitos são os desafios, sendo de suma importância entender que para que a pessoa com deficiência tenha acesso aos seus direitos fundamentais, toda a estrutura de ensino superior deverá ser repensada, desde as concepções de educação e valorização das capacidades do indivíduo incluído até as mudanças nos recursos de acessibilidade que garantem a igualdade de oportunidade do aprendizado, e neste recurso integra-se o professor, já que dentro de um meio educacional é a principal ferramenta de transmissão do conhecimento, tendo o mesmo que ser capacitado e para isso faz-se necessário maior investimento e valorização deste profissional.

As pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram expectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz. Estão chegando ao ensino superior, ainda que de forma tímida, mas demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos- administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência. Essa questão se torna relevante, considerando que o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado, bem como tem se ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino (Guerreiro, Almeida, & Silva Filho, 2014 apud POKER, VALENTIM, GARLA, 2018, p. 128).

Para essa inclusão que vem acontecendo, mesmo que timidamente, estão sendo de suma importância a implementação de alguns programas governamentais que estão garantindo este direito, como:

Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o Programa Universidade para Todos – PROUNI e especificamente o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR, que tem por finalidade assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fomentando a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nos Institutos Federais de Ensino Superior. Cumprindo o disposto nos decretos nº 5.296/2004 (Decreto nº 5.296/2004, 2004) e nº 5.626/2005 (Decreto nº 5.626/2005, 2005) o programa INCLUIR 04/2008 pretende Inclusão no ensino superior \* Rosimar Bortolini Poker, Fernanda Oscar Dourado Valentim & Isadora Almeida Garla 129 viabilizar ações institucionais nas universidades para integrar as pessoas com deficiência à vida acadêmica e eliminar as barreiras pedagógicas, comportamentais, arquitetônicas e de comunicação que possam existir. Acrescenta-se ainda a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008 (Brasil, 2008), que propõe a transversalidade da educação especial também no ensino superior. (POKER, VALENTIM, GARLA, 2018, p. 128-129).

Contudo, não são todas as universidades que seguem as normas apresentadas pelos programas, sendo ainda necessário mudanças significativas nas noções de educação e inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa aqui apresentado, foram destacadas lutas históricas visando não apenas o direito ao acesso à educação para as pessoas com deficiência, mas a luta por um ensino superior de qualidade, marcando uma intensa e continua procura do brasileiro pelo acesso à educação para todos.

Neste contexto, dentro da luta constante, porém ainda lenta e falha de garantia de ensino as pessoas com deficiência, muitos foram os desafios em mudar as concepções de uma sociedade de incapacidade dessas pessoas. Para esta luta fez-se necessário à tentativa de provar que os portadores de deficiência são capazes de aprender e ajudar no crescimento social, fazendo parte de uma formação cidadã, tarefa essa que não é fácil principalmente para o ensino superior.

Para este desafio, a universidade passa a ter que garantir que esse aluno possibilite de ingressar no ensino superior aprenda com igualdade com o suporte de políticas públicas e recursos de acessibilidade que incluem a capacitação dos professores e profissionais que atuarão com ele quanto à garantia de que este profissional que sai formado tenha total condição de exercer a função oferecendo um serviço de qualidade a sociedade o qual faz parte.

Para tanto, é importante que o próprio aluno entenda suas limitações e saiba apresentar as melhores formas de aprender, existindo uma parceria entre aluno e universidade, a intensa capacitação e investimento na formação dos professores caindo novamente na necessidade urgente de valorização desses profissionais que dentro de um ambiente educacional são o principal elo entre o conhecimento e o aluno, assim como o investimento nas melhorias de acesso e recursos estruturais das universidades.

Ainda haverá muitos desafios quanto à inclusão no ensino superior, a sociedade ainda precisa mudar a concepção de incapacidade das pessoas com deficiência, sendo assim necessária a mudança não apenas das instituições, já que esse profissional que sai da universidade servirá a esta sociedade, entendendo que para o aluno ainda existirá a luta para ingressar, para manter-se na universidade e para exercer sua profissão.

## REFERÊNCIAS

BOTTINI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus; FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. **Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais.** In: COLOMBO, Sônia Simões (Org.). **Gestão Universitária e os caminhos para a excelência.** Porto Alegre: 2013. p.19-42.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, Título VIII: Da Ordem Social, Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Disposto, Seção I: Da Educação, Art. 205. [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp) Acesso 10 jan. 2024.

BRASIL, **Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)**, 2015, Capítulo IV: Do direito a Educação, Art. 27.

BRITO, Talamira T. R.; CUNHA, Ana Maria de Oliveira; **Revisitando a História da Universidade no Brasil: Política de Criação, Autonomia e Docência**; APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação; Vitória da Conquista: Ano VII n. 12 p. 43-63 2009.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão; **Inclusão e Prática Docente no Ensino Superior**; Revista Educação Especial; Santa Maria: n. 27; p. 93-99; 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**; Rev. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL; Marie Claire; **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio**; Psicologia Ciência e Profissão, São Paulo: vol. 27; n. 4, 636-647; 2007.

GARLA, Isadora Almeida; POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; **Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo**; Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 127-134.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira; **Ensino Superior no Brasil: Da Descoberta aos Dias Atuais; Acta Cirúrgica Brasileira**; São Paulo: Vol 17; supl. 3; p. 4-6, 2002.

MENDANHA, Soraya. **Com avanços na educação, Lei Brasileira de Inclusão completa um ano.** Senado Notícias, Brasília- DF, 05 jun. 2016. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/05/com-avancos-na-educacao-lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-an>> Acesso 10 jan. 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves; **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil;** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33, set./dez. 2006, p. 387-405; São Paulo.

MOANTOAN, Maria Teresa Eglér; **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1.ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

STALLIVIERI, Luciane; **O Sistema de Ensino Superior do Brasil: características, tendências e perspectivas;** In book: **Educación superior en América Latina y el Caribe: Chapter: México,** Publisher: D.R. Unión de Universidades de América Latina Y El Caribe. (Org.); p.79-100; 2007.

**UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais.** Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca; disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>> Acesso 10 jan. 2024.

# **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS REGULARES: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**



## **INCLUSIVE EDUCATION IN REGULAR SCHOOLS: A REFLECTION ON THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN REGULAR EDUCATION**

**IVANILDE SOUZA FORTUNATO MIGUEL**

Graduação em Pedagogia pela Faculdade De Presidente Prudente (2005); Especialista em Práticas de Alfabetização e letramento pela Universidade de São João Del Rei (2014); Professora de Ensino Fundamental II Sala de Recursos – deficiência intelectual na EE Prof.<sup>a</sup> Mirelle Pesce Desidere, Professor de Educação Básica na EM João Sebastião Lisboa.

### **RESUMO**

O artigo aqui apresentado, tem como objetivo principal apresentar uma análise reflexiva sobre a inclusão, análise esta foi realizada em práticas cotidianas e em revisões bibliográficas que teve seu embasamento teórico nas políticas públicas, contudo apresentou a triste realidade do cenário que a inclusão se encontra distante das salas de aula. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral uma discussão a respeito dos alunos portadores de deficiência; e como objetivos específicos, tentar compreender e detectar o modo peculiar de como o estudante se situa no mundo, o que permite desenvolver a prática docente auxiliando o desenvolvimento em consonância com os objetivos propostos. A elaboração de uma escola inclusiva consiste em diversas etapas e ambientes para serem pensados e analisados junto com gestão, corpo docente e discente, grupo de apoio, a família e a comunidade que irá através de conhecimentos propiciar uma escola onde o ambiente seja seguro e acolhedor e igualitário para todos. Devemos também tomar conhecimento da importância desse convívio tanto do aluno que necessita por qualquer motivo que seja dessa inclusão, mas também da importância desse convívio para os outros alunos, pois dentro desse relacionamento serão estimuladas muitas capacidades e entre elas a aceitação as diferenças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação inclusiva; Alunos necessidades especiais; Reflexão.

## ABSTRACT

The main objective of the article presented here is to present a reflective analysis on inclusion, an analysis that was carried out in everyday practices and in bibliographic reviews that had their theoretical basis in public policies, however it presented the sad reality of the scenario that inclusion is far from the classrooms. In this sense, this research has as its general objective a discussion about students with disabilities; and as specific objectives, to try to understand and detect the peculiar way in which the student is situated in the world, which allows teaching practice to be developed in line with the proposed objectives. The development of an inclusive school consists of several stages and environments to be thought out and analyzed together with management, teaching staff and students, support groups, the family and the community, which through their knowledge will provide a school where the environment is safe and welcoming and equal for all. We must also be aware of the importance of this interaction both for the student who needs this inclusion for whatever reason, but also of the importance of this interaction for the other students, because within this relationship many skills will be stimulated and among them acceptance of differences.

**KEYWORDS:** Inclusive education; Special needs students; Reflection.

## INTRODUÇÃO

O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Fala-se de uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que seja incluído neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Este novo olhar da escola implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educacionais especiais.

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para

tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

## DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação é direito de todos. Isso garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva propõe que todas crianças e adolescentes com necessidades especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos. A nova proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre educação para todos em 1994), a qual proclamou, entre outros princípios, o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Diante da proposta de educação Inclusiva, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por objetivo atender todas as crianças e adolescentes, sem exceção.

Quando a escola comum assume uma educação inclusiva e integradora, precisa, antes de tudo, adequar seu currículo, programas, conteúdos e, em especial, estruturar uma proposta político-pedagógica que venha a atender as reais necessidades de cada indivíduo.

Assim, pensar a inclusão exige uma mudança de postura frente ao processo de ensino e de aprendizagem diante das necessidades especiais dos alunos. Se, por um lado, há avanços no tratar a Educação Inclusiva, manifestando as preocupações, desenvolvendo debates, estudos e pesquisas em torno desse assunto; por outro, há um entendimento de que os alunos com necessidades especiais ainda devem permanecer em escolas especializadas em educá-los e desenvolvê-los, sem a possibilidade de integração à escola comum e sem participação social. Para tanto, compete um trabalho coletivo, apoiado por uma política democrática, que busque uma ação interdisciplinar e viabilize a proposta de uma educação inclusiva, de igual oportunidade, mesmo na diferença.

Segundo Glat (1995, p. 46), incluir, significa integrar um aluno ou um grupo na educação regular, o que lhe é de direito, num espaço que possibilite exercer a cidadania e ter acesso aos diferentes saberes. A inclusão não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas sim, apoiar toda a comunidade escolar para que todos juntos possam fazer da escola um espaço de inclusão.

A formação e prática pedagógica do professor também devem estar alicerçadas nos princípios da ética profissional, compromisso e aceitação da educação inclusiva. Portanto, o trabalho do professor deve consistir no acompanhamento dos alunos, no desenvolvimento de suas potencialidades plenas, e, para isso, são necessárias novas abordagens educacionais na sua prática pedagógica, abordagens estas, numa perspectiva interacionista, que possibilita uma maior aproximação dos alunos com necessidades especiais, em relação aos demais, e à realidade que os rodeia.

Outro aspecto muito importante para a inclusão de crianças e adolescentes está relacionado à família. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente, por isso a importância da união entre família e escola. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sentimentos sadios de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.

Este novo olhar da escola implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Sassaki (1997), a Constituição Federal de 1988 propõe avanços significativos para a educação escolar de pessoas com necessidades especiais, quando elege como fundamentos da República, a cidadania e dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “Pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O direito à educação de todos, leva-nos a refletir sobre as características de uma escola inclusiva. Uma instituição que possa desafiar a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais.

Conforme Werneck:

a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados. Assim, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em respostas às necessidades de inclusão. E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. São dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade (WERNECK, 1997, p. 30).

Assim, analisando as palavras de Werneck, precisa-se refletir sobre a importância de como atuar numa escola inclusiva, compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e o respeitado na sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que tem determinado tipo de limitação, embora as dele sejam de consequências geralmente mais difíceis, todos têm limitações, mas que também possui seus pontos fortes. Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades e necessidades de cada um.

A inclusão provoca mudanças nas perspectivas educacionais, pois não se limita somente aos direitos dos alunos que apresentam dificuldades na escola, mas aos de todos envolvidos no processo educacional escolar: professores, alunos, pessoas administrativas, para que obtenham sucesso no processo educacional em geral. A escola está aberta para mudanças, mas é preciso que ela tenha assegurado os apoios e recursos técnicos, materiais e financeiros para facilitar o atendimento a esses alunos (BLANCO, 1998, p. 2).

Por outro lado, os professores de classes regulares poderão utilizar os recursos disponibilizados pela Educação Especial quando tiver em sala de aula um aluno portador de necessidades educativas especiais.

Deste modo, o direito garantido na Legislação com a nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), deixa de forma clara os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e à permanência na escola básica, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Para tanto, a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

O desafio proposto por uma escola de qualidade implica e rever alguns aspectos, tanto no setor administrativo como no pedagógico.

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (MEC/SEESP, 2001, p. 17).

Assim, o trabalho com a educação inclusiva na Unidade Escolar tem que ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais e como assegura aprendizagem, possibilitando a integração entre educação regular e especial.

Nas escolas inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as impedem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade (MADER, 1997).

Conforme Mader (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (SALAMANCA, 1994, p.6)

Para Mantoan (2003), reconstruir os fundamentos de escola de qualidade para todos, remete-se em questões específicas relacionadas ao conhecimento e a aprendizagem, ou seja, consideram-se que o ato de educar supõe intenções, representações que temos do papel da escola, do professor, do aluno, conforme os paradigmas que os sustentam.

Segundo Mantoan (2003), a escola inclusiva exige mudanças de paradigmas, que podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto. Possa também ser entendida, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de

regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados em um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até estarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não nos dão mais conta dos problemas que temos para solucionar.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentada pela escola, provoca um compromisso com as práticas pedagógicas que favorecem todos os alunos, ou seja, uma verdadeira mudança na concepção de ensino, visando uma aprendizagem significativa e inclusiva.

É preciso romper com o modelo do ensino tradicional, em que a escola exclui os alunos, sem respeitar suas diferenças;

Nesse sentido, não existe receitas prontas, mas podemos trilhar alguns caminhos, citados por Mantoan (2003):

- Colocando como eixo das escolas que toda criança é capaz de aprender;
- Garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um;
- Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola;
- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos.
- Substituindo o caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativa de todo o processo de ensino e aprendizagem.

A inclusão, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos.

## **IMPORTÂNCIA DOS VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES**

Segundo Sassaki (1997), a igualdade entre as pessoas é o valor fundamental quando tratamos de escolas para todos. Podemos encará-los de vários ângulos, mas em todo o sentido da igualdade não se esgota no indivíduo, expandindo as considerações para aspectos da natureza política, social, econômica.

Para Delours (1998), a igualdade não está em desacordo com o respeito às diferenças entre as pessoas, mas sim na valorização na capacidade de cada ser humano em suas realizações. Assim quando se trata de proporcionar oportunidades iguais e justas para todos, temos muito ainda por fazer nas escolas para corresponder ao princípio segundo o qual os seres humanos têm direito à dignidade, sejam quais forem as suas capacidades ou realizações. A observância deste princípio é limitada por predisposições que nos levam a responder situações ou a outras pessoas de modo desfavorável, tendo em vista um dado valor. No caso da igualdade entre pessoas, as barreiras se materializam na recusa em reconhecer e defender este valor, por meio de comportamentos, reações,

emoções e palavras. Para Delours (1998), a existência dessas barreiras comprova a cultura de desigualdade marcante nas escolas, influenciando todos os procedimentos e discursos de seus membros, chegando mesmo ao atingir os alunos e os pais. Em uma palavra, a igualdade entre as pessoas é um valor esquecido nos padrões e concepções da escola tradicional.

Conforme, Machado (2001) alguns diretores, professores e pais ainda regulam em aceitar que o perfil dos alunos mudou que as crianças e os jovens de hoje não são mais os mesmos que tiveram acesso à escola do passado, reclamando da sua origem social e alegando a influência da origem do sucesso e do fracasso escolar. O preconceito é destacado quando se trata do aluno com dificuldades para aprender por ser ou por estar deficiente, do ponto de vista intelectual, social, afetivo, emocional, físico, cultural e outros. Existem também preconceitos de alunos de raça negra, de famílias de religiões populares ‘os chamados crentes’, filhos de famílias desestruturadas, de mães solteiras e pais omissos, drogados e marginais

Nesse sentido, ressalta-se que apesar da escola não ser capaz de sozinha efetuar transformações sociais, é ela quem pode estabelecer os primeiros princípios de uma inclusão escolar. Portanto, a escola como espaço inclusivo, deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

## A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

O envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade e de muita importância. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais assim é fundamental o aconselhamento à família, que deve considerar sobretudo a natureza da informação e a maneira como a pessoa é informada, com o propósito de orientá-la quanto à natureza intelectual, emocional e comportamental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande questão é que sabemos que a maioria das escolas não está preparada para a inclusão e que temos ainda muito a caminhar, mas as crianças com deficiência estão nas escolas e precisamos incluí-las. A inclusão é importante tanto para a criança com deficiências, como para qualquer outra, com ou sem necessidade educacional especial. Da mesma forma, toda e qualquer criança requer, em algum momento, ser incluída. É esse olhar que devemos ter para a inclusão, ela é inerente ao processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, para realizar a inclusão do aluno portador de deficiência na escola, é muito importante

levar conhecimento sobre o espectro e sobre a criança para toda a equipe. Sensibilizar não só os professores, mas as pessoas que cuidam da limpeza, da alimentação, da secretaria.

Em suma, toda a comunidade da escola tem que saber sobre todas as deficiências, como elas se manifesta e como aquela criança se comporta em determinada situação. A escola deve ser um ambiente de combate de todas as formas de preconceito que, muitas vezes, estão relacionadas à falta de informação.

## REFERÊNCIAS

BLANCO, Maria Rosa. **Ensaios pedagógicos-construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jointem /Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, 1996.

DELORS, Jaques (Org) **Educação um tesouro a descobrir – relatório para a comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma.** São Paulo, Memnon, 1997.

MACHADO, Nilson José. **Pensando e fazendo educação de qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

# NEUROPSICOPEDAGOGIA E A APRENDIZAGEM

## NEUROPSYCHOEDAGOGY AND LEARNING



### JACQUELINE DOMINGUES BACHEGA

Licenciatura plena em pedagogia pela Faculdade Sumaré (2011); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Educacional pela Universidade Nove de Julho, Especialista em Gestão Escolar (Administração, supervisão, orientação e inspeção) pelo Centro Universitário Faveni (2022), Professora de Educação Infantil e Fundamental I - na E.M.E.F."Professor Francisco da Silveira Bueno."

### RESUMO

O presente artigo visa propiciar uma reflexão sobre os processos de aprendizagem, como eles ocorrem e quais os profissionais capacitados para trabalhar com os estudantes que necessitam de algum atendimento educacional especializado. Dentre os profissionais citados elencamos o psicólogo, o professor e o psicopedagogo. Os profissionais trabalhando junto em prol de uma educação colaborativa favorecem na aprendizagem dos educandos, fazendo com que os mesmos descubram caminhos significativos para a aprendizagem. Para chegar a esta conclusão utilizamos como instrumento norteador a pesquisa bibliográfica e concluímos que a relação dos profissionais ligados a educação usando os conhecimentos da neuropsicopedagogia auxiliam na forma de conhecer mais o cérebro humano e como se dá o processo complexo de aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem; Neurociências; Neuropsicopedagogia; Educação.

### ABSTRACT

This article aims to provide a reflection on learning processes, how they occur and which professionals are qualified to work with students who need specialized educational assistance. Among the professionals

mentioned are the psychologist, the teacher and the psychopedagogue. Professionals working together in favor of collaborative education favor students' learning, enabling them to discover meaningful ways of learning. To reach this conclusion, we used bibliographical research as a guiding instrument and concluded that the relationship between professionals linked to education using the knowledge of neuropsychopedagogy helps us to learn more about the human brain and how the complex process of learning takes place.

**KEYWORDS:** Learning; Neurosciences; Neuropsychopedagogy; Education.

## INTRODUÇÃO

A escola deve proporcionar ao aluno um ambiente de reflexão sobre a vida num todo, contribuindo assim numa consciência crítica e transformadora, oferecendo além dos materiais didáticos e pedagógicos, outros recursos relacionados ao bem estar afetivo de cada aluno, para que o mesmo possa refletir sobre a vida e seus aspectos.

Neste sentido, o conhecimento é visto como parte de um contexto dentro de um processo de produção de significados em encontros contínuos com os outros e com o mundo, e o estudante e o educador são compreendidos como construtores do conhecimento e da cultura.

Assim, a Neuropsicopedagogia está presente no âmbito escolar e outros âmbitos sociais para auxiliar a criança em seu desenvolvimento de aprendizagem, é de suma importância para a educação a presença de um especialista, pois é com a ajuda desse profissional que os professores e grupo escolar encontrarão métodos para perceber e resolver o problema. O interesse pelo tema surgiu por meio da experiência docente que obtive em sala de aula, onde pude observar que há uma certa dificuldade entre o professor que lecionando em uma turma com mais de vinte alunos, sendo que alguns possuem bastante dificuldade de aprendizagem, pois muitas vezes o professor não tem formação para lidar com tais dificuldades.

O principal objetivo da Neuropsicologia é estudar a relação que existe entre o cérebro e o comportamento, podendo entender como diferentes áreas cerebrais atuam em conjunto para produzir comportamentos complexos, tal como é o caso da aprendizagem. Portanto o referido estudo visa trabalhar as questões relacionadas ao conceito de aprendizagem pela ótica da neuropsicologia e da neurociência cognitiva juntamente com os pressupostos teóricos de grandes pesquisadores, os quais buscaram pesquisar as questões sobre os processos de aprendizagem a partir da neuropsicologia. Ou seja, como ocorre a aprendizagem a partir das conexões neurais e sinapses que ocorrem no cérebro.

O processo de construção demanda de uma série de fatores que podem influenciar no processo de aprendizagem, é também uma forma de ajudar o sujeito a crescer não somente dentro do contexto escolar, como também, em suas outras dimensões que perpassam os muros da escola, especialmente por entender que o objetivo educacional é valorizar e potencializar as habilidades e competências dos alunos, desenvolvendo meios adequados a cada um segundo suas limitações e

possibilidades.

## O QUE É APRENDIZAGEM?

Segundo Bruner, a aprendizagem é gradual, isto é, vamos aprendendo pouco a pouco, durante toda nossa vida. Portanto, ela é um processo constante e continuo. Cada indivíduo tem seu ritmo próprio de aprendizagem (ritmo biológico) que, aliando ao seu esquema próprio de acaso, irá construir sua individualidade. É importante lembrar que existem em média sete fatores fundamentais para que a aprendizagem se efetive, são eles: saúde física e mental, motivação, prévio domínio, maturação, inteligência, concentração ou atenção e memória. Esse conjunto de elementos, Bruner chamou de prontidão para a aprendizagem.

Assim, a aprendizagem para Pereira (2005), é um termo que tanto se aplica ao processo de aprender quanto ao seu resultado. Aprender é modificar o comportamento - por meio do treino ou da experiência - visando alcançar uma resposta mais adequada às situações estímulo que se apresentam. Essa modificação de comportamento abrange alterações na maneira de pensar, sentir e agir. Deduz-se daí que a aprendizagem é um processo integrado no qual toda pessoa, abrangendo o intelecto, afetividade e sistema motor, se mobiliza de maneira orgânica.

De acordo com Silva e Neto (2010, p. 128) “a aprendizagem é o processo cognitivo através do qual a pessoa adquire conhecimentos e se torna capaz de interagir com o mundo”. Para Coelho Júnior e Borges Andrade (2008) aprendizagem formal é o tipo de aprendizagem referente a objetivos e tarefas que devem ser cumpridas, onde há métodos, técnicas, lugares e condições já pré-determinadas para ocasionar ideias, conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos. Tem como finalidade expor para o sujeito algum tipo determinado de conhecimento ou habilidade, pretendendo que ele esteja capacitado, posteriormente, a desempenhá-lo.

Outro aspecto crítico no processo de aprender e que tem sido pontuado em diversos trabalhos é o tratamento dado ao erro. Nota-se que errar tornou-se o grande vilão em sala de aula: o aluno é punido com palavras de desaprovação ou notas baixas que só prejudicam sua autoestima diante do aprendizado. Wechsler 2002), ao se referir sobre o erro na aprendizagem, destaca que apesar da escola privilegiar o pensamento correto, nem sempre ele se relaciona à eficácia nesse processo, ressaltando que os indivíduos aprendem tanto com seus acertos como com seus erros.

Segundo as considerações acima é possível afirmar que o ato de aprender é um ato complexo, não envolve somente a questão de memorizar os conteúdos, é muito mais do que isso; aprender envolve emoção, interação, alimentação, descanso, motivação entre outros. Permite um melhor entendimento da aprendizagem e consequente aprimoramento da didática. A aprendizagem humana necessita de diferentes olhares da escola para o sujeito cognoscente, pois, cada indivíduo tem maturação biológica diferentes estratégias para facilitar o raciocínio.

## A NEUROPSICOPEDAGOGIA: ATUAÇÃO E DEFINIÇÃO

A neuroeducação é uma das temáticas atuais na área da educação e da saúde. Também conhecida como Neuropsicologia da Aprendizagem ou Neuropedagogia, a Neuroeducação de acordo com Maia et. al (2011), tem como proposta investigar as condições nas quais a aprendizagem humana pode ser otimizada ao máximo. Estando fundamentada nas perspectivas da psicologia cognitiva e da neurociência cognitiva, ainda de acordo com Correia Et. al (2017), é notório que a cognição e a consciência humana são provenientes do cérebro humano, assim como todos os fenômenos psicológicos humanos.

A função do Neuropsicopedagogia está voltada para a compreensão das dificuldades desenvolvidas pelo indivíduo e auxiliar na elaboração de conteúdos pedagógicos relevantes aos alunos com necessidades especiais quer de forma física ou cognitiva. Está interligada à neurociência, que faz a ligação entre educação e saúde em sua definição.

Em um contexto geral, podemos dizer que Neuropsicopedagogia é uma ciência que estuda o sistema nervoso e sua atuação no comportamento humano, tendo como enfoque a aprendizagem. Para isso, a Neuropsicopedagogia busca relações entre os estudos das neurociências com os conhecimentos da psicologia cognitiva e da pedagogia. Sendo assim, essa é uma ciência transdisciplinar que estuda a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana e o seu objetivo é promover a reintegração pessoal, social e educacional a partir da identificação, do diagnóstico, da reabilitação e da prevenção de dificuldades e distúrbios da aprendizagem.

O diagnóstico inclui a avaliação das funções sensoriais, motoras e psicomotoras, de linguagem e cognitivas, dentro do contexto social do sujeito. O objetivo é identificar, prevenir e minimizar o fracasso da aprendizagem, mas não só isso. De forma indireta, ela auxilia no desenvolvimento da autoestima, no entendimento de suas condições individuais, tais como emoção, sexualidade, entre outros. Os resultados encontrados são apresentados aos responsáveis para que todos repensem sua atuação sem cair em mitos, erros básicos ou rotulação (LIMA, 2017).

## O NEUROPSICOPEDAGOGO E SUAS INCUMBÊNCIAS

Segundo Lima (2016, p. 1) a Neuropedagogia apresenta conexões que podem contribuir para analisar as práticas dos professores e os processos de aprendizagem, “por meio da psicomotricidade relacional, sistemas representacionais de aprendizagem (auditivo, visual e cinestésico), a abordagem identificativa da matemática e a emoção”. Gomes, Batista e Figueiredo (2015, p. 41712) afirmam que a psicomotricidade relacional prioriza trabalhos em grupo, enfatizando a “importância da comunicação corporal e do jogo espontâneo”, de modo que sua prática se diferencia, pois, “traz como um dos seus principais diferenciais a participação ativa da criança na atividade proposta em grupo”

Segundo Lent (2010), o profissional de Neuropsicopedagogia detém um suporte teórico-prático mais fundamentado para entender as funções cognitivas, tais como: atenção, memória, funções motoras e tátil-cinestésicas, funções superiores (linguagem, planejamento, julgamento, etc.).

Nessa perspectiva, o trabalho neuropsicopedagógico pode fazer toda a diferença entre sucesso e fracasso escolar, pois está instrumentalizado para um acompanhamento cujas ações baseiam-se cientificamente em conhecimentos neurológicos, pedagógicos e psicológicos.

Para Silveira (2019, p. 127): a respeito do tratamento e a assessoria psicopedagógicos, deve-se identificar a fragmentação dos conhecimentos, as atitudes pedagógicas, a construção que o aluno reproduz da imagem do professor e vice-versa, sobre a ideologia da realidade, dos mitos e símbolos, na direção da implantação de recursos preventivos no cotidiano escolar, assim como da investigação de diferentes metodologias.

No meio escolar, o especialista em neuropsicopedagogia atuará simultaneamente com a família, com objetivo de praticar um trabalho de intervenção pedagógica, buscando o desenvolvimento sistêmico do mesmo e respeitando suas limitações. Cumprindo a importante função de socializar os conhecimentos disponíveis, proporcionar o desenvolvimento cognitivo, potencializando suas habilidades dos alunos, sendo indispensável uma comunicação direta com todos os envolvidos neste processo e, isto inclui não só a equipe pedagógica, mas principalmente a família, para que em conjunto possam dar um assessoramento a criança com dificuldades de aprendizagem, bem com as necessidades especiais (DEHAENE, 2012).

Segundo Avelino (2019), considerando as atribuições do profissional, conhecendo as funções neurofuncionais de estudantes com limitações, sua atuação adquire importância para o processo educacional ao empregar soluções como entrevistas que avaliam a expressão e os comportamentos em busca do diagnóstico educacional. Seu conhecimento em distúrbios e processos de aprendizagens permite que diagnostique e encaminhe a outros especialistas utilizando pareceres e laudos. Entre os distúrbios destacam-se aqueles relacionados à leitura, a escrita, a matemática, a déficits visuais, motor, transtornos emocionais e desenvolvimento intelectual.

## DEFININDO A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

As dificuldades de aprendizagem que surgem precocemente na pré-escola, são de grande importância e a esperança de que o tempo as fará desaparecer, quase sempre não se concretiza. Problemas de imaturidade global não é a única causa de tais perturbações e uma discrepância entre o potencial da criança e a sua execução, deve sempre ser avaliadas com cuidado por um profissional especializado em dificuldades de aprendizagem, qualquer que seja sua idade.

A maioria dos transtornos de aprendizagem se estabelece antes dos sete anos de idade. É um consenso em educação, que as crianças que apresentam dificuldades em acompanhar seus colegas de turma na aquisição de novas habilidades básicas, estão correndo o risco de terem problemas nas diferentes áreas escolares de séries posteriores e no seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, como um todo.

Escola, família e sociedade são responsáveis não só pela transmissão de conhecimentos, valores, cultura e, mas também pela formação da personalidade social dos indivíduos. As dificuldades e os transtornos de aprendizagem que se apresentam na infância tem sempre forte impacto sobre

a vida da criança, de sua família e sobre o seu entorno, pelos prejuízos que acarretam em todas as áreas do desenvolvimento pessoal, assim como de sua aceitação e participação social.

AAprendizagem é um processo que se realiza no interior do indivíduo e se manifesta por uma mudança de comportamento relativamente permanente. Existem três tipos de não compreensão de aprendizado. O primeiro é a dificuldade de aprendizagem, que é quando fatores ligados ao emocional, à personalidade ou ao temperamento da criança impedem que ela aprenda. Pode acontecer quando um aluno se recusa a aprender algo que esteja relacionado a alguma coisa que ele não gosta. Problemas de aprendizagem, por outro lado, não estão ligados ao aluno, mas sim ao professor. É o que acontece quando um aluno não consegue compreender a matéria por não se adaptar aos métodos pedagógicos do professor. Por último, temos os transtornos de aprendizagem, que é quando fatores genéticos e orgânicos impedem que o aluno assimile a matéria. Os transtornos são problemas psicológicos, que se aprofundam muito mais no intelecto do aluno. (SMITH, 2011)

Os problemas de aprendizagem das crianças podem estar relacionados a uma série de distúrbios neurobiológicos que afetam diretamente a maneira como o cérebro recebe, processa, armazena, responde e produz qualquer informação. Estudos determinaram que entre as causas dos problemas de aprendizagem em crianças existem os fatores genéticos. Por exemplo, cromossomos recessivos que geram problemas específicos na leitura. As disfunções neurológicas também são consideradas outra causa significativa da dificuldade de aprender.

## **INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA EM RELAÇÃO À DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM**

As dificuldades de aprendizagem são problemas complexos da atualidade e envolve os setores da medicina, social e escolar. Os estudos da Neurociências podem auxiliar essas áreas e auxiliarem na compreensão de como o cérebro com dificuldades de aprendizagem processa as informações e como se pode encontrar caminhos para que o desenvolvimento cognitivo possa ocorrer satisfatoriamente dentro de cada individualidade.

A Neurociência Cognitiva tem grande valor nesse processo, para se entender como acontece a aprendizagem e as falhas, na mesma. Para Smith (2001), a dificuldade de aprender é um problema neuronal que atinge a capacidade do cérebro humano para entender, recordar ou comunicar informações. O professor precisa sempre lembrar que o educando com problemas de aprendizagem terá dificuldades em várias funções, daí a importância de se compreender como o cérebro dos alunos processa as informações.

Conhecendo a Neurociência Cognitiva, o professor terá mais condições de compreender seus alunos e saberá trabalhar com o educando, sem denominá-lo como desobediente, lento ou até mesmo burro; entre as mais variadas formas de estigmatizar. As propostas pedagógicas significativas e necessárias estimularão as áreas cerebrais que falham e outras também. Consequentemente, o educando terá melhora no processo de aprendizagem.

O estudo deve ser pautado em constantes pesquisas e investigações e manter a parceria entre a educação, saúde e família afim de que os resultados possam ser acompanhados e que tragam

sucesso para o aluno em questão. KOLB, B.; WHISHAW, (2011) salientam que a Neurociências têm base nos estudo das funções cerebrais cognitivas humanas. Logo, fazer a parceria entre Educação e Neurociência, baseada nos conhecimentos neurológicos, o professor e o psicopedagogo terão condições de intervir de modo eficaz para os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Com conhecimentos básicos, sobre Neurociências, o professor terá melhor atuação na prática pedagógica, em sala de aula. Para Lent (2010), são estes os conhecimentos básicos:

- Conhecer a importância e a influência do Sistema Nervoso Central (SNC) na aprendizagem cognitiva do aluno;
- Reconhecer os hemisférios que constituem o cérebro humano e como funcionam;
- Reconhecer as localizações atribuídas às funções humanas. (Lent, 2010 p.34),

Vale ressaltar que estes educandos sofrem preconceitos por parte de seus professores, colegas e familiares. O conhecimento neurocientífico pode melhorar estas relações. Para o êxito ser pleno, os professores precisa ser capacitados profissionalmente, adquirindo os conhecimentos teóricos, seguidos da prática pedagógica. A família se fazendo mais presente na vida escolar de seus filhos e a parceria das instituições de saúde com a escola, ofertando conhecimentos sobre dificuldade de aprendizagem e Neurociências.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a fundamentação teórica e a pesquisa bibliográfica realizada, pode-se constatar que os estudos da neuropsicopedagogia auxiliam o conhecimento do cérebro humano e a sua relação com a aprendizagem: uma obra em andamento, em constante evolução. Pesquisas mostram que o desenvolvimento do cérebro não depende apenas dos genes, mas sim de uma complexa interação com as experiências que temos ao longo da vida. Muitos fatores no cérebro não foram bem compreendidos, entre os neurocientistas, mas sabemos que o cérebro possui uma plasticidade incrível, isso é, sofre alterações a todo o momento. Essas alterações se dão no momento em que o cérebro é estimulado, modificando a sua anatomia.

Assim, a contribuição cada vez mais ampla e exponencial da neurociência e de suas exposições no campo do funcionamento cerebral tem favorecido a era inclusiva, pois tem trazido novas concepções com meios mais eficazes de acesso às novas propostas didáticas facilitando a adoção de novos e criativos materiais, derrubando ou atualizando paradigmas e ajudando a permitir que mais crianças tenham sucesso acadêmico e que, enfim, novas tecnologias (simples ou mais aprimoradas) sejam incorporadas ao cotidiano das escolas e das famílias

A educação que proporciona o exercício crítico do homem sobre seu meio faz parte da construção da sua identidade cultural e da sua história de vida na sociedade, portanto, se deve questionar quanto aos programas e aos currículos desenvolvidos na escola, pois se deseja formar para a vida, devo trazer a vida para dentro da escola e fazer da realidade de cada um espaço de amadurecimento e de desenvolvimento e, não, tão somente, de processos estanques.

O papel do neuropsicopedagogo é mediar, amparar, contribuir para que a criança ou adolescente

seja despertado e tenha motivos para o estudo, por meio de incentivos e técnicas adequadas e singularizada para cada pessoa, considerando suas formas e meios de aprendizagem e contribuindo com a independência cognitiva gradual do neuroaprendiz.

Dessa forma, o neuropsicopedagogo e a escola devem apropriar o projeto pedagógico para atender às crianças portadoras de dificuldades educacionais especiais com afetividade, reciprocidade, cooperação, participação ativa, interação social, atividades artísticas e autoavaliação para facilitar seu processo de aprendizagem. Para que o sucesso da aprendizagem aconteça verdadeiramente, precisa atuar com profissionalismo, atitude, criticidade, reflexão e, sobretudo, com coragem e amor.

## REFERÊNCIAS

**AVELINO, Wagner Feitosa. A Neuropsicopedagogia no cotidiano escolar da Educação Básica.** Revista Educação em Foco, n. 11, a. 2019.

**COELHO JUNIOR, F. A.; BORGES-ANDRADE, J. E. Uso do conceito de aprendizagem em estudos relacionados ao trabalho e organizações.** Paidéia, Ribeirão Preto, v. 18, n. 40, p. 221-234, 2008.

**CORREIA, Alcione de Moraes; FELIZARDO, João Everaldo Alves. Neuropedagogia e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem da Leitura e Escrita.** Id On Line Revista de Psicologia, [s.l.], v. 11, n. 38, p.553-565, 30 nov. 2017

**DEHAENE, S. Os Neurônios da Leitura: Como a Ciência explica a nossa capacidade de ler.** Porto Alegre: Penso. 2012.

**GOMES, A. L. L.; BATISTA, M. I. B.; FIGUEIREDO, R. V. Psicomotricidade relacional: contribuições para a inclusão, alfabetização e promoção da saúde socioemocional de crianças de escolas públicas de fortaleza.** In: **XII Congresso Nacional de Educação**, Paraná, n. 12, p. 41710-41727, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21981\\_9906.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21981_9906.pdf). Acesso 15 nov. 2023.

**KOLB, B.; WHISHAW, I.Q. Neurociência do Comportamento.** São Paulo: Manole, 2002.

LENT, Roberto. **Cem Bilhões de Neurônios?** Conceitos Fundamentais de Neurociência - 2<sup>a</sup> edição. Atheneu, 2010.

LIMA, E. S. **As contribuições da neuropedagogia no processo ensino e aprendizagem.** In: **III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** 3. 2016. Disponível em: [http://icg.edu.br/wpcontent/uploads/2019/08/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA6\\_ID3757\\_17082016182854-1.pdf](http://icg.edu.br/wpcontent/uploads/2019/08/TRABALHO_EV056_MD1_SA6_ID3757_17082016182854-1.pdf). Acesso 15 nov. 2023.

LIMA, F. R. **Sentidos da intervenção Neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na pré-escola.** In: **Revista Multidisciplinar em Educação – EDUCA**, v.4, n.7, p. 78- 95, jan/abr, 2017.

PEREIRA, D. C. **Tecnologia educativa e formação de professores em novas metodologias de informação.** Porto: Porto editora, 2005.

SILVA, D. M.; NETO, J. D. O. **O Impacto dos Estilos de Aprendizagem no Ensino de Contabilidade.** Contabilidade Vista & Revista, v. 21, n. 4, p. 123-156, 2010.

SILVEIRA, R. **O que faz um psicopedagogo institucional?** Revista Práxis Pedagógica. vol. 2, nº 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www.periódicos.unir.br/index.php/práxis/article/view/119/pdf>. Acesso 15 nov. 2023.

SMITH, Corinne. **O que são dificuldades de Aprendizagens?** Porto Alegre: Autores Associados, 2011

WECHSLER, S. M. **Criatividade e desempenho escolar: uma síntese necessária.** Linhas Críticas, Brasília, vol.8, n. 15, p. 179-188, jul/dez. 2002.

# **POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À INCLUSÃO ESCOLAR**

## **PUBLIC POLICIES AND THE RIGHT TO SCHOOL INCLUSION**



### **MARCIA REZENDE**

Graduação em Pedagogia Licenciatura plena pela Faculdade Sumaré (2015); Pós-Graduação em Educação Especial (2018); Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

### **RESUMO**

Quando falamos em inclusão, principalmente no Brasil, muitas pessoas ainda pensam somente em pessoas com necessidades especiais. Nosso objetivo neste artigo é abranger todos que precisam ser incluídos: o negro, o obeso, as mulheres, principalmente negras, e tantas outras pessoas da nossa sociedade que por algum motivo não conseguem participar de eventos, estudos e lazer por apresentar alguma particularidade. As políticas públicas que citamos ao longo do artigo vêm de encontro às necessidades, e cada vez mais se faz frequente o número de pessoas que precisam sentir-se acolhidas participantes de vários processos, isso é um direito dela enquanto ser humano. A escola é um dos locais que precisa ser inclusivo, com políticas públicas para atender a comunidade de seu entorno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Desafios; Superação.

### **ABSTRACT**

When we talk about inclusion, especially in Brazil, many people still only think of people with special needs. Our aim in this article is to cover everyone who needs to be included: black people, obese

people, women, especially black women, and so many other people in our society who, for whatever reason, are unable to take part in events, studies and leisure activities because they have a certain disability. The public policies we have mentioned throughout this article meet these needs, and the number of people who need to feel welcome and participate in various processes is increasing - this is their right as human beings. The school is one of the spaces that needs to be inclusive, with public policies that serve the surrounding community.

**KEYWORDS:** Inclusion; Challenges; Overcoming.

## INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente de produção do conhecimento e socialização. Nela, surgem fatores capazes de provocar mudanças na sociedade e destruir conceitos, estereótipos e modelos a serem seguidos, através da construção ideológica e das relações entre os sujeitos.

Experiências vivenciadas no espaço escolar servirão como referência futura diante de uma situação, influenciando o sujeito em suas escolhas. Assim, é preciso que elas sejam consolidadas de uma maneira mais ampla e diversificada, englobando aspectos multiculturais da nossa sociedade.

A educação é um direito de todos assegurado por lei que perpassa pela diversidade como um de seus princípios. Nesse contexto, percebe-se a emergência de paradigmas de inclusão social e emancipação, que superem práticas e posturas retrógradas.

Assim, devem-se garantir os direitos humanos e sociais de todos os cidadãos, respeitando-se suas diferenças e peculiaridades, independente de qualquer restrição imposta socialmente. Uma sociedade inclusiva é aquela que reconhece, respeita e responde à diversidade humana.

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos.

Os alunos não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum. Eles precisam se tornar parte do ambiente escolar em que frequentam de maneira natural, sem a necessidade de recorrerem a outros meios para que sua presença e participação se efetivem.

As escolas precisam se adequar em todos os âmbitos, para atender as mais variadas formas de diversidade. Afinal, são várias as culturas presentes nas sociedades e, consequentemente, nas instituições escolares, capazes de propiciar trocas de experiências e vivências que só tendem a enriquecer o currículo escolar e as propostas de ensino em todos os níveis.

As práticas pedagógicas precisam ampliar as experiências dos alunos e apresentar-lhes informações diversificadas, explorar atividades lúdicas para instigar a curiosidade, facilitar a compreensão e, dessa forma, promover seu pleno desenvolvimento e ao mesmo tempo incutir-lhes

sentimentos de amor e respeito ao próximo.

Neste artigo são abordadas algumas concepções sobre o direito das crianças à inclusão escolar, por meio de uma trajetória histórica do percurso desse processo e de como ocorreram os avanços que hoje efetivam as condições para o sistema de educação inclusiva.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À INCLUSÃO ESCOLAR**

No decorrer do tempo, são evidentes os movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais e se aponta a defesa de uma sociedade inclusiva.

A educação básica objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático a todos os segmentos sociais, independente de raça, crença, política, religião e afins.

Ao garantir a educação para todos, a nossa Constituição Federal (1988) está se referindo a todos mesmo, em um ambiente comum, e este pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

Sabe-se que houve um longo percurso para essa garantia e que, desde que foi proclamada em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, se iniciou o movimento de escolarização para todos.

Neste momento da História, segundo Miranda (2011), as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como cidadãs, com direitos e deveres de participação social, embora persistisse a ótica assistencialista e caritativa e o viés da medicalização em sua educação.

A inclusão é um tema que atualmente percorre muitos setores da sociedade civil e do sistema educacional como um todo, pois se percebe um despreparo para lidar com pessoas que têm seus direitos assegurados como qualquer outro cidadão comum, visto que, durante muito tempo os modelos exemplares de escola não se baseavam na diversidade de culturas presentes no próprio universo escolar.

A inclusão de crianças nas escolas regulares é um dos grandes desafios da escola brasileira na atualidade e tem permeado as propostas de políticas educacionais, sendo o foco de muitas discussões, debates, estudos e pesquisas na área educacional.

Esse movimento caracteriza a demanda e a urgência em democratizar o acesso à escola, de modo que se legitime o direito de todas as crianças à educação inclusiva no contexto escolar.

A educação inclusiva representa a concretização de um modelo de organização do sistema escolar que engloba o atendimento às necessidades educacionais de todas as crianças, realizada por meio de trabalhos conjuntos e complementares.

Ela instiga dinâmicas complexas e debates de ideias sobre os discursos, as práticas e processos sobre a educação das crianças com necessidades especiais, que tem tomado significativas dimensões em espaços institucionais, sociais e midiáticos.

Nesse contexto, pode-se enfatizar que a rede escolar precisa estar preparada para oferecer e respeitar as condições peculiares de cada uma delas. Assim, não basta somente estar com as portas abertas para receber qualquer criança, pois estaria nestas condições ampliando as diferenças e promovendo a desigualdade.

Muitas considerações sobre a educação inclusiva recaem no embate e no binômio inclusão e exclusão, propondo alterações nas políticas públicas e sociais e caracterizando valores éticos e morais no âmbito das tecnologias, na circulação de informações e nas possibilidades de melhorias de vida.

Nesse sentido, a trajetória histórica da inclusão, que tinha como paradigmas a deficiência e a segregação como as melhores opções, ressalta a necessidade constante de debates e propostas que superem concepções retrógradas, que nada agregam a uma proposta democrática de educação.

## DEFICIÊNCIAS

Segundo a OMS (2011), mais de um bilhão de indivíduos no mundo convivem com alguma forma de deficiência. Dentre estes, cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais ponderáveis. A deficiência, nos próximos anos, será uma preocupação ainda maior, uma vez que sua incidência tem aumentado.

Sabe-se que ainda é muito comum os sujeitos que possuem algumas diferenças em relação à dita normalidade de uma sociedade sofrerem estigmas ou privações de cunho privado ou público, afirmado que a questão da deficiência não pode ser desvinculada do contexto sociocultural.

Segundo a OMS (2011) em todo o mundo, as pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor, e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência.

As diferenças ainda são vistas de forma pejorativa na sociedade, porém, sabe-se que a cultura tem fortes influências na definição do que pode ser considerado como normal ou não. As formas de representar a prática social precisam ser repensadas.

Sassaki (2002) ressalta o uso de termos indistintos e inadequados para a definição da deficiência como algo obsoleto e inexato, visto a problemática e a dificuldade com que o público leigo e os profissionais mudam seus comportamentos e convicções em relação a ela, dificultando a adoção de novos paradigmas.

O grande problema disso reside no fato de que a adoção equivocada de concepções sobre a deficiência acaba perpetuando e reforçando preconceitos e estigmas. Busca-se a perspectiva de levar às pessoas, de modo geral, o uso da terminologia correta para lidar com a deficiência, com o intuito

de desencorajar práticas discriminatórias e auxiliar a construção de uma sociedade mais inclusiva.

De acordo com a OMS (2003), deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, relacionadas a desvios ou perdas, que podem ocasionar situações de limitação nas atividades, no que compete à execução de tarefas ou ações por um indivíduo e a sua participação em situações reais da vida cotidiana.

A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional e questionável (OMS, 2011). Por isso o termo deficiência é difícil de ser definido, sendo que o conceito de pessoa com deficiência passou recentemente por significativas transformações.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos (2010), a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) foi incorporada à legislação brasileira em 2008, e o Brasil decidiu ratificá-la com equivalência de emenda constitucional, nos termos previstos no Artigo 5º, § 3º da Constituição Brasileira (1988), reconhecendo-a assim como um instrumento que gera maior respeito aos Direitos Humanos, trazendo também ao poder jurídico brasileiro um novo conceito de pessoa com deficiência. A definição de pessoa com deficiência vem colocada no artigo 1 da Convenção, com a seguinte redação:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006, p.15).

A Convenção da ONU foi elaborada em um processo que contou com a participação ativa das pessoas com deficiência, com o lema “nothing about us without us” (“nada sobre nós sem a nossa participação”). Tal processo enuncia a relação de desigualdade determinada socialmente aos indivíduos fisicamente ou pessoalmente impedidos de alguma forma.

Trata-se de parte de um transcurso iniciado no final do século XX e início do século XXI, em que surgiu uma preocupação com a inclusão e a integração das pessoas com deficiência, buscando a equiparação de oportunidades da vida em sociedade para todos, após uma longa história de rejeição e segregação pelo qual as pessoas com deficiência passaram (BAMPI et al., 2010).

A intenção do documento é promover, proteger e garantir que todos possam desfrutar dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de forma equânime, de modo que as pessoas com deficiência tenham respeito e tratamento digno a todos os cidadãos.

Pode-se dizer também que ele ressaltou a conexão entre o direito universal de todos serem tratados como pessoas e o conceito de dignidade. Porém, ainda há um longo percurso para que as pessoas com deficiência sejam efetivamente consideradas como sujeitos de direitos humanos.

Evidentemente, é a falta de acesso e de acomodação que ocasiona a falta de equidade de oportunidades e de respeito a todas as pessoas no âmbito de suas semelhanças e diferenças. A deficiência se configura como uma condição gerada por esta falta de acessibilidade e equidade de oportunidades.

O sistema educacional deve sustentar e manter a cultura humana, perpassando valores positivos e humanitários às gerações que prosseguem nos moldes de ser, estar e agir necessários à convivência e a adequação de todos à sociedade. Todas as considerações devem ter por base a pessoa com e sem deficiência, sem distinções ou predileções.

Assim, segundo BAMPI et al. (2010) a deficiência não é mais vista como algo intrínseco à pessoa, como atribuíam as definições meramente médicas e nem deve ser entendida como sinônimo de doença. O autor afirma que a deficiência está na sociedade, e não na pessoa.

Consequentemente, os impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais passaram a ser considerados como particularidades das pessoas, inseparáveis à diversidade humana.

A deficiência é provocada pela interação dos impedimentos com as barreiras sociais, ou seja, com os diversos fatores culturais, econômicos, tecnológicos, arquitetônicos, dentre outros, de forma a gerar uma impossibilidade de plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade.

Segundo Fonseca (2012), superar a deficiência não é somente cuidar dos impedimentos, mas possibilitar e criar mecanismos que eliminem as barreiras existentes no ambiente.

Por fim, COLL et. al (1995) questiona o conceito de deficiência, enfatizando a ligação desse conceito com fatores sociais, culturais e também educacionais:

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características “deficitárias”. (COLL et al., 1995 p.12 ).

## A INCLUSÃO COMO DIREITO DE TODOS

O movimento da inclusão começou a se consolidar historicamente em meados do século XX. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 houve um processo de reestruturação do sistema educacional. No entanto, muitas pesquisas e estudos desse aparato legal apontaram a incompletude desta lei, visto que a clientela conceituada como excepcional não remetia a quais deficiências seriam englobadas no atendimento do sistema educacional.

Já na LDB nº 5.692/71, a demanda abrangida pela legislação foi mais delineada. No entanto, ainda se observa um teor de apoio à segregação. O artigo 9 caracteriza essa assertiva quando diz que: “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” .

De acordo com DECHICHI et al (2009), o atendimento em classes especiais acabou comprovando a ineficácia do ensino regular, justificando tais espaços como mote para excluir aqueles que não se enquadram no perfil dos que podiam frequentar as classes comuns.

O direito à educação tem destaque nos aparatos legais e constitucionais, pois implica no processo de formação singular das pessoas e na capacidade de convivência coletiva em meios

sociais.

A garantia de educação para todos, validada pela nossa Constituição Federal, ressalta a partilha de ambientes comuns a todos, contemplando a diversidade e objetivando o alcance do pleno desenvolvimento humano e o preparo para o exercício da cidadania (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, art. 205).

A presente Constituição estimulou inúmeros recursos normativos evolutivos sobre a inclusão, bem como outros direitos sociais. As reflexões sobre as legislações implicam numa maior compreensão do que se define como inclusão e como exclusão, para que não haja ilusões pedagógicas simplistas e reducionistas.

Ainda em âmbito nacional, um dos marcos principais no cenário da inclusão é a Declaração de Salamanca, um documento importante subscrito pela nação brasileira, assinado na Conferência Mundial de Educação Especial, em Jomtien, na Espanha, que orienta os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Segundo este documento, as escolas precisam atender a todas as crianças, independente de suas dificuldades. Nesse contexto, o foco é a criança, que tem direito a uma educação de qualidade e espera-se que as escolas elaborem e tracem metas e objetivos para atender a todos.

Na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), as crianças com necessidades educacionais especiais são as que apresentam deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A área educacional é um dos meios propícios à transformação social e cultural que se faz necessária no caminho para o desenvolvimento integral e para a cidadania das pessoas com deficiência.

A repercussão desse documento é muito positiva, pois acarretou novos pontos de vista na educação brasileira ao valorizar a diversidade, ao orientar as instituições escolares a serem inclusivas através do combate a posturas discriminatórias e ao proporcionar o incentivo a práticas pedagógicas mais agradáveis e receptivas.

A década de 1990 é uma referência e um marco importante dessas discussões, pois foi nesse período que ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, da qual resultou a Declaração sobre Educação para Todos, reafirmando a determinação da Declaração Universal de Direitos Humanos. Esse documento serve como base para a formulação das políticas públicas de educação inclusiva.

Os direitos humanos fundamentais assumem posição de realce na sociedade na medida em que se concebe que o indivíduo tem, antes de deveres, direitos perante o Estado, direitos dos quais se vem avolumando, conforme as exigências específicas de cada momento histórico. Em cada trajetória histórica são reconhecidos e legitimados direitos a partir da perspectiva do valor da dignidade humana e a área educacional ilustra bem isso na abordagem da educação inclusiva.

Outra importante contribuição na área se deve à Conferência Mundial sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha, no ano de 1994, que se tornou um marco relevante no processo de inclusão e atendimento a crianças com deficiências, em escolas de ensino regular, pois deu origem a um dos mais importantes documentos

sobre a inclusão, a Declaração de Salamanca .

Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de assegurar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

A Declaração de Salamanca (1994) aborda importantes instrumentos sobre como as instituições de ensino regular devem se organizar para receber as crianças que apresentam deficiências pautadas num princípio de igualdade de oportunidades e também direciona todo o trabalho de preparo docente, bem como o início dessa inclusão ser favorecida na Educação Infantil.

“O sucesso de escolas inclusivas depende muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais.” (BRASIL, 1994, p. 12).

De acordo com SASSAKI (2002), as pessoas com necessidades especiais são aquelas que apresentam as seguintes características: deficiências mentais, físicas, auditivas, visual e múltipla; autismo; dificuldades de aprendizagem; insuficiências orgânicas; superdotação; problemas de conduta; transtorno de déficit de atenção e hiperatividade; transtorno obsessivo compulsivo; síndrome de Tourette; distúrbios emocionais e transtornos mentais.

Na Declaração de Salamanca as crianças com necessidades educacionais especiais são as que apresentam deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A área educacional é um dos meios propícios à transformação social e cultural que se faz necessária no caminho para o desenvolvimento integral e para a cidadania das pessoas com deficiência.

Nota-se que há um cenário abrangente para a constituição de uma sociedade mais justa e democrática, apta a indicar caminhos para a inserção de diferentes grupos sociais na escola, contribuindo-se para que através de convivência democrática sejam constituídas subjetividades sensíveis ao reconhecimento da diversidade como característica inerente à humanidade.

Nesse contexto, a adequação e a modificação são transferidas da pessoa ao ambiente. Agora é a escola que precisa se modificar para atender às necessidades específicas de cada aluno, valorizando a diversidade e a identidade singular de cada indivíduo a favor do enriquecimento social das relações e o aumento do respeito, promovendo assim, uma sociedade mais igualitária.

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

As crianças, independente de serem portadoras de necessidades educacionais ou não, aprendem muito juntas e com o processo de inclusão há a ressignificação da forma do fazer educativo, considerando as necessidades educacionais de todas as crianças, bem como a articulação das ações em função dessas necessidades, visando, assim, assistir de forma eficaz a todas as crianças em seus mais diferentes níveis de ensino e aprendizagem.

O movimento de inclusão educacional começou a se fortalecer no Brasil, mas ainda são necessárias outras iniciativas com o intuito de instituir uma legislação específica e propostas de ação pedagógica para que a inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular

se confirme com qualidade.

O acesso à educação para todos, caracterizado como direito humano, é um dos principais instrumentos para enfrentar a discriminação e o preconceito. O sistema educacional inclusivo ainda é um ideal de uma educação plural, única e universal que pode garantir a dignidade da pessoa humana.

Os avanços mostram que os sistemas educacionais estão em processo de transformação e refletem uma nova visão do direito à educação que começa a transpor a concepção tradicional de ensino, alterando as concepções sobre a educação das pessoas com deficiência, exigindo uma mudança na formação de professores e um planejamento para a organização dos recursos necessários para efetivar a educação inclusiva.

O direito à educação inclusiva provoca reflexão e polêmica acerca das ideias e possíveis caminhos na busca de um novo paradigma educacional que envolve redefinição da organização do sistema e do pensamento pedagógico que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos períodos históricos a concepção e compreensão sobre a pessoa com deficiência foi sendo modificada. Em determinado momento, crianças deficientes mentais eram retiradas do convívio comunitário e familiar para residirem em instituições segregadas ou em escolas especiais, comumente situadas em locais distantes da família.

Durante a busca de recursos e métodos que sejam mais eficazes, a história da Educação Especial no país inicia nos anos 80 acompanhando a tendência mundial de combate às desigualdades, e institui-se como filosofia da Integração e Normatização. Com isso, o modelo separador começou a ser questionado, assim, buscando-se alternativas pedagógicas de inserção, preferencialmente no sistema regular de ensino, modelo que prevalece até hoje, visando preparar alunos que vêm de classes e escolas especiais para a integração dos mesmos em classes regulares.

Todavia, a partir da década de 90, com a instauração de leis legais, tais como a Constituição Brasileira de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aumentou a discussão e a busca de condições para efetivação dos direitos referentes à pessoas deficientes. O oferecimento da educação especial, bem como a inclusão da pessoa deficiente mental numa escola regular é um direito do indivíduo, que o Governo deve garantir.

O melhor e mais simples conceito de Educação Inclusiva é vê-la como um processo de inclusão de alunos que apresentem determinadas necessidades educacionais especiais na rede comum do ensino em todos os seus graus ou séries, e dessa maneira, conquistar o objetivo maior da educação, que é educação de qualidade e para todos.

Conclui-se que a noção de complexidade aplicada à Educação Inclusiva nos mostra que ainda há muito a ser feito para que, efetivamente, exista uma proposta educacional que seja amplamente difundida e compartilhada para o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais. Só assim teremos um sistema educacional de qualidade e ao alcance de todos em nosso país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Editora Saraiva, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 23 nov. 2023

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências**. Brasília: 2011.

**CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009

DECHICHI, C. et al. **Alguns aspectos históricos no atendimento à pessoa com deficiência. Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**. 2009

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva: orientações pedagógicas**. In: BRASIL. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. Brasília: SEESP/MEC, 2004.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, SEE, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicae-ducespecial.pdf>. Acesso 15 nov. 2023

MIRANDA, Maria de Jesus Cano. **Ed. Inf.: percepção de profissionais e familiares sobre inclusão, aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência**, em Maringá/Br e em Guadalajara/Es. 478 p. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, UNESP Júlio Paulista Filho, 2011.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Centro colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** São Paulo: EDUSP, 2003; 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997, 2002.

# O LÚDICO, UMA FERRAMENTA EFICAZ NA EDUCAÇÃO

## PLAY, AN EFFECTIVE TOOL IN EDUCATION



### MARLI APARECIDA GRANDO PEREIRA

Graduação em Pedagogia pela Universidade do Oeste Paulista (2001); Especialista em Práticas de Alfabetização e Letramento pela Universidade de São João Del Rei (2014); Professor de Educação Básica – Educação Infantil - na EM Prof.ª n Ederle Marangoni Dias

### RESUMO

Este artigo propõe como objetivo principal a reflexão sobre a importância do lúdico e a relação que este tem como principal facilitador para o ensino da criança, e no sentido de mostrar o seu significado, sua importância e o quanto ele é indispensável durante o desenvolvimento e aprendizado nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica tendo como definição de termos como o jogo e a brincadeira. A partir disso, foi possível caracterizar que as atividades lúdicas devem e precisam ser aplicadas nas crianças em fase escolar porque trazem benefícios. O título “O lúdico, uma ferramenta eficaz na educação” toma por base a necessidade de através da escola, redimensionar a capacidade do aluno de aprender com vistas aumentar sua autonomia e independência, sem descuidar do atendimento das individualidades e potencialidades de cada aluno e se não proporcionada até prejuízos, em relação às variedades de brinquedos ou brincadeiras mostraremos que estas são importantes para estimular o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, levando-a superar as barreiras e possibilitando um relacionamento com o ambiente a partir de diferentes enfoques, fazendo com que esta possa usufruir nas diversas fases de sua vida como estímulo a ação do brincar e o educar, tendo como compromisso com uma educação transformadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem; Lúdico; Educação.

## ABSTRACT

The main aim of this article is to reflect on the importance of play and the relationship it has as the main facilitator of children's learning, and to show its meaning, its importance and how indispensable it is during development and learning in the early grades of elementary school. The study used bibliographical research to define terms such as game and play. From this, it was possible to characterize that playful activities should and need to be applied to schoolchildren because they bring benefits. The title "Play, an effective tool in education" is based on the need for the school to resize the student's ability to learn in order to increase their autonomy and independence, without neglecting the individuality and potential of each student, and if not provided, even harm, in relation to the variety of toys or games, we will show that these are important for stimulating the child's development and learning, leading them to overcome barriers and enabling them to relate to the environment from different perspectives, so that they can take advantage of them in the various stages of their life as a stimulus to the action of playing and educating, with a commitment to transformative education.

**KEYWORDS:** Learning; Play; Education.

## INTRODUÇÃO

Os profissionais de educação, na sua grande maioria, têm a intenção de fazer um trabalho pedagógico mais eficiente. Diante disto hoje o que mais se evidencia em toda a esfera educacional são alternativas que visem um ensino prazeroso, significativo e de qualidade na educação , onde os educandos sintam prazer em ir para a escola e assimilem os conteúdos abordados por isso, nesse meio, a discussão sobre a melhoria do ensino tem-se voltado sinta parte ativa neste processo e a aprendizagem seja significativa pela via do prazer, afeto, do amor e do despertar das emoções, visto que hoje na sala de aula o que acontece é a falta de concentração dos alunos, o desinteresse pelas aulas, a indisciplina, a capacidade de memorização. Através de estudos e discussões os educadores já perceberam que a resposta para esta inovação onde as atividades lúdicas contribuem como uma das mais educativas atividades humanas e dentro do contexto escolar ela proporciona ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, afetivas e sensoriais de forma prazerosa, significativa e plena para o exercício de sua inserção social. O tema “O lúdico, uma ferramenta eficaz na educação”, aponta a necessidade de uma abordagem multifatorial acerca do processo de conhecimento com ênfase na relação entre as dimensões cognitivas, afetivas e relacionais que fazem parte do cotidiano do aluno e de que a escola não é um espaço somente para aprender os conteúdos escolares, mas também para afiar as habilidades e educar as pessoas, mas um e espaço de aprofundamento dos conhecimentos formais e informais que estruturam a vida cotidiana do ser humano.

Constata-se através desta evidência que o melhor lugar para promover desenvolvimento de uma consciência plena, onde princípios como ética, respeito e cidadania é dentro da escola, promovendo no aluno os ideais de sustentabilidade visando à construção de uma sociedade melhor

para se viver.

Portanto, o ato de brincar exerce um papel fundamental na escola. Por outro lado, quando os educadores propõem criação de espaços lúdicos como ferramenta de trabalho eficaz e inovadora se deparam com atitudes de descrença calcadas na relação teoria-prática, ou seja, teoricamente reconhecem o valor dos jogos no processo de aprendizagem, mas faltam-lhes as estratégias práticas, pois na sua formação acadêmica as práticas lúdicas raramente faziam parte das atividades de formação. Isto significa que, se faz necessário repensar e valorizar as atividades lúdicas nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, o que ocasiona uma ação prática e eficiente na preparação daqueles que se dispõem atuar neste campo emergente.

## A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM

Atualmente quando se fala em fracasso escolar, principalmente em relação a uma criança que não consegue ler e escrever percebe-se em vários estudos e pesquisas, a preocupação com a afetividade. Desta forma entende-se que a escola deve facilitar a aprendizagem utilizando-se de atividades lúdicas que criem um ambiente alfabetizador para favorecer o processo de aquisição de autonomia de aprendizagem. Para tanto, o saber escolar deve ser valorizado socialmente e a leitura deve ser um processo dinâmico e criativo através de jogos, brinquedos, brincadeiras. Educar vai além de transmitir conhecimentos, é a possibilidade de transformar uma sociedade, não só no aspecto cognitivo, mas também no emocional. A escola neste contexto torna-se um espaço legítimo para a construção desta afetividade.

Segundo Piaget, o desenvolvimento do indivíduo se faz gradualmente, dinâmico e contínuo, ou seja, integrada com os aspectos cognitivo, afetivo, físico-motor, moral, linguístico e social. Este autor ressalta ainda o que possibilita o desenvolvimento é a interação do sujeito com o seu meio, ou seja, é na interação sujeito-objeto (meio) que vão sendo assimiladas determinadas informações. Sendo assim, as emoções precisam ser desenvolvidas dia após dia na sala de aula, contribuindo para um ensino-aprendizagem eficaz e o lúdico visa proporcionar em todas as fases de desenvolvimento do educando uma educação pautada na qualidade, respeitando suas singularidades e potencialidades.

A atividade lúdica na sala de aula é de fundamental importância, visto que o mesmo e torna prazeroso o ensino, desde que tenha um planejamento, uma meta a seguir, para alcançar o objetivo esperado.

Kishimoto (2010, p. 41) afirma:

Utilizar o jogo na educação infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora.

Ao propor uma atividade lúdica na sala de aula, podemos ao mesmo tempo observar, analisar a psicomotricidade, pois os alunos interagem entre si, e estão em constante movimento.

Desta forma os jogos e as brincadeiras são aliados importantes para que o professor desenvolver com os educandos, pois são atividades físicas ou mentais organizadas por um sistema de regras

que devem ser incorporadas pelas crianças, pois o mesmo a auxilia a compreender e assimilar sentimento de perda ou ganho, e proporcionar ao mesmo tempo divertimento, prazer, sendo também utilizado como meio de investigação para o professor.

## CONCEITUAÇÃO DE JOGOS E BRINCADEIRAS

O lúdico e a sua conceituação são definidos como atividade física e mental fundada em um sistema de regras que definem perda ou ganho (Ferreira 1986. p. 377) e o brinquedo como objeto para as crianças brincarem, ou seja, como divertimento, brincadeira e o brincar significam divertir-se infantilmente compreende-se por esta definição que lúdico é o que a criança faz por livre e espontânea vontade e aprende sem perceber com as brincadeiras. O jogo é compreendido como uma atividade que envolve regras e participantes vinculadas a um objetivo específicos onde todos os seus movimentos são direcionados ou pré-estabelecido

O que separa um jogo do lúdico é que o jogo pedagógico desenvolve-se com a intenção de provocar uma aprendizagem significativa, estimular a construção e a reconstrução do conhecimento e despertar o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sensoriais e operacional da criança, ou seja, o desenvolvimento de uma aptidão ou capacidade cognitiva e apreciativa específica que possibilita a compreensão e a intervenção do indivíduo nos fenômenos sociais e culturais e que o ajude a construir conexões. (NUNES).

Enfim, a melhor forma de se conhecer o efeito do brincar é na aprendizagem, tendo este como aliado na ação pedagógica como uma linguagem universal do ensino-aprendizagem, pois é quando se diverte, o ser humano se envolve em uma ativa participação. Constatase que pelo prazer, espontaneidade, liberdade o estudar se faz mais proveitoso e o lúdico é um grande aliado do professor neste processo educacional.

## ATIVIDADES LÚDICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Atualmente, não há mais dúvidas de que o brincar deve ser incorporado à educação como algo que pode desencadear um processo permanente de educar.

Como função educativa, o lúdico estimula o interesse pelo saber, visto que este se faz espontaneamente, sem pressões e assim o conhecimento do mundo pelo aluno em clima de liberdade propiciando uma aprendizagem qualitativa e significativa contribuindo também para constituição da moral, o interesse, a descoberta e a reflexão. Torna-se evidente portanto que usar o lúdico na escola é importante porque de imediato chama a atenção dos alunos, então, o professor precisa ter um planejamento para que o uso de jogo e brincadeiras sejam planejadas e direcionadas tendo como objetivo a aprendizagem de seus alunos.

Kishimoto (2010) afirma que a inclusão do jogo infantil nas propostas pedagógicas é uma necessidade nos tempos atuais, pois a importância dessa modalidade de brincadeira justifica-se

pela aquisição do símbolo. No entanto, é alterando o significado de objetos, de situações, é criando significados que se desenvolve a função simbólica, elemento essencial que garante a racionalidade ao ser humano. A criança ao brincar de faz de conta ela está aprendendo a criar símbolo que futuramente ajudarão no seu desenvolvimento intelectual.

Todo e qualquer jogo tem sempre: um objetivo ou uma situação-problema, um resultado em função deste objetivo, um conjunto de regras que devem ser incorporadas pelos jogadores. O maior desafio do jogador é encontrar meios, que dentro dessas regras ou limites, o levará a vitória, ou seja, ao resultado agradável.

Veremos alguns jogos e brincadeiras que o professor pode desenvolver com a criança para que possa desenvolver habilidades de compreensão, conhecimento, comparação, observação, aferição, consulta. Se todas essas habilidades forem estimuladas e desenvolvidas ajudarão grandemente as crianças a realizarem operações mentais e a construir uma aprendizagem significativa.

## **JOGOS E BRINCADEIRAS**

No contexto educacional os jogos propostos devem viabilizar como uma forma de ensinar conteúdos de forma prazerosa, para tanto o mesmo não pode apresentado como um recurso qualquer e sim direcionado e visando um objetivo o que implica comprometimento para a do educando formação por todos os envolvidos com a educação. Veremos a seguir algumas atividades que são utilizadas como recursos pedagógicos: Letras do alfabeto: Utilizando letras do alfabeto pintadas e recortadas em cartolina e isopor é possível realizar três tipos de jogo: A primeira possibilidade é formar um círculo na sala, colocar as letras dentro de uma caixa e ir sorteando uma a uma e ir perguntando se as crianças conhecem as letras. A segunda é dividir a classe em grupos, sortear as letras uma a uma e pedir para cada grupo dizer algumas palavras que comece com a letra sorteada. A terceira é fazer uma listagem com as palavras que os grupos falaram e deixar exposto na sala, pois se trata de um repertório ativo das crianças. Observando que este pode ser usado também com números para aquisição de conceitos numéricos no jogo do alfabeto ilustrado tem como o objetivo a alfabetização e letramento e as são sortear uma letra para cada aluno e pedir que eles desenhem ou colem um objeto cujo nome comece com aquela letra. Depois o professor escreve a letra sobre o desenho e escreve o nome do objeto usando cor diferente para destacar a primeira letra. Observando que neste jogo é possível utilizar várias ilustrações que podem ser utilizadas para ter conceito de quantidade, tamanho, grandezas.

O jogo da memória visa estimular o desenvolvimento cognitivo da criança para a assimilação dos conceitos alfabetização, raciocínio lógico matemático e pode ser confeccionado com diversos temas como números, letras, figuras etc. Jogo da memória: Espalhar as fichas pelo chão ou sobre a mesa, com as letras voltadas para baixo. Cada criança ou grupo vira duas fichas e, se elas forem iguais, fica com elas, ganha o jogo a criança ou grupo que conseguir o maior número de fichas. Existem várias variações possíveis para este jogo primeiro com figuras ( frutas, animais, formas geométricas ou números), depois utilizar silabas simples ou complexa e em uma terceira fase, substituí-las por palavras.

Boliche: Pedir para que as crianças tragam de casa garrafas plásticas e meias de náilon velhas, que serão enroladas para formar uma bola. Nas garrafas de plástico, desenhar as letras do alfabeto com fita crepe. As garrafas ficam dispostas a certa distância e as crianças têm de derrubá-las com a bola. Na hora de contar quantas garrafas caiu, a classe diz o nome das letras derrubadas. Dependendo do grupo o professor pode pedir que formem palavras começadas com a letra de cada garrafa que caiu ou que ficou de pé. Estes jogos podem ser usados para a assimilação dos conceitos matemáticos. Bingo com nomes: Nesse bingo as cartelas são confeccionadas com papel sulfite e em vez de números, tem dois nomes: o da própria criança e mais um. No saquinho do sorteio, as pedrinhas são substituídas por cartõezinhos com letras desenhadas. O professor vai sorteando e as crianças vão riscando as letras sorteadas ou cobri-lo com tampinhas de garrafa. Quem preencher primeiro um dos nomes de sua cartela ganha o jogo, podendo ser utilizados com várias palavras de um mesmo campo semântico.

Quadro classificatório (objetos): Com giz, o professor desenha no chão um quadro, com uma divisão para cada letra do alfabeto. Depois, as crianças apresentam vários tipos de objetos pequenos (trazidos de casa ou recolhidos no pátio da escola) e colocam no quadro que corresponde a letra inicial. Terminada a atividade, a classe faz listagens dos nomes dos objetos.

Jogo de dominó: Fazer um jogo de dominó, de maneira que as peças se encaixem quando as palavras escritas em letra de forma encontram seus pares em letra cursiva.

Mercadinho: Nesta brincadeira o grupo monta um mercado, onde fica estabelecido o caixa e o comprador. Em um primeiro momento acontece a pesquisa pelo grupo de panfletos com vários itens, após este momento com materiais recicláveis monta um mercado e elabora o nome e confecciona o panfleto do mercado. Nesta brincadeira direcionada, o professor usa este momento para contextualizar as suas aulas articulando-as entre todas as disciplinas e faz com que o seu aluno assimile significativamente os conceitos formal a serem adquiridos. Forca: Para começar, um dos jogadores escolhe uma palavra e desenha no papel um risquinho para cada letra. O objetivo do outro jogador é adivinhar essa palavra, falando, a cada rodada, uma letra do alfabeto. Mas a cada vez que ele errar, seu bonequinho na forca vai ganhando um novo membro (cabeça, corpo, duas pernas, dois braços). Se o bonequinho for completado, o jogador perde! Este jogo além de exigir vocabulário e trabalhar a concentração, torna-se uma brincadeira prazerosa que permite com que a criança estabeleça uma relação entre as letras restantes e as possíveis respostas, sendo um ótimo exercício de raciocínio.

Estes jogos apresentados como propostas de trabalho podem ser usados de forma contextualizada, abordando todas as disciplinas, visto que, podem ser substituídas por números, paisagens, formas, desenvolvendo nas crianças noções atitudinais, procedimentais e conceituais, propiciando uma aprendizagem prazerosa e significativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As situações lúdicas mobilizam esquemas mentais, dando a oportunidade ao ser humano

de ser cidadão do mundo ao adquirir diferentes conhecimentos e habilidades e contribuindo para um maior esclarecimento da importância da atividade lúdica no desenvolvimento do educando por entendermos que é papel do educador e da escola buscar novas maneiras de ensinar, criando e elaborando novas condutas no valor educacional por meio do lúdico na educação e que só assim poderemos ter uma educação de qualidade que realmente possa ir de encontro com as necessidades da criança e da sociedade.

Para tanto é necessário que os professores se coloquem como mediadores e facilitadores deste processo, acompanhando e participando de todas as etapas de desenvolvimento das atividades, mediando os conhecimentos através da brincadeira e do jogo, a fim de que estes possam ser reelaborados de forma rica e prazerosa.

Desta forma evidencia-se que propor brincadeiras e jogos como aprendizagem, fortalece laços afetivos e que o lúdico como instrumento pedagógico na educação, visa favorecer uma formação de qualidade onde a criança possa cumprir o seu papel social como um ser atuante e participativo do desenvolvimento de sua sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. (Orgs) Henri Wallon. **Psicologia e educação**. 9 ed. São Paulo: ed.Loyola,2010

BOM TEMPO, E. HUSSEIN, C. L. **O brinquedo: conceituação e importância**. In: BOM TEMPO, E. (Coord.). **Psicologia do brinquedo**. São Paulo. Nova Estrela/EDUSP, 1986

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O brincar na escola: Metodologia lúdico-vivencial, coletânea de jogos, brinquedos e dinâmicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Brinquedoteca).

KISHIMOTO, Tizuko Morschida. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis, RJ,Vozes,1993.

KISHIMOTO, Tizuko Morschida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura.** São Paulo. Perspectiva, 1920.2 ed.

LIMA, J.M. **O jogar e o aprender no contexto educacional: uma falsa dicotomia.** 2003 Tese(-Doutorado em educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências- Unesp de Marilia.2003.

PARO, Vitor Henrique. **Admistração escolar: Introdução crítica.** 11.ed. São Paulo. Editora Cortez,2002

PIAGET, Jean. CABRAL, Álvaro. **A formação do símbolo na criança: imitação. Jogo, sonho, imagem e representação.** Ed. LCT, São Paulo, 1990.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23<sup>a</sup> edição Revista e Ampliada. São Paulo. Cortez, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1991.

# A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NO COMBATE AO BULLYING

## THE IMPORTANCE OF TEACHERS IN COMBATING BULLYING



### RENATA GABRIELA PINHEIRO

Graduação em Letras pela Faculdade Braz Cubas (2005); Especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela Faculdade de Conchas (2016); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Emei Professora Lucília de Andrade Ferreira.

### RESUMO

Educar de forma inclusiva é hoje um dos principais e preocupantes temas para educação brasileira, sendo assim, o tema do bullying se torna centro de várias pesquisas trazendo ao centro deste debate a função da escola no combate e superação dele. Com foco principal ajudar teoricamente, professores e escolas no combate de situações tanto violentas quanto verbais. Seguindo a linha de fundamentação teórica de vários artigos, procurando analisar e discutir o goleiro dentro da escola e no contexto social brasileiro, mostrando que essas ações tanto de crianças quanto de adultos no ambiente escolar ou fora dele podem prejudicar o ensino aprendizagem. Contudo isso, mostra que a escola pode e deve ser o principal lugar para a superação do bullying através de uma boa educação inclusiva e participativa. A escola, ao incorporar sua responsabilidade na função de ensino e aprendizagem, socialização e informação moral, acaba se tornando um excelente espaço para a convivência capaz de superar o bullying.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bullying; Responsabilidade; Escola; Educação; Educação Inclusiva.

## ABSTRACT

Today, inclusive education is one of the main and most worrying issues for Brazilian education. As such, the issue of bullying has become the focus of several research studies, bringing to the center of this debate the role of schools in combating and overcoming it. The main focus is on theoretically helping teachers and schools to combat both violent and verbal situations. Following the line of theoretical foundation of several articles, seeking to analyze and discuss the goalkeeper within the school and in the Brazilian social context, showing that these actions of both children and adults in the school environment or outside it can harm teaching and learning. However, this shows that the school can and should be the main place for overcoming bullying through good, inclusive and participatory education. The school, by incorporating its responsibility for teaching and learning, socialization and moral information, ends up becoming an excellent space for coexistence capable of overcoming bullying.

**KEYWORDS:** Bullying; Responsibility; School; Education; Inclusive Education.

## INTRODUÇÃO

Ao observar escolas de todos os estados do Brasil podemos constatar que o bullying é encontrado em todos os ambientes escolares tanto públicos quanto particulares, mas infelizmente nem todas as pessoas conhecem ou muito menos se fala sobre a gravidade deste assunto. Para que os professores compreendam e intermedeiam essas situações do bullying no ambiente escolar, alguns fatores como incentivo e o impulso motivacional são necessários para a realização deste trabalho. Esse contexto de violência não é atual como se pensa, pois, há muito tempo se escuta nas escolas palavras e ações entre crianças, mesmo que sentido e conhecida pelas pessoas com outros nomes populares como: pirraça, apelido, perturbação etc.

Para Humpel (2019), a primeira vez que se falou sobre violência no ambiente escolar foi na década de 1980, onde a preocupação era simplesmente aos danos causados ao patrimônio público ou privado, que adivinha da violência e destruição do ambiente coletivo. Ao constatar essas situações, a escola passa a ter foco na interação dos grupos de educandos.

Não se pode esquecer que a quantidade absurda de casos de violência nas escolas públicas do estado de São Paulo, tanto de preconceito quanto de violência verbal e física, causando até mesmo a morte de vários alunos, professores e funcionários em geral do ambiente escolar. Também a quantidade absurda de problemas psicológicos, comportamentais e de convívio social nos alerta a cada momento a importância de se falar do tema do bullying. E cabe destacar esta questão que talvez seja o que mais preocupa o ambiente pedagógico e os teóricos atuais da educação brasileira, é que como poderemos nesta situação trazer uma educação inclusiva. Segundo Bostrom (2018), através dela que se dará desenvolver as capacidades globais e gerais de uma pessoa que tenha tanto o corpo perfeito quanto alguma deficiência física intelectual ou de qualquer outra situação.

Quando se fala em inclusão e principalmente de educação inclusiva, na teoria é muito bonita, entretanto na prática é outra história pois ainda enfrenta muitas barreiras e dificuldades desde as coisas mais simples. Um dos principais fatores para que a educação inclusiva não ocorra é o próprio professor. Por vezes ele acaba fazendo vista grossa e não observando e ajudando o aluno que tem dificuldades e acaba dizendo que não tem a formação necessária para ajudar o aluno com deficiência física ou intelectual. Não trazendo os materiais necessários ou simplesmente deixando este aluno em sala de aula sem fazer as atividades específicas para a aprendizagem da criança. Ferreira (2020), também diz que essas atitudes os alunos se tornam oprimidos, os colegas acabam isolando o mesmo, não sentindo-se bem, acaba abandonando a escola.

Tratar o aluno como coitadinho ou deficiente chamado de aleijado, o doente, e os outros colegas ouvindo isso, trará uma grande porcentagem para este aluno sofrer bullying na sala de aula. Uma outra coisa que pode ser tratada também como bullying é chamar as crianças de gordinhas ou chamar atenção de alguém por estar usando óculos. Atualmente a criança que usa máscara, ou aquela que sempre fica usando as mesmas roupas que não seja o uniforme todos os dias ao vir à escola, podem ser vistas como inocentes. Para De Paula (2019), com o passar do tempo essas situações podem tomar proporções mais sérias, trazendo consigo problemas psicológicos, reações violentas, depressão e em casos mais graves como a obesidade, a bulimia, anorexia e até mesmo o suicídio

De acordo com Fante (2018), o bullying é um fenômeno que cresce exponencialmente em nossa sociedade, comprometendo o indivíduo em seu desenvolvimento, consequentemente o seu emocional, psicológico, coletivo, cognitivo e acaba sendo levada para toda a sua vida tanto social quanto profissional. Desta forma,

o bullying e a violência são algo que estão interligados e, por isso, torna-se necessário que compreenda-se que ele não é exclusivo do ambiente escolar, ou seja, que só acontece dentro do mesmo, mas sim em muitos outros ambientes, já que eles são muito mais abrangentes do que imaginamos, estando assim presentes em todo e qualquer lugar como em clubes, turmas de rua, associações universitárias, grupos militares, entre outros grupos presentes numa sociedade, que já há um certo tempo vem crescendo cada vez mais (SILVA, 2018, p. 27).

Com toda essa importância, o bullying se tornou o foco principal para a educação e para todas as áreas públicas do nosso país como a saúde e a área jurídica, pois se não forem combatidos poderão com certeza causar situações drásticas que sem dúvida serão muito graves não somente para um único indivíduo. De acordo com Lima (2019), também para todas as pessoas que o rodeiam, com esse grande crescimento se não combatermos com todas as forças poderá se tornar algo que não poderá ser mais controlada

## **CONCEITO BULLYING**

Conforme descrito por Michaelis (2024), o “Ato agressivo sistemático, envolvendo ameaça, intimidação ou coação, praticado contra alguém, por um indivíduo ou um grupo de pessoas”.

Essa situação pode ocorrer normalmente nas escolas com crianças de todas as idades, todavia pode-se praticar em qualquer local. Podendo ser feita de forma verbal ou não-verbal, e em situações

muito graves podendo envolver agressões físicas. No Brasil o bullying pode ser chamado de várias outras formas como: perturbar, apelidar, insultar, bater etc. Já em outros países como por exemplo em Portugal, tem sido utilizado termos como: prepotência violência escolar entre pares, entre outros.

O bullying para SKERLAK (2021), há muito tempo não era algo tão importante visto pela sociedade até que nas décadas seguintes surgiu na Suécia um grande interesse sociedade para os problemas causados às vítimas que sofreram com isso nas escolas. A situação ficou mais preocupante ainda quando o ataque a uma escola no Colorado, Estados Unidos em 1999 em Columbine High School, repercutiu em todo o mundo onde 15 pessoas foram mortas, sendo um professor e 14 alunos. Os sobreviventes deste massacre sofrem até o dia de hoje com problemas psicológicos. O Brasil não ficou de fora desse tipo de situação devido ao bullying, um dos casos mais recentes ocorreu na cidade de Suzano no estado de São Paulo no colégio Raul Brasil, onde 2 jovens invadiram a sua antiga escola.

O último caso ocorrido no Brasil foi quando um adolescente entrou na própria escola que estudava, atirando contra alguns colegas matando a queima roupa de uma das alunas. Segundo colegas que afirmaram que o motivo de tudo isso foi por causa do bullying que o aluno sofria dos demais colegas.

Sampaio (2018), diz que no Brasil, atualmente não tem uma palavra nativa para este termo. E pelas estatísticas o conselho nacional de justiça do Brasil desenvolveu uma cartilha que afirma através de estudos que a maioria dos adolescentes que praticam o bullying são meninos e não meninas. Humpel (2019), diz que os meninos usam da violência física para causar o bullying, devido ao seu porte físico e a sua forma de agir, tornando a visualização para o combate ao bullying de certa forma mais fácil. Já as meninas utilizam se de outras ferramentas mais discretas, não deixando é claro de ser perniciosas, com fofoca, apelidos pejorativos, isolando os colegas. Sendo assim, passando despercebido pelo corpo diretivo da escola, professores, pesquisadores e seus familiares.

As dificuldades emocionais dos alunos podem alterar suas relações sociais com professores e colegas e dificultar seriamente sua aprendizagem. Entre elas se encontram a percepção da falta de afeto, o isolamento social, a tristeza prolongada, o sentir marginalizado e maltratado (MEIRA, 2021, p. 7).

Então, percebeu-se que há mais de uma maneira de praticar bullying, e não somente a forma física como se pensava. Se você estiver presente afetará a relação entre pessoas, não estabelecendo um ambiente escolar saudável, abalando o desenvolvimento e o afeto entre os pares, o respeito ao próximo é uma condição saudável do processo do ensino aprendizagem. Meira (2021), também diz que tudo isso significa dizer que de forma natural e inconsciente os maiores e mais fortes, aproveitam-se da fragilidade dos menores tratando-os como objetos de diversão, com o simples intuito de maltratar, humilhar as suas vítimas, muitas vezes com ameaça.

O grande incentivador do bullying nas escolas de todo mundo tem muito a ver com a violência que ocorre dentro de casa, onde a criança causadora vive em seu lar, formas violentas de tratamento com ele, e com seus pais, onde muitas das vezes o pai maltrata a mãe, e a mãe menospreza o pai, e por consequência acabam maltratando o adolescente ou até mesmo o despreza. Na família atual não é comum ver pai e mãe no mesmo lar, mas sim em lares separados e quem sofre com tudo isso geralmente é a criança.

Outras formas de ver a violência é quando a criança por ser imperativa, e não conseguir ficar quieta, acaba fazendo alguma bagunça e para castigá-la acaba batendo na mesma. Mesmo sendo proibida por lei,

a violência física como forma de educar os filhos ainda é recorrente em famílias brasileiras, sendo socialmente aceita, desde que não cause lesão física visível nas vítimas. Uma possível explicação para a tendência de aumento da violência doméstica entre escolares é o aumento da conscientização por parte dos adolescentes sobre esse tipo de violência, o que influencia o aumento do relato e não da violência em si. (SILVA, 2019, p. 12).

Convivendo neste meio a criança acaba desenvolvendo no seu caráter, características violentas, individualistas, centradas em si mesmo, e quando se encontra em um ambiente onde pessoas não são do mesmo porte físico ou tem as mesmas características psicológicas que ele, esse indivíduo acaba você considerada pelo mesmo uma pessoa digna de ser maltratada, menosprezada e ridicularizada, simplesmente por ser mais nova, menor, com características diferentes ou até mesmo de sexo diferente. Muitas dessas características podem ser simplesmente por ela se achar em vantagem numérica.

## FORMAS DE BULLYING

A principal característica do bullying são atos de violência física ou verbal que ocorrem de forma contínua e repetitiva, sendo intencional contra uma ou mais vítimas. São principalmente dois tipos de bullying, o físico e o moral. No físico ocorre agressões físicas diretas, já no moral podem ocorrer agressões diretas ou indiretas. Para que esses dois tipos de agressão sejam dados como tal, é necessário que tenham algumas características específicas como por exemplo: repetição da agressão, o alvo fique incomodado com as ofensas e presença de plateia

Salgado (2020), fala que existem alguns fatores que podem determinar o bullying a intencionalidade do comportamento ou seja a pessoa está fazendo porque quer outra a característica é o comportamento conduzido repetidamente ao longo do tempo pois não ocorre ocasionalmente, mas sim com muita frequência e de maneira regular trazendo a vítima, outro aspecto muito importante a destacar é que o comportamento agressivo não advém de alguma ameaça específica.

Para Espelage (2018), além disso existem outros tipos de bullying, conhecido atualmente, devido à tecnologia, como cyberbullying, onde o mesmo só existe no ambiente virtual e muitas das vezes as pessoas que causam essa situação não são achadas, apesar de muitas vezes serem pessoas próximas. Também pode-se citar o bullying sexual onde geralmente, acontece por meio de importunações, como toque sem consentimento, comentários, olhares maliciosos indesejados exposições a nudez

## O CYBERBULLYING

Para Campbell (2018), esse termo usado é atualmente para descrever ações intencionais, de maneira frequente e contínua, configurando ameaças a alguém através do mundo digital, tendo

causado muitos problemas devido ao agressor estar escondido em um outro lugar, mas podendo ser alguém próximo. Essa forma de extorsão se tornou bem mais frequente devido ao anonimato do agressor, configurando-se no envio de mensagens pelo celular (whatsapp/Instagram), na perseguição através de chantagem enviando fotos e vídeos onde possam deixar a vítima envergonhada, explorando seus sentimentos, coagindo a fazer aquilo que o agressor deseja.

O WhatsApp é um aplicativo de mensagens gratuito amplamente utilizado pelos jovens, principalmente para manter contato com amigos e pessoas próximas, como colegas de classe. Na verdade, quase metade das vítimas foram colegas de classe. Os jovens ainda não estão conscientes dos riscos que enfrentam quando utilizam novas tecnologias. Eles têm respostas claras sobre o que fazer se o seu amigo estiver sofrendo cyberbullying, mas quando você realmente se torna vítima de cyberbullying, não dizer nada é uma reação normal por vergonha ou pavor de que os pais tirarem o telefone ou até ignorar a situação por inferir que não é nada grave. (JIMÉNEZ, 2018, p. 6).

Jovens nesta situação cada vez mais são assediados, humilhados, intimidados, constrangidos e ameaçados através de mensagens, fotos e postagens nas redes sociais. Segundo Davi (2018), o apelido dado à vítima não só existe dentro da escola. Por ser nas redes, toda e qualquer pessoa tem acesso às informações para que a vítima fique sem saber se defender, de quem se defender e como será a próxima vez que ela vai ser atacada. Isso traz uma sensação inexplicável de insegurança, impotência, e por consequentemente intensificado a possibilidade de dano psicológico, moral, mental e social causado pelo agressor. Essa é uma das formas mais agressivas de bullying que encontramos hoje, pois ganha cada vez mais espaços sem nenhuma barreira.

Os ataques ocorrem por meio de ferramentas tecnológicas como celulares, filmadoras, máquinas fotográficas, internet e seus recursos (e-mails, sites de relacionamentos, vídeos). Além de a propagação das difamações ser praticamente instantânea, o efeito multiplicador do sofrimento das vítimas é imensurável. O cyberbullying extrapola, em muito, os muros das escolas e expõe a vítima ao escárnio público. (DA SILVA, 2018, p. 4).

Seus praticantes de forma perversa se valem do anonimato, atingindo a vítima de maneira mais abominável possível e conhecendo os problemas psicológicos e sociais como consequência são profundas e muitas das vezes irreversíveis.

## FAMÍLIA

Os ditados populares existem para nos aconselhar em algumas situações. A exemplo deste, a frase filho de peixe peixinho é, nos dá um bom exemplo de que os filhos serão reflexos de seus pais. Os pais democráticos são aqueles que permitem com que seus filhos desenvolvam a sua totalidade, fazendo com que eles cresçam intelectualmente e socialmente. Esses são os pais perfeitos, os que permitem que os seus filhos entendam e aprendam o que é certo e o que é errado, e aprendam a nunca ultrapassar o direito do próximo.

Outro tipo de pai é o pai indiferente que se caracteriza também como permissivo. Atualmente temos muito desses dois exemplos. São aqueles pais em que permitem com que seus filhos acham que podem fazer tudo o que bem entende, ou não se importam muito com as vitórias e derrotas, ou até mesmo com as irresponsabilidades de seus filhos. Esses filhos têm uma grande chance de no futuro se tornarem agressor e causadores de bullying.

Também existem os pais que são autoritários, que não aceitam com que seus filhos escolham o que querem fazer, o que gostam de fazer, e acabam criando filhos conformados com tudo. Ao observar essas crianças pode se ver que são obedientes, mas há uma grande possibilidade que no futuro se tornarem as vítimas citadas acima.

Para Vieira (2018), as crianças se tornaram mais egocêntricas, achando que tudo pode ser feito, e os pais por não se importarem, tornaram-se permissivos em excesso e essa junção de características, pode desenvolver problemas futuros para a nossa sociedade.

Para Nogueira (2018), esses perfis, podemos perceber que as atitudes que os pais apresentam perante seus filhos, estão completamente ligadas em relação às atitudes que eles apresentarão com seus colegas na escola, e com as pessoas que estão ao seu redor, isso pode determinar à maneira em que eles vão reagir a esse fenômeno.

## O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Para que a aprendizagem seja feita de forma correta, é necessário que é a criança esteja em um ambiente escolar, sendo assim precisa conviver socialmente com os colegas e com o seu professor. Se neste mesmo ambiente a criança passa por momentos que lhe são angustiantes, fica difícil para ela conseguir desenvolver o seu intelecto e sua vida social de maneira global. Muitas das crianças ao passarem por essas situações, escolhem não mais ir à escola. Para Fante (2018), "bullying é capaz de desenvolver sérios comprometimentos ao processo de aprendizagem, pois desenvolve na instituição educacional um ambiente nocivo não somente às vítimas, mas a todos, direta ou indiretamente envolvidos". Todas as crianças, em algum momento da vida, no ambiente escolar, passaram por alguma situação que lhes causasse constrangimento, configurado como bullying. Por sua vez, Ignácio (2018) diz que as consequências sofridas pela vítima do bullying dependerá de vários fatores para cada indivíduo, que podem ser genéticos, sociais e familiares. Todavia, as vítimas sem exceção sofrerão com os ataques em pequena ou em grande escala.

Os problemas decorrentes dessas situações são dos mais variados como; a fobia social, fobia escolar, síndrome do pânico, depressão, ansiedade, problemas alimentares etc. Em situações bem mais agravantes o indivíduo pode desenvolver problemas psicológicos permanentes como a esquizofrenia me chegar até o suicídio.

O acesso a ambientes dignificantes e o tratamento humano, bem como a educação orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade, promotora da compreensão, a tolerância e a amizade de todos, e entre todos, são Direitos Humanos. Um contexto que não inspira segurança, dificilmente criará ambiente de aprendizagem. Aprendemos melhor quando nos sentimos seguros. (MARTINS, 2021, p. 22).

A aprendizagem contém formas preventivas e corretivas, sendo preciso prestar muita atenção a todo e qualquer processo de aprendizagem, e identificar suas barreiras, pois, os fatores biológicos e sociais desempenham um papel importante em influenciar o processo de aprendizagem, tanto positiva como negativamente. A escola e principalmente a família tem um papel fundamental no ensino da criança e cabe aos mesmos prestarem atenção em todos os fatores que correspondem às suas responsabilidades. Valente (2022), diz que a psicopedagogia visa desenvolver um trabalho

com a criança, a família e a escola, sensibilizando-os sobre a importância de sua conduta.

A vítima do bullying, grande maioria das vezes não conta para ninguém o que está passando, por isso fica muito difícil resolver a situação de forma rápida e punir os responsáveis. É preciso ter um olhar especial para cada criança no ambiente escolar, e a cada dia tentaram remover os obstáculos que tornam a escola excludente. Para que isso venha ocorrer de maneira natural é necessário que o professor se torne amigo dos alunos, alguém com que eles possam contar, sem medo ou vergonha. Dessa forma, tudo fica mais fácil. A vítima poderá, sem medo, expressar seus receios, depois está com alguém confiável.

Infelizmente muitos dos professores não estão capacitados para tal responsabilidade, não dizendo que são pessoas ruins, mas em todo o trabalho nem todos trabalham com ímpeto, a exemplo disso:

alguns educadores ainda acreditam que esse tipo de relação é "normal", ou seja, encontrar nas escolas os grupos que "dominam" e os que "são dominados" e que cabe aos alunos aprenderem sozinhos a conviver e lidar com essas situações, pois "faz parte da vida" (HUM-PEL, 2019, p. 18).

Todos os profissionais da educação, não somente professores, precisam intervir com ações para a estimulação da prática da inclusão social, no ambiente escolar e fora dele, respeitando toda e qualquer diferença quer seja ela física, sexual, raça, nação, cultura e religião para que eles estejam preparados para qualquer situação que possa surgir em suas vidas. Fazendo ele entender e se tornar protagonista da sua história.

O professor deve ser a base e a referência de cada criança no ambiente escolar, tanto na vida moral quanto no trabalho, pois é o adulto da vez e os demais em sala de aula estão formando suas vidas baseados no que estão vendo. Não significa também que por ser adulto não necessita dos seus alunos, e não pode errar. Entretanto não significa que não pode pedir ajuda aos seus alunos, e pedir-lhes também desculpas quando algo de errado fizer. Desta forma o aluno verá o professor com outros olhos, passando para o mesmo que ele (professor), é uma pessoa que também tem seus defeitos e erros.

O professor em sala de aula instrui, explica, informa, questiona e corrige o aluno, fazendo-o explicitar seus conceitos espontâneos. A ajuda do adulto permite à criança resolver os problemas complexos que não poderia enfrentar se fosse deixada à mercê da vida cotidiana. Como resultado, a intervenção das pessoas mais experientes na vida das crianças, criando-lhes espaços diferenciados de interlocução, parece ser fundamental para o desenvolvimento e a constituição de seu ser social (DA SILVA, 2020, p. 15).

Para Oliveira (2018), "o diálogo é uma ferramenta educacional insubstituível. Deve haver autoridade na relação pai-filho e professor-aluno, mas a verdadeira autoridade é conquistada com inteligência e amor". Também é necessário que os pais estejam a todo momento observando a vida escolar de seus filhos, com atitudes simples como a de observar os cadernos quando eles chegam da escola, perguntar com frequência o que eles acharam do dia de aula, o que lhe chamou a atenção durante o dia, qual das matérias eles mais gostam e qual o tema em que encontram dificuldade. Outro ponto importante são as atividades extrassala de aula, muitas das atividades ocorrem na escola e os pais são convidados e infelizmente não comparecem.

Se essas coisas básicas forem o foco principal dos pais e dos professores, o bullying em

sua grande maioria não existiria, pois eu não preciso tirar um tempo para observar as crianças, pois todo o tempo deve ser para ela. Não esquecendo que, para que isso seja minimizado, também precisamos da ajuda deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada dia que se passa a quantidade de casos violentos, tem crescido não somente no mundo, mas também no Brasil. Os casos notificados pela mídia, só mostram que essa situação, se não for o foco principal no âmbito escolar com ações e projetos que auxilie na educação das crianças e adolescentes, acabaram permitindo essas práticas. É importante também ressaltar, com o surgimento de várias ferramentas para que a pessoa aceite o auxílio e compreenda que o problema não é ela, mas sim com a sociedade em geral, que no caso é a principal responsável pela formação do cidadão e que deve a cada dia tentar diminuir de forma precisa os preconceitos dela.

O bullying tem como seu padrão prejudicar o outro através de suas diferenças causando prejuízos a vítima que tenha características como; tamanho, fala, religiosidade, sexo, etnia etc. Devido a essas características a pessoa já está fragilizada por não ser igual ao meio onde está vivendo, devido a isso, o agressor aproveita se desse momento para limpar o que deseja. Outro ponto importante a ressaltar é que atualmente, devido ao crescimento tecnológico, as crianças estão se desenvolvendo socialmente, presencialmente, muito menos do que anos atrás, preferem se comunicar através das telas, por mídias sociais.

É nesse contexto, que a escola também tem um papel importante, é através da mesma que os estudantes são conscientizados a formação de valores, respeitando o próximo, desenvolvendo suas habilidades coletivas e afetivas de forma sadia e satisfatória. Fazer o papel intermediário entre a família e a sociedade também faz parte do papel da escola e a cada dia trazendo capacitações para os profissionais do ambiente escolar. Dessa maneira, trazendo toda a comunidade para o seio da escola, se torna mais fácil a concretização dos projetos que o ambiente escolar venha a desenvolver, pois terá o apoio dos professores, dos pais e da comunidade em geral.

A maneira perversa do bullying trás malefícios que podem ser irreversíveis, e se não tratados a tempo a pessoa pode chegar ao nível de querer tirar a sua própria vida. Por essa razão, em todo e qualquer situação que venha ocorrer dentro do ambiente escolar, é necessário a intervenção imediata de professores e equipe diretiva, pois a escola também é na sociedade, um lugar que merece ser respeitado por todos, e para todos, com seus valores, incluindo a todos com suas diferenças e não banalizando a situações de maneira discriminatória.

Cabe ressaltar que o projeto político pedagógico no ambiente escolar deve ser focado na Constituição federal, onde diz que todos têm o direito de serem tratados como seres humanos, e todos tem a obrigação, não somente o professor, de ao ver situações de bullying, intervir de maneira imediata, repreendendo e reconduzindo o agressor, incentivando e protegendo a vítima. Este dever é de maneira principalmente dos pais, que devem observar os seus filhos, para que eles não sejam as vítimas, muito menos os agressores, não deixando a responsabilidade somente com a escola,

sendo eles os principais responsáveis pelos seus filhos.

A participação da escola e da família acaba trazendo um ambiente agradável para o desenvolvimento pleno do indivíduo, favorecendo a construção de seus conhecimentos, caráter e autoconfiança. Desta forma, os jovens que saírem da escola serão pessoas amorosas, que cuidam da sociedade, das pessoas, que assumem suas responsabilidades e entendem suas limitações.

## REFERÊNCIAS

BOSTROM, Nick. **Superinteligência: caminhos, perigos, estratégias**. Darkside Entretenimento LTDA, 2018.

CAMPBELL, Marilyn; BAUMAN, Sheri. **Cyberbullying: Definition, consequences, prevalence**. In: **Reducing cyberbullying in schools**. Academic Press, 2018.

DA SILVA, ARIOVALDO FRANCISCO. **A Educação como Experiência Formativa na contemporaneidade**, 2020.

DA SILVA, Leandro Alexandre; DA SILVA, José Severino. **Consequências do cyberbullying no contexto da educação**, 2018.

DAVID, Luciane Ludwig de. **Cyberbullying: um desafio para os professores**. 2018.

DE PAULA, Luiz Henrique. **A influência da depressão dos docentes em sua prática pedagógica no ensino fundamental de duas escolas municipais da cidade de Santos-São Paulo-Brasil**. Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA, 2019.

DE PAULA, Luiz Henrique. **A influência da depressão dos docentes em sua prática pedagógica no ensino fundamental de duas escolas municipais da cidade de Santos-São Paulo-Brasil**. Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA, 2019).

ESPELAGE, Dorothy L. et al. **A longitudinal examination of homophobic name-calling in middle school: Bullying, traditional masculinity, and sexual harassment as predictors**. *Psychology of violence*, v. 8, n. 1, p. 57, 2018.

FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying em debate**. Editora Paulinas, 2018.

FERREIRA, Júlia Neves. **A percepção de elementos constituintes do bullying a partir de situações de intimidação na escola**. 2020.

HUMPEL, Paola Raffaella Arabbi; BENTO, Kelly Cristina Menezes; MADABA, Celestino Manuel. **Bullying vs: educação escolar inclusiva**. *Revista Psicopedagogia*, v. 36, n. 111, p. 378-390, 2019.

IGNÁCIO, Elena Martins. **Assédio moral no ambiente de trabalho: implicações no cotidiano de uma instituição federal de ensino do Rio de Janeiro**. 2018.

JIMÉNEZ, Maria José Benítez. **Ciberbullying entre estudantes do eso**. In: III Congresso internacional online de educação no século XXI, 2018.

LIMA, Júlio César et al. **Segurança pública e educação: uma breve análise da ronda escolar em Delmiro**. Gouveia-AL. 2019.

LIMA, Júlio César et al. **Segurança pública e educação: uma breve análise da ronda escolar em Delmiro Gouveia-AL. 2019**).

MARTINS, Cátia Mariana et al. **Sentir-se seguro e amado na escola: gentle teaching em contexto educativo**. *Gestão e Desenvolvimento*, n. 29, p. 133-158, 2021.

MEIRA, Priscila Dias. **Bullying: A fratura das relações dentro da escola**. 2021.

Michaelis. Uol, 2024. **Dicionário Michaelis online**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Vxme>. Acesso 03 jan. 2024.

NOGUEIRA, Marlice de Oliveira; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **Pais professores e o envolvimento com a educação dos filhos: contribuições da literatura sociológica de língua portuguesa, inglesa e francesa**. 2018.

OLIVEIRA, Eunice Mota de. **O lúdico na aprendizagem: um meio de interagir com as crianças**. 2018.

SALGADO, Fellipe Soares et al. **Bullying no ambiente escolar: compreensão dos educadores**. Journal of Human Growth and Development, v. 30, n. 1, p. 58-64, 2020.

SAMPAIO, Márcia Maria Vasconcelos; CORRADI, Analaura. **“A forma escolar da tortura”: Uma leitura sobre o bullying através de Rubem Alves**. Movendo ideias, v. 22, n. 2, p. 22-26, 2018.

SILVA, Aline Natália et al. **Tendência de bullying verbal, violência doméstica e envolvimento em brigas com armas entre adolescentes das capitais brasileiras de 2009 a 2015**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

SILVA, Bianca Aparecida Goes da. **Bullying**. 2018.

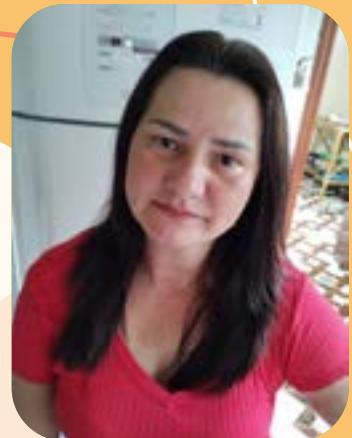
SKERLAK, Renan Degani. **Massacres escolares e cultura: um estudo do massacre de Columbine com base em artigos jornalísticos e no documentário: Tiros em Columbine**. 2021.

VALENTE, José Fábio Bentes; DE SOUZA, Fanuel Santos. **Uma tapinha não dói: a violência intrafamiliar infantil e a atuação dos líderes eclesiásticos**. Caminhos-Revista de Ciências da Religião, v. 20, n. 3, p. 589-601, 2022.

VIEIRA, Paulo; SILVA, Deibson. **Decifre e influencie pessoas: como conhecer a si e aos outros, gerar conexões poderosas e obter resultados extraordinários**. Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2018.

# ESTRATÉGIAS DE LEITURA, ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO

## READING, WRITING AND LITERACY STRATEGIES



### SANDRA APARECIDA OLIVEIRA DO CARMO

Graduação em Pedagogia, pela Faculdade: Estácio Uniradial, em 2015; Pós-Graduação em Educação a Distância, pela Faculdade Campos Elíseos, em 2019; Professora de educação infantil no CEI Parque Cocaia.

### RESUMO

Esse artigo visa destacar as estratégias de leitura, escrita e alfabetização. O momento da leitura é um momento de interação, de troca, de compartilhar, mas, ler e a leitura são atos vazios de significados, se nesse processo não consideramos o leitor e o texto, pois, é o leitor quem constrói significado de um texto por meio da leitura já que relaciona conteúdos, ativa conhecimentos pré-existentes e abre o olhar para novas possibilidades. O diálogo estabelecido entre leitor e texto é motivado por algo exterior, tais como, devanear, entreter-se; informar-se; seguir uma pauta de instruções para realizar uma determinada atividade, ou seja, para que exista a presença de um leitor ativo que processa e examina o texto, é necessário um objetivo para guiar a leitura; em outras palavras, sempre que lemos algo, lemos por uma finalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura; Estratégia; Alfabetização.

### ABSTRACT

This article aims to highlight reading, writing and literacy strategies. Reading is a moment of interaction, exchange and sharing, but reading and reading are empty acts of meaning if we don't consider the

reader and the text in this process, because it is the reader who constructs meaning from a text through reading, since they relate content, activate pre-existing knowledge and open their eyes to new possibilities. The dialogue established between reader and text is motivated by something external, such as daydreaming, being entertained; being informed; following a set of instructions to carry out a certain activity, in other words, for there to be an active reader who processes and examines the text, an objective is needed to guide the reading; in other words, whenever we read something, we read for a purpose.

**KEYWORDS:** Reading; Strategy; Literacy.

## INTRODUÇÃO

A leitura é um processo mediante o qual se comprehende a linguagem escrita, sendo o leitor um sujeito ativo que interage com o texto porque busca algo nele. Portanto, quando pensamos na leitura com finalidade pedagógica, só podemos dizer que ela foi eficiente se resultar em aprendizagem significativa, para tanto, como dito anteriormente, deve-se existir um objetivo.

Porém para alcançar o objetivo de uma leitura, é necessário que se crie algumas estratégias. Para Koch (2007 c) a leitura de um texto exige muito mais que o conhecimento linguístico compartilhado pelos interlocutores, pois, exige-se que o leitor mobilize inúmeras estratégias linguísticas e cognitivo-discursivas, a fim de levantar hipóteses, preencher lacunas apresentadas pelo texto; portanto, o leitor nesse processo é ativo, autor e leitor devem ser vistos como estrategistas na interação pela linguagem, pois, ambos estão construindo um diálogo em que o leitor está diante de palavras escritas por um autor que não está presente para completar as informações.

Portanto, ao ler, começamos a interagir com o texto quando acionamos os conhecimentos prévios de que dispomos, sejam sobre o mesmo assunto ou de algo que nos parece relacionado, de modo que possamos atribuir significados às palavras, às frases e aos parágrafos que lemos. Os nossos conhecimentos prévios serão confirmados ou refutados durante a leitura. Nesse processo, relacionamos as novas informações ao repertório que já dispomos, ampliando-o e/ou transformando-o qualitativamente.

O tema tratado é complexo e para que comprehendemos um pouco mais a respeito da alfabetização, letramento e a importância da leitura, foi feita uma abordagem por meio de pesquisa bibliográfica e internet, para facilitar um pouco mais a visão sobre o tema.

## PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA

A leitura e a escrita estão presentes nessa sociedade e é um meio de melhor comprehendê-la. Por meio de diversos meios de informação e conhecimento, adquirimos saberes necessários para podermos além de pertencer, participar de uma sociedade e assim, contribuir para o seu

desenvolvimento e avanço.

Segundo Freire (1982, p.23):

A compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. [...] Linguagem e realidade se aprende dinamicamente. [...] A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela (FREIRE, 1982, p. 23).

A leitura e a escrita fazem parte de nossas vidas antes mesmo de nos apropriarmos delas, e com elas convivemos e nos relacionamos com a sociedade.

A Alfabetização, por muitos anos, foi entendida apenas como a decifração do código. Esse limitado e simplista entendimento do que seria Alfabetização, era o que determinava quando a pessoa era alfabetizada ou analfabeta.

O uso de habilidades de leitura e escrita para o funcionamento e a participação adequados na sociedade, e para o sucesso pessoal, o letramento é considerado como um responsável por produzir resultados importantes: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional, cidadania (SOARES, 2004 apud BRILHANTE, 2010, p. 07).

Faz-se necessário novas práticas de ensino nas escolas, onde os alunos não apenas se apropriem do código, realizando leituras e escritas mecânicas, mas um ensino significativo, que permita ao aluno entender e se apropriar da complexidade do mundo da escrita.

Os alunos devem ser estimulados a pensar, a se comunicar, a sentir, a correr atrás de seus objetivos, sonhos e direitos, e o mundo da escrita oferece esses estímulos.

Ao chegar à escola, a criança já tem um repertório de conhecimentos adquiridos cotidianamente, cabe a instituição escolar dar continuidade a este processo, promovendo uma aprendizagem significativa das diversas funções da leitura e escrita.

Por fim, ao ler, vamos realizando uma grande quantidade de operações mentais, de modo que possamos continuar a leitura. Em alguns momentos, a durante a leitura, podem surgir obstáculos. Daí a importância das estratégias de leitura para tornar o processo de ler em algo que nos cause a satisfação de objetivo alcançado.

O ato de ler ativa uma série de ações na mente do leitor, por meio das quais ele extraí informações. Segundo Koch (2005), a mobilização desses conhecimentos por ocasião do processamento textual realiza-se por meio de estratégias de diversas ordens:

- *Cognitivas: inferências, focalização, a busca de relevância.*
- *Sociointeracionais: preservação das faces, polidez, atenuação, atribuição de causas a (possíveis), mal-entendidos etc.;*
- *Textuais: conjunto de decisões concernentes à textualização, feitas pelo produtor do texto, tendo em vista seu “projeto de dizer” (pistas, marcas, sinalizações).*

Segundo Valls (1990, apud SOLÉ, 2008, p. 69), a estratégia é uma forma de “regular a atividade das pessoas, à medida que sua aplicação permite selecionar, avaliar, persistir ou abandonar determinadas ações para conseguir a meta que se propõe”.

Assim, de acordo com Scott (apud KATO, 2007, p. 131), se organizássemos as estratégias de forma de máxima teríamos:

I Estratégias cognitivas:

1. Pressupõe que o texto apresenta ordem canônica.
2. Pressupõe que o texto seja coerente.

II Estratégias metacognitivas:

1. Explicite claramente seus objetivos para a leitura. Exemplos:
  - Procure o tema do texto.
  - Analise a consistência interna do texto.
  - Compare o que texto diz com o que você sabe sobre o assunto e veja se as duas informações são coerentes etc.
2. Monitore sua compreensão tendo em mente esses objetivos.

Assim, as estratégias cognitivas “munem o leitor de procedimentos altamente eficazes e econômicos, responsáveis pelo processamento automático e inconsciente”, enquanto, as estratégias metacognitivas “orientam o uso dessas estratégias para desautomatizá-los em situações problemas.” (KATO, 2007, p. 135)

Entretanto, para Solé (2008, p.69-70),

Estratégias de compreensão leitora são procedimentos de caráter elevado, as quais envolvem a presença de objetivos a serem realizados e o planejamento das ações que são desencadeadas para atingi-los, assim como sua avaliação e possível mudança.

Ou seja, uma das características das estratégias consiste no fato de não prescreverem totalmente o curso de uma ação, elas são suspeitas inteligentes, embora, arriscadas, sobre o caminho mais adequado que se deve seguir. Então, ao ensinar estratégias de leitura em sala de aula, deve-se ter em mente que as técnicas que não são como receitas infalíveis na construção de um aluno-leitor proficiente, mas auxiliam o aluno a alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, as estratégias de compreensão e de interpretação representaram a possibilidade de proporcionar meios de amadurecimento e autonomia para o leitor em formação, prioridade da prática pedagógica, porém, deve-se ser consciente das dificuldades inerentes ao processo, mas certos da capacidade de transformação nele contida.

## O PROFESSOR E A MOTIVAÇÃO PELA LEITURA

A leitura é essencial em qualquer área do conhecimento e por esse motivo deve ser sempre repensada e refletida com o intuito de ser melhorada, tornando-se prazerosa, reflexiva e significativa, tornando-se então o mais interessante possível para as crianças, criando dessa forma, o hábito de escutar e ler os mais variados textos, agindo como instrumento significativo na vida cotidiana.

Para Solé (2008), poder ler e compreender e interpretar textos escritos de diversos tipos com diferentes intenções e objetivos, de maneira a contribuir de forma decisiva para autonomia das

pessoas, na medida em que a leitura é um instrumento necessário para que nos manejemos com certas garantias em uma sociedade letrada. Porém, para alcançar esse objetivo, é necessário que o professor tenha claro as estratégias de leitura que serão necessárias para o processo.

Ainda, Solé (2008) ressalta que a maior parte das atividades escolares é voltada para avaliar a compreensão da leitura dos alunos e não para o ensino de estratégias que formem o leitor competente. Portanto, o trabalho com a leitura em sala de aula é apresentado pela autora consiste em três etapas de atividades com o texto: o antes, o durante e o depois da leitura.

Muito já se equivocou ao analisar a fala em relação às normas codificadas pela gramática, pois tanto a fala quanto a escrita devem ser observadas como metodologias e categorias de análise adequadas.

De acordo com Marcuschi (2007, p. 16):

As línguas se fundem em usos e não o contrário. Assim, não serão primeiramente as regras da língua nem a morfologia os merecedores de nossa atenção, mas os usos da língua, pois o que determina a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos da língua. São as formas que se adequam aos usos e não o inverso.

O professor pode gerar essa motivação pela leitura quando aborda aspectos da vida do autor, proporcionando ao aluno uma intimidade, uma forma de fazer com que o aluno tome parte da vida e identifique-se com esse alguém, reconhecendo em sua vida aspectos semelhantes à sua e/ou admirando características que julgue importante. Outro ponto importante para a motivação é a descrição do gênero literário que irá ler, mostrando sua história e formação durante o tempo. Porém, nada disso vale, se falta no professor o gosto pela leitura.

Segundo Manguel o livro *Uma história da leitura* (2001), desde os tempos primórdios as palavras, que eram escritas em tabuletas, destinavam ser a serem lidas em voz alta. A leitura quieta, silenciosa, era algo fora do comum e tornou-se usual somente no século X, no Ocidente.

Manguel (2001, p.37) afirma que:

Em algumas diferentes culturas, desde a Idade Média até os dias de hoje, a compreensão plena de textos, geralmente os sagrados, não exigiam apenas os olhos, mas também o resto do corpo, um ritmo, onde corpo e mente, enquanto processam a realidade física dos sons, “falam”, expressam-se.

O autor explicita que, como as leituras eram feitas em voz alta, a escrita que compunha os livros, não precisava ser separada por unidades fonéticas, assim, as palavras eram amarradas juntas, em frases contínuas.

É possível corroborar tais fatos as ideias de Isabel Solé, no livro “Estratégias de leitura”, (1998), no qual enfatiza, que atualmente “ler para praticar a leitura em voz alta” é um objetivo muito frequente do ensino de leitura, e que raramente pode ser exercitado fora da escola. Geralmente pretende-se com tal atividade que os alunos leiam com “clareza”, pronunciando adequadamente, respeitando as normas de pontuação e com a entonação desejada. Porém, para que isso aconteça, é objetivo primordial que o aluno tenha feito uma leitura antes e compreendido o “texto nunca lerá em voz alta em texto para o qual não se disponha de uma compreensão” (Solé 1998, p. 97)

Para a autora, ler para comunicar um texto a outras pessoas é um recurso de leitura próprio

de grupos de atividades. O objetivo dela é que as pessoas para a qual você se dirige compreendam a mensagem. Mas para que ela seja compreensível aos outros é preciso que o leitor utilize alguns recursos, próprios desse tipo de texto: entonação, pausas, exemplos não lidos, ênfase em determinados aspectos, entre outros.

Percebe-se que a leitura e a escrita estão interligadas, de forma que ao ler o indivíduo treinará a escrita por meio da oralidade, mas para que isso aconteça é necessário se trabalhar com estratégias diversas.

De acordo com Rezende (2001, p.12):

Diante de inúmeras externalidades positivas que a educação pode promover na sociedade, sua produção pelo governo com caráter gratuito ou subsidiado se torna extremamente necessária. (REZENDE, 2001, p.12).

Por meio de programas governamentais de incentivo à leitura, as pessoas ampliam seus conhecimentos, dando mais significado aos textos, noticiários diversos, refletindo a respeito da atualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, há uma quantidade significativa de exigências que cercam as pessoas. Para conseguir um bom emprego, que ofereça boas condições de trabalho e salário, é exigido que a pessoa tenha criatividade, proponha soluções, seja dinâmica e participativa, entre outras coisas mais. Todas essas exigências criam a necessidade de uma maior participação social, uma maior compreensão da sociedade e de seu funcionamento.

A leitura e a escrita estão presentes nessa sociedade e é um meio de melhor compreendê-la. Por meio de diversos meios de informação e conhecimento, adquirimos saberes necessários para podermos além de pertencer, participar de uma sociedade e assim, contribuir para o seu desenvolvimento e avanço.

Ao chegar à escola, a criança já possui conhecimentos prévios de acordo com seu cotidiano, cabendo a escola dar continuidade ao desenvolvimento desses conhecimentos, promovendo uma aprendizagem significativa das diversas funções da leitura e escrita.

Para que a alfabetização se torne significativa as crianças devem receber os mais variados estímulos, por meio de estratégias de leitura que fazem parte do seu cotidiano.

O professor deve auxiliar e estimular seus alunos a compreenderem que cada texto tem um objetivo, se apresentando em situações diversas de comunicação.

A leitura abre as portas ao conhecimento, tornando-se um corrimão para o educando, auxiliando a estabelecer valores que utilizará ao longo de sua vida e durante seu cotidiano.

Nota-se que a leitura é um meio de compreensão, abrindo caminhos para o conhecimento, criticidade e liberdade, tornando-se significativa no processo ensino aprendizagem, fundamentalmente

na alfabetização.

Se o objetivo que se possui, ao ensinar a língua oral, é o de propiciar aos alunos o falar com desenvoltura, permitindo-lhes expor suas ideias sem inibição, seja declamando, dramatizando, contando histórias ou entrevistando, esse resultado só é alcançado se for ensinada uma coisa de cada vez, com planejamento de todas as etapas do trabalho, acompanhamento e avaliação do processo.

Importante salientar que é um equívoco se pensar que, pela razão de os alunos já dominarem a fala muito antes da idade escolar não mais é necessário ensinar outros usos e formas de linguagem oral. O domínio de um único gênero oral não significa que os demais também já estejam dominados. Saber expor um assunto para uma plateia não significa saber participar de um debate público. As competências exigidas para uma e outra situação não são as mesmas. Assim, o trabalho com a linguagem oral precisa selecionar os gêneros orais para cada série, de forma que os alunos conheçam tais gêneros um a um, em situações em que lhes sejam propiciados a construção social do sentido e das significações pessoais.

Durante esse artigo fez-se presente situações que fazem parte do nosso cotidiano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRILHANTE, L. H. A. A. **Alfabetização e Letramento: por uma proposta didática para alfabetizar letrando**. In: VI Encontro de Pesquisa em Educação, 2010, Teresina.

CARRERA, Gabriela. (Org.) **Dificuldades de aprendizagem: Detecção e estratégias de ajuda**. Brasil: Cultural, 2009.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. de O.; AQUINO, Zilda G. O. de. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 15<sup>a</sup> ed. São Paulo, Cortez, 2004.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. Ed. São Paulo, Ática, 1984.

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KOCH, Ingodore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LEFFA, Vilson J. **Metodologia do ensino de línguas**. In BOHN, H. I.; MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (Org); DIONISIO, Ângela Paiva (Org). **Fala e Escrita** – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; FONSECA, Maria N.; CURY, Maria Z. **Tipos de textos, modos de leitura**. 2 ed. São Paulo: Editora Formato, 2001.

PIRES, Luciane P. **Estratégias de interação no texto escrito: perspectivas para o ensino da leitura**. 2004. 128 f. Tese (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado das Letras, (1998)

PRETI, Dino (org), **Estudos da língua falada: variações e confrontos.** 2.ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/ESP, 1999.

RAMOS, Jânia M. **O espaço da oralidade na sala de aula.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** 6. ed. Porto alegre: Artmed, 1998.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola.** São Paulo: Mercado das letras, 2004.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** 2<sup>a</sup>ed. São Paulo: Ática, 2009.

# A HISTÓRIA DE REVOLTAS QUE A HISTÓRIA QUASE NUNCA CONTA

## THE STORY OF REVOLTS THAT HISTORY ALMOST NEVER TELL



### SHIRLEI FERREIRA DO AMARAL

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Centro Universitário Sant'Ana (2012); Especialista em Educação Infantil pela Faculdade São Luís de França (2014); Professora de Ensino Fundamental I – Professora de Educação Infantil.

### RESUMO

A História de revoltas que a História que mais se conta sobre a escravidão e abolição não são a descrição verdadeira dos fatos. As pessoas procuram olhar estes indivíduos com desprezo, enxergam somente barbárie, pobreza, malandragem, hipersexualidade dos corpos, algo construído desde a colonização. Não conseguem descolar essa série de estereótipos negativos destas pessoas e não veem que estamos sujeitos a todos os tipos de emoção ou sentimentos como qualquer indivíduo que tem a sua humanidade reconhecida. A escravidão deixou muitas marcas profundas na alma da comunidade negra, foram centenas de anos vivendo em um regime na qual o sistema os forçava a ficar no papel de subalternos, sendo tratados como mera propriedade. O Brasil foi a última nação do continente americano a abolir a escravidão, acolhendo teorias europeias que postulavam a hierarquia das raças e previam a impossibilidade do desenvolvimento nacional devido a mestiçagem. Assim coloca-se em prática uma política de imigração dando incentivo aos colonos europeus para aqui se estabeleceram, visando o branqueamento da população. Trazer narrativas do povo africano, dos heróis e heroínas marginalizados, para enriquecer o imaginário da população brasileira, com essas referências e não as eurocêntricas, que visão minimizar a importância deste povo que também faz parte da construção, não somente braçal, deste país, é fundamental para elevação da autoestima do povo negro brasileiro e levar a discussão o processo de invisibilidade no qual está inserida a população negra deste país, bem como revelar as conexões entre este fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolição; Escravidão; Resistência escrava.

## ABSTRACT

The history of revolts and the history that is most often told about slavery and abolition are not the true description of the facts. People try to look down on these individuals, seeing only barbarism, poverty, naughtiness, hypersexual bodies, something that has been built up since colonization. They can't detach this series of negative stereotypes from these people and don't see that we are subject to all kinds of emotions and feelings, just like any individual who has their humanity recognized. Slavery left many deep scars on the soul of the black community, hundreds of years living in a regime in which the system forced them into the role of subordinates, being treated as mere property. Brazil was the last nation on the American continent to abolish slavery, embracing European theories that postulated the hierarchy of races and predicted the impossibility of national development due to mestizaje. An immigration policy was thus put into practice, encouraging European settlers to settle here, with the aim of whitening the population. Bringing narratives of the African people, of marginalized heroes and heroines, to enrich the imagination of the Brazilian population, with these references and not the Eurocentric ones, which aim to minimize the importance of this people who are also part of the construction, not just manual labor, of this country, is fundamental for raising the self-esteem of the black Brazilian people and bringing to discussion the process of invisibility in which the black population of this country is inserted, as well as revealing the connections between this phenomenon.

**KEYWORDS:** Abolition; Slavery; Slave resistance.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas em várias fontes científicas com referências históricas acerca da escravidão, com foco principalmente voltado para a resistência negra. Assim sendo, nosso intuito é compreender como eles se rebelaram e lutaram contra seus captores, se organizaram buscando meios de sobreviver e preservar sua cultura.

Como forma de apresentar o processo que levou à liberdade dos negros escravizados, o primeiro enfoque abordado em nosso trabalho será breves relatos que destaca a crueldade em que eles viviam, aprisionados pelos seus senhores, em condições não dignas de um ser humano, sendo constantemente eram torturados.

Na sequência, observaremos quais os instrumentos e os processos utilizados para subjugar e dominá-los, sendo muitos queimados e marcados para o tráfico de escravos, ações que levaram à morte vários negros, não suportando tanto sofrimento e crueldade.

No desenvolvimento de nosso trabalho acadêmico, podemos vislumbrar quais foram as heranças culturais que nos foram legadas com a vinda dos escravos e sua posterior alforria, bem

como quais foram as principais revoltas e os primeiros quilombos que surgiram.

Trataremos também um pouco sobre a vida de Zumbi dos Palmares destacando a força e a coragem de um homem a frente de seu tempo e por último a história do que aconteceu após as revoltas e de como se deu a abolição e a importância de trazer esses registros para nossa época o que influenciou na nossa cultura brasileira.

A abolição não aconteceu porque a Princesa Isabel estava boazinha e com pena dos escravos. Ela foi forçada pelos movimentos sociais. Foi festejada por todos os brasileiros com entusiasmo e comemorações, mas ela nunca representou a liberdade de verdade.

Os escravos foram jogados à própria sorte, tornaram-se andarilhos, sem pátria, sem trabalho, sem apoio sem esperança.

Não foram preparados para viver como homens livres, e não encontravam oportunidades para ter acesso a estrutura econômica e social do País, eram rejeitados, hostilizados, até mesmo agredidos.

Acabavam se juntando a grupos de resistência como as irmandades, nos terreiros de candomblé e quilombos, numa busca de sobreviver e de recuperar a sua identidade e os seus direitos perdidos ao longo dos anos.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e ainda não preparou oportunidades para acolher os ex-escravos, pelo contrário, os mesmos não encontraram possibilidades de integração junto ao países e ainda não tinham condições de concorrer com os estrangeiros, vindos de um período de recessão europeia, em especial a italiana, exatamente no período de pós abolição, trazidos com incentivo do governo brasileiro, tomaram um lugar de trabalho que deveria ser dos ex-escravos que então já poderiam vender a sua força de trabalho para viverem dignamente, mas isto infelizmente não aconteceu e mais uma vez o Brasil saqueou os negros, a oportunidade que os mesmos tinham de viver honestamente como seres humanos neste país. (MOURA, 1986, p.20).

## **A ESCRAVIDÃO E A SITUAÇÃO REAL A QUAL OS NEGROS ERAM SUBMETIDOS**

A igreja católica condenava a escravização dos índios, pois estes estavam catequizados e conheciam os dogmas religiosos e a santíssima Trindade. Já os negros africanos eram considerados pagãos, impuros e não serviam a Deus, além é claro de serem extremamente mais resistentes fisicamente e mais subservientes. A escolha se deu também por ser muito lucrativo tráfico de escravos.

A característica mais marcante na escravização de seres humanos é o fato de o escravo ser tratado como uma propriedade. Não há como em sã consciência conceber que uma pessoa possa dispor de outras como se fossem objetos, fazendo delas o que lhes aprouver. A escravidão foi, e será sempre desumana. Partindo do princípio de que os escravos eram propriedades de seus senhores, podemos supor que até mesmo animais viviam em melhores condições. Equiparando-se às coisas e propriedades os negros e escravos não eram cidadãos, eram privados de seus direitos civis, afinal, “coisas” não são civis, são objetos.

O único direito, por assim dizer, que lhes era concedido, era o de constituir família, mas é óbvio que todos inclusive os filhos eram propriedades. A procriação era bem-aceita, pois gerava

renda. Os negros, em sua grande maioria, trabalhavam nas atividades agrícolas e participavam de todo processo de produção, desde o plantio até o beneficiamento do produto. Na economia canavieira, a maioria dos escravos trabalhava na lavoura e na produção do açúcar. No engenho, onde se fabricava o açúcar, trabalhavam na moenda, na casa das caldeiras e na casa de purgar. Além do setor da produção de açúcar, o trabalho escravo foi empregado também na agricultura de abastecimento interno, na criação de gado e nas pequenas manufaturas.

Trabalhavam muito, de quatorze a dezesseis horas, o que fazia com que se rebelassem, sendo assim seus senhores os castigassem. Era direito do senhor de escravos castigar fisicamente seus subordinados, e tais castigos eram variados indo de chibatadas e açoites à mutilação em alguns casos considerados de maior afronta.

É lamentável, e todo caso, a sorte desses negros. Eles sabem que são espoliados e isso deve tornar-lhes ainda mais amargos os espancamentos e outros maus tratos que sofrem. Também é preciso ter em mente que muitos negros deixaram de trabalhar bem se não foram convenientemente espancados. E se desprezássemos a primeira iniquidade a que os sujeitam, isto é, sua introdução e submissão forçada teriam de considerar em grande parte merecidos os castigos que lhes impõem os seus senhores. (DAVATZ, 1972).

## INSTRUMENTO DE TORTURA

Os métodos de tortura eram os mais bizarros, existiam “aparelhos” que causavam terror, talvez por isso, os negros se submetiam aos trabalhos escravos.

A palmatória, sendo um método considerado como ‘pedagógico’ utilizado para moldar comportamentos e hábitos, era utilizado quando as crianças ou os escravos pegavam algo sem pedir,

Havia também, os casos em que os negros eram mortos em praça pública para amedrontar os outros escravos.

O tronco, não era como os que se costuma mostrar em filmes ou novelas da época exibidos na TV. Era um pedaço de madeira com orifícios destinados a prender a cabeça, as mãos e os pés dos escravos. Uma vez preso ao tronco o negro ficava vulnerável ao ataque de ratos e insetos, imóvel e indefeso, envolto nas próprias fezes e urina sem comer ou beber, por dias isolados, até que seu senhor resolvesse soltá-lo.(idem)

A máscara de flandres era usada para punição de furto de alimentos, alcoolismo, ingestão de terra, e na mineração de diamantes, para impedir que os negros extraviassem as pedras, engolindo-as. A máscara podia cobrir todo o rosto ou apenas a boca, sendo fechada a cadeados por trás da cabeça.

Havia também os instrumentos de ferro, patrimônio de todas as casas grandes, que consistiam em grilhões, algemas, correntes, cadeados e colares. Tudo para garantir a submissão e degradação dos escravos (ibidem).

Também acontecia com frequência de as próprias negras se submeterem ao aborto, para impedir que seus filhos nascessem naquelas condições. Era a única violência à qual se submetiam de bom grado. (Como corrobora Pe. Antonil).

Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos, é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade, e que se alegrem de lhes multiplicarem servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuravam propósito aborto, para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem (Pe. Antonil,1711).

## O TRÁFICO DE ESCRAVOS

O Brasil fez do trabalho da mão de obra escrava durante os três primeiros séculos de construção do país, ou seja, de 530 até 1888, quando foi promulgada a abolição. Estima-se que os primeiros negros chegaram ao Brasil em 1538 e presume-se que ao final do século XVI, a população negra já passava de 10.000, sendo desses, 6.000 em Pernambuco, 3000 na Bahia e os restantes espalhadas pela colônia (Mattoso,2003).

Os negros que vieram para o Brasil eram retirados a força de diversas regiões do continente africano, principalmente da costa ocidental da África. Africanos de origem Banto, do Congo e de Angola, foram trazidos logo no começo da colonização, e foram espalhados pelas plantações extenso território rural, que correspondia os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, (SANTOS,2012. p.86).

Os negros eram trazidos nos porões de navios negreiros e tinham valor de mercadorias. O Tráfico destes navios era bastante lucrativo e envolvia administradores, investidores e gerenciadores que organizavam este tipo de negociação a fim de saírem ganhando e tomando o devido cuidado para que não houvessem prejuízos. (Severo, 2010).

Portugal era o principal manipulador do tráfico negreiro, já que tinha vantajoso pela arrecadação de impostos. Foram extintas em 1778, depois da que da do Marquês de Pombal.

Os navios negreiros saiam da África com os negros acorrentados nos porões passando fome frio, em uma viagem desumana. Com a demora do trajeto era comum que os homens e mulheres defecassem e vomitassem ao mesmo ambiente em que viajavam. Diante disto, pode-se imaginar como esta travessia era humilhante e como estes negros estavam submetidos a todo e qualquer tipo de doença que muitas vezes os levavam a morte antes mesmo do desembarque.

Ao desembarcarem no Brasil, estavam simplesmente arrasados de cansaço da dura viagem vivida e inconscientes do sofrimento que lhes aguardava nesta País.

Vinha de longe após um mês, frequentemente dois meses de navegação, ou de mais perto após cabotagem perigosa e por vezes clandestina, o cativo é, de ordinário, desembarcado num estado de exaustão física e moral fácil de imaginar. Se vem do outro lado do oceano, sofreu o traumatismo psíquico da captura, as longas marchas às vezes necessária para atingir o porto. Foi posto a ferro e esperou talvez muito tempo a chegada dos “turmeiros” traficantes. Preso a bordo do navio, conheceu as rotas e de uma dura navegação antes de ser desembarcado, mas morto do que vivo, em terra desconhecida e hostil. Se vem de mais perto seus sofrimentos não são menores, pois teve igualmente de separar-se dos amigos talvez também de parentes, deixar um tipo de vida ao qual se havia mais ou menos adaptado, para ser acorrentado e arrastado do desconhecido numa angústia somente igualada ao desgaste físico levado ao extremo pela viagem forçada a promiscuidade a bordo, a fome e a nudez agressiva dos seus condutores (MATTOS. 2000.p.65)

Durante o século XVIII, o tráfico negreiro se intensificou, estima-se que em 1817, o movimento de africanos aqui no Brasil ultrapassava 1;000,00.

O tráfico foi proibido em 1831, porém, a entrada dos negros no país não diminuiu, pelo contrário, desenvolveu-se um contrabando de navios negreiros que só terminou com o último embarque em

1855.(ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

Até hoje não há dados precisos sobre escravidão no Brasil, já que todos os arquivos referentes a este tema foram queimados o dia 13 de maio de 1891, ordenados pelo Ministério Público, assim os dados importantes referentes à vida dos negros aqui no País no período da escravidão foram completamente retirados dos capítulos oficiais da nossa história.

## O PROCESSO ABOLICIONISTA APÓS REVOLTAS

O processo da abolição aqui no Brasil foi influenciado por uma multiplicidade de fatores, pois onde há escravidão há resistência.

O pensamento iluminista permeava o mundo após a Revolução Francesa, trazendo ideias de igualdade e fraternidade. Os negros escravizados do Haiti conquistaram a independência do país num processo que levou anos (1799-1804). Os EUA que já era uma potência mundial já havia abolido a escravidão em 1865.

O Brasil tendo uma economia agroexportadora desde esta época, onde o escravo era a principal mão de obra e com um pensamento extremamente conservador passou por um momento de revolução político e econômico. A abolição aqui estava ligada aos interesses de uma elite que percebia que para o Brasil avançar seguindo a Revolução Industrial, seria necessário ter a disposição trabalhadores assalariados para o capital girar e assim se tornarem consumidores.

Assim pessoas de diferentes etnias e posições social emprestaram suas vozes e influências para lutar pelo fim da escravidão, assim como Luiz Gama (filho de uma africana liberta com um português fidalgo que estudou direito, mas devido ao preconceito não lhe deram o título) participou ativamente dos movimentos contra escravidão sendo um dos fundadores do Jornal Radical Paulistano e José Carlos Patrocínio (filho de um vigário com uma jovem escrava, estudou em faculdade de medicina, mas obteve o certificado de farmacêutico) foi idealizador da guarda negra.

Além das ideias iluministas a pressão do fim da escravidão vinha de ordens externas também, em 1845 a Inglaterra proclamou uma Lei que barrava os navios negreiros que iam para América. Em 1850 no Brasil se declara a “Lei Eusébio de Queiroz”, que exige a extinção do tráfico de escravo (a partir daí o tráfico no país continua acontecendo mais de forma ilegal). Depois de vinte e um anos foi promulgada a Lei do Vento Livre. Esta lei tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da declaração da lei, podendo ficar sob a tutela do Senhor até os 8 anos de idade, mas com a permissão dele ficar com eles até 18 anos.

Assim além de muita luta (entre 1807-1835 houve mais de 20 revoltas promovidas pelos escravos) para comprar suas alforrias os negros escravizados apelavam para a justiça em busca da liberdade.

Em 1880 há um crescimento no número de associações que lutavam pela causa abolicionista. As historiadoras destacam a atuação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista (Lilia Schwarcz e Heloís a Starling).

Além disso, pessoas influentes realizavam publicações que faziam a defesa da causa abolicionista cresceu muito, e Castro Alves (poeta da escravidão), Joaquim Nabuco, associaram-se à causa entre outros nomes de destaque.

Sendo assim, a defesa da abolição, contava com a publicação de artigos, procissões e manifestações em público. Tendo nesta década um ato que se tornou fundamental para destaque desta empreitada, a desobediência civil. A situação estava fora do controle, pois as fugas e rebeliões estavam cada vez mais frequentes e a quantidade de quilombos (local que servia de abrigo e símbolo de resistência que auxiliava negros fugidos) estavam crescentes.

Um líder jangadeiro, pratico mor e abolicionista foi Francisco José do Nascimento filho de Canoa Quebrada lutou pelo fim da escravidão no Ceará onde conseguiu fazer com seu estado fosse o primeiro a libertar os escravos em 1884. Tal feito que ficou conhecido como Dragão do Mar e hoje reconhecido como herói nacional.

Em 1885, foi promulgada a lei Saraiva- Cotelige (também conhecida como lei dos Sexagenários) que alforriava os negros com mais de 60 anos de idade, algo que poucos conseguiam atingir devido a vida sofrida que levavam, ou não possuíam certidão de nascimento para comprovar idade.

Enfim, o governo ficou sem forças perante a tantos manifestos, o exército não dava conta de tantas ocorrências, deixando claro a ineficiência do Império, provando que a continuação da escravidão seria inviável. O exército precisava de “voluntários da pátria” (escravos libertos poderiam atuar nesta condição) por isto acabou se colocando na posição de incentivador da abolição.

Mesmo ineficiente estes conjuntos de Lei davam força ao movimento abolicionista. Foi só em 13 de maio de 1888, através de Lei Áurea, que a liberdade total e definitiva finalmente foi alcançada pelos negros brasileiros. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão em nosso país. Segue o texto da Lei Áurea, que fez com que o dia 13 de maio entrasse definitivamente para História:

O crescimento do Brasil, tem grande parcela do trabalho negro escravo e o que sobrou para eles foi apenas a discriminação, o abandono, a crueldade e o sofrimento, a falta de estrutura econômica e social.

“Naquele momento, faltou criar as condições para que a população negra pudesse ter um tipo de inserção mais digna na sociedade”, disse Luiza Barros, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Após o fim da escravidão as classes dominantes não contribuíram para inserir escravos livres no novo formato de trabalho.

A classe dominante alegava incompetência dos negros para exercer determinadas funções que tinham maior valor social, preferindo que essas funções fossem feitas por imigrantes brancos, para que se pudesse miscigenar o País. Este processo fracassou, já que ne, sempre a união de mestiços de pele clara com negros resulta em descendentes mais claros.

## A HERANÇA AFRICANA NA CULTURA BRASILEIRA

A formação cultural brasileira contou com a ajuda da miscigenação entre africanos, indígenas e europeus. A escravidão por mais de 300 anos constituiu a base da economia e sociedade do país, por isto a matriz africana trouxe uma influência cultural que passa desde o vocabulário, costumes, alimentação, valores e crenças. As palavras quiabo, caçula, cachaça moleque entre outras são de origem africanas praticadas desde o período do Brasil colonial e imperial. Já a influência na alimentação se deu ao fato de as escravas africanas terem sido responsáveis pelo trabalho na cozinha, sendo assim deve se agradecer a elas a presença do leite de coco, acarajé, dendê, pamonha e pimenta em nossa culinária.

Devido a imposição do culto ao cristianismo, a religião de origem africana sofreu adaptações como forma de resistência, para manter suas tradições foram obrigados a desenvolverem o sincretismo religioso, ou seja, divindades africanas foram aproximadas a santos católicos, como exemplo Iemanjá ligada a Nossa Senhora. Assim religiões como quimbanda, umbanda e catimbó foram marginalizadas por serem construídas pelos povos escravizados brasileiros, mas ainda sim praticadas pelos bastidores em sinal de muita coragem e diversidade de pensamentos.

Também é possível destacar em nossa cultura elementos ligados a Arte produzida por africanos, como a capoeira, samba, maracatu, congada e instrumentos musicais como atabaque, cuíca, flauta, berimbau, entre outros. As danças como o jongo ou umbigadas, fizeram também parte desta criação cultural de grande resistência e afirmação.

Infelizmente também herdamos coisas ruins, como o preconceito que se tornou institucionalizado no país, assim diversas pesquisas revelam o diferenciamento que é feito entre as pessoas a partir da cor da pele. Este fato é reafirmado por Lilia Schwarcz Lilia Katri Moritz Schwarcz é uma historiadora e antropóloga brasileira. É doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo e, atualmente, professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma universidade em entrevista ao site Exame:

“Se você olhar nos Mapas da Violência de 2015, veja o número de mortes de jovens negros. No caso da região Sudeste, o jovem negro tem 2,5% de chance a mais de morrer do que um branco; no caso do Nordeste, 5% a mais. Veja os casos da saúde: a população negra é a mais “Sus dependente”, de um lado, porque não tem acesso à saúde privada. Por outro lado, as mulheres negras são aquelas que recorrem menos à mamografia, e não porque não queiram, mas porque não têm acesso. E isso tem consequências graves.

Há dados que mostram que trabalhadores negros são os que mais gastam horas do seu dia no transporte. Nos índices de estupro: sabemos que há uma cultura de estupro no Brasil, mas as mulheres negras têm uma incidência ainda maior. Veja como há até pouco tempo no Brasil tínhamos empregadas domésticas nas casas trabalhando sem registro. E até hoje em dia as mulheres negras são aquelas que estão mais ocupadas em empregos informais. E vamos falar do que é o quarto de empregada, o elevador de serviço. Essas são atualizações visíveis na nossa contemporaneidade. “Trecho da entrevista, Exame Abril, (Brasil, 2018)

Por isto atualmente se faz necessário ações afirmativas e leis para assegurar a igualdade nos direitos e equidade no acesso à educação para combater a marginalização dos afrodescendentes. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08, torna obrigatório em todas as escolas particulares e públicas pertencentes a Educação Básica, se fez necessário para garantir a ressignificação de conceitos e a valorização

cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Assim a escola exerce um papel muito importante contra o preconceito e discriminação racial no país.

A proposta de ensino ainda não é o plano. A proposta é a primeira etapa de organização para “recortar” o assunto e especificar qual aspecto do tema será desenvolvido e com que “olhar”. Por exemplo: dentro da LINHA DE PESQUISA 3- Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos o tema é muito abrangente. É preciso especificar qual aspecto do trabalho ou da cidadania ou ainda dos direitos humanos e onde, no Brasil ou exterior como, por exemplo, o trabalho escravo no século XIX, ou trabalho livre dos imigrantes italianos em São Paulo. Ou ainda a cidadania na formação do Brasil no século XIX, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a escravidão tenha sido abolida há 134 anos e os negros tenham conquistado suas alforrias, a liberdade deles ainda é tolhida. Vemos todos os dias nos noticiários que a maioria dos homens apreendidos em furtos, roubos, homicídios e outros crimes, são negros, e o motivo disso é a discriminação que sofrem. Muitas vezes, são trabalhadores, homens honrados e sentem na pele, literalmente, a discriminação. Outra rebelião se faz necessária. Não uma rebelião armada, nas condições destas apontadas neste trabalho, mas uma rebelião de comportamento, de pensamento, principalmente nas mentes dos brancos que se julgam superiores.

De que adiantaram as cartas de alforria, a abolição da escravidão e todos os levantes e quilombos, se o maior de todos os oressores, o racismo, ainda está entre a população? De que serviu se livrarem das amarras, das algemas e dos chicotes se são açoitados diariamente por esse oressor velado?

Nas redes sociais e mídias televisivas se vê constantemente ataques à população negra, são ofensas, injúrias gratuitas, por conta do cabelo das mulheres, do formato do nariz, da cor da pele, das cotas universitárias etc. Não podem mais aceitar esse comportamento nas salas de aula entre os jovens e crianças, enquanto professores, formadores de opinião, temos a obrigação moral e ética de mudar os pensamentos, moldar o caráter desses alunos. Quem sabe algum dia os negros se sintam verdadeiramente livres e libertos da opressão do racismo.

A lei Áurea foi um ponto de partida para acabar com o trabalho escravo, mas ainda em pleno século XXI existem trabalhos em áreas rurais que ferem aos princípios fundamentais da Constituição, principalmente no que se refere a direitos sociais e à dignidade do ser humano, a ação civil pública é uma arma de defesa processual no combate a este crime social.

O racismo velado se manifesta através de práticas aparentemente neutras, mas que, na realidade, perpetuam a desigualdade racial. Pode ser observado em processos seletivos que favorecem candidatos de determinadas origens, em estereótipos presentes na mídia, em práticas policiais discriminatórias e em micro agressões cotidianas que marginalizam indivíduos com base em sua raça.

Desvelar o racismo velado é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecer as manifestações sutis dessa forma de discriminação é o primeiro passo para desafiá-las. A conscientização coletiva, aliada a políticas e práticas que promovam a equidade, é fundamental para desmantelar as camadas invisíveis do racismo velado e construir um futuro em que a diversidade seja verdadeiramente celebrada. Este é um convite para uma reflexão profunda e ação decisiva, pois é somente enfrentando as raízes do racismo velado que podemos criar um ambiente onde todos se sintam verdadeiramente livres e iguais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra de: NICOL, Robert – ECONOMIA AGRÍCOLA O Setor Primário e a Evolução da Economia – Ed McGraw-Hill, Ltda, 1987. São Paulo.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil.** Ed Livraria Martins. São Paulo- SP 1972.

CALEGARI, Luíza. Para Lília Schwarcz **Brasil está reescrevendo a história da escravidão.** Exame Abril, Brasil, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/para-li-lia-schwarcz-brasil-esta-reescrevendo-a-hist%C3%B3ria-da-escravid%C3%A3o> Acesso 26 fev. 2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin de, Universidade Rio Grande do Sul, Porto Alegre. **O “PLANETA”: APONTAMENTOS SOBRE A INVISIBILIDADE DOS NEGROS NO RS E SEUS REFLEXOS NO CAMPO DA CIDADANIA**, Rio Grande do Sul, (UFRGS), v. 26/27, p. 179-191, 2005. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/naci/documentos/humanas\\_carvalho.pdf](https://www.ufrgs.br/naci/documentos/humanas_carvalho.pdf) Acesso 27 fev. 2020.

CASTRO, Leonardo, **O negro-no-livro-didático.** Disponível em <http://novahistorianet.blogst.com.br/2009/01/escravid%C3%A3o-e-resistencia-no-Brasil.html> 2009 Acesso 8 set. 2015.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 21 ed. José Olympio, Rio de Janeiro-RJ.1981.

GOMES, NILMA Lino. **A mulher negra que vi de perto**.:Ed. Mazza edições. Belo Horizonte-MG.1995.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.2000.

MATTOSO, K de Q. **Ser escravo no Brasil**. Ed. Brasiliense, São Paulo-SP.2003.

MENDONÇA, Renato. |INL,1973. (Retrato do Brasil,83). A **influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira QINL,1973.(Retrato do Brasil,83).

MIRANDA, José Carlos, **As revoltas conquistaram a abolição**. 2007 Disponível em [http://professoradrianoleres.blogspot.com.br/as\\_revoltas\\_conquistaram\\_abolição.html](http://professoradrianoleres.blogspot.com.br/as_revoltas_conquistaram_abolição.html) Acesso 22 set. 2015.

MOURA, Glória. **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores africanos: o currículo invisível da festa**.1997.Tese(Doutorado em Educação)- Faculdade de educação Universidade de São Paulo da USP, São Paulo-SP.1997.

MOURA, Clóvis e assessora de pesquisa Soraia Silva Moura- São Paulo. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, João; GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil**, São Paulo:Companhia das Letras,1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. 3ºed. Ed. Companhia das Letras. São Paulo-SP.2015.

SANDRONI, Paulo, **Novíssimo Dicionário de Economia**. Disponível em: [sinus.org.br/2014/wp...FMIBM.df](http://sinus.org.br/2014/wp...FMIBM.df) . Acesso 8 set. 2015.

SANTOS, Joana Elbin dos. **Os nagôs e a morte**. Ed. Vozes 14ºed. São Paulo, 2012.

SEVERO, LARA DE Freitas; **O negro nos livros didáticos. Um enfoque nos papéis sociais** – Disponível em [http://b.manografias.com/trabalhos3/negro-livros-didáticos-papeis-sociais\\_2.shtml](http://b.manografias.com/trabalhos3/negro-livros-didáticos-papeis-sociais_2.shtml). Acesso 10 set. 2015.

SANTOS, Elisabete Figueiroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais**. Psicologia e Saber Social, v. 4, n.2,p. 168-182, 2015.

# BULLYING E AS DIFICULDADES NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO



## BULLYING AND LITERACY DIFFICULTIES

### **SIMONE LACERDA DE OLIVEIRA**

Graduação em Geografia pela Faculdade Fafic – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caratinga/ MG; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Faconnect – Grupo Faculdades Conectadas, Conchas/SP; Pós-Graduação em “A arte de contar histórias” pela faculdade Faconnect – Grupo Faculdades Conectadas, Conchas/SP; e-mail: simonelacerda72@gmail.com.

### **RESUMO**

Diante as diversas pesquisas sobre bullying realizada em diferentes áreas, o objetivo deste artigo é mostrar as dificuldades enfrentadas pelas vítimas que sofreram esse tipo de violência, e também mostrar os efeitos psicológicos que o mesmo causa sobre essas crianças e adolescentes tem que se entender que o bullying não é uma brincadeira inocente, ele interfere no processo ensino e aprendizagem trazendo consequências negativas para a escola, não só para as vítimas, mas para todos que convivem neste ambiente. O bullying é a negação da amizade, do cuidado, do respeito. O agressor expõe o agredido às piores humilhações, de apelidos até as atitudes mais covardes de quem tem mais força física e também acredita ter mais poder, quando na verdade expõe o outro na tentativa de ser engrandecer, de alimentar seu ego pessoal, o agredido dificilmente encontrar coragem pra se defender, não são poucos os relatos de alunos que desistem de viver, quem tem à auto estima tão baixa a ponto de acreditar que as agressões acontecem devido a sua aparência. Os danos psicológicos em alguns casos chegam a ser tão grave, que a pessoa que sofre bullying terá vários problemas e traumas ao longo de sua vida, as mesmas sentirão se acuadas com medo de expor suas opiniões, poderá desenvolver quadros depressivos, além de poder se tornar agressivo fazendo novas vítimas, gerando sofrimento a outras famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bullying; Alfabetização; Inclusão escolar.

## ABSTRACT

In view of the various studies on bullying carried out in different areas, the aim of this article is to show the difficulties faced by victims who have suffered this type of violence, and also to show the psychological effects it has on these children and adolescents. It must be understood that bullying is not an innocent prank, it interferes with the teaching and learning process, bringing negative consequences for the school, not only for the victims, but for everyone who lives in this environment. Bullying is the denial of friendship, care and respect. The aggressor exposes the victim to the worst humiliations, from nicknames to the most cowardly attitudes of those who have more physical strength and also believe they have more power, when in fact they expose the other in an attempt to aggrandize themselves, to feed their personal ego, the victim hardly finds the courage to defend themselves, there are many reports of students who give up on life, who have such low self-esteem as to believe that the aggressions happen because of their appearance. The psychological damage in some cases can be so severe that the person who is bullied will have various problems and traumas throughout their life, they will feel cornered and afraid to express their opinions, they may develop depression, and they may become aggressive and become new victims, causing suffering for other families.

**KEYWORDS:** Bullying; Literacy; School inclusion.

## INTRODUÇÃO

É comum encontrar entre os adultos uma quantidade considerável que tráz consigo as marcas dos traumas que adquiriram nos bancos escolares. São seqüelas que se evidenciam pelos prejuízos em aspectos essenciais à realização na vida, como dificuldades de lidar com perdas, relações afetivas, familiares e sociais, ou no desempenho profissional. Essas pessoas foram submetidas às diversas formas de maus-tratos psicológicos, verbais, físicos, morais, sexuais e materiais, através de zoações, apelidos pejorativos, difamações, ameaças, perseguições, exclusões. Brincadeiras próprias da idade? Não. Esses atos agressivos, intencionais e repetitivos, que ocorrem sem motivação evidente, em desigualdade de poder, caracterizam o bullying escolar.

O bullying tem sido ao longo do tempo, motivo de traumas e sofrimentos para muitos, sendo ignorado pela maioria das pessoas, por acreditar tratar-se de "brincadeiras próprias da idade" ou ser necessário ao amadurecimento do indivíduo, sem, contudo, considerar os danos causados aos envolvidos.

Os estudos sobre o bullying escolar tiveram início na Suécia, na década de 70 e na Noruega, na década de 80. Aos poucos, vem se intensificando nas escolas dos mais diversos países, sendo possível quantificá-lo em índices que variam de 5% a 35% de envolvimento. No Brasil, os estudos são recentes, motivo pelo qual a maioria dos brasileiros desconhece o tema, sua gravidade e abrangência.

Pesquisas realizadas na região de São José do Rio Preto, interior paulista, (FANTE, 2000/03) e no município do Rio de Janeiro, (ABRAPA, 2002), com o intuito de reconhecer a incidência bullying,

revelaram que, em média, 45% dos estudantes de escolas públicas e privadas, estão envolvidos no fenômeno. Estudos desenvolvidos pelo Instituto SM para a Educação, em cinco países (Espanha, Argentina, México, Chile, Brasil), evidenciaram que o Brasil se tornou campeão em bullying.

Sem termo equivalente na língua portuguesa, que expresse sua abrangência e formas de ataques, o tema desperta crescente interesse e preocupação entre os pais e profissionais das áreas de educação, saúde e segurança pública, devido aos prejuízos emocionais causados e por seu poder propagador capaz de envolver crianças nos primeiros anos de escolaridade.

O comportamento bullying pode ser identificado em qualquer faixa etária e nível de escolaridade. Entre três e quatro anos, podemos perceber tanto o comportamento abusivo, manipulador, dominador, quanto o passivo, submisso e indefeso. Porém, a maior incidência está entre os alunos de 3<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, período em que, progressivamente, os papéis dos protagonistas se definem com maior clareza.

Estudos demonstraram que a média de idade de maior incidência entre os agressores, situa-se na casa dos 13 a 14 anos, enquanto que as vítimas possuem em média, 11 anos. Fato que vem a comprovar que os papéis dos protagonistas e as formas de maus-tratos empregadas se intensificam, conforme aumenta o grau de escolaridade.

Entre os adolescentes, uma prática que se torna comum, a cada dia, são os ataques virtuais, denominado de cyberbullying. É caracterizado pelo uso de ferramentas das modernas tecnologias de comunicação e de informação, principalmente através de celulares e da internet. Fofocas, difamações, fotografias montadas e divulgadas em sites e no orkut, seguidas de comentários racistas e sexistas, e-mails ameaçadores, uma verdadeira rede de intrigas, que envolve alunos e professores.

Geralmente, os ataques são produzidos por um grupo de agressores, reduzindo as possibilidades de defesa das vítimas. As estratégias de ataques, normalmente, são ardilosas e sutis, expondo as vítimas ao medo, à humilhação e ao constrangimento público. Os agressores se valem de sua força física ou psicológica, além da sua popularidade para dominar, subjugar e colocar sob pressão, o "bode expiatório".

Entretanto, torna-se evidente entre eles a insegurança, a necessidade de chamar a atenção para si, de pertencer a um grupo, de dominar, associado à inabilidade de expressar seus sentimentos e emoções. Por isso, a escolha das vítimas, privilegia aquelas que não dispõe de habilidades de defesa.

Com o tempo, as vítimas se sentem solitárias, incompreendidas e excluídas de um contexto que prima pela inclusão de todos. As consequências do bullying incidem no processo de socialização e de aprendizagem, bem como na saúde física e emocional, especialmente das vítimas, que se isolam dos demais, carregando consigo uma série de sentimentos negativos que comprometem a estruturação da personalidade e da auto-estima, além da incerteza de estarem em um ambiente educativo seguro, onde possam se desenvolver plenamente. Em casos extremos, algumas vítimas executam seus planos de vingança, seguidos de suicídio.

Nos Estados Unidos, pelo menos 37 tiroteios ocorridos em escolas foram atribuídos ao bullying. O massacre de Columbine é um exemplo de como a vítima pode se transformar em agressor. Na

pacata cidade de Taiuva (SP), após anos de ridicularizações, um jovem entra armado na escola, atira contra 50 estudantes e dá cabo à existência. Em Remanso (BA), um adolescente mata seu agressor principal, um garoto de 13 anos e a secretária do curso de informática.. Em Petrolina (PE), uma adolescente e seu colega asfixiam uma garota de 13 anos, por ser alvo de apelidos pejorativos.

O bullying é um fenômeno psicossocial expansivo, por isso considerado epidêmico, comprometedor do pleno desenvolvimento do indivíduo, por suas consequências psicológicas, emocionais, sociais e cognitivas, que se estendem para além do período acadêmico.

Dentre as causas desse tipo de comportamento podemos citar os modelos educativos introjetados na primeira infância. O tipo de experiência vivenciada pela criança no ambiente familiar, poderá predispor-la a tornar-se uma protagonista do fenômeno. Para o seu pleno desenvolvimento a criança necessita sentir-se amada, valorizada, aceita, incentivada à auto-expressão e ao diálogo, principalmente na adolescência, porém a noção de limites precisa ser estabelecida com firmeza e com coerência.

No entanto, quando no ambiente familiar há o predomínio de superproteção, modelo que inibe o desenvolvimento da capacidade de autonomia, de tomada de decisões, de exploração do ambiente e de defesa; ou o perfeccionismo, com alto nível de exigências e cobranças, mais do que elogios; ou a ambivalência, onde constantemente ocorre oscilação do humor, gerando muita insegurança pessoal; ou autoritarismo, com práticas educativas que se valem de agressões verbais, morais, psicológicas ou físicas; esses ingredientes psíquicos isolados ou somados, favorecem o envolvimento da criança em comportamentos bullying logo no início de sua experiência de socialização educacional.

São cinco os papéis que caracterizam este fenômeno: vítimas típicas, vítimas provocadoras, vítimas agressoras, agressores e espectadores. Algumas constatações entre os envolvidos: é comum que quem sofreu alguma das formas de ataque reproduza os maus-tratos sofridos; os tipos de consequências são abrangentes, de acordo com as características de cada indivíduo e das características psicodinâmicas de sua família; as vítimas encontram dificuldade de buscar ajuda e quando buscam sentem dificuldade de serem compreendidas, além do temor em relação à resposta dos pais, ou de que a sua denúncia agrave ainda mais o seu problema.

Dessa forma, é notório entre os alunos a carência afetiva e a ausência de modelos humanistas que lhes sirvam de referencial. Por isso, é necessário que as instituições de ensino invistam em conscientizar seus profissionais, pais e alunos sobre a relevância desse tema e desenvolvam estratégias preventivas, em parcerias com os diversos segmentos sociais, visando educar para a paz. E que a prática da solidariedade, cooperação, tolerância, empatia, respeito às diferenças e compaixão caracterizem a atitude de amor das instituições de ensino e da família, em busca da construção da paz.

## PROBLEMA

O bullying é um fenômeno mundial e o que antes era interpretado como brincadeiras próprias da idade, hoje já se sabe que são atos repetitivos intencionais e que na maioria dos casos suas

vítimas levam essas consequências pelo resto de suas vidas.

## OBJETIVO

Diante as diversas pesquisas sobre bullying realizada em diferentes áreas, o objetivo deste artigo é mostrar as dificuldades enfrentadas pelas vítimas que sofreram esse tipo de violência, e também mostrar os efeitos psicológicos que o mesmo causa sobre essas crianças e adolescentes tem que se entender que o bullying não é uma brincadeira inocente, ele interfere no processo ensino e aprendizagem trazendo consequências negativas para a escola, não só para as vítimas, mas para todos que convivem neste ambiente.

## JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem como finalidade apresentar a relação entre o aprendizado de crianças com deficiência intelectual leve com crianças sem nenhum tipo de deficiência, além de perceber quais são as maiores dificuldades para a adequada inclusão desses alunos no ensino.

## MÉTODO

O presente estudo é caracterizado como pesquisa exploratória visando proporcionar maior familiaridade com o problema de modo a torná-lo mais claro. Para a realização da pesquisa utilizou-se como metodologia a Pesquisa Bibliográfica. Como também pode e deve ser pensado a partir da instituição escolar, a qual cumpre uma importante função social: a de socializar os conhecimentos, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de regras de conduta, dentro de um projeto social mais amplo.

## FUNDAMENTAÇÃO

Bullying é uma expressão bastante utilizada na atualidade, embora seu significado seja bem mais antigo e frequente. Sem um termo equivalente em Português, ele, segundo o texto de mesmo nome, do Brasil Escola: “é um termo da língua inglesa (bully = “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder”.

Sabe aqueles apelidos nada graciosos, tais como “cabelo de vassoura (ou de certas marcas de palha de aço)”, “microfone”, “galinha”, “mudo”, “problemático”, “macaco”, “bichona”, “sapata”, “quatro olhos”, “fedorento”, “cabecudo”, “CDF”, “nerd”, “palito de dente” e “baleia”? Pois é, tais títulos não são

nada agradáveis para aqueles que os recebem, e podem provocar problemas de autoestima sérios.

E olha que citamos somente agressão verbal, e com apelidos mais “light” do que muitos os que são ditos por aí. Segundo uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, pela extinta Ong Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência), 40% dos participantes revelaram que sofreram ou ainda enfrentam o bullying.

Fatos assim revelam o problema de valores que nossa sociedade enfrenta, sempre reforçando padrões únicos de existência, e intolerância às demais formas de vida; e a ideia errônea de que aquele que busca levar vantagens em tudo, e sempre se destacar dos demais, a todo custo, é alguém em quem se espelhar.

Assim, é necessário investigar as causas de agressão na escola, identificar as pessoas e fatos envolvidos e, ao dar o devido castigo ao(s) responsável(eis), fazer também com que ele tenha um caráter reflexivo/corretivo. Exemplo: ao voltar da suspensão, entregar uma redação sobre preconceito.

Além disso, é preciso criar espaço para discussão, sempre incentivando o respeito aos colegas e todas as pessoas envolvidas no espaço escolar. Isso é importante até mesmo se considerarmos que, não raras as vezes, o agredido tende a se tornar também agressor, formando um círculo vicioso.

Talvez seja interessante, a cada início de ano letivo (e sempre que entrar um novo professor ou funcionário na escola), fazer uma reunião, juntamente com os pais, apontando as regras da escola, frisando que, naquele espaço e em seus arredores, o objetivo é de desconstrução de valores prejudiciais, não sendo tolerado, portanto, o comportamento preconceituoso, violento ou de hostilidade – e que, caso ocorram, as devidas medidas serão tomadas.

É necessário apontar que esses comportamentos podem provocar, além de um clima ruim na instituição, depressão, angústia, baixa autoestima, estresse, isolamento, fobias, evasão escolar, atitudes de autoflagelação e até atos extremos, como agressão, assassinatos e suicídio.

Como denunciar agressões mais sutis nem sempre é fácil, é interessante que a escola crie um espaço para denúncias anônimas. Além disso, sempre que possível, os professores devem abordar esses temas em suas aulas.

Por exemplo:

- Refletir sobre os diferentes padrões de beleza adotados na história, como as musas gordinhas do renascimento;

- Solicitar que façam uma pesquisa com pessoas de seu convívio, como pai e mãe, questionando sobre os possíveis apelidos e situações constrangedoras que já passaram (ou criaram), quando estavam na escola; com direito a discussão e produção de texto;

- Nas produções de textos, fazer narrativas em primeira pessoa, na qual o aluno se posicione, ora no papel do agressor; ora no papel do agredido;

- Analisar, em uma aula de História, a situação histórica do negro no passado e na atualidade;

- Discutir, em Biologia, que a homoafetividade tem causas multifatoriais, inclusive biológicas;

- Calcular, tabular e montar gráficos relacionados ao preconceito em nosso país e no mundo;
- De forma inter/multidisciplinar, criar uma lista de ações a serem adotadas para exterminar, ou pelo menos reduzir drasticamente, o bullying na escola.

Além disso, é importante que os pais sejam envolvidos nessas questões, criando medidas específicas e efetivas, em casa e na escola, para solucionar cada caso em especial; ao trocarem informações sobre o comportamento do aluno.

Rotular o estudante como “o nota 10” ou “o garoto problemático” somente reforçará estigmas, fazendo com que ele próprio não se atente para os pontos que tem a melhorar e tenha dificuldades para se ver como um indivíduo de múltiplas facetas; e também corra o risco de ser visto da mesma forma por outras pessoas envolvidas no espaço escolar, sem que tenham a chance de conhecê-lo livre de conceitos pré-formados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante deste contexto, entendemos que bullying encontra-se presente em diversos lugares e vem crescendo numa escala assustadora nas escolas pois não há uma supervisão adequada de funcionários da instituição.

Há também a falta de preparo dos professores que em muitos casos não sabem como lidar com tal situação, por não ter recebido em sua formação acadêmica a orientação correta, e também por que os alunos se encontram mais agressivos, sem respeito aos outros e sobre si mesmo.

As consequências afetam todos os envolvidos seja direta ou indiretamente, a vítima de bullying sofre de depressão, insônia, dificuldade de concentração, diminuição do rendimento escolar, desaparecimento de material escolar, stress, suicídio, ataques de pânico sem motivo, mudanças súbitas de humor, entre outros.

O agressor se torna um sujeito anti-social, com tendências de ser tornar cada vez mais violento se não for freado, pode ser envolver com o mundo da criminalidade, já no meio escolar pode gerar evasão, desrespeito e agressão com os professores, ações judiciais contra a escola ou outro responsável (professor, diretor, coordenador, entre outros.), assim como contra a família do agressor.

Como podemos ver, as consequências deste fenômeno no meio escolar não afetam somente os alunos, mas todas as entidades presentes nestes locais, desde alunos até professores e afins.

A escola é local onde adolescentes e crianças passam uma grande parte tempo é necessário que nela seja desenvolvida mais atividades de socialização entre alunos e professores afim de melhor as relações de ambos.

## REFERÊNCIAS

BALESTRA, Maria Marta M. **A psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade**. Curitiba, Ibpx, 2007.

BARBOSA, José Juvencio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1992 e 2001.

CAVALCANTE, Meire. **Como lidar com ‘brincadeiras que machucam a alma’**. Revista Nova Escola, São Paulo, ano XIX, nº 178, p. 58-61, dez./2004

COLI, A.S. **Conceito de adolescência**. In: E. Marcondes. *Pediatria básica*. Sáver, São Paulo, 1994.

DREYER, Diogo. **Brincadeira que não tem graça**. In: <http://www.educacional.com.br>. Acesso em 15 maio 2023.

FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. **Bullying Escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOULART, Denise. **Psicopedagogia Institucional**. Curitiba, 2007.

GRASSI, Tânia Mara. **Oficinas Psicopedagógicas**. Curitiba: IBPEX, 2004.

LOPES NETO, Aramis A. **Bullying – comportamento agressivo entre alunos**. Jornal da Pediatria. Porto Alegre, vol. 81, nº 5 suppl.0, novembro de 2005.

LOPES, Shiderlene Vieira de Almeida. **O Processo de Avaliação e Intervenção em Psicopedagogia**. Curitiba: IBPEX, 2006.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Aquisição da linguagem: da realidade à escrita. Uma perspectiva Psicopedagógica.** Curitiba: Edição do Autor, 2008.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança. Imitação, Jogo e Sonho. Imagem e Representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. **A construção do real na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_; INHELDER, B. **Da Lógica da Criança a Lógica do Adolescente.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

PORTE, Olívia. **Bases da Psicopedagogia: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem.** Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007.

ZACHARIAS, Vera Lúcia Camara. **A aprendizagem da leitura e escrita.** In: <http://www.centroreferencial.com.br/difapreit.htm>. Acesso 08 dez. 2023.

# A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

## THE IMPORTANCE OF AFFECTIVITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION



### TATIANA PAULA ROCHA OLIVEIRA

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Arujá-FAR (2009) e em Artes Visuais pela Universidade Metropolitana de Santos-UNIMES (2012); Especialista em Educação especial pela Faculdade de Carapicuíba-FALC (2010); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na EMEI Capitão Alberto Mendes Junior.

### RESUMO

O foco principal desta pesquisa é compreender o papel da afetividade no desenvolvimento da aprendizagem das crianças desde a mais tenra idade. Durante os estudos bibliográficos foi possível perceber que ela é um modo com o qual desde muito cedo as crianças expressam suas emoções, sendo assim fundamental para o seu desenvolvimento também no ambiente escolar. Neste processo é importante que o educador busque conhecer a história de vida dos alunos, possuindo assim subsídios para trabalhar as diversas emoções, compreendendo também como esses fatores podem estar influenciando nas dificuldades apresentadas. Ficou claro também que a afetividade é responsável por introduzir os valores e interesses das crianças e ao sentirem-se respeitadas em sua integralidade passam a ter subsídios para o despertar de uma curiosidade fundamental para aprendizagem de habilidades e competências de maneira segura, respeitosa e sadia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Afetividade; Aprendizagem; Professor; Educação Infantil; Desenvolvimento.

### ABSTRACT

The main focus of this research is to understand the role of affectivity in the development of children's

learning from an early age. During the bibliographic studies, it was possible to see that affectivity is a way in which children express their emotions from an early age, and is therefore fundamental to their development in the school environment. In this process, it is important for educators to get to know their students' life history, so that they can work with their various emotions and understand how these factors may be influencing their difficulties. It also became clear that affectivity is responsible for introducing children to values and interests, and when they feel respected in their entirety, they are given the tools to awaken a curiosity that is fundamental to learning skills and competences in a safe, respectful and healthy way.

**KEYWORDS:** Affectivity; Learning; Teacher; Early Childhood Education; Development.

## INTRODUÇÃO

Durante pesquisa buscou-se compreender qual o papel da afetividade na construção do conhecimento. Esta pesquisa surgiu diante da necessidade de juntar um material de pesquisa e reflexão que tenha subsídios para a prática pedagógica.

Infelizmente ainda encontramos resistência na aprendizagem por parte de algumas crianças, seja por falta de interesse ou do resultado de traumas externos, necessitando assim de um olhar afetivo por parte do professor.

A afetividade é o modo individual de expressar emoções, desde o nascimento tornando-se fundamental para autoestima e o desenvolvimento de habilidades da criança.

No ambiente escolar são diversos os desafios a serem superados, assim é necessário cuidado ao integrar o grupo, sempre propiciando atividades que visem a participação e valorização de todos.

Os diversos espaços precisam ser estimuladores e motivadores, para que as crianças possam aprender com prazer.

É importante o fortalecimento das relações afetivas entre crianças e professor, para que assim haja uma contribuição para um melhor rendimento e desenvolvimento das atividades oportunizadas.

O processo educacional demanda a participação de todos os indivíduos para que assim construam seu conhecimento.

A criança durante a sua aprendizagem tem consigo três elementos: cognitivo que se associa com o intelectual e o social que se refere ao ambiente em que a criança está inserida.

Ao priorizar a construção de relações afetivas positivas, estamos proporcionando não apenas um ambiente acolhedor, mas também estabelecendo as bases para o florescimento integral das crianças, preparando-as para enfrentar os desafios da jornada educativa e da vida.

É na escola que a criança desenvolve suas potencialidades, sociais e psicológicas e o papel do professor é mediar este processo, proporcionando vivencias voltadas a estimular a afetividade

de acordo com as necessidades individuais.

É necessário que o professor conheça o aluno, sua história de vida, suas tristezas, experiências, expectativas, frustrações e alegrias, para trabalhar esses aspectos em suas aulas transformando-os em aprendizagem.

O caminho para aprendizagem aponta para pedagogia afetiva, baseada no respeito, afeto, dedicação, amor, responsabilidade e carinho.

[...] Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre “seriedade docente” e “afetividade”. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. (FREIRE, 1996, p.159).

Sendo assim torna-se fundamental o desenvolvimento de uma relação de confiança e afetividade, oportunizando um ensino prazeroso e eficaz que atenda as especificidades, favorecendo um ensino participativo, em que as crianças possuem mais disposição para aprender.

## PROFESSOR E ALUNO UMA RELAÇÃO DE PARCERIA

Quando falamos na questão da afetividade no processo de ensino e aprendizagem torna-se fundamental evidenciar a relação entre os envolvidos, pois à mesma deve estar presente em todos os momentos.

Ao professor cabe o papel de facilitar a construção do processo de formação, influenciando o aluno no desenvolvimento da motivação pela aprendizagem.

É importante que o professor tenha percepção e sensibilidade para identificar os interesses das crianças, até porque estes diferem em cada etapa, ou seja, mudam por idade.

Quando se sentem amadas, acolhidas, aceitas e ouvidas, elas passam a ter subsídios para despertarem um sentimento de curiosidade fundamental para aprendizagem.

A afetividade é responsável pelas escolhas e ações desenvolvidas pelas crianças, pois é por meio do afetivo que incorporam ao intelectual e cognitivo questões de valores, interesses e motivações.

As crianças devem ser estimuladas desde a mais tenra idade, quando bebês geralmente são estimuladas pelos responsáveis, dão os primeiros passos, dizem as primeiras palavras, sentem a alegria de um carinho e quando chegam as instituições de ensino são incluídas. Neste espaço é importante que não haja uma simples reprodução do coletivo, pois com essa atitude estabelecemos padrões deixando de lado as oportunidades de descobertas.

A afetividade não é demonstrada apenas com carinhos físicos e sim por meio do desenvolvimento integral de cada um preparando-os para conviver em sociedade de maneira autônoma, crítica, responsável e ética.

O professor deve apresentar um olhar sensível respeitando sempre os níveis de desenvolvimento,

potencialidades e tempos de desenvolvimento. Essa relação deve ser baseada na confiança, as crianças são incentivadas a desenvolverem seus sentimentos e expressá-los de maneira oral e escrita, sendo esta relação um recurso para um aprendizado significativo e constante.

Assim a afetividade na Educação Infantil contribui também, para o desenvolvimento de um ambiente harmonioso e agradável, responsável por aguçar o prazer e a curiosidade em aprender, instigando positivamente a aprendizagem.

Os educadores na Educação Infantil têm um papel fundamental na promoção da afetividade. Sua habilidade em compreender as necessidades emocionais individuais, oferecer apoio afetivo e criar um ambiente inclusivo influencia diretamente no bem-estar e na motivação das crianças para aprender.

É fundamental que o professor tenha consciência que a demonstração da afetividade não necessita ter um período específico, ela deve fazer parte da rotina de trabalho.

Algumas ações podem ajudar neste processo, sendo elas:

- Falar de forma madura, sem infantilizar a voz.
- Desenvolver rodas de conversa perguntando sobre o cotidiano deles, criando assim uma conexão e aproximação.
- Sentar-se ao lado da criança, perguntando sobre o que está fazendo, sobretudo quando estão desenhando ou criando com massinha de modelar.
- Contar histórias, pois neste momento é possível ir desenvolvendo uma conversa coletiva estimulando assim a amizade entre todos.
- Realização de atividades lúdicas que divertem, ensinam e contribuem nas relações afetivas e sociais.
- Impor limites sem agressividade.
- Acolher os problemas e críticas.
- Desenvolver uma boa relação com os responsáveis.
- Enaltecer as habilidades das crianças com elogios.

Essas são algumas ações que auxiliarão na prática pedagógica, assim como as demais que julgarem adequadas, sempre visando uma aprendizagem afetiva.

## A COMUNICAÇÃO AFETIVA

Se as emoções estiverem fundamentadas, isso implica uma nova dimensão no comportamento comunicativo. No entanto, pessoas com excelentes habilidades de comunicação precisam de consciência emocional para descobrir coisas novas, como reconhecer e compreender as motivações

dos outros e como analisá-las bem, condições externas que criam as melhores alternativas para os problemas que você enfrentará, todas as atividades interativas que ocorrem durante as atividades de ensino.

A comunicação afetiva desempenha um papel essencial nas relações interpessoais, moldando a qualidade dos laços emocionais entre as pessoas. Diferente de uma comunicação simplesmente funcional, a comunicação afetiva engloba elementos emocionais que vão além das palavras ditas, incluindo expressões faciais, linguagem corporal, empatia e compreensão mútua. Esta forma de comunicação é uma poderosa ferramenta que influencia o vínculo emocional entre indivíduos.

Quando as emoções estão presentes no comportamento de comunicação entre professores e alunos, também é possível ouvir eficazmente as motivações dos outros e reconhecer e aceitar um outro eu no comportamento docente, mesmo que ainda existam diferenças pessoais. De qualquer forma, a comunicação em sala de aula só será emocionalmente eficaz se exigir inteligência para construir as melhores alternativas para lidar com todas as adversidades que possam desqualificar a atividade docente.

A empatia é um elemento essencial na comunicação afetiva. Compreender e compartilhar os sentimentos do próximo cria um ambiente de entendimento mútuo, estimulando a conexão emocional. A habilidade de se colocar no lugar do outro não só valida as emoções expressadas, mas também fortalece os laços, criando confiança e respeito mútuos.

A escuta ativa desempenha um papel vital na comunicação afetiva. Envolve não apenas ouvir as palavras ditas, mas também captar as emoções subjacentes. Ao demonstrar um interesse genuíno no que o outro está comunicando, estabelecemos um espaço com o qual as emoções podem ser compartilhadas de forma autêntica.

Se um professor em sala de aula não consegue se comunicar emocionalmente com os alunos, não conseguirá contribuir para a construção de um sistema educacional de qualidade. Assim apenas a comunicação pode ajudar a que coisas significativas aconteçam na sala de aula, incluindo a consecução de objetivos apropriados para o desenvolvimento cognitivo global posterior dos alunos.

Exercícios de comunicação emocional saudáveis e eficazes também são uma necessidade humana básica. Isso é essencial para atingir todo o seu potencial em todas as atividades diárias. Comunicar qualquer conteúdo ou conhecimento emocionalmente em sala de aula é um comportamento importante na assimilação de novas habilidades pessoais.

Os incontáveis benefícios da comunicação afetiva se estendem por várias áreas da vida. Nas relações pessoais, fortalece os laços familiares e amizades, criando uma base sólida de suporte emocional. No ambiente profissional, aprimora a colaboração, a coesão da equipe e a resolução construtiva de conflitos.

Assim a comunicação afetiva não é somente uma habilidade, mas uma arte que converte palavras em vivências emocionais compartilhadas. Quando incorporamos autenticidade, empatia e escuta ativa na nossa comunicação, não só melhoramos a excelência dos nossos relacionamentos, mas também contribuímos para um mundo mais interligado e compreensivo.

## A INFÂNCIA E A AFETIVIDADE

A infância é um importante momento de reflexão sobre o processo de desenvolvimento humano. Assim, o cuidado a proteção e a supervisão são uma prioridade à medida que as crianças desenvolvem a sua visão do mundo. Nesta fase da educação das crianças o cuidado e a educação têm sido tradicionalmente entendidos como responsabilidade das famílias. Porém, ao longo da história essa percepção mudou assim como os estudos sobre elas.

No início do século XIX a sociedade começa a pensar nas crianças como seres sociais com necessidades individuais e dignos de atenção da família e sociedade. Mesmo diante deste processo e garantia de direitos ainda encontramos graves situações de vulnerabilidade familiar, educativa e emocional.

Nos últimos anos, a pedagogia tem se favorecido das mais recentes descobertas em psicologia, psicanálise, antropologia e outras disciplinas, em especial as que se dedicam aos estudos sobre a infância. Em se tratando do ensino escolar é no centro de educação infantil que as mesmas vão vivenciar suas primeiras experiências sociais, construindo relacionamentos que vão além do familiar.

Quando as crianças ingressam em instituições educacionais, elas encontrarão um novo mundo, cheio de descobertas. É neste momento que os professores desempenham um papel fundamental, visto que cabe a ele introduzi-las neste contexto, sistematizado mediante a uma lógica diferente da que ela estava acostumada.

Assim compete ao professor oportunizar meios educacionais capazes de contribuir com este processo de inserção. É responsabilidade do professor providenciar vivências lúdicas capazes de auxiliar as crianças no processo de construção de suas emoções visando em uma educação integral.

Então podemos dizer que o vínculo professor-aluno é a base da vida escolar. Precisamos ter professores preparados que estabeleçam parceria com os alunos para que a escola cumpra o seu papel de preparar as crianças para a vida no mundo dos adultos, pois nas teorias pedagógicas e no cotidiano da escola a escola também se define como meio que prepara para a vida.

Assim, verifica-se que a interação entre o educador e a criança é essencial para um adequado desenvolvimento emocional e intelectual. Os primeiros educadores de uma criança desempenham, portanto, um papel extremamente importante na vida futura da criança, seja como pessoa ou na vida escolar. Porém, os educadores precisam primeiro fazer o trabalho pessoal de autoconhecimento, em termos de autoestima e autorrealização, tanto pessoal quanto profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o principal meio de comunicação do indivíduo com aqueles que estão fora da família, desta forma podemos compreender quão importante é a afetividade também neste ambiente. A afetividade é um “ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é). Assim, manifesta-se o ato amoroso consigo e com os outros (Luckesi, 1996, p.171).

Os laços afetivos criados nesta fase da infância terão um impacto positivo que serão observados durante toda a vida, seja na tomada de decisões, no relacionamento com outros indivíduos, na facilidade de comunicação e expressão de sentimentos e desejos, no aumento da autoconfiança, respeito, fortalecimento de vínculos afetivos e muitos outros benefícios que foram citados neste artigo.

Vivemos numa sociedade na qual cada vez mais se exige dos cidadãos um pregaro acadêmico para as realidades profissionais, técnicas, familiares e muitas outras preparações para o mundo exterior, mas pouco se pensa em que os cidadãos possam conhecer-se, sentir-se seguros e conscientes no espaço que ocupam na comunidade, ou seja, pouco se pensa na formação de um cidadão integral do ponto de vista social, intelectual e emocional. A eficácia existe na prática pedagógica quando a aprendizagem consiste em alegria, carinho e prazer no que está acontecendo, seja aprendendo ou ensinando, e na educação infantil esses elementos são essenciais no cotidiano escolar e permitem que a criança explore, se expresse com respeito, por suas ideias e opiniões.

Toda criança necessita de relacionamentos afetivos, seja no ambiente familiar ou com as pessoas com quem convive na escola, pois esses vínculos afetivos contribuirão para o seu desenvolvimento e construção de aprendizagem. Os teóricos discutidos neste artigo sugerem que o afeto desempenha um papel fundamental no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesses, nem necessidades, nem motivação; consequentemente, questões ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é condição necessária para a constituição da inteligência, portanto podemos ressaltar que é importante que o professor trabalhe com atenção esse aspecto e esteja sempre atento à reação que o aluno dará em decorrência da convivência e do convívio.

Um ambiente escolar que promove a afetividade não apenas contribui para o sucesso acadêmico, mas também para a formação de indivíduos emocionalmente equilibrados, socialmente competentes e preparados para enfrentar os desafios da vida.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2003.

CHALITA, G. **Educação: A solução está no afeto**. 12. ed. São Paulo: Gente, 2004. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLSE, B. **O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. Capítulo II – Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1991.

# AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS ESCOLAS

## INTERPERSONAL RELATIONSHIPS IN SCHOOLS



### THAIS MARTINS DE OLIVEIRA

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Nove de Julho (2016);  
Pós-Graduada em Alfabetização e Letramento pela Universidade Nove de Julho (2016);  
Professora de Educação Infantil no CEI Vereador Francisco Marcondes de Oliveira, na  
Prefeitura Municipal de São Paulo.

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da comunicação interpessoal nas escolas e esclarecer o valor de se manter um relacionamento afetivo com as crianças, professores e demais funcionários que trabalham neste espaço. Pretende-se esclarecer os prejuízos de um relacionamento agressivo, incompreensivo, desprezível para com as crianças por parte da instituição, e abordar a necessidade de se cultivar um ambiente harmônico a fim de desenvolver desejo de boas interações entre pais, professores, crianças e comunidade. A organização escolar deve funcionar como mediadora do desenvolvimento do ser humano que se desenvolve de forma acelerada na infância e por isso se faz necessário um investimento do tempo, da afetividade e do respeito à criança para que esse objetivo seja alcançado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relacionamento; Interações; Escola; Afetividade.

### ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the importance of interpersonal communication in schools and to clarify the value of maintaining an affectionate relationship with the children, teachers and other

staff who work there. The aim is to clarify the damage caused by aggressive, incomprehensible and contemptuous relationships with children on the part of the institution, and to address the need to cultivate a harmonious environment in order to develop a desire for good interactions between parents, teachers, children and the community. The school organization must act as a mediator for the development of the human being, who develops at an accelerated rate during childhood, which is why it is necessary to invest time, affection and respect for the child in order to achieve this goal.

**KEYWORDS:** Relationship; Interactions; School; Affectivity.

## INTRODUÇÃO

A linguagem é o que intermedeia ações, pensamentos e emoções num processo contínuo junto ao outro, sendo fundamental estabelecer boas relações comunicativas desde o ventre.

A trajetória que uma criança percorre desde que começa a deixar de ser bebê (dependência total), até começar a se transformar em um ser mais independente e autônomo está relacionada tanto às condições biológicas, como aquelas proporcionadas pelo espaço familiar e social (escola), com o qual interage."

É importante esclarecer que o relacionamento interpessoal tem como definição conhecimento das relações internas entre si próprio, ou com seu Eu interior. Nessa categoria podemos falar de autoconhecimento, autorreflexão a fim de estudar os sentimentos e emoções e buscar desenvolver a inteligência emocional tão valiosa no processo da comunicação e do entendimento do outro.

## RELAÇÕES INTERPESSOAIS E COMUNICAÇÃO

As mudanças que vão se reproduzindo no processo de comunicação da criança correm de forma gradual e contínua vão se sucedendo e se superpondo. Tudo o que acontece ao seu redor será importante nesse processo principalmente para o desenvolvimento interpessoal e a visão que ela irá desenvolver sobre o outro.

A creche vai exercer a função da extensão familiar na vida dessa criança. Ao estar inserida neste novo contexto espera-se que ela gradativamente se adeque ao ambiente permitindo se relacionar com colegas e professores. Nem todas que chegam à creche estão na fase verbal, uma boa parte delas se comunicam por meio dos gestos, outras ainda são bebê.

É de extrema importância que seja valorizado o desenvolvimento cognitivo da criança na creche para que não haja exigência além da sua capacidade.

Segundo Del Prette (1999), a linguagem é o que diferencia o homem dos outros animais e sem a linguagem seria para ele impossível demonstrar sua cultura, sua história ou ser o que ele é. Por meio da comunicação são compartilhados modos de vida, pensamentos, atitudes e comportamentos

que podem ser feitos por intermédio de uma linguagem verbal, de acordo com cada pessoa, cultura e classe social.

A criança, mesmo antes de falar, utiliza-se de formas não verbais de comunicação; antes de aprender a falar a sua comunicação se faz por intermédio de seu corpo; no entanto, no momento que há manifestações da fala, essas mensagens corporais são deixadas de lado pelas pessoas que cercam a criança, como se elas não mais existissem. É preciso entender que cada criança tem seu tempo; e o desenvolvimento linguístico tem tudo haver com a subjetividade dela.

Quando os professores procuram entender o tempo e desenvolvimento da criança estará contribuindo para o exercício da construção de sua subjetividade, facilitando a comunicação entre ambas as partes e promovendo segurança para expressar seus desejos e necessidades.

Se não houver esse entendimento haverá oscilação de comportamento que automaticamente terá influência nas relações interpessoais das crianças na creche. Quando houver problema de relacionamento entre as crianças, pode haver desequilíbrio emocional e ruídos na comunicação.

O comportamento não verbal não apenas se ajusta à expressão linguística, como também revela a expressão de intenções e o estado afetivo das pessoas que cuidam das crianças na creche. Ela incide sobre as relações interpessoais, regulando a interação e proporcionando o contraste de atitudes e personalidades individuais.

O ambiente tem tudo haver com o processo de comunicação da criança na creche. Ambientes coloridos, com brinquedos, temperatura, relação sala de aula, ambiente agradável, educador construção de conhecimento.

Segundo White (2008) o ambiente bem refrigerado é um suporte para uma condição precisa nos processos de aprendizagem e a saúde é fundamental para fluir a relação interpessoal entre aprendente, ambiente e conhecimento que discorre neste Projeto de Assessoramento para o desenvolvimento das relações.

Segundo Rappaport (1981) a fluência do conhecimento viabiliza a possibilidade de novas formas de se interagir com o ambiente, condicionando a uma acomodação cada vez mais completa e eficaz e, neste sentido, é compensador para o aprendente, que se sente mais preparado para lidar com situações novas.

Existe uma forte relação entre o ambiente e a comunicação interpessoal, sendo assim o ambiente deve ser preparado para atendê-los, quer seja o meio onde vive ou os ambientes de sala que simulam um universo no qual ele faz suas diversas pesquisas e vivências. O local em que a criança está inserida é fundamental para colaborar com sua formação bem como sua personalidade. Isso vai proporcionar experiências científicas e um bom desempenho da mente e em suas relações.

A competência mais importante para desenvolver o relacionamento interpessoal entre criança e adulto é o autoconhecimento deste cuidador a fim de estar sempre vigiando o que é preciso ajustar para entrar no mundo da linguagem dessa criança. Por meio do autoconhecimento conseguimos estabelecer relacionamentos mais eficazes proporcionando um processo contínuo de aprendizagem.

Esta afirmativa diz respeito aos professores na creche, já que a criança ainda está em formação do Eu, e por isso não tem a capacidade de refletir sobre si mesma, ela se espelha nas outras pessoas principalmente na mãe e educadores.

Segundo Lacan, num primeiro tempo a criança não teria a vivência do seu corpo como sendo uma parte integrada, pelo contrário ela percebe seu corpo como sendo uma dispersão de partes separadas, por falta de coordenação e imaturidade de como ela vem ao mundo. Assim tendo uma vivência de despedaçamento. De início a criança começa a conquistar a totalidade de seu corpo por meio do “espelho”, que representa uma metáfora do vínculo entre mãe e bebê, do olhar da mãe e do bebê, essa metáfora traz uma dimensão imaginária, na qual permitirá uma ilusão de completude da criança. É nesse “espelho” que a criança irá antecipar a totalidade de seu corpo, por meio dessa imagem no espelho.

A criança reage diante dessa imagem como sendo a de outro e depois se dá conta que esse outro é ela própria. A mãe seria o espelho da criança e é ela que contribuirá para a visão desse outro. Então, é lá fora que a criança se descobre. Quando a criança se dá conta que esse outro é ela mesma reagirá com júbilo diante dessa imagem, o ego ideal, porém, é nessa imagem do outro que a criança irá se alienar. É esse outro que irá assumir o lugar da criança, esse é o campo do Imaginário, o campo narcisista.

O segundo tempo do Estágio de Espelho, a criança alienada na imagem do outro, imagem dela mesma e do corpo e do olhar de sua mãe, ela irá se identificar com essa imagem e assim se identificando com o desejo desse outro, o da mãe, ele irá desejar o desejo da mãe, ou seja, irá desejar ser o desejo da mãe.

No terceiro tempo do estágio de espelho, entra em cena o pai com a castração e como portador da Lei, aqui é o momento do advento do Simbólico. Em nosso tempo quando ainda neste estágio, a criança é levada à creche, começa então um processo de adaptação. Adaptação, quer dizer acomodação, ajustamento, ou seja, a aceitação, a submissão a uma determinada situação.

As crianças têm direito de ser criadas e educadas no seio de suas famílias. O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, em seus termos, que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças.

Cabe, portanto, às instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo infantil.

## O RELACIONAMENTO DAS CRIANÇAS NAS CRECHES

Dependendo da idade em que a mãe deixa a criança na creche ela não consegue compreender que a pessoa que ela considera como parte de si vai voltar e é aí gerado um sofrimento que precisa ser compreendido por parte dos professores para que a criança comece a sentir atraída pelo novo ambiente e passe a se comunicar com o mesmo.

A criança vai se inserir em uma instituição educativa, um novo mundo para ela, o desconhecido.

O momento de entrada da criança na creche ou na pré-escola é, geralmente, a sua primeira experiência em termos de separação da família. As propostas educacionais vêm incluindo a inserção gradual da criança, respeitando as suas exigências e a de seus pais, e também permitindo que o cuidador conheça individualmente as novas crianças que ingressam na creche.

A comunicação e o entrosamento entre pais e escola desde que a criança comece a frequentar a creche, devem ser construídos com clareza, transparência e objetividade. As trocas recíprocas e o suporte mútuo devem ser a tônica do relacionamento. Os profissionais da instituição devem partilhar, com os pais, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e informações relevantes sobre as crianças utilizando uma sistemática de comunicações regulares.

Para proteger e garantir os direitos básicos das crianças de 0 a 5 anos de idade, a participação da família é imprescindível. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que a família, com o apoio da comunidade e do governo, deve criar, educar, proteger as crianças e garantir o seu desenvolvimento. Quando se fala em desenvolvimento, se fala da responsabilidade de pais e educadores de promover meios assertivos de desenvolver na criança também a comunicação interpessoal por meio do brincar, do tom de voz em que se fala com a criança, do ambiente atrativo e seguro.

A separação causa sofrimento e inibe as relações, por isso os educadores devem ficar atentos para não confundir sofrimento, trauma, com certo “cansaço” de crescer, de enfrentar as novidades. É bom lembrar que certo nível de frustração às vezes é necessário ao crescimento. Deve-se compreender que as crianças, e em especial, os menores, ainda não se expressam bem verbalmente e, por isso, manifestam seus sentimentos por meio do corpo. É comum, portanto, que além de chorar elas possam adoecer, recusar alimentos, dormir demais, irritar-se etc. Não se trata de um problema de saúde, é apenas a sua maneira de expressar ( se comunicar) o que está sentindo.

Mas afinal, como propiciar a adaptação? O ideal é que a creche ou pré-escola ofereça para as famílias um sistema gradativo de adaptação para cada criança. Assim, se for possível para os pais, a criança, durante os primeiros dias, ficará na creche apenas algumas horas e gradativamente este tempo vai sendo aumentado até chegar àquilo que os pais desejam. A criança precisa saber que seu pai e/ou a sua mãe necessita trabalhar, mas que voltará mais tarde para apanhá-la. A criança, certamente, não aceitará essa explicação e protestará, mas é melhor que saiba a verdade, expresse os seus sentimentos e descubra com tempo que os pais não estão enganando-a, pois voltam todos os dias para buscá-la. O importante é não exagerar no carinho, para não parecer um sentimento falso, respeitando o jeito de ser de cada criança. É interessante que o professor saiba de algumas particularidades da vida da criança, como, de que histórias ela mais gosta, qual é o seu alimento preferido, se tem algum bichinho de estimação etc.

De uma forma gradual, a criança vai se acostumando com o novo ambiente, os novos horários e as diferentes relações de amizade e convivência. Mas o que não podemos deixar de considerar é que a creche precisa ser sempre fonte de prazer.

## RELACIONAMENTO CRIANÇA E EDUCADOR

O homem é além de um ser racional, um ser emocional, com características próprias da espécie humana. O homem é também social por natureza. ““Desde o nascimento já fazemos parte da sociedade e formamos grupos com pessoas das mais diversificadas crenças, origens e personalidades.”” Na creche” a tendência e concepção de educação, sempre foram avessas ao desenvolvimento emocional-afetivo da criança”. Acreditamos que as interações entre educadores e crianças devem aprofundar-se à medida que eles vão desenvolvendo relação de confiança principalmente por meio da comunicação interpessoal em todas as suas formas. O educador assume um papel muito importante neste processo, pois constrói e conduz o fazer pedagógico de maneira que atenda as necessidades do seu público. No fazer docente acreditamos que deve prevalecer a visão humanística, cuja relação educador/criança seja a base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico nas creches e escolas infantis.

A interação educador/criança ultrapassa os limites profissionais pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação interpessoal na creche deve sempre buscar a afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional.

A dimensão do ensino e da aprendizagem nas creches é marcada por um tipo especial de relação, a qual envolve a apropriação do saber. É importante enfatizar essa posição do educador na relação: trata-se de um mediador e não de um detentor do saber. Quando ele se sente o dono do saber exige e agride se as coisas não saem da forma como ele planejou.

Uma definição bastante aceita nos estudos psicológicos é que “agressão é qualquer comportamento com intenção de ferir alguém física ou verbalmente” (WEITEN, 2002, p. 387).

A mídia tem divulgado várias formas de violência praticada contra crianças em creches e escolas, isso porque os educadores que assim procedem não são capacitados para desenvolver uma comunicação interpessoal e automaticamente desenvolver uma relação fluente com suas crianças.

Alguns pesquisadores caracterizam a agressão de três formas: “a agressão instrumental: empregada para obter ou reter um brinquedo ou outro objeto qualquer; a agressão reativa: a retaliação raivosa em função de um ato intencional ou acidental; a agressão ameaçadora: um ataque de agressão espontâneo” (BERGER, 2003, p. 202).

Segundo Lisboa (2006) a criança com menos de 5 anos, nas creches ou em qualquer outro lugar que a afaste de sua mãe, poderá vir a ter problemas na estruturação de sua personalidade principalmente se ela é deslocada para um ambiente agressivo. A privação materna exerce seus efeitos deletérios desde a sala de partos até o final da infância.

Nesse sentido, Piaget (1977) descreve que a criança passa por um momento inicial em sua trajetória de desenvolvimento cuja característica é o egocentrismo, em que se julga no centro do mundo e que todos ao seu redor vivem em função dela. Este autor relaciona o egocentrismo infantil com o comportamento moral da criança:

Faz-se necessário um entendimento desta questão por parte da creche como educadora para que consiga reconhecer as fases da criança e algumas manifestações que ela apresentará em seu

comportamento que dificultará a princípio suas relações interpessoais com os colegas e educadores. A fase do egocentrismo a criança pensa que tudo lhe pertence, e por isso não quer dividir e ainda toma dos outros causando certo desconforto no ambiente. É preciso que a comunicação interpessoal se estenda até os pais para que todos unidos possam trabalhar nesta questão.

O egocentrismo infantil, longe de constituir um comportamento antissocial, segue sempre ao lado do constrangimento adulto. O egocentrismo só é pré-social em relação à cooperação. É preciso distinguir, em todos os domínios, dois tipos de relações sociais: a coação e a cooperação, a primeira implicando um elemento de respeito unilateral, de autoridade, de prestígio; a segunda uma simples troca entre indivíduos iguais. A coação alia-se ao egocentrismo infantil: é por isso que a criança não pode estabelecer um contato verdadeiramente recíproco com o adulto, porque fica fechada no seu eu.

No tocante às regras morais, a criança intencionalmente se submete, mais ou menos por completo, às regras prescritas. Mas estas, permanecendo, de qualquer forma, exteriores à consciência do indivíduo, não transformam verdadeiramente seu comportamento. É por isso que a criança considera a regra como sagrada, embora não a praticando na realidade. (PIAGET, 1997, p. 53).

A agressividade na criança em fase pré-escolar muitas vezes aparece por fatores como desejo ou possessão de um espaço ou brinquedo ou mesmo na busca pela atenção de um adulto. Isso ocorre pelo fato dela apresentar características egocêntricas e ainda não possuir consciência clara das regras sociais impostas pelo ambiente.

Com a entrada na creche de educação infantil, a criança passa a viver em dois microssistemas (família e creche escola), ampliando a quantidade de interlocutores, com novos contingentes e com aumento da diversidade de exigências do meio social que influirá na aquisição e desempenho de habilidades sociais, as quais podem ser explicitadas na capacidade do indivíduo de apresentar êxito nos objetivos de uma situação interpessoal, permitindo a manutenção ou a melhoria de sua relação com os demais.

Porém, esta nova situação pode gerar conflitos para as crianças, que, diante de sentimento de impotência para resolvê-los ou de insegurança quanto à nova situação, podem manifestar-se agressivamente.

Segundo Luizzi (apud CANDREVA et al,2009 ), o clima hostil empregado por educadores, e funcionários da creche, tratando os pequenos de maneira coercitiva como forma de manter a disciplina, raramente é reconhecido por esses atores como explicação para o comportamento agressivo deles. Podemos destacar também que as atividades essencialmente pautadas nos desejos dos adultos e não das crianças e em sua individualidade podem provocar comportamentos que levem à agressão, como forma de resistência a um estado que lhes é incômodo.

Os comportamentos agressivos das crianças devem ser identificados pelos responsáveis na creche e tratados de forma adequada, pois é observado comumente que castigos e ameaças verbais podem ser percebidos pelas crianças não como uma punição, mas como forma de se receber atenção dos pais e professores por seus comportamentos agressivos inadequados. Sendo que, nesses casos, as ações tomadas não são punitivas, mas sim reforçadoras, conforme destacado por Silva (2006).

As crianças que são agressivas com seus colegas são rapidamente rejeitadas, e os colegas

passam a se comportar de maneira desconfiada, aumentando a probabilidade de reações agressivas, o que só é agravado com o manejo comportamental inafetivo dos professores, que pouco encorajam os comportamentos positivos da criança e punem excessivamente os comportamentos tidos como “indesejáveis”, Isto pode ocorrer porque crianças desobedientes e com comportamentos “indesejáveis” desenvolvem relacionamentos pobres com os responsáveis e consequentemente, recebem menos suporte dos mesmos. Toda esta problemática pode ser resolvida na relação interpessoal de forma assertiva. (SILVA e DEL PRETTE, 2003, p. 96).

Podendo até serem agredidas fisicamente algumas crianças que não sabem ainda se defender por meio da comunicação interpessoal verbal com seus professores.

Nos primeiros anos brincar é a principal atividade das crianças. Elas precisam conhecer, tocar, mexer, cantar, dançar, ouvir histórias, para se desenvolverem bem nessa fase de aprendizado acelerado, todas essas são maneiras verbal e não verbal de se comunicar com a criança. É importante se relacionar com adultos e com outras crianças.

O jogo também é uma forma de comunicação, é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentido de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”.

Kishimoto (1994), baseada em Huizinga e outros autores, apresentam pontos em comum que são identificados como elementos que interligam a “grande família dos jogos”: o caráter voluntário e episódico da ação lúdica; o prazer (desprazer); as regras (implícitas ou explícitas); a relevância do processo de brincar; a incerteza dos resultados; a representação da realidade; a imaginação e a contextualização no tempo e no espaço.

Desta forma, o jogo joga com quem se envolve e, em se envolvendo, entrega-se e, em se entregando, manifesta seu íntimo, seu mundo interior, cheio de desejos, fantasias, repressões mal resolvidas, ansiedades, medos. No jogo a criança pode levar suas vontades, pode traduzir em atos / ações o que está guardado. A criança pode imaginar e agir, agir. Imaginar numa prazerosa troca, assim o lúdico permite que haja uma liberdade de expressão, que possa ser espontânea, verdadeira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer artigo foi apresentado que a comunicação interpessoal nas creches só terá êxito se houver interação entre educadores e família, bem como entendimento das necessidades da criança e suas limitações linguística, as várias formas de comunicação e algumas situações que surgiram gradativamente conforme a fase da criança assim como egocentrismo e a competitividade. Um fator a ser considerado é que parte dos conhecimentos aprendidos pela criança durante a infância surge das relações com outros (adultos ou crianças), do que lhe contam e explicam, mas também ouvindo e vendo o que outros dizem e fazem. Por estas interações, aprendem a comunicar, conhecem os significados dos objetos, das expressões faciais dos gestos, dos movimentos e da fala. Desta forma a criança adquire conceitos e apropria-se de conhecimentos.

O adulto deve entender que conversar com uma criança não é perder tempo, mas sim ganhá-

lo para um futuro em que a criança perceberá pela atitude pacífica, firme, educada e esclarecedora que é conversando que a gente se entende.

Concluímos que a comunicação é de suma importância no desenvolvimento do ser humano e o princípio desse desenvolvimento acontece na infância, por isso, cabe a creche procurar meios de proporcionar seja de forma lúdica, ou por meio de gestos ou verbalmente o bem-estar das crianças no que concerne a comunicação sem ruídos para que haja entendimento e promova prazer no ambiente e satisfação pessoal.

## REFERÊNCIAS

**BERGER, K. S. *O Desenvolvimento da Pessoa: da infância à adolescência*.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 2003.

**HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

**KISHIMOTO, T. M. *O jogo e a Educação Infantil*.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

**LISBOA, A.M.J. *A Primeira Infância e as raízes da Violência*.** Brasília: LGE Editora, 2006.

**LUIZZI, L. *Prevenção de comportamentos agressivos entre pré-escolares : uma proposta de capacitação para professores*.** 2006. 127f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2006.

**PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. ***O julgamento moral da criança*.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

\_\_\_\_\_. ***Seis estudos de psicologia*.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

SILVA, A.T.B.; DEL PRETTE, A. **Problemas de comportamento: um panorama da área. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.** ABPMC – Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, São Paulo, v.5, n.2, p. 91-103, jul/dez, 2003.

SILVA, D.R. **Agressividade em crianças: um estudo em contexto educacional pré-escolar.** 2006. 79f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2006.

WEITEN, W. **Introdução à Psicologia: Temas e variações.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

# ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

## LITERACY IN THE EARLY YEARS AND THE TEACHING-LEARNING PROCESS



**TICIANE DE FREITAS MIYAGUI NARBOS**

Graduação em Pedagogia (2013), Universidade Nove de Julho e Pós-graduada: Ludopedagogia (2019), Faculdade Educamais; Professora Educação Infantil e Fundamental I na EMEI Professora Lucília de Andrade Ferreira.

### RESUMO

A concepção da leitura e da escrita observadas com foco na reflexão do letramento e alfabetização, onde se conhece como um tema muito importante atualmente, este tema envolve principalmente os anos iniciais, destacando enfaticamente a priorização da alfabetização das crianças, nesta faixa etária enfatizando compreender há maneira de alfabetizar e letrar de maneira concreta, priorizando a criança como um sujeito ativo. As ideias dos pensadores sobre este processo de ensino aprendizagem, através da alfabetização, valorizam a vivências dos educandos e principalmente as suas práticas rotineiras. O foco no aluno para construção do seu saber, desenvolvendo suas habilidades e capacidades num raio para o processo educativo, focando também atuação, métodos e estratégias para o sucesso da alfabetização de como será ensinado pelo professor. Como um espaço acolhedor, a escola, tem como sua função social, formar o mesmo para vivenciar várias situações. O principal desafio hoje é valorizar o professor englobando todas as áreas para que ele venha ter as oportunidades das vivências na escola e fora dela tendo um olhar crítico na leitura do observar. Somente dessa forma será um sujeito participativo no processo ensino aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização; Letramento; Importância; Ensino aprendizagem.

## ABSTRACT

The conception of reading and writing observed with a focus on the reflection of literacy and literacy, where it is known as a very important theme today, this theme mainly involves the initial years, emphatically highlighting the prioritization of children's literacy, in this age group emphasizing understanding there is a way to literate and literate in a concrete way, prioritizing the child as an active subject. Thinkers' ideas about this teaching-learning process, through literacy, value students' experiences and, above all, their routine practices. The focus is on the student to build their knowledge, developing their skills and abilities in a radius for the educational process, also focusing on action, methods and strategies for the success of literacy as it will be taught by the teacher. As a welcoming space, the school's social function is to train students to experience various situations. The main challenge today is to value the teacher, encompassing all areas, so that he or she has the opportunity to experience things in and out of school, with a critical eye when reading and observing. Only in this way will they be able to participate in the teaching-learning process.

**KEYWORDS:** Literacy; Literacy; Importance; Teaching and learning.

## INTRODUÇÃO

A criança em sua vida educacional tem como herança nos anos iniciais, a alfabetização que perdurará para o resto da sua vida educacional, ou fora dela, sendo assim, deve compreender a sua realidade, vivenciando a de várias situações, pois ela, é o principal sujeito para transformar o mundo no qual está inserida.

Todavia, como já é sabido, nem todas as crianças finalizam o primeiro ciclo do ensino fundamental alfabetizadas. Para Soares (2016), muitas crianças não chegam a alcançar e adquirir o domínio da escrita e da leitura. Encontrar maneiras para compreender esta situação se faz necessário, pois através das coletas de informações, encontraremos as dificuldades dos profissionais da educação em sala de aula (professores), que infelizmente não adquiriram competências necessárias para alfabetizar, já que, são uma ferramenta imprescindível para o processo de ensinar aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental para a alfabetização.

A prática da alfabetização e letramento para a criança, tem total capacidade de possibilitar melhor compreensão do mundo, trazendo transformações práticas e sociais para a sua vida. Como acontecerá esse processo de ensino da alfabetização nos anos iniciais poderá fazer com que essa criança se desenvolva. Para que isso ocorra é necessário que programas para o auxílio no processo da alfabetização do discente ocorram como base para educação.

## DIFÍCULDADES DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

No período em que a criança se encontra na escola, nos anos iniciais, principalmente no primeiro ciclo do ensino fundamental, é maravilhoso ver o processo de alfabetização e suporte riquíssimo que a criança tem para se desenvolver neste processo. Contudo, nem todas as crianças chegam a se desenvolver em um nível que se espera, adquirindo o necessário para poder ler e escrever.

A primeira coisa que podemos observar em uma criança que está sendo alfabetizada, é compreender seus limites neste processo, observando a maneira pela qual ela está aprendendo. O que a criança sabe e o que está aprendendo, e conheço intervir em suas necessidades, pois o nível que ela se encontra não é o mesmo das outras que estão em sala de aula, pois cada criança é única e o seu aprendizado é específico. Há crianças, que aprendem de maneira rápida, todavia, outras não, e até mesmo podem sentir vergonha ou ter receio de falar em público e aproximar-se do professor.

O chegar a ser consciente de certo processo implica sempre uma reconstrução desse conhecimento, em outro nível, e cada reconstrução toma tempo, porque implica um grande esforço cognitivo para superar as perturbações que devem ser compensadas (FERREIRO, 2004 p.15).

Para se identificar em que fase da leitura a criança se encontra, é necessário o aprofundamento do docente, pois em cada fase existe uma maneira diferente de ensinar. Sabendo disso, torna-se fácil para o professor, porque cada criança em sua especificidade é capaz de chegar ao que se espera. Outra questão imprescindível para este ciclo é o aprender a escrita junto a leitura, pois ambas devem ser conquistadas de maneira simultânea. Segundo De Oliveira (2021), a escrita deve ser estimulada desde o primeiro momento, de maneira eficiente e eficaz, e muitas das vezes as escolas não compreendem e priorizam este processo, começando as dificuldades processo aprendizagem da criança. Ao interpretar as ações significativas de cada criança, observando por exemplo, quando a criança passa o dedo por alguma letra que chama sua atenção, podendo ser pelo tamanho ou cor, deve ser atribuído a ele o significado da escrita, trazendo para ela, através dessas situações, a magia da escrita e da leitura.

As práticas sociais para criança são incorporadas com o passar do tempo, e com isso, o professor precisa estar focado em tudo o que a criança faz, não importando se é simples, rápido, organizado ou rabiscado. Tudo tem o seu valor, por tudo será incorporado com o passar do tempo.

Avaliações da alfabetização são um processo atual para avaliar o nível de aprendizagem de cada criança, e isso tem preocupado há muitos professores, pois através delas é observado o nível de aprendizagem de cada discente, dando informações precisas com o fim de conhecer a realidade de cada um, e observar se os procedimentos sistematizados estão dando resultado para essa metodologia de alfabetização. Estes tipos de avaliação acabam permitindo a

construção de um diagnóstico do sistema de ensino, revelando os saberes construídos pelos alunos em diversos momentos de seu percurso escolar. Esse tipo de avaliação é um instrumento que tem como finalidade gerar ações voltadas para a correção de distorções, no ensino que implica ações de apoio técnico e financeiro à escola (MACIEL, 2018, p.75).

É muito importante observar e diagnosticar como está a situação de aprendizagem de cada discente. Pois, somente assim, tendo em mãos os resultados de cada avaliação, pode-se procurar

possíveis alternativas para resolver as dificuldades, quer seja na escrita ou leitura. Com esse retorno específico, sabendo onde exatamente o aluno tem dificuldade, podemos apontar possíveis estratégias e caminhos para a melhoria do ensino e da aprendizagem do mesmo, trazendo a melhor forma para alfabetização, fazendo toda diferença na vida educacional do estudante. Somente desta forma ele terá satisfação ao aprender.

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Para simples compreensão, a alfabetização é a simples capacidade do indivíduo codificar e decodificar as letras que se encontram na sua frente, ampliando o leque para a capacidade da leitura. Não somente isso, mas também a capacidade de produzir conhecimento. Esse processo da aprendizagem linguística através da alfabetização, torna-se espontâneo para ele em todos os sentidos e contextos. Para Dos Santos (2020), o desenvolvimento da alfabetização ocorre sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim são recebidas passivamente pela criança". Assim como assistir desenhos coloridos traz à criança prazer e alegria, da mesma forma, deve ser no ensino da alfabetização, pois de maneira pausada e continuada a formação que ela se insere depende do ambiente onde a ela é apresentada. Para Da Fonseca (2019), a criança é um ser ativo e todo o seu cognitivo está em desenvolvimento. Ao ser alfabetizada, ela comece a compreender melhor as coisas que estão ao seu entorno, de maneira participativa e principalmente crítica, por isso a fase das perguntas surgem para todas as crianças, alfabetização e o ensinar a ler e escrever é um processo que deve ser adequado para este período nas práticas sociais. Ainda segundo Cruz (2008), "Não é a informação, como tal, que cria o conhecimento. O conhecimento é o resultado da construção de um sujeito cognoscente conhecido", é sabido que para a criança realmente aprender ela precisa assimilar as coisas ao seu redor e relacionar com as coisas que lhe são ensinadas, interpretando ambas, unindo as para depois pôr em prática em sua vida social, e com isso quando se fala de alfabetização ela terá capacidade de associar letras e sílabas até chegar à capacidade de escrever, compreender o que se escreveu, e ler sem nenhum problema. Com isso poderá usar essa nova capacidade tanto para a vida pessoal, quanto para a vida profissional, sabendo opinar em qualquer tema desenvolvido em um ambiente.

Para Ferreiro (2017), "as crianças enfrentam este problema não somente quando produzem uma escrita, mas quando procuram interpretar a escrita produzida por outra pessoa", pois para elas, no início da alfabetização não consegue associar as letras com as palavras, e muito menos a algo que ela já conhece como por exemplo um objeto, a criança entende a fazer um esforço cognitivo, e em seguida, começará a compreender os significados das letras, palavras e objetos na medida que o seu desenvolvimento se torne mais significativo neste processo de ler e escrever.

Esta hipótese silábica faz com que as crianças começem a compreender a relação entre a totalidade construída (o nome escrito) e as partes que a constitui (suas letras em uma determinada ordem), além de encaminhá-las para compreender a relação entre as letras e os sons da fala (FERREIRO, 2017, p. 44).

Ao iniciar na aprendizagem da escrita, basicamente a criança no início do processo de alfabetização, sente muitas dificuldades em conseguir interpretar e assimilar as palavras e as letras, pois ao escrever ela acaba não colocando as letras de maneira adequada, ou até mesmo faltando

letras, pois as palavras escritas, foneticamente falando não são as mesmas ouvidas por elas, mas ao longo deste processo ela desenvolverá as condições necessárias para expressar o que sente através da escrita de forma significativa. Segundo Barbosa (2020), a escrita é colocada no papel ou em qualquer outro material através de símbolos, que chamamos de letras, isso são nossos pensamentos visíveis para todos, que fazem parte da alfabetização. É importante também ressaltar que a criança já tem vivência da escrita mesmo antes de ir para o ambiente escolar.

Muito antes de serem capazes de ler, no sentido convencional do termo, as crianças tentam interpretar os diversos textos que encontram a seu redor como, embalagens, comerciais, cartazes de rua, histórias em quadrinhos etc. (BECKER, 2012, p.7).

O autor fala claramente que a criança mesmo antes da alfabetização, com pouco que sabe tenta interpretar tudo ao seu redor, para ele, essa é uma forma particular de entender as coisas, tudo em seu raio de visão, ele tenta compreender com aquilo que sabe. Por essa razão, Prediger (2022) diz que, para que a alfabetização venha ocorrer de forma precisa, é necessário que aconteça na medida em que a criança tem os mecanismos para o acesso. O desenvolvimento da leitura escrita como suas habilidades básicas, interpretando, associando e compreendendo o meio em que vive, e como o autor principal da sua vida deve transformar sua realidade. A prática associada à leitura é relacionada ao letramento. E de acordo com Dantas (2018), “esse conceito diz respeito ao conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades envolvidas no uso da língua em prática sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita”.

Dito isto, a pessoa alfabetizada, realmente conseguira assimilar fielmente o conhecimento do ambiente escolar. Aquela que a pessoa consegue usar todas as ferramentas da escrita e da leitura, aprendidas na escola, em sua vida cotidiana. Esses dois termos são apresentados separados, mas não podem ser usados assim, são inseparáveis e por isso devem ser usados no contexto de vida de cada indivíduo, para que possam ter sucesso tanto na vida escolar, quanto na vida cotidiana.

## AS CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES

Segundo o ministério da educação (MEC), na educação infantil, que são as creches e pré-escolas e nos quatro anos iniciais do ensino fundamental, é permitido professores que tenham somente o ensino médio. Entretanto, o projeto de lei 5.395/09, que tramita no Congresso Nacional, tenta reorganizar essa situação, e deixar que a formação mínima para o nível médio permaneça somente na educação infantil.

A formação de cada docente é um fator imprescindível para que se alcance os objetivos propostos para a educação, principalmente quando se fala em alfabetização. OLIVEIRA (2019) mostra três questionamentos interessantes para nortear a prática profissional dos educadores: “Como?”, “Para Quê?” e “Para Quem?”. Dessa forma, são importantes para uma educação de transformação social e venha exercer um papel importantíssimo. E para que toda aula tenha sucesso, desde a mais simples até a mais complexa, é necessário que os docentes desenvolvam seus planejamentos de aula.

Nesse contexto, é claro que o professor deve estar munido do conhecimento das especificidades das relações fonêmico-grafêmicas da língua que ensina para explicá-las aos alunos, sistematicamente, possuindo não apenas o conhecimento, mas também o metaconhecimento desse sistema, o que o habilita a auxiliar os que menos experiência têm no sistema (SOARES, 2019, p. 6).

Ensinar não é simplesmente corrigir o que o aluno fez de errado, mas sim, rever as coisas que tem ensinado para os alunos. A cada dia reconstrói a sua forma de ensinar. Os caminhos que os alunos percorrem muitas vezes estão cheios de oportunidades para ensinar e ao rever todas as situações, retomar o ensino não mais como um ditador, simplesmente mandando os alunos copiarem o que se está escrito, ou cobrirem os tracinhos em cada caderno. Por isso,

A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante (FREIRE, 2018, p.23).

Outro ponto muito importante em relação à educação da criança para alfabetização e seu desenvolvimento completo, é a participação da família neste processo tão importante. Os conhecimentos advindos da família, são a base para todos os outros, e para que tudo ocorra de maneira prazerosa, os pais precisam fazer esse papel que tem suma importância na formação da criança, pois são a base para ela.

Segundo Freire (2021, p. 119) diz que:

É indispensável que os pais tomem parte das discussões com os filhos em torno desse amanhã. Não podem nem devem omitir-se, mas precisam saber e assumir que o futuro é de seus filhos e não seu.

É visto que a família e os pais são e devem ser o principal ponto de partida para os seus filhos, devendo participar ativamente de toda a sua vida escolar, encaminhando-os de maneira positiva para que possam descobrir o mundo da aprendizagem e as situações da vida cotidiana ao longo de toda a sua trajetória. Nas famílias, grandes dificuldades aparecem e acabam influenciando na alfabetização dos pequenos. O modelo de família hoje, não é ter pai e mãe morando juntos, muitos vivem só com a mãe, ou só com pai, ou com nenhum dos dois, por bondade da vida moram com os avós ou tios, quando não tem essas possibilidades, infelizmente viverão em casas disponibilizadas pelo poder público. Quando vivem com suas famílias acabam vivenciando situações de violência entre os seus pais. Tudo isso acaba atrapalhando o desenvolvimento no aprendizado e na alfabetização. Para Bourdieu (2023), há também a falta de exemplo na família na vida acadêmica, onde o pai e a mãe não têm nível de escolaridade suficiente para influenciar e ensinar a criança. Para que ela tenha confiança em tudo que faz, é necessário que ela tenha em seu lar, um ambiente equilibrado, de amor e respeito, onde a família é a base de tudo, pois se assim não for, acarretará um comportamento desequilibrado, desrespeitoso, e não conseguirá se adaptar o ambiente escolar, pois não tem limites. Com tudo isso. De acordo com Carnaval (2020), os professores em sala de aula buscam auxílio na família e no corpo pedagógico da escola, apresentando palestras e eventos com simples foco de melhorar as questões já citadas através de reuniões com os pais e reuniões pedagógicas.

Quando se fala de ensinar em sala de aula, os professores têm acesso a vários materiais pedagógicos como: jogos educativos, EVA, cartolina, livros, mapas etc. Podendo trabalhar de maneiras diversas, escritas ou orais, de maneira individual ou no coletivo, com ênfase nos jogos e

nas brincadeiras promovendo para o educando uma alfabetização expressiva.

Nesse sentido é importante que o professor, consciente de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, conceba a alfabetização e o letramento como fenômenos completos e perceba que são múltiplas as possibilidades de uso da leitura e da escrita na sociedade (MACIEL, 2018, p. 25).

A criança precisa ter um leque muito grande de possibilidades que favoreçam o seu aprendizado no mundo da leitura e da escrita, de maneira expressiva, envolvendo todas as oportunidades possíveis e contextualizadas. Desta forma as práticas em sala de aula serão orientadas de modo a se promover uma alfabetização e no letramento, onde proporcionará a construção de habilidades para o exercício concreto, e todas as competências ajudarão para uma tecnologia da escrita ajudando para uma comunicação em nossa sociedade.

## A FUNÇÃO DA ESCOLA

A escola está disposta a receber toda e qualquer criança, não importando o meio social em que ela vive. Existem escolas públicas e privadas, o que diferencia uma da outra para o Ministério da Educação (MEC) é a mensalidade. Todavia, a grande maioria das escolas do país, são escolas públicas, onde a maioria dos alunos não tem suporte econômico suficiente de suas famílias. Segundo Do Amaral (2021), muitos vivem na periferia, onde seus pais infelizmente não finalizaram o ensino fundamental, e trabalham para sustentar a casa. Na falta do trabalho vivem através de benefícios dados pelo governo. Não tiveram a base educacional suficiente e acabam deixando essa herança para os seus filhos.

Essas características citadas, trazidas do ambiente familiar, acabam refletindo na escola, como a violência doméstica, uso de drogas e do álcool que acabam desestruturando a família. Tudo isso é visto dentro da escola causado pelas próprias crianças, pois elas são vítimas do meio em que vivem. De acordo com Visentini (2019), a mudança do comportamento de casa para a escola é visível, pois quando o pai é questionado que seu filho está dando muito trabalho, o mesmo diz que, em casa ele não é assim, entretanto, ele é o espelho do seio da família. A escola tem o dever de intervir quando necessário, se percebido todas essas situações. A criança tem direito a um ambiente escolar saudável e um ambiente familiar que a acolha.

A ideia básica é de que toda criança tem direito a uma escola que ensine de fato. Isto é, todo aluno, independentemente de suas condições econômicas e sociais, em qualquer lugar do país, tem direito a uma educação de qualidade (CARNEIRO, 2022, p.15).

Toda criança, não importando a classe social que tenha, seu local de origem, sua cor, sua crença religiosa, raça ou até mesmo escolha sexual, tem direito exclusivo há uma educação de qualidade que prioriza a construção de um conhecimento para sua formação integral.

É no ambiente escolar que o papel da alfabetização deve ser trabalhado com maior afinco, é nesse espaço que o aluno tem mais possibilidades para ampliar suas habilidades de leitura e de escrita, sendo ali, que ele constrói o significado para esta habilidade. Para que isso venha ocorrer é necessário que ele se sinta bem e me sinto a trazer o que está aprendendo.

Moura (2023), diz que, no ambiente escolar, todos os conteúdos necessários para o

desenvolvimento integral do educando, devem ser oferecidos em sua totalidade, isso deve ser garantido para que consiga internalizar as informações necessárias para uma transformação em sociedade.

A educação hoje, vê que a escola tem a principal capacidade de formar cidadãos que sejam críticos, que podem ajudar na aquisição de conhecimento, pois os mesmos, podem desenvolver caráter e valores. Pois uma sociedade melhor, só pode ser desenvolvida através de cada indivíduo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola é lugar aberto para todos que desejam aprender, não importando a sua idade, ela tem o fim especificamente educativa intervindo de forma efetiva para o desenvolvimento integral do educando, com a educação satisfatório e prazerosa, trazendo para ele, questões culturais e sociais, não excluindo e construindo harmonia para as nossas futuras sociedades.

É possível ver, através de tudo apresentado, que a alfabetização acontece de maneira crescente nos anos iniciais dentro do ambiente da escola, e tudo isso vai tomando forma quando as situações reais da vida do discente vão surgindo, e quando percebido o quanto ele está melhorando. O processo educativo faz parte de um processo continuado e está sempre em constante transformação, e através dela, o indivíduo acaba transformando a si próprio e o seu ambiente de vida. Para Marinho (2021), o que se quer ensinar está relacionado ao que se necessita aprender, são essas questões que vão projetar novos caminhos para o ensino. O professor tem toda essa responsabilidade para perceber o que o aluno precisa e o que ele já sabe, não esquecendo que tudo o que for desenvolvido em sala de aula é para incluir a todos sem exceção. Atuação deve ser um suporte para a construção de conhecimento de maneira igualitária e protetora.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. Editora Perspectiva SA, 2020.

BECKER, Jocinéia Lopes. **A influência das TIC na alfabetização**. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Editora Vozes, 2023.

CARNAVAL, Geórgia Stéphanie Kieltika et al. **Coordenação pedagógica: trabalho de articulação e encaminhamentos pedagógicos desenvolvidos em escolas municipais de Cascavel/PR.** 2020.

CRUZ, Marlon Messias Satana. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura), 166p. Revista Entre ideias: educação, cultura e sociedade, n. 13, 2008.

DA FONSECA, Vitor. **Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino aprendizagem: Abordagem psicopedagógica à luz de Vygotsky.** Editora Vozes Limitada, 2019.

DANTAS, Sabrina Karoline Farias. **Práticas sociais de leitura e escrita na pré-escola.** 2018.

DE OLIVEIRA, Jocirley; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **leitura e escrita em crianças com autismo: o trabalho psicopedagógico a partir do método fônico na clínica escola mundo autista.** Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 29, 2021.

DO AMARAL, Mônica GT. **O que o rap diz e a escola contradiz: um estudo sobre a arte de rua e a formação da juventude na periferia de São Paulo.** Alameda Casa Editorial, 2021.

DOS SANTOS LINHARES, Mayara et al. **Alfabetizar Letrando: Uma Análise Histórico-Pedagógica De Apropriação Da Linguagem Escrita No Contexto Escolar.** Revista Mediação (ISSN 1980-556X), v. 15, n. 2, p. 123-139, 2020.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo/** Emilia Ferreiro: (tradução Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento paro). – 15. Ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo.** Cortez Editora, 2017.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida.** Editora Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** (Edição especial). Paz e Terra, 2021.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Autêntica, 2018.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Autêntica, 2018.

MARINHO, Marcia de Lima; DA COSTA NEGRÃO, FELIPE. **O Desenvolvimento Das Capacidades Intelectuais Na Resolução De Problemas Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental.** Revista Itacaiúnas, v. 1, n. 1, p. 16-28, 2021.

Ministério da Educação. **Seja um professor.** <http://sejaumprofessor.mec.gov.br>. Acesso 11 jan. 2024.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: Formação, Prática Pedagógica e Profissionalidade Docente.** Editora Appris, 2023.

OLIVEIRA, Ana Carolina Dias de. **Alfabetização Científica e Tecnológica na formação inicial de professores de química.** 2019.]

PREDIGER, Charline; FREY, Kurlan; Rafaelli, Alexandra Franchini. **A contribuição da literatura infantil no processo de alfabetização e letramento.** Revista Saberes e Sabores Educacionais, v. 9, p. 35-50, 2022.

Soares, Ismânia Maria Moreira. **A importância da alfabetização nos anos iniciais.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2019.

VISENTINI, Íngrid Schmidt. **Construindo o gênero na escola: Ações visíveis e invisíveis.** RELA-Cult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 5, 2019.

# EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ADAPTADA COM FOCO NA INCLUSÃO

## ADAPTED SCHOOL PHYSICAL EDUCATION WITH A FOCUS ON INCLUSION



### WILTON CESAR FARIAS

Graduação em Pedagogia pela faculdade SUMARE (2011); Especialista em MBA Gestão Empreendedora pela Universidade Federal Fluminense (2015); Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - na EMEI Prof. Lucília de Andrade Ferreira, Professor de Educação Básica II - Educação Física - na EE Ignês Correa Allem.

### RESUMO

A educação literária e a vivência histórica de forma geral trazem uma grande bagagem de pensamento discriminatório, pois de certa forma é muito mais fácil observar as deficiências do que as capacidades e habilidades de uma pessoa. Ao se tornar professor é exigido do mesmo uma grande preparação técnica, científica e também, qualidades pessoais. Devem conseguir desenvolver suas aulas de forma eficiente e eficácia. Não devem somente ser capazes de ensinar somente a teoria mas também a prática. No atual característica de educação inclusiva, a Educação Física é uma matéria muito importante para o currículo do aluno, sendo que a mesma se faz necessária para o desenvolvimento base do educando de forma integrada com as demais disciplinas. Trazer o sorriso no rosto de uma criança e sua confiança, nas aulas inclusivas de Educação Física, deve ser um dos focos principais, pois devido a sua condição médica acabam se retraiendo e por isso o esporte e a atividade física são espaços de diversidade e respeito, podendo ser adaptados para os que por algum motivo tem deficiências. Estratégias para transformar as aulas e a forma de ensinar parece ser um grande desafio, mesmo para a Educação Física, que é um excelente espaço de formação, desenvolvimento pessoal e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física Adaptativa; Estratégias Inclusivas; Práticas Inclusivas; Inclusão.

## ABSTRACT

Literary education and historical experience in general bring with them a great deal of discriminatory thinking, because in a way it is much easier to observe a person's deficiencies than their abilities and skills. Becoming a teacher requires a great deal of technical and scientific preparation, as well as personal qualities. They must be able to develop their lessons efficiently and effectively. They must not only be able to teach theory, but also practice. In today's inclusive education, Physical Education is a very important subject for the student's curriculum, and it is necessary for the basic development of the student in an integrated way with the other subjects. Bringing a smile to a child's face and their confidence in inclusive PE lessons should be one of the main focuses, because due to their medical condition they end up withdrawing and that's why sport and physical activity are spaces for diversity and respect, and can be adapted for those who for some reason have disabilities. Strategies to transform classes and the way of teaching seem to be a major challenge, even for Physical Education, which is an excellent space for training, personal and social development.

**KEYWORDS:** Adaptive Physical Education; Inclusive Strategies; Inclusive Practices; Inclusion.

## INTRODUÇÃO

As estruturas sociais têm, desde o seu início, incapacitado pessoas com deficiência, marginalizadas e negadas a sua liberdade. Essas pessoas têm sido desrespeitadas, descuidadas, desprivilegiadas e têm sido alvo de atitudes preconceituosas e ações brutais. A literatura clássica e a história humana refletem esse pensamento discriminatório, pois é mais fácil focar nas deficiências e na aparência dessas pessoas do que em seu potencial e habilidades.

Nos últimos anos, ações isoladas de educadores e de pais têm promovido e implementado a inclusão, nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento. (BRITO, 2021, p.3).

Ser professor exige mais do que preparação técnica e científica, mas também qualidades pessoais, e é na conjugação destas duas que se define um professor. Os professores devem ter uma compreensão sólida do tópico de ensino, comunicá-lo e criar situações em que os alunos possam usá-lo de forma eficaz. Mas eles não devem apenas ser capazes de teorizar sua prática, mas também devem ser professores completos trabalhando-nos mais diversos contextos de ação educativa. De certa forma, por meio de uma ampla gama de habilidades, os professores ganham flexibilidade e abertura para circunstâncias imprevistas.

Ser professor não é apenas preparação técnica e científica, são necessárias qualidades pessoais e é na conjugação destes dois aspectos que se define um professor. Os docentes devem ter uma compreensão sólida do tópico de ensino, comunicá-lo e criar situações em que os alunos possam usá-lo de forma eficaz. Mas eles não devem apenas ser capazes de teorizar sua prática, mas também devem ser completos trabalhando nas mais diversos contextos de ação educativa.

De certa forma, por meio de uma ampla gama de habilidades, os professores ganham flexibilidade e abertura para circunstâncias imprevistas.

Quando um homem comprehende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias. (FREIRE, 2018, p.15).

Ao examinar os métodos implementados para integrar alunos com deficiência nas aulas de Educação Física nas escolas, podemos descobrir tanto os obstáculos quanto os remédios que surgem durante esse processo. Essa constatação – inspirada na epígrafe acima – reforça a importância de compreender o nosso entorno antes de sugerir alterações. Nossos esforços também podem gerar novas ideias, como Paulo Freire recomenda, que podem ajudar a revolucionar um sistema educacional que há muito é atormentado pela discriminação, descompromisso e isolamento, gerando assim um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e favorável. Pensar em como tornar a Educação Física inclusiva é uma tarefa complicada. Requer consideração de múltiplos fatores e indivíduos, particularmente aqueles que foram historicamente afastados das classes. Um grupo de alunos que representa um desafio significativo para muitos professores a esse respeito são os alunos com deficiência.

Para De Miranda (2021), garantido pela Lei Brasileira de Inclusão em seu capítulo IV, artigo 28, inciso V, o direito à educação do aluno com deficiência deve ser incorporado ao planejamento e desenvolvimento das aulas nas escolas. Isso envolve a adoção de medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social e melhorem o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado nas instituições de ensino.

## PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Ao analisar pressupostos constitucionais e históricos que afetam diretamente o tema da dignidade humana. Os princípios da Carta Magna deveriam permear o ordenamento jurídico e ser interpretado em termos doutrinários, assim o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana é algo que cada autor opta por compreender à sua maneira, priorizando os aspectos que considera mais importante explorando a relação entre manutenção e valores humanos com mais profundidade.

Em 1945, após a devastadora Segunda Guerra Mundial, uma profunda ansiedade se instalou nas nações aliadas sobre a direção da humanidade. Esta guerra foi a mais mortífera de toda a história. Com o triunfo dos Aliados e a recente validade da Carta das Nações, a Organização das Nações Unidas lançou suas operações com uma proposta inicial de prevenir futuros conflitos e promover a cooperação mundial para reconstruir a sociedade dos destroços do conflito e da convulsão política, social e econômica. Uma ocasião importante ocorreu após a Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, onde foi declarada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Artigo 1 desta declaração ratifica a noção de igualdade em dignidade e direitos entre todas as pessoas.

Amaral (2019), afirma que a sociedade internacional que surgiu após a guerra estava dividida, mas o advento desse cenário estimulou a discussão de questões globais que afetam todos os habitantes do planeta. Portanto, este momento é um marco na luta contínua pelos direitos humanos

e pela dignidade em escala global.

## TIPOS DE DEFICIÊNCIA

A inclusão escolar tem sido discutida com mais vigor no Brasil desde a década de 1990, em consonância com diversos movimentos mundiais. Documentos publicados nesse cenário mundial trouxeram muitos embasamentos como, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), favorecem a discussão e formulação de textos legais sobre inclusão escolar e educação especial em nível nacional. Na última década do século XX e na primeira década do século XXI, quando várias políticas foram criadas no Brasil para melhorar a educação de alguns alunos com deficiência, como a Política Nacional de Educação Especial (1994), as Diretrizes e Fundamentos Nacionais da Lei da Educação (1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Ensino Básico (2001), o programa de implementação de salas multifuncionais de materiais pedagógicos (2007) e a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008).

Trazendo uma visão constitucional falando que o direito à educação é para todos. Nesse movimento, para minimizar a exclusão de alunos com as mais diversas dificuldades de aprendizagem, deficiências, diversidade cultural e racial, fatores que tem gerado exclusão, marginalização e preconceitos nos processos de ensino e aprendizagem na escola. Especificamente nas aulas de Educação Física em uma escola especial. Para Fontana (2019), o processo de escolarização de sujeitos que tenham limitações físicas, sensoriais, diferenças no desenvolvimento e comunicação, exigem uma ressignificação das práticas pedagógicas, da compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, da organização curricular, bem como da cultura escolar.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas dos alunos em consonância com as políticas de educação inclusiva podem contar com as ferramentas pedagógicas e a inclusão como estratégias para organizar propostas de programas de aprendizagem para os alunos com necessidades educacionais especiais, que devem ter um plano educacional individual. Eles podem ser preparados, se necessário, apoiando a educação especial no início da carreira na Escola e atualizando à medida que se desenvolvem e aprendem. O plano é o ponto central da vida escolar, orientando o comportamento pedagógico do corpo docente e as atividades escolares dos alunos. (FERREIRA, 2020, p.2).

Salientam-se os princípios desta convenção, os seguintes pressupostos: respeito pela dignidade intrínseca, autonomia individual, incluindo liberdade de autodeterminação e independência; Não discriminação; participação e inclusão plena e efetiva na sociedade Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade Igualdade de oportunidade; Acessibilidade; igualdade entre homens e mulheres; Respeitar o desenvolvimento das aptidões das crianças com deficiência e o direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

## O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 208, estabelece como preceito constitucional a

necessidade urgente da educação inclusiva, preconizando o atendimento às pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Como resultado desse processo, a antiga concepção de educação especial (em substituição à escola comum) deu lugar à atual concepção da atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que completa 10 anos em 2018. Ser transversal modalidade em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, ou seja, deixar de substituir a escola. Seu papel mudou, fundamentalmente, para fornecer recursos, serviços e estratégias de acessibilidade para promover a educação inclusiva.

A educação especial não pode substituir a educação escolar; estabelece a complementariedade e complementaridade da formação do aluno, e determina a população-alvo da educação especial, que é composta por alunos com deficiência, com deficiência geral do desenvolvimento e com altas habilidades/superlotação. Ao desenvolver esta política, o princípio da escola de que cada educando tem a oportunidade de aprender de acordo com seus talentos e habilidades foram seguidas. Desta forma, a educação especial volta-se agora para a tarefa de complementar a formação do público-alvo, ensinando conteúdos e utilizando recursos que lhes proporcionem acesso, permanência e participação no currículo regular (FRANCO, 2020, p.5).

O plano deve ser elaborado individualmente para cada aluno e desenvolvido a partir da escolha do professor dos recursos, equipamentos e suportes mais adequados, a fim de remover as barreiras que impedem o acesso dos alunos aos conteúdos ministrados nas salas de aula da escola regular, para garantir sua participação nos processos escolares e na vida social de acordo com suas habilidades. O serviço possui características específicas para a educação especial e não pretende substituir a educação geral ou mesmo fazer ajustes curriculares, avaliações de desempenho etc.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA**

A esfera da Educação Física assistiu ao surgimento da Educação Física Adaptada nos cursos de graduação após a introdução oficial da Resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação. Esta resolução enfoca as obrigações dos professores de Educação Física para com as pessoas com necessidades especiais e pessoas com deficiência. Uma observação significativa nossa é que a grande maioria dos professores de Educação Física que atualmente trabalham nas escolas, carece de conhecimento formal em relação à Educação Física Adaptada ou ao treinamento físico inclusivo devido ao conteúdo e disciplinas inadequadas oferecidas em sua formação (DIAS, 2020).

No atual modelo de educação inclusiva, a Educação Física escolar é posicionada como parte integrante do currículo, e essas aulas são incorporadas como parte integrante da formação profissional. Esta área da Educação Física é uma parte muito importante do curso de Licenciatura em Educação Física e permite-lhe praticar desporto e exercício de uma forma abrangente e acessível a todos. Isso é possível tanto em escolas quanto em eventos comunitários em todo o mundo. Este tipo de formação está aberto a todos os alunos com necessidades especiais e deficiências. A proposta consiste, portanto, justamente em adequar as regras do esporte para que todos possam praticá-las.

Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiências, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, da promoção,

da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (GONÇALVES, 2020, p.7).

Esse é o objetivo da inclusão social, mas é muito mais do que isso: resgatar a autoestima e a confiança dos alunos que se sentem inseguros por causa de sua condição médica. Assim, o esporte e a atividade física são espaços de diversidade e respeito, e todos os esportes ensinados na Educação Física tradicional podem ser adaptados a determinadas limitações físicas. Um exemplo disso é o vôlei sentado ou mesmo o futsal para cegos no ambiente escolar, porém, isso não deve se limitar ao esporte em si. É necessário fazer atividades que sugiram a participação do grupo.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDENDO AS NECESSIDADES**

Para Alves (2019), as pessoas com deficiência são diferentes e desiguais, e os estereótipos de deficiência enfatizam cadeirantes e alguns outros grupos clássicos, como cegos e surdos. Seja um recém-nascido com uma paralisia cerebral, um soldado que perdeu a capacidade de andar devido um acidente em uma mina terrestre, uma mulher de meia-idade com artrite grave ou um idoso com demência, a deficiência afeta a todos.

### **DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

A audição humana é realizada pelo ouvido, que é dividido em três partes: ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno. O processo auditivo começa quando o ouvido externo capta as ondas sonoras; esses sons são transmitidos pelo canal auditivo até o tímpano, que movimenta três pequenos ossos: o martelo, a bigorna e o estribo.

Essas vibrações atingem o ouvido interno, fazendo com que o fluido na cóclea se move; assim, os sinais elétricos são enviados ao cérebro através do final do nervo auditivo. Nesse sentido, a deficiência auditiva é caracterizada por uma perda de função no processo auditivo ou uma degeneração da forma como o sistema nervoso central capta as informações.

MACIEL, 2020. De acordo com o Decreto-Lei 5.296/04, a deficiência auditiva é definida como a perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis ou mais, medida por radiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz. A audição é parcialmente afetada quando a audição está funcionando normalmente, mas pode ser prejudicada quando métodos que auxiliam na percepção do som, como aparelhos auditivos, estão disponíveis. A perda auditiva completa é caracterizada pela perda da função na vida cotidiana, razão pela qual os aparelhos auditivos ou implantes não restauram a audição.

## DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Surgindo de uma situação clínica complexa que se caracteriza por baixa função cerebral ou cérebro subdesenvolvido. Silva (2019), a deficiência intelectual é definida como uma capacidade reduzida de compreender novas informações e aprender e aplicar novas habilidades. Está fortemente associada a alterações no processo de desenvolvimento de funções cognitivas envolvendo linguagem, habilidades motoras e habilidades sociais. O Decreto-Lei 5.296/04 prescreve e refere-se ao funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, manifestado antes dos 18 anos de idade, e às limitações associadas a duas ou mais áreas da capacidade adaptativa, tais como: comunicação; cuidados pessoais; habilidades sociais; utilização de recursos comunitários, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

## DEFICIÊNCIA FÍSICA

As deficiências físicas são caracterizadas por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas que afetam as diferentes condições motoras das pessoas e prejudicam a mobilidade, a coordenação motora geral e a fala. O ordenamento jurídico brasileiro define deficiência física como uma alteração completa ou parcial de uma ou mais partes do corpo humano, resultando no comprometimento das funções corporais, manifestada como, paraplegia, hemiplegia, monoplegia, quadriplégica, tetraparesia, triplegia, hemiplegia, amputação ou perda de membros, paralisia cerebral, nanismo, deformidades congênitas ou adquiridas de membros, exceto deformidades estéticas e deformidades que não resultem em dificuldades nas funções executivas. Esse tipo de deficiência subdivide-se em deficiências físicas congênitas, que estão presentes ao nascimento e podem ser detectadas antes do nascimento devido a alterações genéticas, ou deficiências físicas adquiridas (MATURANA, 2019, p.4).

## DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Dantas (2019), deficiências múltiplas são mencionadas quase ocasionalmente em obras textuais, mas não há uma definição uniforme. Entretanto, nos termos do Decreto-Lei 5.296/04, entende-se como: a presença simultânea de duas ou mais deficiências maiores - auditiva, física, intelectual e visual.

## DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual é caracterizada pela perda ou redução das funções essenciais do olho e do sistema visual. A Organização Mundial da Saúde divide a deficiência visual em seis níveis de acordo com a acuidade visual de uma pessoa. A perda parcial da visão é chamada de visão subnormal e pode ser leve, moderada ou grave, enquanto a perda total da visão, ou cegueira, é dividida em cegueira

profunda, cegueira quase total e cegueira total. Da mesma forma, o ordenamento jurídico brasileiro (Brasil, 2004) classifica a deficiência visual como cegueira, definida como visão igual ou inferior a 0,05 no melhor olho com correção óptica ideal; e baixa visão, significando visão no melhor olho em 0,3 Entre 0,05 e melhor correção óptica; quando a soma das medições do campo visual binocular é igual ou inferior a 60°; ou quando qualquer um dos itens acima ocorre simultaneamente. Esse tipo de deficiência também é classificado como congênito ou adquirido. Quando uma pessoa nasce sem visão residual, ou a perde até os três anos, ela é congênita; quando a cegueira ou baixa visão ocorre após essa idade, ela é adquirida, pois a partir daí a pessoa começa a documentar imagens e a criar conceitos (SILVA, 2021).

## ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Tudo tem início com o planejamento da aula, e incorporar um aluno com suas limitações não é uma tarefa simples. É necessário pensar de forma distinta do convencional e se opor às práticas de ensino mecanizadas. Essa transformação representa um grande desafio, mesmo para a Educação Física, que é eminentemente um espaço de formação e desenvolvimento pessoal e social. De acordo com Scarpato (2020), “o ideal, neste ponto, é que as atividades educacionais respeitem as individualidades das crianças com deficiência, estabelecendo novas ações metodológicas curriculares”. Dessa maneira, faz sentido falar sobre uma Educação Física intercultural, que considera as mudanças do mapa cultural na construção de um novo currículo e que responde às novas questões da cidadania.

O esporte é um fenômeno humano que pode ser utilizado como um instrumento pedagógico que proporcione a inclusão e aprendizados ímpares acerca das relações sociais. A Educação Física deve trabalhar o esporte dentro de duas perspectivas: esporte de rendimento e como conteúdo da Educação Física, entretanto, ressalta-se que o esporte como conteúdo educacional possibilita maiores vivências de socialização e inclusão (CABRAL, 2019, p.4).

A prática esportiva como um elemento educacional permite adaptações nas regras para adequar-se aos alunos e ambientes, proporcionando a experiência da competição com o objetivo de ensinar os alunos a lidar com vitórias e derrotas, enfatizando o processo em vez do resultado e visando a aprendizagem. O esporte é um direito de todos, assegurado por lei, que não deve ficar apenas no papel.

Refletir sobre a implementação de uma educação inclusiva envolve, necessariamente, compreender os opostos que envolvem a relação dialética do que consideramos como excludente e inclusivo. “Mulinari (2022), diz que a exclusão é processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela; não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros”. Assim, a combinação exclusão/inclusão não deve ser considerada de forma separada ou como categorias independentes, mas como um par conceitual inseparável através do qual a própria relação dialética deve ser compreendida. Se o indivíduo não é integrado ao ambiente em que se encontra, especialmente no contexto escolar, tanto pelos colegas quanto pelos professores durante as aulas, ele está sendo marginalizado nesse mesmo espaço onde,

induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. Decorrendo de um estado estrutural ou coletivo conjuntural da organização social, ela inaugura um tipo específico de relação social. (JODELET, 2001, p.5).

## EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA E O AUTISMO

O TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) é uma condição social e cognitiva caracterizada por déficits persistentes na comunicação, comportamento e interação social. Fatores sociodemográficos e estruturais da família estão frequentemente ligados à participação de crianças com deficiência em atividades físicas e esportivas, sendo notáveis as crenças, atitudes e percepções dos pais em relação à prática de exercícios físicos.

Observa-se como deficiências em áreas importantes do funcionamento (pessoal, familiar, social, ocupacional, educacional, entre outras), que devem ser suficientemente significativas para ter impacto em todos os contextos pessoais e sociais. A patologia é crônica e intrincada em seu desenvolvimento, afetando cerca de 1,5% das crianças em idade escolar. Ele tende a se manifestar na primeira infância e continuar na vida da pessoa (SCHLIEMANN, 2020, p.6).

Nesse contexto, o uso de atividades físicas e práticas esportivas têm despertado cada vez mais interesse tanto no meio acadêmico quanto no clínico devido aos possíveis efeitos benéficos que oferecem aos sintomas do TEA. Pais de crianças com deficiência costumam enxergar grande valor na atividade física e reconhecem tanto os benefícios psicológicos quanto aqueles relacionados à saúde e interação social.

As relações sociais e emocionais, desde as relações de cuidados primários com as famílias até as interações em ambientes maiores, como escolas, estão associadas ao desenvolvimento das funções mentais em crianças com TEA. Assim, colocar alunos com TEA em escolas regulares permite que eles interajam socialmente, estimulando seu desenvolvimento intelectual e funcionamento executivo. O papel da educação é tornar o indivíduo com TEA o mais autônomo possível, permitindo que ele vivesse como todo mundo. O corpo da criança autista move-se por uma eternidade, sem parar, sem descanso, em um espaço sem limites, nenhum lugar onde ele possa se guiar, navegar no vazio do objeto inerte. Para uma criança autista, o corpo pode ser um objeto de angústia e de pânico, sobretudo se ele não é bem estimulado e compreendido. Por isso, é necessário que ele se torne um polo de segurança e estabilidade (DIAS, 2020).

O propósito de uma escola inclusiva é que a escola tenha a capacidade de desenvolver processos e estratégias de ensino e aprendizagem capazes de proporcionar aos alunos com deficiência condições de desenvolvimento acadêmico condizentes com suas capacidades, no que se estabelece, justamente, em termos de acesso às oportunidades para o mercado de trabalho e na vida.

Para Nunes (2019), o sistema educacional deve promover mudanças na acessibilidade curricular, estratégias pedagógicas desenvolvidas em colaboração com professores de educação

especial, adequações físicas e organizacionais às necessidades dos alunos com deficiência. Por fim, as escolas devem pensar em incluir no seu Projeto Político Pedagógico e programar as medidas necessárias para promover a igualdade de condições, não apenas garantir a frequência, porque esta ação não é suficiente para ter uma Educação Inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos todos os artigos escolhidos observamos o quanto existem barreiras gigantescas ainda para a educação física inclusiva, mas também vimos, o quanto esta área para a educação é positiva. Contribuindo com esta temática proporcionando medidas de forma individual e em conjunto para que todos tenham o acesso, a persistência, a participação e para que o aluno com deficiência na escola também tenha o direito de aprender, com muitas estratégias educativas de maneira unida com as demais áreas tanto no ambiente escolar quanto fora da escola. Sendo assim os professores regentes e corpo diretivo tem a possibilidade de atingirem seus objetivos.

Para que as escolas do futuro consigam também chegar a seus objetivos é necessário que iniciemos com esses projetos hoje de forma significativa para a aprendizagem de uma EF inclusiva. O currículo atual necessita urgentemente de muitas atualizações, em todas as áreas para que a opinião da sociedade e os líderes nacionais de nosso país de boa vontade não entrem em choque com os aspectos de nossa sociedade. Sendo assim, não é simplesmente modificar as matérias, acrescentar, ou até mesmo ludibriar a sociedade, para que uma mudança realmente aconteça precisamos contextualizar, pesquisar e vivenciar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina Martins Pereira; SERRALHA, Conceição Aparecida. **Repercussões emocionais em indivíduos que possuem irmãos com deficiência: uma revisão integrativa.** Contextos Clínicos, v. 12, n. 2, p. 476-508, 2019.

AMARAL, Lucas Costa. **Pessoa com deficiência: inclusão e acessibilidade na sociedade contemporânea.** Legis Augustus, v. 12, n. 1, p. 33-52, 2019.

BRITO, Ida Costa. **A educação física inclusiva no ambiente escolar em Centenário/TO.** 2021.

CABRAL, Stheffanie Matias; ALMEIDA, Wolney Gomes. **A inserção de esportes adaptados nos conteúdos das aulas de educação física escolar no ensino médio.** Educação em Foco, v. 22, n. 38, p. 203-222, 2019.

DA SILVEIRA, Ana Aparecida Tavares et al. **Educação física escolar e estratégias pedagógicas inclusivas: uma revisão integrativa.** Editora Licuri, p. 154-171, 2023.

DANTAS, Kaliny Oliveira et al. **Repercussões do nascimento e do cuidado de crianças com deficiência múltipla na família: uma metassíntese qualitativa.** Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00157918, 2019.

DE MIRANDA, Rute João Almeida. **O (Re) descobrir da Educação Física Inclusiva numa escola de referência para a Deficiência Visual. Expectativas, dificuldades e conquistas de uma Estudante-Estagiária da área da Actividade Física Adaptada.** 2021.

DIAS, Hare Lis Amaral Barbosa; BORRAGINE, Solange de Oliveira Freitas. **A inclusão de crianças autistas nas aulas de Educação Física escolar.** Revista Expressão Da Estácio, v. 3, 2020.

FERREIRA, Priscilla Natália Pereira; PORTO, Klayton Santana. **Práticas Pedagógicas desenvolvidas com alunos com deficiência: um estudo de caso em uma escola do campo de Feira de Santana-BA.** Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, p. e7913-e7913. 2020.

FONTANA, Evelline Cristhine; DE CARVALHO CRUZ, Gilmar; DE PAULA, Luana Aparecida. **Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física.** Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional, v. 9, n. 2, p. 118-131, 2019.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. **Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado.** Saúde em Debate, v. 43, p. 244-255, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Editora Paz e Terra, 2018.

GONÇALVES, Vivianne Oliveira; LEITE, Sabrina Toffoli; DUARTE, Edison. **A Educação física adaptada no currículo de formação em educação física**. Itinerarius Reflectionis, v. 16, n. 3, p. 01-15, 2020.

JODELET, D. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: SAWAIA, B. (Ed.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MACIEL, Fernanda Jorge et al. **Análise espacial da atenção especializada na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: o caso de Minas Gerais**. In: CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2020.

MACIEL, Fernanda Jorge et al. **Análise espacial da atenção especializada na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência: o caso de Minas Gerais**. In: CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2020.

MATURANA, Maria Fernanda Sanchez; DE SOUZA MONTEIRO, Solange Aparecida; CUSTÓDIO, Vagner Sérgio. **Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência física em ambientes de sexo pago**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 1284-1303, 2019.

MULINARI, Filicio; NETO, Mauro Fontoura Borges. **A experiência inclusiva por meio da prática de esportes adaptados: uma proposta pedagógica para educação física**. Humanidades & Inovação, v. 9, n. 8, p. 310-322, 2022.

NUNES, Jacqueline da Silva et al. **Formação de professores de educação física para a educação inclusiva: práticas corporais para crianças autistas**. 2019.

SCARPATO, Leonardo Cavalheiro; FERNANDES, Paula Teixeira; ALMEIDA, José Júlio Gavião. **Inclusão e o esporte adaptado na educação física escolar: o que pensam os professores da rede pública de ensino?** Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, v. 21, n. 1, 2020.

SCHLIEMANN, André; ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. **Educação Física Inclusiva e Autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 34, n. Esp., p. 77-86, 2020.

SILVA, Jailma Cruz da; PIMENTEL, Adriana Miranda. **Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 29, 2021.

SILVA, Margaret da Conceição; MIETO, Gabriela Sousa de Melo; OLIVEIRA, Valéria Marques de. **Estudos recentes sobre inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, p. 469-486, 2019.

# ARTE - EDUCAÇÃO A INFLUÊNCIA DA ARTE NA APRENDIZAGEM

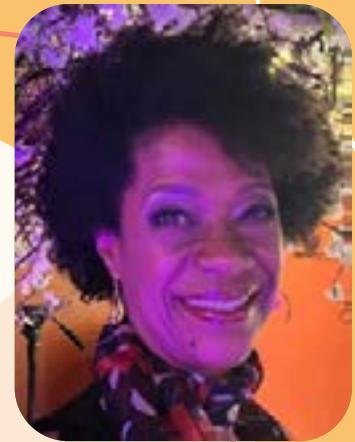
## ART - EDUCATION THE INFLUENCE OF ART ON LEARNING

### CELINA CANDIDA E SILVA KRASIMAR

Graduação em Letras pela Faculdade Paulistana de Ciências e Letras (1988); Especialista em Metodologia e a Didática do Ensino pelas Faculdades Claretianas (1992); Graduação em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo (1993); Pesquisa e Estudo da Pedagogia Célestin Freinet em Paris -França(1995-1998); Extensão Universitária em Pedagogia Freinet pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1996); Extensão em Educação Piagetiana Norte-Nordeste ENNEP- Fortaleza (1997); Extensão Aperfeiçoamento: "O Coordenador Pedagógico: Identidade em Construção" pela Universidade de São Paulo (1997); Especialista em Psicopedagogia: Abordagem Clínica dos Problemas de Aprendizagem pela Faculdade UNICLAR (1999); Especialista em Relações Institucionais na Escola Pública e Fundamentos/Articulação do Projeto Pedagógico da Escola pela Universidade de São Paulo e pela PUC-SP (2000); Experiência com Educação Inclusiva e Grupo de Formação de Educadores pelo Espaço Pedagógico (2004); Extensão Universitária na modalidade de Difusão Comunicação e Educação / Planejamento da Educomunicação / Comunicação e Projetos Colaborativos para a Construção da Paz pela Universidade de São Paulo (2006); Extensão Universitária em Artes, Cultura e Linguagem pela Faculdade FAMOSP (2014); Extensão Universitária em O Teatro na Educação pela Faculdade FAMOSP (2014); Especialista em Arte Educação Faculdade HSM (2015); Especialista em Formação de Grupo e Mediação de Conflito e Psicanálise pela Sociedade Paulista de Psicanálise (2009-2021); Professora Ensino Fundamental I e II na Rede Municipal de São Paulo(1988-1995); Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de São Paulo(1996-2019); Professora Especialista em cursos livres de Pós-Graduação pela UNIP-SP. Contato: E-mail: celinakrasimar@gmail.com.

### RESUMO

O presente artigo pretende analisar o quanto a arte pode ser a motivação para se ter uma aprendizagem mais efetiva, pois ela propicia o exercício da imaginação, da criatividade; uma vez que durante uma criação artística podemos utilizar recursos visuais, manuais, verbais, não verbais e outros materiais para atrair ainda mais a atenção das crianças facilitando assim a compreensão de leitura. A utilização de diferentes materiais constitui um recurso que possibilita ao professor destacar aspectos importantes para a alfabetização, para uma boa leitura (visual/oral), dando ênfase a alguma situação, enfim, ajudar a criança a entrar no "mundo mágico" através da imaginação. É de suma importância também que o professor, permita que a arte faça parte do dia a dia das crianças, fazendo o uso de um material artístico que pode emocionar, sensibilizar, educar e auxiliar a organizar emoções e ideias das crianças. A utilização desses diferentes materiais constitui um recurso que possibilita ao professor destacar aspectos importantes de um texto, chamar a atenção para um novo conhecimento, dar ênfase a alguma situação, enfim, ajudar a criança a entrar no mundo do conhecimento. Para formar crianças que gostem da arte, precisamos gostar de criar, utilizando diferentes técnicas artísticas e diversos materiais, costurando cada aprendizado, como um retalho colorido, à grande colcha de retalhos que significa a diversificação e a qualidade dos aprendizados adquiridos. Sabemos das dificuldades que encontramos para seguir este percurso, e para combater essa dificuldade é necessário muita



paciência, carinho, dedicação e cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança; Imaginação; Aprendizagem; Ensino; Ação Docente; Prática Pedagógica; Arte.

## ABSTRACT

This article aims to analyze how art can be a motivation for more effective learning, as it encourages the exercise of imagination and creativity; since during an artistic creation we can use visual, manual, verbal and non-verbal resources and other materials to attract children's attention even more, thus facilitating reading comprehension. The use of different materials is a resource that allows the teacher to highlight important aspects for literacy, for good reading (visual/oral), emphasizing a situation, in short, helping the child to enter the "magical world" through imagination. It is also of the utmost importance that the teacher allows art to be part of the children's daily lives, making use of artistic material that can move, sensitize, educate and help organize the children's emotions and ideas. The use of these different materials is a resource that enables the teacher to highlight important aspects of a text, draw attention to new knowledge, emphasize a situation, in short, help the child enter the world of knowledge. In order to train children who love art, we need to love creating, using different artistic techniques and different materials, sewing each learning, like a colorful patch, to the large patchwork quilt that signifies the diversification and quality of the learning acquired. We know how difficult it is to follow this path, and in order to combat this difficulty, we need a lot of patience, affection, dedication and care.

**KEYWORDS:** Child; Imagination; Learning; Teaching; Teaching Action; Pedagogical Practice; Art.

## INTRODUÇÃO

A educação através da arte, foi difundida no Brasil a partir de ideias defendidas por educadores, artistas, filósofos, psicólogos etc. O pensamento tem como base considerar a arte não apenas como metas da educação, e sim como o processo para criação e aprendizagem. Partindo desta premissa, a educação através da arte, é um movimento educativo e cultural que busca a constituição de um ser humano completo, total, dentro dos moldes do pensamento democrático e idealista. Valorizando assim, no ser humano os aspectos intelectuais, estéticos e morais; além de procurar despertar sua consciência individual, harmonizada ao grupo social ao qual pertence. Nos últimos anos e após a efetivação da presença da arte na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação, através da arte, vem se caracterizando pelo posicionamento idealista, direcionado para uma relação subjetiva com o mundo; contribuindo assim com a enunciação de uma visão de arte e de educação com recíprocas influências. A arte educação vem se apresentando como um movimento em busca de novas metodologias de ensino e aprendizagem de arte nas escolas. O professor da área é revalorizado,

propõe e discute um redimensionamento do seu trabalho, o conscientizando da importância da sua ação profissional e política na sociedade. Historicamente, verifica-se que a arte não tem sido ainda suficientemente ensinada e apreendida pela maioria das crianças; sendo necessário rever esse quadro: repensando um trabalho escolar consistente e duradouro, no qual o aluno encontre um espaço para o seu desenvolvimento pessoal e social por meio de vivência e posse do conhecimento artístico e estético. A arte é movimento da dialética da relação homem - mundo.

## ARTE – DEFINIÇÃO, EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E SUAS MANIFESTAÇÕES

“A arte é a expressão mais pura que há para a demonstração do inconsciente de cada um. É a liberdade de expressão, é sensibilidade, criatividade, é vida”. (Jung. 1920).

Desde a Antiguidade, a arte se apresentava quando os homens da Pré-História desenhavam a arte rupestre (desenhos feitos na caverna); onde as figuras representavam a caça e como o grupo sobrevivia, bem como era garantida a sobrevivência dele. “Arte” como palavra, teve diversos significados durante a história. Sempre se discutiu por pesquisadores que a arte é uma forma de criação, enquanto outros admitiam que é uma forma de imitação.

São várias as definições de arte; segundo o dicionário Michaelis, “a arte é uma execução prática de uma ideia” ... analisando esta definição de uma maneira mais minuciosa a arte é tornar físico aquilo que é absolutamente abstrato, particular, emotivo, estético, criativo que um ser humano possui e que não se compara a outrem, pois é exclusivo, devido às manifestações emotivas individuais de cada ser. A arte possibilita o indivíduo a estimular o interesse do espectador de expressar outro significado a obra, também de maneira única e exclusiva. Já o artista precisa da arte e da técnica para se comunicar, é uma criação humana com valores estéticos (beleza, equilíbrio, harmonia, revolta) que sintetizam as suas emoções, sua história, sua cultura e seus sentimentos.

Outra definição, segundo Fusari e Ferraz. “A arte é uma das mais inquietantes e eloquentes produções do homem. Arte como técnica, lazer, derivativo existencial, processo intuitivo, genialidade, comunicação, expressão, são variantes do conhecimento arte que fazem parte de nosso universo conceitual, estreitamente ligado ao sentimento de humanidade.” ... “A arte como fazer, como conhecer ou como exprimir”. (Fusari e Ferraz)

Essas inúmeras concepções colhem caracteres essenciais da arte, conquanto não sejam isoladas entre si e absolutizadas. De certo, a arte é expressão. Todas as operações humanas são expressivas, contém a personalidade e espiritualidade de quem toma a iniciativa de fazê-la e dedicar-se; por isso, toda obra humana é como o retrato da pessoa que a realizou. Neste sentido, a arte também tem um caráter expressivo.

A Arte apresenta-se sob variadas formas como: a plástica, a escultura, a música, o cinema, a dança, o teatro, a arquitetura etc. Pode ser percebida e/ou vista pelo homem de três maneiras: visualizadas, ouvidas ou mistas (audiovisuais). Nos dias de hoje, alguns tipos de arte até permitem que o apreciador participe da obra. O ser que faz arte é definido como o artista. O artista faz arte de acordo com seus sentimentos, seu conhecimento, suas vontades, suas ideias, sua criatividade e sua imaginação, o que deixa claro que cada obra de arte é uma forma de interpretação da vida.

A inspiração seria o estado de consciência que o artista atinge, no qual vê a percepção, a razão e emoção encontram-se combinados de forma parte para realizar suas melhores obras.

Arte pode ser sinônimo de beleza, ou de uma beleza transcendente. Dessa forma, o termo passa a ter um caráter subjetivo, qualquer coisa pode ser chamada de arte, desde que alguém a considere assim, não precisando ser limitada à produção feita por um artista. A tendência é considerar o termo arte apenas relacionado, diretamente, à produção das artes plásticas, como já mencionado. Os historiadores de arte buscam determinar os períodos que empregam certo estilo estético, denominando-os por 'movimentos artísticos'. A arte registra as ideias e os ideais das culturas e etnias, sendo assim, importante para a compreensão da história do mundo e do homem. Formas artísticas podem extrapolar a realidade, exagerar coisas aceitas ou simplesmente criar formas de se observar a realidade. Em algumas sociedades, as pessoas consideram que a arte pertence à pessoa que a criou. Tanto os artistas como os produtores de trabalhos de natureza artística, elaboram suas obras (visuais, sonoras, arquitetônicas, cênicas, audiovisuais, verbais) concretizando-as através de sínteses formais que resultam de sentimentos, atos técnicos, inventivos e estéticos.

Em cada época e em cada sociedade, as obras artísticas também são sínteses que dependem das trajetórias pessoais de quem as fez e de suas concepções sobre o ser humano, os valores, o gosto etc. Os artistas, autores, em suas relações com a natureza e a cultura produzem obras que se diferenciam expressivamente e formal. Então, o processo expressivo é gerado pelo sentimento que resultou de uma síntese emocional, originada de estados tensionais, provocados por forças de ordem interna e externa: relações entre o sujeito e as coisas, o subjetivo e o objetivo, o ser sensível e o símbolo.

A elaboração de obras artísticas também depende de um saber formar ou transformar intencional a partir de materiais e por meio da elaboração de representações expressivas. Ao mesmo tempo, a verdadeira concretização da obra de arte faz-se no contato com as pessoas, quando o ato criador se completa.

Assim, processo de produção como o de recepção devem ser levados em conta pois, pode se entender dessa forma, a inserção da obra de arte num determinado meio social, onde difundem-se conceitos de estética, apreciação, preferências etc. A disciplina Arte deverá garantir que os alunos vivenciem e conheçam aspectos técnicos, representacionais, inventivos e expressivos em artes visuais, música, teatro, desenho, artes audiovisuais, dança.

Portanto, é preciso que o professor organize um trabalho consistente, através de atividades artísticas, estéticas e de Teoria e História da Arte, inter-relacionados com a sociedade em que os alunos vivam; além de unir-se aos demais docentes, principalmente os alfabetizadores, para um trabalho formativo e informativo...eficiente. Podemos expressar de diferentes maneiras: falando, rindo, cantando...Também nos expressamos através da arte e de diversas formas, que são: musical, corporal, visual.

**A Expressão Musical:** É quando nos expressamos através da música. E podemos fazer isso de duas formas: Pela voz: Cantando; por um instrumento: Tocando.

**A Expressão Corporal:** É quando nos expressamos através do nosso corpo. Teatro: Peças e

encenações; Dança: Espetáculos, balés etc.

A Expressão Visual: É quando nos expressamos através de imagens, que podem ser: Desenho: O desenho é uma imagem basicamente feita com linhas e pode ser utilizado como esboço para outra técnica. Também é possível fazer desenhos produzindo tonalidades a fim de fazermos sombras. Podemos desenhar com vários instrumentos: Lápis de desenho, lápis de cor, giz de cera, canetinhas e até mesmo um graveto sobre a areia. Pintura: A pintura é a arte de pintar uma superfície, tais como tela, papel, ou uma parede (pintura mural ou de afrescos), cujo elemento fundamental é a cor. Há vários tipos de tinta, que podemos, inclusive, fazer em casa. As mais comuns são: tinta guache, tinta acrílica, tinta aquarela, tinta a óleo. Colagem: A colagem é uma técnica que permite produzir uma obra de arte utilizando diferentes materiais. Normalmente a colagem é feita com papéis coloridos, mas também é possível fazer colagens utilizando recortes de revista, embalagens, pequenos objetos, plástico, madeira etc. Fotografia: Fotografia é uma técnica de gravação por meios químicos e mecânicos ou digitais, de uma imagem em um suporte sensível à luz (papel fotossensível). Uma câmera ou câmara escura é o aparelho que forma a imagem, embora hoje os aparelhos celulares também possam ser usados para registrar uma imagem. Gravura: Gravura é toda imagem criada a partir de uma matriz. O material desta matriz pode ser variado e é ele que vai definir o tipo de gravura. A gravura pode ter uma tiragem, ou seja, um número de cópias a ser definido pelo artista. Diferente das outras técnicas, a gravura não é única.

## O LUGAR DA ARTE NA EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

Sendo a aprendizagem um processo no qual a criança apossa-se do conteúdo da experiência humana, principalmente do grupo social que ela está inserida. A criança aprende através de interações, com crianças mais experientes e adultos, em que ela se desenvolve e amplia suas formas de lidar com o mundo, bem como, construir definições para suas ações e ampliando assim suas experiências. E é através da linguagem que as experiências dão origem a conceitos e significados que fazem parte do grupo social em que a criança está inserida. O pensamento é expresso através da linguagem, evoluindo assim para uma base importante que é o funcionamento intelectual da criança. A criança mais experiente ou o adulto, em geral, oferece um auxílio à criança, mostrando e orientando-a como agir através de gestos e orientações verbais, em sua interação com o mundo. Ela incorpora, um comportamento que passa a ser orientado por uma fala interna, que planeja a ação. O processo ensino-aprendizagem tem sido visto de forma integrada à sociedade-cultura, seus valores dominantes, suas crenças em uma época determinada.

Segundo Libâneo, (p.17), “os estudos que tratam das diversas modalidades de educação caracterizam-se em não-intencionais e intencionais: não intencionais refere-se às influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos, tais influências, também denominadas de educação informal, correspondem aos processos de aquisição de conhecimentos, experiências, ideias, valores, práticas, que não estão ligados especificamente a uma instituição e nem são intencionais e conscientes. São situações e experiências, por assim dizer, casuais, espontâneas, não organizadas, embora influam na formação humana. Intencionais, refere-se influências em que há intenções e objetivos definidos conscientemente, como é o caso da educação escolar e extraescolar...”

estes, muitas vezes, invisíveis métodos, técnicas, lugares e condições específicas prévias criadas deliberadamente para suscitar ideias, conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos.”

Para o educador, no processo ensino-aprendizagem é preciso reconhecer o outro (professor e aluno), em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, afetivas, culturais, linguísticas entre outras. O ensino-aprendizagem promove o diálogo entre o conteúdo formal (curricular) e os conteúdos únicos (vivências, história, individualidade) tanto do professor quanto do aluno. Em interações diferentes que a criança se envolve desde o nascimento, gradativamente suas formas de lidar com o mundo e vai construindo significados para as suas ações e para novas experiências. E, esses significados, com o uso da linguagem, ganham abrangência maior, originando a conceitos assim, significados.

Os objetivos da aprendizagem são classificados em:

- Domínio cognitivo: conhecimentos, informações ou capacidades intelectuais; habilidades de memorização, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.
- Domínio afetivo: sentimentos, emoções, gostos ou atitudes; habilidades de receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização.
- Domínio psicomotor: uso da coordenação e dos músculos; habilidades relacionadas a movimentos básicos fundamentais, movimentos reflexos, habilidades perceptivas e físicas e a comunicação não discursiva.

Existem teorias, com relação à arte, que podem contribuir para a aprendizagem e para o desenvolvimento estético e crítico dos alunos, principalmente no que se refere aos seus processos de apreciação e produção artísticas. Teorias essas que incorporam o relacionamento com as práticas e o acesso ao conhecimento da arte, mas sem a pretensão de atingir-se uma única verdade. O conceito de arte propriamente dito, tem sido o objeto de diferentes interpretações: arte como técnica, materiais artísticos, processo intuitivo, lazer, expressão, comunicação, linguagem, liberação de impulsos...

A concepção de arte, que pode auxiliar na fundamentação de uma proposta de ensino e aprendizagens estéticos, artísticos, e atende a essa mobilidade conceitual, é a que aponta para uma articulação do fazer, do representar e do exprimir. O fazer técnico inventivo, o representar com imaginação o mundo da natureza e da cultura, e o exprimir sínteses de sentimentos estão incorporados nas ações do produtor da obra artística, na própria obra de arte, no processo de apresentação dos mesmos à sociedade e nos atos dos espectadores. Num contexto histórico social, assim, que inclui o artista, a obra de arte, os difusores comunicacionais e o público, a arte apresenta-se como produção, trabalho, construção. Porque a arte é a representação do mundo cultural com significado, imaginação; é interpretação, é conhecimento do mundo; é, inclusive, expressão dos sentimentos, da efusão que vem do interior, da energia interna, que se simboliza, que se manifesta.

A respeito dos artistas e produtores de trabalho artístico, podemos lembrar que eles elaboram as obras (sonoras, visuais, cênicas, arquitetônicas, audiovisuais, verbais) as concretizando através de sínteses, resultantes de atos técnicos, inventivos e estéticos além de sentimentos. Em cada época e em cada sociedade, as obras são sínteses também que dependem das trajetórias pessoais

de quem as fez e de suas concepções sobre o homem, gosto, valores etc. O processo expressivo é gerado pelo sentimento que é o resultado de uma síntese emocional que, também se origina de estados de tensão, provocados por forças de ordem interna e externa: relação entre o sujeito e as coisas, o subjetivo e o objetivo, o ser sensível e o símbolo.

Ao mesmo tempo, a concretização real da obra de arte se dá no contato com as pessoas, quando o ato criador se completa. Tanto o processo de produção como o de recepção devem ser levados em conta, pois desta forma pode-se compreender a inserção da obra de arte num determinado meio social, onde se difundem a conceitos de estética e gosto. O fato artístico é modificado pelo consumo que de certa forma modifica seu sentido ainda, uma vez que depende de classes sociais e da formação cultural dos espectadores. Acredita-se que todos os elementos que mobilizam a arte, devem se manter presente constantemente, como um saber a ser aprendido de forma gradativa pelos estudantes, ao longo do processo escolar.

A Arte, como disciplina deverá garantir que os alunos vivenciem e conheçam aspectos inventivos, técnicos, representacionais e expressivos em artes visuais, música, teatro, desenho, dança, artes audiovisuais. O professor deverá, para isso, organizar um trabalho consistente, através de atividades artísticas, estéticas e de um programa de Teoria e História da Arte, inter-relacionados com a sociedade em que eles vivem, facilitando desta forma a alfabetização. Pois, com a disciplina de Arte é possível atingir um conhecimento mais amplo e aprofundado incorporando ações: ver, ouvir, sentir, mover-se, pensar, descobrir, exprimir, fazer, a partir dos elementos da natureza e da cultura, os analisando, refletindo, formando e transformando-o. Na educação escolar, a disciplina Arte compõe o currículo compartilhando com as demais disciplinas, bem como o professor de arte que, junto com os demais professores tem a possibilidade de contribuir para a preparação de indivíduos que percebam melhor o mundo em que vivem, saibam entendê-lo e possam atuar nele, através de um trabalho de aprendizagem, interativo, formativo e informativo.

O lugar da Arte na educação é o da formação do gosto, para se apreciar a Arte e a elevação do “espírito”; porque apesar da educação artística ser uma inquietação do moderno sistema de educação, esta resposta traz uma concepção de arte herdada da antiguidade clássica, de uma forma implícita. Que reforça as diferenças entre as artes liberais e mecânicas: as belas artes em contradição às artes decorativas, a arte erudita, superior a arte popular: concepção que reproduz o sistema de valores, onde a arte construída desde o renascimento é difundida pelo ensino de artes. Um ensino conservador desde o século XIX, que veio do ponto de vista de Belas Artes e Conservatórios de Música de tradição neoclássica.

Uma outra resposta sobre o lugar da arte na educação, seria uma elaborada no final do século XIX e início do século XX: um lugar de profissionalização e operacionalização para o mundo do trabalho; defendido pelos liberais e pelos positivistas que buscaram em outros modelos soluções para a formação de uma mão de obra qualificada para a construção de um país melhor e mais moderno. Concepção utilitarista e funcionalista de formação reproduzivista que defendiam a justificativa de um ensino do desenho “científico” como uma linguagem importante para o desenvolvimento industrial.

Já uma terceira resposta, vem “acorrentada” às concepções de educação progressista e dos movimentos modernistas da arte do século XX: um espaço para se desenvolver a criatividade, a

sensibilidade e a imaginação através de ideias e sentimentos nas linguagens artísticas.

No final do século XX e início do século XXI, as pesquisas sobre o ensino de artes, têm buscado reaproximar a arte da educação, e aí que vem a quarta resposta da pergunta em questão: qual o lugar da arte na educação? Enquanto expressão e cultura de um povo, é o lugar da arte como conhecimento, com suas complexas redes de valores e de relações. Um diálogo e interação entre culturas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Pedagogia Tradicional, no ensino e aprendizagem de Arte, é dada ênfase a um fazer técnico e científico, de conteúdo reproduutivo, com fundamental preocupação no trabalho escolar, supondo que educados assim, os alunos vão saber aplicar depois esse conhecimento ou trabalhar na sociedade. Esse ensino de Arte, cumpre a função de manter a divisão social que existe na sociedade da época – característica da pedagogia tradicional.

Neste artigo enfatizamos a importância da arte na educação que consiste em garantir:

- a) uma aprendizagem que acompanhe o desenvolvimento natural do aluno não só em seus aspectos intelectuais como também sociais, emocionais, perceptivos, físicos e psicológicos;
- b) métodos diferentes de ensino (e não único) para desenvolver a sensibilidade e a conscientização de todos os sentidos, de forma livre e flexível: ver, ouvir, sentir, provar, cheirar), realizando assim uma interação do sujeito e do meio em que está inserido;
- c) formas construtivas de autoexpressão e auto identificação dos sentimentos, pensamentos e emoções dos indivíduos a partir de suas próprias experiências, para que eles, bem ajustados, vivam cooperativamente e contribuam de forma criadora para a sociedade.

Na Pedagogia Nova, a aula de Arte se traduz mais por um proporcionar condições metodológicas para que o aluno possa “exprimir-se” subjetiva e individualmente. Conhecer significa conhecer-se; o processo é fundamental, o produto não interessa. O aluno, visto como ser criativo, recebe todas as possíveis estimulações para expressar-se artisticamente. Esse “aprender fazendo” o capacitaria a agir cooperativamente na sociedade.

A Arte, o conhecimento como expressão, criatividade, cooperação e criticidade, fomenta a liberdade e a coragem para transformar, sendo que o aluno se torna o protagonista de sua formação, aprendizagem, sujeito de sua própria história.

“A Arte é um conhecimento específico, mas ao mesmo tempo integra os saberes escolares na medida em que esses se constituem as bases da formação dos sujeitos dentro de uma sociedade constituída hoje por um infinável caleidoscópio cultural. Mas a arte e seu ensino têm a potencialidade de serem mais que integrantes do currículo escolar, pois sua natureza flexível, reflexiva e universal permite a integração dos demais conhecimentos. Mesmo possuindo um corpo específico de conteúdo, a arte permeia todos os outros conteúdos escolares, possuindo assim um grande potencial integrador e articulador entre sujeitos e saberes”. (ARAÚJO, 2008, p. 40)

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A.R. **Fundamentos do Ensino da Arte.** In.: UFG/FAV. Licenciatura em Artes Visuais :Módulo 2 (Parte 1) / Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes Visuais – Goiânia; CE-GRAF/UFG, 2008.p. 8-42.

BARBOSA, A. M. **Tópicos utópicos.** Belo Horizonte: C Arte, 1998.

\_\_\_\_\_ **Arte/educação contemporânea: consonâncias internacionais.** São Paulo, Cortez, 2005.

BATTISTONI, D. F. **Pequena História da Arte.** Campinas: Editora Papirus, 2020.

CRISTOV, L.H. e MATTOS S. (Coord.) **Arte- educação: experiências, questões e possibilidades. Qual lugar da arte na educação?** Guarulhos. Editora Expressão e Arte, 2020.

FUSARI, M e FERRAZ, M.H. - **A Arte na Educação Escolar São Paulo.** Cortez. 2001.

JUNG, C.G. **O espírito na arte e na ciência.** OC. Vol. XV. Petrópolis. Vozes, 2013.

LIBÂNEO, J. C.- **Didática Prática Educativa e Sociedade.** São Paulo. Cortez, 1990.

PERRENOUD, F. **Práticas Pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas.** Lisboa. Dom Quixote, 1993.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1986.



**REVISTA** **TERRITÓRIOS**

Profa. Dra. Adriana Alves Farias  
Editora Chefe

Editora Educar Rede  
Lauzane Paulista SP  
Rua João Burjakian, 203  
02442-150 São Paulo/SP

**POLO LAUZANE**  
Fone: (011) 2231-3648  
Whatsapp: (011) 99521-3445